MAIARA ROSA VIÉGAS

O INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA E A PUBLICAÇÃO ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DE DIRETRIZES PARA AUTORES DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS

PORTO ALEGRE
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: LINGUÍSTICA APLICADA

O INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA E A PUBLICAÇÃO ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DE DIRETRIZES PARA AUTORES DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS

MAIARA ROSA VIÉGAS
ORIENTADORA: PROFA. DRA. SIMONE SARMENTO

Trabalho de dissertação apresentado à banca do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem – Línguística Aplicada.

PORTO ALEGRE
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Viégas, Maiara Rosa
O inglês como língua franca e a publicação acadêmica: uma análise de diretrizes para autores de periódicos internacionais / Maiara Rosa Viégas. -- 2016.
155 f.

Orientadora: Simone Sarmento.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Inglês como Língua Franca. 2. Inglês para Fins Acadêmicos. 3. Publicação Acadêmica. I. Sarmento, Simone, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Maiara Rosa Viégas

O inglês como língua franca e a publicação acadêmica: uma análise de diretrizes para autores de periódicos internacionais

Dissertação submetida à banca do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem – Línguística Aplicada.

Aprovado em: 30 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profa. Dra. Simone Sarmento (Orientadora - UFRGS)

_____

Profa. Dra. Ana Eliza Pereira Bocorny (UFRGS)

_____

Profa. Dra. Anamaria Kurtz de Souza Welp (UFRGS)

_____

Profa. Dra. Luciane Sturm (UPF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio e incentivo na minha caminhada acadêmica, desde o momemento em que decidi participar do processo seletivo para ingressar no Mestrado em Letras até o momento final de conclusão desta etapa.

Agradeço ao Rafaello, meu namorado e companheiro, por ter sido a minha fonte de tranquilidade nos momentos em que mais precisei. Agradeço pela preocupação com a "disser", bem como por ter me dado forças para que eu chegasse até o final.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao seu Programa de Pós-Graduação em Letras pela oportunidade de estudo de qualidade.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Letras por terem proporcionado aulas e debates que me fizeram crescer como pesquisadora e professora.

Agradeço às colegas e amigas do grupo "CBLA", Ana Paula, Denise, Juliana, Larissa e Nathália, por toda a construção de conhecimento que fizemos juntas ao longo dos últimos dois anos. Agradeço especialmente pela leitura atenta deste trabalho e pelas sugestões de melhoria.

Agradeço aos meus alunos, de ontem, hoje e amanhã, que fazem com que isso tudo faça sentido para mim.

Dedico um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Simone Sarmento, que me acolheu na Linguística Aplicada. Agradeço pela orientação, por ter apontado caminhos desde o momento da escrita do Projeto, e por ter contribuído imensamente para a minha formação como pesquisadora.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram para que esta pesquisa pudesse acontecer.

RESUMO

A língua inglesa hoje permite acesso a práticas internacionais por ser a língua mais utilizada em interações entre falantes de diferentes línguas maternas, em inúmeros contextos. Essa disseminação do inglês globalmente fez surgir novas formas de se enxergar o status língua, entre elas, a abordagem do inglês como língua franca (ILF). Visto que a maioria das interações em inglês hoje acontecerem entre falantes não nativos, o ILF busca a descentralização do falante nativo e a aceitação das variedades linguísticas. Entre os diversos contextos em que o inglês é difundido, pode-se dizer que a academia é um dos principais. Este trabalho tem como objetivo *verificar qual o posicionamento de revistas científicas internacionais da área de Linguística Aplicada acerca das diretrizes para autores, sob a ótica do ILF*. Para isso, fizemos um levantamento dos periódicos internacionais de Linguística Aplicada mais bem avaliados em um ranking nacional (Qualis Capes) e internacional (SCImago), reunindo assim um *corpus* de 36 periódicos. A pesquisa foi dividida em duas etapas. Primeiramente, foram identificadas e analisadas as diretrizes para autores no que diz respeito às normas linguísticas relacionadas ao padrão nativo e aceitação das variedades. Foram encontradas três normas relacionadas a exigências linguísticas: língua de publicação, ortografia e revisão externa. Os resultados demonstram que a língua de publicação mais usada é o inglês, sendo exigência em 44% dos periódicos; que as principais variedades ortográficas aceitas são a americana e britânica; e que 58% das revistas solicitam que os autores tenham seus textos revisados por uma terceira pessoa, sendo que, dessas, aproximadamente a metade dirigem as normas apenas a autores falantes não nativos. A segunda etapa da pesquisa consistiu em comparar as diretrizes encontradas com os 139 textos sobre ILF nelas publicados entre os anos de 2011 e 2015. Foi feita uma análise do conteúdo dos textos, onde buscou-se identificar os posicionamentos dos autores. Os resultados da comparação indicaram que 71% dos textos são a favor da abordagem do ILF, mas que a maioria precisou seguir alguma norma que contradiz o defendido no ILF para ser publicado. Assim, os resultados gerais desta pesquisa demonstram que, apesar de a área de Linguística Aplicada estar orientada para uma abordagem do inglês que visa à diversidade linguística, são encontradas discrepâncias e inconsistências nas práticas das revistas da própria área, responsáveis por veicular essas ideias.

Palavras-chave: Inglês como Língua Franca. Inglês para Fins Acadêmicos. Publicação Acadêmica.

ABSTRACT

The English language today grants access to international practices, since it is the most used language in interactions between speakers of different languages in several contexts. The global spread of English has created new ways of understanding its status, such as the English as a Lingua Franca (ELF) approach. Since most interactions in English happen between nonnative speakers of English, ELF aims at native speaker decentralization and acceptance of linguistic varieties. Academia is one of the main contexts in which English is widely used. The objective of this study is to assess the stance of Applied Linguistics international journals regarding author guidelines, from the perspective of ELF. To do so, we surveyed the best-ranked international journals in Applied linguistics both at domestic (Qualis Capes) and international (SCImago) rankings, which resulted in a *corpus* of 36 journals. This study was conducted in two parts. First, author guidelines related to linguistic norms concerning native standards and acceptance of varieties were identified and analyzed. Three guidelines related to linguistic requirements were found: language of publication, spelling, and third-party review. The results showed that the most used language of publication is English, a requirement in 44% of the journals; that American and British spelling varieties are mostly the ones accepted; and that 58% of the journals ask authors to have their manuscripts checked by a third-party reviewer, from which approximately 50% direct these guidelines only to nonnative authors. The second part of the study consisted in comparing the guidelines found with 139 texts about ELF published by the same journals between 2011 and 2015. The content of the texts was analyzed aiming at identifying their authors' point of views. The results of this comparison indicated that 71% of the texts are in line with the ELF approach, but most of them had to follow some guidelines which contradict those defended by ELF in order to be published. Hence, the general results of this study showed that, although the area of Applied Linguistics is oriented towards an approach that aims at linguistic diversity in English, discrepancies and inconsistencies are found in the practices of the journals of this same area, journals which are responsible for broadcasting these ideas.

Keywords: English as a Lingua Franca. English for Academic Purposes. Academic Publishing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de ocorrência dos termos 35
Tabela 2: Comparação das diretrizes com o conteúdo dos textos publicados..... 107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Os três círculos de Kachru 20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese terminológica 34
Quadro 2: Categorias de divisão das revistas quanto à normas linguísticas 67
Quadro 3: Revistas que apresentam diretrizes quanto às normas linguísticas 67
Quadro 4: Categorias de divisão das revistas quanto ao conteúdo publicado 97
Quadro 5: Classificação das revistas quanto à publicação de textos 97
Quadro 6: Diretrizes das revistas do Grupo C 104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de revistas do Grupo 1 em relação ao total de revistas 69
Gráfico 2: Principais diretrizes das revistas do Grupo 1 70
Gráfico 3: Exigência das revistas do Grupo 1 quanto à língua de publicação 71
Gráfico 4: Diretrizes das revistas do Grupo 1 quanto à ortografia..... 73
Gráfico 5: Diretrizes das revistas do Grupo 1 quanto a revisão por terceiros..... 800
Gráfico 6: Principais diretrizes encontradas nas revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4 91
Gráfico 7: Língua de Publicação das revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4 92
Gráfico 8: Diretrizes das revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4 quanto à ortografia..... 93
Gráfico 9: Diretrizes das revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4 quanto a revisão por terceiros 94
Gráfico 10: Gêneros dos textos publicados pelas revistas do Grupo C nos últimos cinco anos 100
Gráfico 11: Posicionamento dos autores dos textos publicados pelas revistas do Grupo C . 103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 QUE INGLÊS É ESSE? – DIFERENTES MANEIRAS DE ABORDAR A LÍNGUA INGLESA NA CONTEMPORANEIDADE 18
2.1. A DIMENSÃO DO INGLÊS HOJE 18
2.2 OS DIFERENTES INGLESES 25
2.3 CONSEQUÊNCIAS PARA A SALA DE AULA 36
3 O INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA EM CONTEXTOS ACADÊMICOS 41
3.1 ILF E INTERNACIONALIZAÇÃO 41
3.2 O ILF NA PUBLICAÇÃO ACADÊMICA 46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 56
4.1 OBJETIVOS, PERGUNTAS NORTEADORAS E NATUREZA DA PESQUISA 56
4.2 O *CORPUS* DA PESQUISA E A GERAÇÃO DE DADOS 58
5 RESULTADOS E ANÁLISE 66
5.1 ANÁLISE DAS DIRETRIZES LINGUÍSTICAS 66
5.1.1 Análise das diretrizes das revistas do Grupo 1 69
5.1.2 Análise das diretrizes das revistas do Grupo 3 80
5.1.3 Análise das Diretrizes da Revista do Grupo 4 877
5.1.4 Análise Geral Das Diretrizes Das Revistas 89
5.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS REVISTAS 95
5.2.1 Análise Do Conteúdo Das Revistas Do Grupo C 98
6 CONCLUSÕES 109
6.1 RETOMADA DOS OBJETIVOS E PERGUNTAS NORTEADORAS DE PESQUISA 109
6.2 ÚLTIMAS PALAVRAS 114
REFERÊNCIAS 120
ANEXO A - INFORMAÇÕES SOBRE OS PERIÓDICOS ANALISADOS 128
ANEXO B - DIRETRIZES PARA AUTORES 137
ANEXO C - SÍNTESE E POSICIONAMENTO DOS TEXTOS 142

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre o *status* do inglês como língua franca global em contextos acadêmicos e tem como objeto de estudo as políticas de publicação e diretrizes para autores de periódicos internacionais da área de Linguística Aplicada. Parto[1] do pressuposto de que enxergar o inglês como língua franca (doravante ILF), em resumo, significa entender que a língua é falada/abordada de forma plural ao redor do mundo e que diferentes variedades (nativas ou não) são legítimas, colocando em xeque questões como "a quem" o inglês pertence, visto que não haveria um grupo específico de falantes que poderiam se intitular "donos" do inglês ou das únicas formas linguísticas válidas.

Meu interesse pelo tema vem desde a graduação, quando, após assistir a uma palestra sobre o alcance global do inglês e suas variedades linguísticas, fiz parte de um projeto de extensão chamado *Around the World in 80 Englishes*[2], em que organizávamos um ciclo de palestras relativas às variedades do inglês de forma a sensibilizar professores em formação e já atuantes (bem como interessados da comunidade) sobre a multiplicidade de ingleses no mundo, tentando desmitificar a ideia de que as únicas variedades existentes e/ou aceitáveis da língua seriam as variedades americana e britânica. Minha paixão pelo assunto fez com que esse fosse também o tema do meu trabalho de conclusão de curso da graduação[3], em que pesquisei como diferentes cursos livres em Porto Alegre abordam a questão das variedades da língua e qual o papel do falante nativo (doravante FN) neste cenário. O que pude constatar com aquela pesquisa é que, apesar de os responsáveis pelos cursos livres entenderem que seus alunos buscam no inglês uma ferramenta para a comunicação internacional, e não apenas para a comunicação com FNs, as implicações do ILF dentro da sala de aula no contexto analisado ainda estão incipientes. E se, por um lado, os diretores e coordenadores pedagógicos entendem que ser FN não é garantia de que o professor seja qualificado, estudar inglês em uma instituição que tem professores FNs em seu corpo docente é visto como uma vantagem por muitos alunos e pais, o que faz com que a contratação de tal profissional seja uma

---

[1] Embora o primeiro capítulo deste trabalho ter sido escrito em primeira pessoa do singular, visto que apresenta relatos pessoais, os demais capítulos utilizam estruturas verbais na primeira pessoa do plural. Esta escolha foi feita devido à autora entender que a construção deste trabalho aconteceu de forma conjunta entre autora, orientadora, colegas de mestrado e/ou de profissão, e inclusive alunos (visto que a autora deu aulas a futuros professores de inglês durante a escrita deste trabalho, o que também contribuiu para uma reflexão conjunta sobre as questões aqui debatidas).

[2] Esse projeto foi criado e coordenado pela Profa. Dra. Elaine Indrusiak. Agradeço a ela por ter tido a oportunidade de participar.

[3] VIEGAS, Maiara Rosa. O inglês como língua internacional e o papel do falante nativo nos cursos de idiomas em Porto Alegre. 2012. 45 f. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

possível estratégia de marketing principalmente entre os cursos de menor representatividade em Porto Alegre.

Antes de prosseguir, é necessário abrir um parêntese para enquadrar o posicionamento desta pesquisa com relação à dicotomia professor FN x FNN (falante não nativo). A questão principal aqui diz respeito à formação necessária para ser professor de inglês. Não se deseja de forma alguma querer imprimir algum tipo de preconceito inverso aos FNs de inglês que tenham algum tipo de formação para o exercício da profissão. Se o FN tiver formação (que não precisa necessariamente ser uma graduação em Letras, mas podendo ser também aquela formação encontrada em cursos/certificações como CELTA[4], por exemplo), este FN, naturalmente, é considerado apto ao exercício da profissão em cursos livres. O embate é com relação a considerar qualquer FN de inglês, mesmo sem qualquer tipo de formação, como mais apto do que um professor FNN com proficiência, formação e experiência.

Assim, vejo que, mesmo dentro da academia, apesar de os debates acerca do inglês em um cenário internacional serem crescentes, muitas vezes não alcançam aqueles fora do círculo da discussão. Por exemplo, não é raro que alunos ou interessados na língua inglesa perguntem a um professor brasileiro se ele ensina inglês americano ou britânico, ou, ainda, que os próprios professores entendam que precisem optar por uma das duas variedades, seja porque estão acostumados a contemplar a língua inglesa como pertencente principalmente a Estados Unidos e Inglaterra, seja por entenderem que seriam barrados, prejudicados e/ou discriminados em certas práticas caso não se aproximem o máximo o possível de uma dessas variedades. De forma complementar, muitos livros didáticos abordam as variedades linguísticas através da apresentação de diferenças de grafia ou de vocabulário entre inglês britânico e americano, ou, ainda, apenas em exercícios de áudio, com a exposição a alguns diferentes sotaques, sem que haja uma discussão sobre o *status* do inglês no mundo hoje ou sobre a pluralidade de variedades existentes, nativas ou não. Ademais, diferenças gramaticais entre as variedades são raramente apresentadas, reforçando a ideia de que a língua inglesa seria monolítica, invariável. Também não é raro enxergar comerciais de cursos de inglês cujo foco é o fato de terem em seu corpo docente apenas professores FNs, perpetuando assim a ideia de que apenas nativos sabem a língua "de verdade" e contribuindo também para que professores brasileiros (ou FNNs, de forma geral) se sintam impostores na sua profissão (BERNAT, 2008). Inclusive, dentro do próprio curso de Letras, encontram-se currículos que

[4] *Certificate in Teaching English to Speakers of Other Languages*, um curso de qualificação de professores de inglês da Cambridge University. Mais informações disponíveis em: <http://www.cambridgeenglish.org/br/teaching-english/teaching-qualifications/celta/.> Acesso em: 19 jun. 2016.

oferecem ensino de literatura e cultura americana e britânica, como se não houvesse, até mesmo, outras variedades nativas do idioma, e muitas vezes ignorando as literaturas pós-coloniais de língua inglesa, como por exemplo as produzidas na Índia, Nigéria, África do Sul, ou até mesmo as literaturas de outros países de língua inglesa que fogem ao eixo Estados Unidos – Reino Unido, como Nova Zelândia e Canadá.

Percebe-se, deste modo, que as práticas – sejam elas dentro ou fora da sala de aula – pouco acompanham as discussões teóricas acerca do ILF, sendo que, no meu entendimento, os debates teóricos não atingem seus objetivos se não se expandirem (e influenciarem práticas) para além dos muros acadêmicos. E, se por um lado, a aceitação das variedades do inglês falado ainda está em expansão em cursos livres e na academia, o ILF na escrita acadêmica ainda foi muito menos discutido até mesmo dentro do campo teórico (JENKINS, 2011).

A preparação para a escrita acadêmica é um assunto que concerne as discussões (e práticas) atuais relacionadas à internacionalização do ensino superior. Existe, atualmente, uma "onda de internacionalização" (MAURANEN, 2012, p. 66) que levou diversas universidades ao redor do mundo a adotarem o inglês como meio de instrução, ainda que essa não seja a língua oficial do país (MAURANEN, 2012). Assim, é essencial que se repense políticas linguísticas tocantes a esse contexto, e é natural que acadêmicos tenham interesse em estudar como o ILF acontece nesse cenário. Entender o ILF está levantando perguntas de pesquisadores a respeito da escrita de artigos, resenhas, monografias, entre outros gêneros pertencentes ao contexto acadêmico, visto que, de forma geral, o inglês que é promovido e aceito em universidades internacionais é geralmente singular, monolítico, e consonante com o inglês de FNs monolíngues, ou seja, as problemáticas levantadas pelos debates de ILF pouco estão chegando nas práticas acadêmicas (JENKINS, 2011).

Ao mesmo tempo, entendo que se, por um lado, as discussões e práticas do ILF ainda não estejam atingindo quem não é pesquisador do tema, por outro, a discussão é crescente dentro da Linguística Aplicada. Assim, é de se esperar que, para aqueles que pesquisam e leem trabalhos acerca do ILF, algumas práticas já possam estar mudando. Um exemplo disso é a inclusão (ou a sua defesa) de disciplinas que debatam sobre esta temática em cursos de graduação ou a criação de projetos de extensão em universidades (c.f. EL KADRI; GIMENEZ, 2013; SUNG, 2015), ou, ainda a defesa de livros didáticos que não sejam pautados pelas formas linguísticas e culturais de FNs, mas que deem voz também à língua e cultura do aluno, preparando-o para uma comunicação e sensibilização do inglês como língua internacional (c.f. ANDARAB, 2014). Dentro dos estudos sobre escrita acadêmica, discute-se

também questões de multilinguismo e translinguismo[5] em textos escritos (c.f. CANAGARAJAH, 2013a, 2013b), e há ainda acadêmicos que dissertam sobre a publicação de textos em inglês escritos por FNNs sob a ótica do ILF (c.f. FLOWERDEW, 2008; JENKINS, 2011; OWEN, 2011). A presente pesquisa localiza-se, academicamente, nesse campo de estudo.

Ao falarmos especificamente de publicações de revistas internacionais em inglês, Flowerdew (2008) aponta que FNNs estão em desvantagem em relação aos FNs de inglês, visto que dificuldades com a língua fazem com que o trabalho de escrever, ler e pesquisar em uma língua adicional[6] seja maior e mais demorado, o que causa também mais empecilhos para que um texto escrito nessa língua adicional seja aceito para publicação. Ademais, os mesmos manuscritos frequentemente não são avaliados como escritos em inglês como língua franca (ou seja, textos escritos por autores de diversos países do mundo, que podem ou não ter o inglês como língua nativa e que os escreveram tendo como público-alvo uma comunidade acadêmica internacional), mas são comparados ao inglês nativo e, se não estão em total conformidade com este, não são aceitos por serem considerados linguisticamente insatisfatórios por um grupo que, apesar de ser pequeno, tem bastante poder em mãos (OWEN, 2011). Ou seja, conforme apontam Lillis e Curry (2015), os avaliadores dos textos trabalham com uma ideia de um inglês padrão único e rígido, o que não condiz com o *status* do inglês no mundo hoje.

Assim, uma abordagem mais tolerante seria necessária por parte de editores e membros de corpos editoriais de periódicos internacionais cujos autores possam ser FNNs de inglês. Entendo que esta discussão deveria ser levada aos editores e responsáveis por periódicos de todas as áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que entendo que, na área de Linguística Aplicada e ensino de inglês, por ser uma área que está em contato com as questões e discussões da língua na atualidade, as práticas e abordagens de periódicos devam ser diferentes e já contemplar as questões aqui debatidas, principalmente por terem muitas vezes essa temática como conteúdo de publicação.

---

[5] Canagarajah (2013a, 2013b) explica que o termo multilinguismo considera a relação entre as línguas de maneira aditiva, ou seja, a competência linguística de um falante tem relação com a forma como ele usa cada uma das línguas do seu repertório, de forma separada. Translinguismo, por sua vez, contempla as diferentes línguas como passíveis de influenciarem uma a outra, ou seja, práticas translíngues consideram, ao mesmo tempo, as diferentes línguas como recursos para a construção do significado. De acordo com o autor, isso significa que os textos (seja a sua produção, recepção ou circulação) são flexíveis, multimodais, podendo beber de diversas fontes (línguas, símbolos, e modalidades de comunicação).

[6] O uso do termo língua adicional é enfatizado nos Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul – Língua Espanhola e Língua Inglesa (RS, 2009) em detrimento do uso do termo língua estrangeira por fazer referência a línguas que são adições e contribuições ao repertório linguístico do falante, e que podem ser utilizadas em nível local ou global, e/ou em contextos em que uma divisão clara entre nativos e estrangeiros nem sempre é possível.

Com isto, estabelece-se aqui o objetivo desta pesquisa: verificar qual o posicionamento de periódicos[7] acadêmicos internacionais da área de Linguística Aplicada acerca das diretrizes para autores, sob a ótica do inglês como língua franca. Em outras palavras, pretendemos verificar se há uma tolerância expressa nas normas de publicação de periódicos da área de Linguística Aplicada com relação às variedades do inglês e se há um movimento de descentralização do FN como donos da língua. Este estudo justifica-se, primeiramente, pela sua contribuição nos estudos sobre ILF que contemplem a língua escrita, visto que a maioria dos estudos do tema se debruçam sobre a língua falada (JENKINS, 2011). Além disso, Mauranen (2012) aponta que não há ainda estudos suficientes sobre o impacto do ILF em publicações acadêmicas. Esta pesquisa também se propõe a contribuir para a prática e reflexão dos profissionais e acadêmicos membros de corpos editoriais de periódicos, tais como editores, revisores e pareceristas, bem como contribuir para a formação de professores de inglês e formadores de professores, orientando-os na compreensão das questões do ILF e suas diferentes variedades linguísticas e auxiliando-os a refletir sobre quais as formas de transformar as discussões em práticas de sala de aula.

Após essas considerações iniciais, no próximo capítulo (capítulo 2) será feita uma revisão bibliográfica sobre o *status* e dimensão da língua inglesa hoje no mundo, com ênfase especial às questões do ILF. Em seguida, serão discutidas divergências terminológicas e teóricas quanto aos "diferentes ingleses" e, por fim, serão abordadas consequências para a sala de aula ao se enxergar o inglês como uma língua franca global.

No terceiro capítulo, as discussões teóricas acerca do ILF serão mais específicas, concentrando-se no seu uso dentro do ambiente acadêmico. Além disso, serão trazidos à tona os debates da publicação acadêmica em periódicos e a sua relação com o ILF.

O quarto capítulo retoma os objetivos deste trabalho, explicitando também os objetivos específicos da pesquisa. Também serão especificadas as perguntas de pesquisa que nortearam este trabalho e serão explicados os procedimentos metodológicos seguidos nesta investigação.

No capítulo 5 serão mostrados os resultados da pesquisa e a análise e discussão dos dados.

O sexto e último capítulo, por fim, é dedicado a uma síntese da pesquisa aqui apresentada, bem como considerações finais, apontando limitações e possibilidades de futuros estudos.

---

[7] Neste texto, utilizo as palavras "periódico" e "revista" como sinônimos.

2 QUE INGLÊS É ESSE? – DIFERENTES MANEIRAS DE ABORDAR A LÍNGUA INGLESA NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo apresenta uma discussão teórica da dimensão e *status* da língua inglesa no mundo hoje debatendo questões como pertencimento/posse da língua inglesa e implicações educacionais. Apresenta também uma discussão terminológica acerca de diferentes formas encontradas na literatura de fazer referência à língua inglesa.

2.1. A DIMENSÃO DO INGLÊS HOJE

A língua inglesa é hoje considerada uma ferramenta para a comunicação internacional, proporcionando a interação de pessoas ao redor do mundo. É a língua da ciência e da tecnologia, do cinema e da mídia; é o idioma oficial de muitos órgãos políticos e organizações esportivas internacionais em diversas partes do mundo (CRYSTAL, 2003a); é uma língua vista como peça-chave para oportunidades de emprego (PEDERSON, 2011), falada por mais de dois bilhões de pessoas, em diferentes níveis de proficiência, o que seria aproximadamente um terço da população mundial (SIQUEIRA, 2011). O alcance da língua inglesa não se compara ao feito de nenhuma outra língua no mundo; apesar de outras línguas já terem anteriormente assumido um papel internacional, tais como o francês e o latim, nenhuma delas atingiu tal nível de circulação global – a circulação de informações no mundo nunca foi tão grande, o que levou à internacionalização da língua inglesa. Ou seja, jamais um idioma conseguiu atravessar tantas fronteiras e ter participação em tantos contextos e países diferentes. De acordo com McCrum, autor do livro *Globish*, "Quase não há transações em qualquer cidade do mundo de hoje que seja inocente no inglês, de certa forma" (MCCRUM, 2010, p. 14)[8].

Isso significa dizer que a língua inglesa atingiu um *status* de língua franca ou língua internacional: a maioria dos alunos que buscam estudar o idioma[9] o fazem para poderem se comunicar com o mundo. Como exemplo, pode-se citar acadêmicos que escrevem artigos em

---

[8] Salvo indicado, todas as traduções deste trabalho são de autoria da autora. Texto original: *"*There is hardly a transaction in any city in today's world that is innocent in English, in some form".

[9] Apesar de em sites de divulgação científica e escolar, tais como <http://novaescola.org.br/lingua-portuguesa/fundamentos/qual-diferenca-lingua-idioma-dialeto-427786.shtml> e <http://brasilescola.uol.com.br/gramatica/diferencas-entre-lingua-idioma-dialeto.htm> haver a distinção das palavras idioma e língua, esta diferença de significado não foi identificada nos textos acadêmicos da área. Consequentemente, utilizamos neste texto as duas palavras sem distinção de sentido. Acesso em 22 jun 2016.

inglês para que suas publicações tenham maior alcance internacional e sejam lidas por mais pares (BOCANEGRA-VALLE, 2014); empresas que exigem dos seus funcionários fluência em língua inglesa para que possam efetuar transações com empresas parceiras em qualquer lugar do mundo (cujos funcionários, muitas vezes, também não têm inglês como língua materna); turistas em diversos países que utilizam inglês para comunicação, independentemente da língua falada no país visitado. McKay (2002) assinala que o inglês é uma língua internacional tanto global quanto localmente. Como explicam Calvo & El Kadri (2011, p. 32), "as pessoas usariam ou se apropriariam da língua (em sentido global) para reinventarem suas vidas diárias (em sentido local)".

Conforme assinala Pennycook[10] (2001, p. 78, apud SIQUEIRA, 2012b, p. 314), "o inglês está no mundo e o mundo está em inglês". De acordo com Crystal (2003b), há dois principais motivos para que o idioma tenha alcançado o *status* de língua mundial: a expansão do império britânico no século XIX e a emergência dos Estados Unidos como potência econômica no século XX. Phillipson (1992, p. 1, apud SIQUEIRA, 2012b, p. 314)[11] afirma que "o império britânico abriu caminho para o império do inglês", fazendo com que, hoje, a língua inglesa seja uma mercadoria altamente valorizada e, neste cenário globalizado, o mundo sinta-se compelido a aprender esse idioma (SIQUEIRA, 2012b). Assim, a expansão do inglês deve ser compreendida como um fenômeno econômico, político e cultural (BORDINI; GIMENEZ, 2014), e não-neutro, ou seja, o fato de o inglês ter atingido o patamar que atingiu vai além da afirmação de Crystal (2003a, p. 78) de que o idioma estava "no lugar certo e na hora certa"[12], mas, sim, é importante lembrar que esse *status* e expansão são produtos do colonialismo e imperialismo praticado por países anglófonos (SIQUEIRA, 2012b).

Hoje, a maioria das interações em inglês acontece entre falantes que possuem outro idioma como língua materna (CRYSTAL, 2003b; GRADDOL, 2006; SEIDLHOFER, 2004; entre outros). Isto pode ser visualizado no já consagrado modelo de círculos concêntricos desenvolvido por Braj Kachru (1985) sobre a difusão do inglês. Cada círculo representa não só uma categoria de países onde o idioma é falado, mas também a quantidade de falantes representantes de cada categoria. O círculo central, menor, refere-se a países onde o inglês é considerado a língua nativa dos seus falantes, tais como Estados Unidos da América, países do Reino Unido, Canadá, Austrália, Irlanda e Nova Zelândia. O segundo círculo, chamado

---

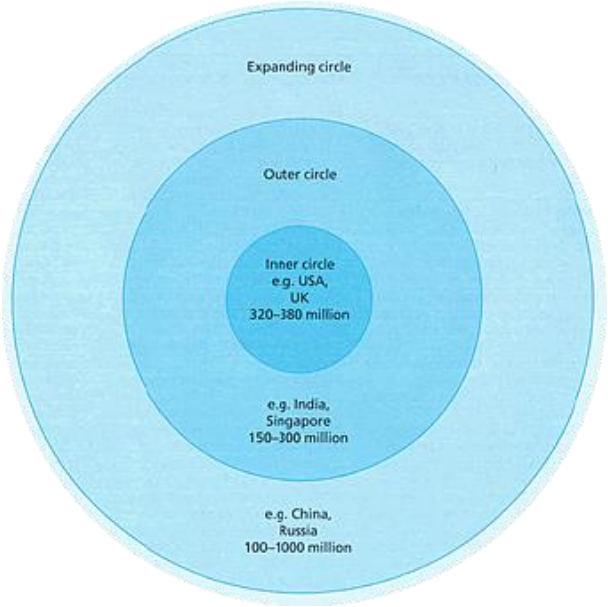
[10] PENNYCOOK, A.A. English in the world/The world in English. In: BURNS, A.; COFFIN, C. (Org.). *Analyzing English in a global context.* Sydney: Routledge, 2001, p.78-89.

[11] PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Hong Kong: Oxford University Press, 1992.

[12] Texto original: "in the right place at the right time". Crystal (2003a) ressalta que esta alegação foi um tanto quanto irônica, mas a própria explicação em relação a esta afirmação ser uma ironia reforça que o inglês teve sorte em se tornar a língua mundial.

externo, compreende países onde o inglês é falado como segunda língua ou onde seja a língua oficial, como ex-colônias britânicas, e pode-se citar Índia e Cingapura como exemplos. Por fim, o círculo em expansão refere-se a países que não têm uma história direta com o inglês, mas onde se podem encontrar muitos falantes da língua, como Rússia, China, Brasil.

Figura 1: Os três círculos de Kachru



Fonte: Crystal, 2003b, p. 107.

O modelo de círculos de Kachru traz à tona o fato de o mundo ser um lugar multilíngue em que falar o inglês de forma monolíngue é a exceção[13] (SCHMITZ, 2014). Entretanto, apesar da grande importância que o modelo trouxe para pesquisas em Linguística Aplicada, ele é limitado. Schmitz (2014) aponta, por exemplo, o fato de não explicar a variação em diferentes dialetos ou de não levar em consideração que os próprios círculos não são homogêneos e suas fronteiras não são assim tão fixas devido ao movimento e migração de pessoas e identidades internacionais ou transnacionais. Anchimbe (2009) afirma que as diferentes variedades do inglês, ao se estabilizarem como formas independentes, auxiliam na

[13] Ressalta-se que esse pode não ser o caso no Brasil, em termos de história das políticas linguísticas nacionais. Oliveira (2009) explica que, historicamente, o Brasil apresentou diversas vezes políticas de repressão linguística e glotocídio (extermínio de línguas), não apenas em relação às línguas indígenas, como também às línguas de imigrantes, visando sempre ao monolinguismo do português brasileiro. No entanto, de fato, são falados hoje no Brasil em torno de 200 línguas, o que caracterizaria o Brasil como um país plurilíngue, assim como 94% dos países do mundo, "não só pela atual diversidade de línguas faladas no território, mas ainda pela grande diversidade interna da língua portuguesa aqui falada" (Oliveira, 2009, p. 6).

construção da identidade dos seus falantes, e não apenas na comunicação. Além disso, Seidlhofer explica que,

> A diferença entre as formas locais e globais de inglês como língua internacional naturalmente atravessa a distinção dos círculos em expansão e externo, visto que comunidades que usam o inglês intranacionalmente no círculo externo também são participantes nos usos globais do inglês, assim como, é claro, os falantes do círculo interno. O inglês expandiu seu uso por todas as regiões que Kachru tão claramente delimitou. (SEIDLHOFER, 2004, p. 210)[14]

Sendo assim, percebe-se que a presença do inglês no mundo é complexa[15]. Essa grande expansão da língua inglesa levantou o debate de qual inglês se fala ao redor do mundo e a quem ele pertence. Visto que há mais FNNs que nativos do idioma, e que muitas vezes o inglês tem funções locais em países cuja população não o fala como língua materna, espera-se que seja também complexa a forma como a língua se relaciona e se comporta tanto em comunidades locais em que está inserida, quanto em ambientes globais de interação. Rajagopalan (2012a) lembra ser um erro imaginar que qualquer língua em expansão mantenha-se intacta. Para o autor, conforme o inglês se espalha pelo mundo, ele sofre mudanças em diversos níveis, sejam eles de pronúncia, morfologia, léxico, criação de neologismos, ou, até mesmo, mudanças no padrão sintático do idioma. Isso é reiterado por Nault (2006), que afirma que, em nível global, os falantes se apropriam do inglês ao reformula-lo e dar à língua uma nova roupagem, seja nas formas faladas ou escritas, ou seja, os falantes de inglês provenientes dos círculos externo e em expansão não se contentam em apenas imitar o inglês falado no círculo interno.

Muitos dos "ingleses" do mundo são falados por indivíduos com pouca proficiência na língua; de acordo com Seidlhofer (2004, p. 212), "muitas das interações em inglês se dão entre participantes que não têm controle da gramática padrão ou cujo léxico e pronúncia não estão de acordo com uma norma reconhecida"[16]. Nelson (2011) diz que, possivelmente, muitos concordariam com a afirmação de que o referente para "inglês" em um lugar do mundo soa diferente e tem funções diferentes de o que seria "inglês" de algum outro lugar. A globalização da língua inglesa permitiu e tem permitido que, cada vez mais, as diferentes (e

---

[14] Texto original: "The difference between localized and globalized forms of EIL naturally cut across the Outer/Expanding Circle distinction, since communities that use English intranationally in the Outer Circle also participate in the global uses of English as do, of course, Inner Circle speakers. English has expanded in its use across all the regions that Kachru has so clearly distinguished."

[15] É importante ressaltar que a citação de Seidlhofer foi feita há mais de dez anos e que a disseminação do inglês no mundo aumentou desde então, fazendo com que a presença do inglês no mundo hoje seja ainda mais complexa do que em 2004.

[16] Texto original: "Many interactions in English are between participants who do not control standard grammar and whose lexis and pronunciation do not conform to any recognized norm."

por vezes novas) variedades não nativas da língua ganhem espaço e sejam vistas não como formas desviantes, mas sim como variedades institucionalizadas (SCHMITZ, 2014).

Há quem diga o contrário. A sociolinguista Miriam Meyerhoff (2011), por exemplo, acredita que a globalização acarretou principalmente a expansão do inglês americano pelo mundo, e que isto levaria a uma homogeneização dos ingleses falados em diversos países, havendo assim um nivelamento dialetal[17] em direção a esta variedade. Este pensamento vai ao encontro do que Kumaradivelu (2006) explica ser uma escola de pensamento[18] que enxerga a globalização como *homogeneização cultural*, representada principalmente pelo teórico político Barber (1996)[19] e pelo sociólogo Ritzer (1993)[20]. Nesta perspectiva, a globalização seria sinônimo de ocidentalização e, principalmente, de "norte-americanização", ou seja, "a cultura norte-americana de consumo constitui o centro dominante" (KUMARADIVELU, 2006, p. 132), e, com isso, haveria a "criação de produtos de consumo homogeneizado e a imposição de padrões uniformes" (KUMARADIVELU, 2006, p. 132), que se espalhariam mais facilmente pelo mundo através da indústria de comunicações globais – em inglês.

Embora seja inegável que o inglês americano possui grande permeabilidade em diversos contextos ao redor do mundo, e que talvez o *input* dessa variedade seja maior para muitos aprendizes da língua, pode-se dizer que, apesar disso, há uma maior *heterogeneidade* das variedades linguísticas, até porque, conforme aponta Signorini (2006, p. 181), "a coparticipação numa língua comum não exige homogeneidade nos usos da língua, mas sim igualdade de condições dos falantes enquanto falantes, isto é, enquanto interlocutores numa cena comum". Pennycook (2003) explica que essa visão acompanha o que Kachru chamou de *world Englishes*, ou seja, o inglês adapta-se localmente e assim são criados diferentes ingleses no mundo. É cada vez mais aceitável que os falantes tragam consigo suas bagagens linguísticas e culturais, até como forma de marcar sua identidade, e não precisem se preocupar em moldar sua fala de acordo com as normas dos FNs (GRADDOL, 2006). Assis-Peterson (2008, p. 334) diz que "[a]o se tornar língua mundial, o inglês se institui como uma peça a ser

---

[17] Para Meyerhoff (2011), nivelamento dialetal é o apagamento das diferenças que distinguem uma variedade linguística de outra, principalmente quando estas variedades estão em contato e acabam por se *nivelarem*, ou seja, as características específicas de cada dialeto ou variedade regional são reduzidas ou apagadas.

[18] Kumaradivelu (2006) traz também outras duas escolas de pensamento que explicariam a globalização. A segunda, ao contrário da primeira, diz que está acontecendo uma *heterogeneização cultural*, ou seja, cada vez mais as culturas locais são fortificadas como forma de defesa à ameaça da globalização. Aqui, "a globalização contribuiu somente para a contração do espaço, tempo e fronteiras, não para a expansão da harmonia comum ou valores compartilhados entre as pessoas do mundo" (p. 133). A terceira escola afirma que há uma tensão entre a homogeneização e a heterogeneização cultural, ou seja, os dois fenômenos estariam acontecendo ao mesmo tempo, o que pode ser chamado de *glocalização*: "as culturas em contato modelam e remodelam umas às outras direta ou indiretamente" (p. 134).

[19] BARBER, B.R. *Jihad vs McWorld.* New York: Ballantine Books, 1996.

[20] RITZER, G. *The Mcdonaldization of Society.* Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1993.

legitimamente apropriada, modificada, ressignificada nos diversos contextos de sua utilização".

Essas discussões levantaram outra questão: quais falantes podem-se dizer "donos" da língua inglesa? Apesar de uma língua estar fortemente entrelaçada com seus FNs, no caso do inglês, devido ao seu posicionamento global, pode-se dizer que cai por terra esta ideia de os FNs serem os seus "verdadeiros donos". Hoje, o inglês pertence (ou deveria pertencer) a todos aqueles que o utilizam, sejam nativos ou não, em qualquer lugar do mundo (WIDDOWSON, 1994; HIGGINS, 2003; LINCK BERTO, 2011; SCHMITZ, 2012b; SCHMITZ, 2014, entre outros).

De acordo com Romaine[21] (1992, apud FERNÁNDEZ, 2005, p.89), este foi o preço pago pelo inglês ao se tornar uma língua internacional. Fernández (2005) diz que:

> Se o inglês realmente pertence a todos aqueles que o utilizam, por inúmeros motivos, então o estabelecimento dos seus padrões como uma língua para comunicação internacional não deveria estar apenas nas mãos [dos falantes nativos]. Em vez, deveria estar nas mãos daqueles que o utilizam e o adaptam aos seus próprios significados e benefícios. O uso de uma língua internacional deve beneficiar *todos* os seus falantes, e não apenas alguns.[22] (FERNÁNDEZ, 2005, p. 89)

Isto não significa dizer que, agora, FNs de inglês não tenham importância linguística internacionalmente. Não vemos essas discussões como uma forma de inverter a balança de quem "produz" e quem "consome" as normas linguísticas, ou que se deva, então, menosprezar formas e usuários nativos da língua, como se, por hoje serem minoria em termos de números de usuários de inglês, tudo aquilo que trazem consigo linguisticamente (repertório, conhecimento e, por que não, situação de conforto ao falar a sua própria língua materna) devesse ser desprezado. O que dizemos é que não são *apenas* os nativos quem dão as cartas da língua. Por ser um idioma desterritorializado (SIQUEIRA, 2011), pode-se dizer que, ao menos a nível internacional, o inglês está sendo moldado tanto por FNNs quanto FNs (SEIDLHOFER, 2004).

No momento em que falantes de diversos locais ao redor do mundo adaptam o inglês aos seus próprios contextos, eles não necessitam (ou não deveria necessitar) mais seguir as normas da Inglaterra ou dos Estados Unidos, por exemplo (HIGGINS, 2003). Schmitz

---

[21] ROMAINE, Suzanne. *Bilingualism.* Oxford: Blackwell, 1992.

[22] Texto original: "if English really belongs to all those who use it, for a myriad of purposes, then the establishment of its standards as a language for international communication should not be in the hands of [native-speakers] alone. Instead, it should be in the hands of those who use it and accommodate it to their own meanings and benefits. The use of an international language in the world should benefit all its users and not just a few."

(2012b, p. 252) afirma que os FNNs consideram o inglês também como uma língua de sua propriedade, e não apenas "um terreno privado dos nativos em Nova York, Londres ou Sydney". Sentir-se dono de uma língua é ter acesso aos seus recursos simbólicos e materiais (NORTON, 1997). Nessa perspectiva, qualquer um que se sinta confortável o suficiente para interagir e participar de práticas sociais em determinados contextos, sentindo-se um falante legítimo, seria dono do inglês, independentemente do seu país natal ou língua materna.

Norton (1997) diz que a dicotomia nativo *versus* não nativo faz com que os aprendizes (e professores FNNs) não se sintam falantes legítimos do inglês, visto que promove o sentimento de não ser proprietário da língua. Do mesmo modo, o linguista indiano Singh (1995) também defende o abandono desta dicotomia, uma vez que, quando comparados os ingleses britânico e indiano, diz não haver diferença entre eles, além de não existir uma característica específica que todas as variedades não nativas tenham e que as nativas não tenham, por exemplo.

De forma complementar, Schmitz lembra que existe variedade e não-uniformidade entre os próprios FNs: "eles não são de forma alguma um grupo uniforme, visto que nem todos falam (ou escrevem) inglês acadêmico padrão. Muitos falam uma variedade regional ou social, e outros estão perfeitamente satisfeitos em *não* falar inglês padrão"[23] (2012b, p. 257, grifo do autor). Ainda, o autor lembra que há FNs de inglês nascidos no sudeste da Ásia e África, e concorda com Rajagopalan (1997 apud SCHMITZ, 2012a, p. 73)[24] que delimitar apenas os falantes de alguns países como nativos é uma posição racista. Em outro texto, o autor também problematiza a dicotomia nativo/não nativo, visto que ser ou não um FN "não é uma qualidade das variedades, e sim das pessoas"[25] (SCHMITZ, 2009, p. 343).

Entretanto, por mais que essas discussões já estejam bastante disseminadas em muitos meios acadêmicos, ainda vemos uma grande conformidade às regras do inglês britânico ou americano em diversos contextos. E isso está muito atrelado às diferentes formas de enxergar o papel do inglês hoje, visões essas que podem ser expressadas através do uso de diferentes terminologias.

---

[23] Texto original: "They are by no means a uniform group for not all speak (or write) standard academic English. Many speak a regional or social variety and others are perfectly content to not speak standard English."

[24] RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguistics and the myth of nativity: comments on the controversy over "New/Non-Native Englishes". *Journal of Pragmatics*, vol. 22, p. 225-231, 1997.

[25] Texto original: "(…) for nativeness is not a quality of varieties but of people."

2.2 OS DIFERENTES INGLESES

Ainda há muita discussão terminológica acerca dos diferentes "ingleses". Há não muito tempo, o ensino de língua inglesa dividia-se principalmente nas abordagens de ensino conhecidas por Inglês como Língua Estrangeira (ILE) e Inglês como Segunda Língua (ISL), sendo esses dois termos diferenciados principalmente em questões de aquisição ou aprendizado da língua[26]. Entretanto, devido às discussões acima apresentadas, diferentes acadêmicos começaram a utilizar novos termos de forma a melhor definir essa língua, tanto em termos de aprendizado quanto de papel social ocupado pelo inglês. Aqui, além dos termos acima mencionados, serão debatidos os conceitos Inglês como Língua Franca (ILF), Inglês como Língua Internacional (ILI), Inglês Internacional, além dos termos *Global Englishes* (GE), *World English* (WE) e *World Englishes* (WEs) – termos estes que não costumam ser traduzidos para o português.

Inglês como Língua Estrangeira é considerado o inglês falado por aprendizes que não têm o inglês como língua materna e que raramente o utilizam em contextos nacionais (JORDÃO, 2014). Nessa perspectiva encontram-se os falantes oriundos do círculo em expansão, ou seja, brasileiros, argentinos, chineses, que aprendem inglês no seu país para comunicarem-se com nativos ou não nativos em outros contextos (JORDÃO, 2014). Quem pode ditar as normas, no ILE, são FNs (majoritariamente das variedades britânica e americana), por isso, essa visão coloca o aprendiz em uma posição de inferioridade em relação ao FN. Isso porque, sendo *estrangeira*, é a língua do outro; não há como sentir-se "dono" de uma língua que não é e nunca vai ser sua. Essa abordagem entende que o objetivo de um FNN é falar como um FN; o inglês do falante de ILE é visto como defeituoso, já que não é (e muito provavelmente nunca será) igual ao de um nativo (SCHMITZ, 2009). É essa a perspectiva que tradicionalmente pauta o ensino de inglês ao redor do mundo. Muitos materiais didáticos internacionais de ensino de inglês, por exemplo, são norteados pelas variedades linguísticas inglesa e americana, ignorando todo o cenário mundial do inglês

[26] Figueiredo (1995) explica que a aquisição de uma (segunda) língua teria relação com a forma de aprender essa língua informalmente e inconscientemente, em ambientes naturais, ou seja, dentro da comunidade onde a língua se insere, sem a necessidade da correção de erros. Por exemplo, em um cenário onde uma família de brasileiros por com filhos pequenos se mude para um país de língua inglesa, as crianças adquiririam o inglês de forma natural a partir do momento em que houvesse interações espontâneas na nova comunidade. Nesse caso, haveria uma situação de ISL. A aprendizagem de uma língua (estrangeira), por outro lado, é um processo controlado, relacionando-se à formalidade como essa língua é aprendida, isto é, dentro de ambientes formais de instrução (tal como a sala de aula) não situados em contextos onde a língua é falada pela comunidade (tais como aulas de inglês em contextos escolares Brasil). Nessa concepção, portanto, aprender ILE envolve a consciência de se estar aprendendo um novo conjunto de regras linguísticas e a necessidade de correção de erros.

atualmente, e a visão de ensino de cultura em sala de aula de línguas limita-se a fatos e curiosidades sobre esses dois países.

Avançando para o termo Inglês como Segunda Língua (ISL), Graddol (2006) explica que a diferença principal entre ILE e ISL é que esta abordagem compreende o papel do inglês como língua corrente na sociedade local onde é ensinado. Além de ser entendido como o inglês aprendido/praticado por imigrantes ou estrangeiros em países do círculo interno, envolvendo questões de identidade e bilinguismo, o termo também compreende o inglês falado (e ensinado) em países do círculo externo, onde muitas vezes essa língua é utilizada em determinados contextos. Schneider (2003) afirma que entender o inglês de falantes do círculo externo como sendo necessariamente uma segunda língua é um equívoco, visto que há muitos falantes de inglês em países como Nigéria, Índia e Cingapura que têm o inglês como sua língua materna ou que o utilizam como primeira língua (além do fato de essa categorização ignorar os falantes de inglês que são expatriados).

Os termos ILE e ISL possuem a limitação de não compreenderem o inglês no cenário global atual. O debate terminológico e conceitual sobre como entender o uso da língua ainda está em aberto, pois, como dizem Gimenez, Calvo & El Kadri (2011, p. 7), "como designar o inglês que hoje se revela um produto cultural e econômico; que é usado por milhões de pessoas ao redor do mundo com os mais diferentes propósitos?". Apesar de essas questões ainda estarem sendo debatidas, os termos Inglês como Língua Franca, Inglês como Língua Internacional, *Global Englishes* e *Word English(es)* vêm para tentar abarcar essas perspectivas.

Sharifian (2009) explica que ILI nada mais é do que uma mudança de paradigma do uso da língua acarretada pela rápida expansão do inglês no mundo, mudança essa que traz implicações principalmente para a Linguística Aplicada e ensino de inglês. Ao compreender que o inglês é utilizado nas mais diversas formas e situações globalmente, as questões de comunicação e competência intercultural entram em pauta ao se falar em proficiência em inglês para a comunicação internacional (SHARIFIAN, 2009). Além disso, ele também explica que ILI não é uma variedade, ao contrário:

> ILI na verdade rejeita a ideia de qualquer variedade específica ser escolhida como a *língua franca* para a comunicação internacional. O ILI enfatiza que o inglês, com suas muitas variedades, é uma língua de comunicação internacional, e, consequentemente, *intercultural*.[27] (SHARIFIAN, 2009, p. 2 - grifo do autor).

[27] Texto original: "EIL in fact rejects the idea of any particular variety being selected as a lingua franca for international communication. EIL emphasizes that English, with its many varieties, is a language of international, and therefore *intercultural*, communication."

Ele explica que essa mudança de paradigma relacionada ao entendimento do uso da língua indica principalmente o reconhecimento dos ingleses do mundo e suas variedades e que ILI está inserido em contextos em que os falantes do inglês são oriundos de culturas e países diferentes. Sendo assim, é preciso revisar criticamente as noções, abordagens e metodologias do ensino de inglês. Em relação aos FNs ou FNNs, Sharifian diz que essa distinção nem sempre é clara, e que o foco do ILI é na comunicação, ou seja, no uso da língua, independentemente de em qual dos círculos de Kachru o falante estaria inserido.

Essa também é a definição de ILI para McKay & Bokhorst-Heng (2008 apud SIQUEIRA, 2011)[28]. As autoras entendem que ILI seria um "termo guarda-chuva" que englobaria quaisquer variedades utilizadas por falantes de quaisquer dos círculos concebidos por Kachru. Para Modiano (2009), o ensino do inglês em uma abordagem de ILI deve priorizar o ajuste da língua à situação, ou seja, os aspectos pragmáticos da comunicação em contextos internacionais, havendo assim uma oposição à ideia da perspectiva de língua estrangeira.

Seidlhofer (2004) atenta ao fato de, muitas vezes, o termo Inglês Internacional ser utilizado como abreviação de Inglês como Língua Internacional, e isto seria um equívoco, visto que não há uma única variedade codificada que seja utilizada apenas em situações internacionais. Ela explica, em outro texto (2009), que o termo inglês internacional também é muitas vezes entendido apenas como as diferentes variedades padrão e nativas da língua. Esta autora defende o uso do termo Inglês como Língua Franca.

Jenkins (2006) diz que, em sua forma mais pura, uma língua franca é uma língua de contato usada por interlocutores cujas línguas maternas são diferentes. Entretanto, a própria autora lembra que muitos teóricos não fazem uso do termo de forma tão restrita. Seidlhofer (2004) diz que interações em ILF muitas vezes incluem falantes dos círculos interno e externo, e que, para ela, seria o melhor termo para definir a língua que "tomou vida própria" e que se distanciou das normas estabelecidas pelos FNs, não havendo, assim, FNs de ILF. Assim, enquanto ILE considera os FNNs como falantes imperfeitos, ILF questiona a norma hegemônica dos falantes nativos em todo e qualquer contexto e legitima a variação. Não se trata de entender que todos os falantes de inglês seriam proficientes ou que todos os desvios do padrão nativo são aceitos. Jenkins (2011, p. 928) explica que a principal diferença é que

[28] MCKAY, S.L.; BOKHORST-HENG, W. *International English in its sociolinguistic contexts:* towards a socially sensitive EIL pedagogy. NewYork/London: Routledge, 2008.

"há uma distinção sociolinguística entre os erros de aprendizes de ILF e das inovações de usuários de ILF proficientes, apesar de os dois, às vezes, resultarem nas mesmas formas".

Essa visão é compartilhada por Schmitz (2012b) ao afirmar que o ILF não é uma interlíngua e, assim, a não conformidade ao padrão nativo não indica déficit dos FNNs. Para ele, o ILF não é um produto acabado ou atado a alguma cultura nacional, "ILF é simplesmente o produto daqueles que o utilizam em suas interações diárias"[29] (SCHMITZ, 2012b, p. 261). Sendo assim, apesar de muitos ainda verem os ingleses do mundo como formas desviantes, os defensores do ILF dizem que "os padrões linguísticos devem ser negociados por aqueles que aprendem inglês, e não por aqueles que acidentalmente nasceram na língua"[30] (SCHMITZ, 201b, p. 251).

Uma complementação do conceito de ILF é trazida por Pederson (2011). A autora americana explica que mesmo nativos de inglês falam ILF ao utilizarem o inglês para comunicação internacional, e isso acontece uma vez que o ILF compreende negociação de significado e ajustes linguísticos por parte do falante, dependendo do contexto social[31]. Ela continua ao dizer que "a variedade do inglês que falamos é menos importante do que os ajustes que fazemos ao nosso inglês quando nos comunicamos com falantes de outras primeiras línguas"[32] (PEDERSON, 2011, p. 61). Por isso, todos os falantes de inglês, sejam eles nativos ou não, estão englobados na perspectiva de Inglês como Língua Franca, mas quando os nativos estão envolvidos, eles não ditam normas (JENKINS, 2009).

Friedrich & Matsuda (2010), por sua vez, discordam da concepção de ILF como variedade linguística e definem o termo como uma função da língua inglesa no mundo. Isso se dá por não acreditarem que exista uma única forma do inglês que seja utilizada exclusivamente em situações internacionais; desta forma, ser uma língua franca é uma função desempenhada pelo inglês através do seu uso em diferentes contextos, isto é, diferentes falantes fazem uso das suas variantes e as ajustam em determinadas situações. Para eles, ILI é entendido como uma sub-função de ILF, ou seja, enquanto ILI seria o termo utilizado apenas para situações internacionais, ILF englobaria ILI e também o uso da língua

---

[29] Texto original: "ELF is simply the product of all those who use it in their daily interactions."

[30] Texto original: "[...] language standards to be negotiated by those who learn English and not those who, by accident, happened to be born into the language."

[31] Apesar de interações em geral envolverem ajustes dependendo do contexto social, em ILF, essa negociação e ajuste significam a forma como os falantes buscam superar eventuais problemas de comunicação a partir de estratégias pragmáticas que estão mais relacionadas à criatividade, flexibilidade e engajamento na interação. Pesquisas demonstram que a interação em ILF é tradicionalmente cooperativa, ou seja, os falantes buscam cooperação e apoio mútuos para que a interação aconteça (DE BARTOLO, 2014).

[32] Texto original: "[...] the variety of English we speak holds less importance than the adjustments we make to our English when communicating with speakers of other first languages."

intranacionalmente, como por exemplo quando o inglês é falado como a língua comum entre falantes de Punjabi e Hindi na Índia (FRIEDRICH; MATSUDA, 2010).

Calvo & El Kadri (2011) apontam que, apesar de a sociedade brasileira justificar a escolha do aprendizado da língua inglesa por considerá-la uma língua franca, os documentos oficiais para o seu ensino ainda a tratam como língua estrangeira. Por exemplo, o documento Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), apesar de enfatizar a importância de se pensar em um ensino de línguas que englobe tanto o global quanto o local (algo que estaria de acordo com o ILF), ressalta que as orientações e teorias apresentadas na seção *Conhecimentos de Línguas Estrangeiras* podem ser utilizadas no ensino de qualquer língua estrangeira no Ensino Médio, não sendo exclusivas da língua inglesa, ou seja, são orientações que não se pautam nas particularidades e discussões do inglês ser a língua franca internacional. Entretanto, é importante que o conceito ILF se fortaleça nas políticas linguísticas educacionais, pois conforme explicam Calvo & El Kadri (2011), implicações educacionais tais como a escolha e discussão das variedades ensinadas e aspectos de correção são consequências de se conceber o inglês como língua franca, e não apenas estrangeira.

Dois outros termos também utilizados para designar o inglês falado em contextos internacionais são *World Englishes* (ingleses mundiais) e *World English* (inglês mundial). O primeiro está intimamente relacionado ao modelo de círculos concêntricos de Kachru supracitado. Ao trazer à tona a compreensão de que há mais falantes nos círculos externo e em expansão do que no círculo central e, principalmente, ao mostrar como o inglês também tem relação histórica e social com os países do círculo externo, Kachru defende que os ingleses falados nesses círculos não seriam formas desviantes, e sim formas institucionalizadas localmente, variedades aceitas. As diferenças regionais dos diferentes ingleses seriam formas de marcar identidades sociais (COUTO, 2012). Seidlhofer (2009), entretanto, diz que o paradigma de WEs está menos preocupado em estudar os ingleses do círculo em expansão, dando assim mais ênfase ao círculo externo, o que distinguiria o paradigma de WEs do paradigma de ILF, pois este se ocupa dos ingleses nos três círculos.

Couto (2012) defende o uso do termo WEs ao dizer que:

> O termo *English* (inglês no singular) não captura esse sentido de pluralidade, multiculturalidade e multilinguismo que o termo *Englishes* representa. O modelo kachruviano facilita o entendimento sobre os usos e usuários do inglês no mundo e suas respectivas relações. (COUTO, 2012, p. 14).

Desta forma, o termo WEs abarca e aceita como variedade legítima todos os ingleses do mundo. Couto explica que dizer que há "ingleses" no mundo – em vez de "variedades do inglês" – é um posicionamento político que reforça a autonomia e a pluralidade da língua, pois, conforme sugere Bolton[33] (2006, p. 289 apud COUTO, 2012, p. 25), "variedades do Inglês sugere a heteronomia dessas variedades para o núcleo comum do inglês"[34].

Na contramão, Rajagopalan (2011, 2012a, 2012b) defende o uso do termo *World English*, no singular:

> Pessoalmente, prefiro falar de "World English", no singular – pela simples razão de que estou mais interessado em saber como esses diferentes "ingleses" se comunicam um com o outro, em vez de como eles aparentemente divergem. (RAJAGOPALAN, 2012a, p. 49).[35]

Ele explica também que utiliza a palavra "inglês" apenas por falta de um termo melhor, pois esta língua falada no mundo não é aquela que "você e eu fomos ensinados a reconhecer" (RAJAGOPALAN, 2012a, p. 49). O autor comenta ainda sobre a dificuldade de explicar o que é o WE, visto que o fenômeno é muitas vezes confundido com *pidgin*[36], entendido como um fenômeno passageiro ou como uma forma infantil de falar inglês, por exemplo (RAJAGOPALAN, 2011). Além disso, de forma análoga à descrição de Seidlhofer (2004) para ILF, o WE não possui FNs, ou seja, "[a] divisão dicotômica dos usuários de uma língua entre seus falantes nativos e falantes não-nativos simplesmente não se aplica ao WE" (RAJAGOPALAN, 2011, p. 49), visto que não há falantes que tenham crescido e utilizado essa língua como único meio de comunicação, em ambientes monolíngues. Sendo assim, ninguém é dono do WE, e WE não é uma língua "natural", e sim cultural e em formação (RAJAGOPALAN, 2011, p. 49).

Schmitz (2012a), por outro lado, critica o termo WE defendido por Rajagopalan por entender que, por mais que seja interessante colocar todas as formas de inglês "no mesmo cesto", o termo apaga não apenas as diferenças de proficiência dos falantes (inclusive dos que têm inglês como primeira língua), mas também as diferentes visões do mundo que cada variedade traz.

---

[33] BOLTON, Kingsley. Varieties of World Englishes. In: Kachru, Braj et al. (org.) *The handbook of World Englishes*. Oxford: Blackwell Publishing, p. 289-312, 2006.

[34] Tradução de Couto, 2012. Texto original: "'varieties of English' suggests the heteronomy of such varieties to the common core of English".

[35] Texto original: "Personally, I prefer to speak of 'World English' in the singular – for the simple reason that I am more interested in finding out how these different 'Englishes' communicate to one another, rather than how they go their apparently divergent ways."

[36] Meyerhoff (2011) define *pidgin* como uma língua de contato que não é a língua materna de nenhum dos falantes, e muitas vezes está condicionada a funções sociais específicas; entretanto, conforme explica Rajagopalan (2011), o *pidgin* é visto como uma língua inferior, em formação.

Por fim, mais recentemente, um novo termo surgiu com o intuito de unir os conceitos de WEs (ou seja, sobre as variedades nacionais e pesquisas que buscam codificá-las) e ILF (isto é, o inglês usado por falantes de diferentes línguas maternas em situações internacionais): *Global Englishes* (GE, ou, em português, ingleses globais). Defendido pelas autoras Galloway (2013) e Galloway & Rose (2014; 2015), esse termo tem uma orientação inclusiva, pois abrange o que o ILF e WEs têm em comum: a aceitação da diversidade do inglês e suas variedades; o entendimento de que o inglês é uma língua plural e não uniforme e/ou estanque; e o afastamento das formas de FNs como centrais ao ensino de inglês, buscando incorporar outras questões à discussão da língua inglesa, tais como globalização, imperialismo linguístico, educação e políticas linguísticas (GALLOWAY; ROSE, 2014). As autoras (2015) explicam ainda que esse paradigma desafia as noções de variedades distintas de língua, e que GE se afilia, de certa forma, com o conceito de práticas translíngues utilizado por Canagarajah (2013b) no que diz respeito ao crescente hibridismo linguístico e diversidade linguística.

Galloway & Rose (2015) apontam diferenças entre GE e ILI: apesar de não desejarem desprezar toda a literatura já produzida que utiliza este termo, visto que, muitas vezes, os diferentes conceitos se confundem, defendem que se diferenciam de ILI principalmente no que concerne a forma de encarar o ILF. Para Galloway & Rose, muitos autores defensores do termo ILI não compreendem que ILF é mais do que apenas codificar uma variedade, descartando as discussões políticas e ideológicas de aceitação das variedades e questionamento da supervalorização de FNs, ou então entendem que o ILF acontece apenas nos círculos externo e em expansão. Além disso, elas prosseguem explicando que alguns autores usam o termo ILI como sinônimo do inglês falado por FNNs, algo com a qual não concordam. Por esses motivos, ILI seria uma subdivisão de GE, mas não a mesma coisa.

Ainda na defesa do termo *Global Englishes*, as autoras (GALLOWAY; ROSE, 2015) dizem que preferiram usar a palavra *Englishes*, no plural, para indicar a pluralidade e diversidade da língua, e também pelo fato de *Global English*, no singular, indicar um padrão ideológico e uniforme. Por fim, enfatizam que não desejam que *Global Englishes* seja confundido com *Globish*, um termo que indica uma variedade simplificada do inglês.

Watterson (2011) conduziu uma revisão histórica e bibliográfica que buscou examinar o que ele chama de CEWIGs, ou *collocations of 'English' with 'world', 'international' and 'global'*, ou seja, como (e quando) a palavra inglês é acompanhada das palavras mundo/mundial, internacional e global. Atualizando uma pesquisa feita por McArthur

(2004)[37], o autor aponta que o termo *world English* é utilizado pela primeira vez na década de 1920, mas indicava um uso padronizado do inglês a ser usado ao redor do mundo, e não o que Rajagopalan (2011) defende hoje. O mesmo vale para ILI: era considerado um sinônimo de WE, inclusive havendo ocorrências após o término da Segunda Guerra Mundial, mas só mais recentemente (após os anos 80 e principalmente após o começo do século XXI) passou a ter uma associação semântica de ser o inglês falado por mais FNNs que FNs e que questiona práticas pedagógicas do ensino da língua. Essas pesquisas de McArthur e Watterson demonstram, por um lado, como essa busca por entender, classificar e descrever a participação da língua inglesa no mundo é complexa e antiga. Por outro lado, percebe-se que os termos são fluidos, ou seja, não estanques, podendo mudar de significado conforme a transformação dos contextos sociais e linguísticos ao longo do tempo.

Neste trabalho optou-se primariamente por utilizar o termo ILF para designar este inglês que está no mundo. Essa escolha se deu principalmente porque esse é o termo utilizado pela maioria dos autores que fundamentam esta pesquisa, mas poderíamos, também, utilizar o termo GE, pois concordamos com as suas propostas e conceitos. Entretanto, entendemos que, apesar de haver algumas diferenças terminológicas, os termos ILF e ILI podem ser usados quase que indistintamente, como sinônimos. Vemos WE e WEs como termos com mais distinção de significado, mas, mesmo assim, autores e acadêmicos que utilizam esses termos também fundamentam este trabalho.

Independentemente do termo, percebe-se que há um denominador comum nessas perspectivas: a de independência do FNN em relação ao FN, que até então sempre era visto como provedor de norma. Nas perspectivas de ILF, ILI, GE e WE(s), o FNN também pode desenvolver normas e romper com a ideia utópica de um inglês monolítico dos países do círculo central. Saber falar inglês vai além de gramática ou sotaque; um falante de inglês como uma língua internacional de comunicação precisa também negociar significado, adequar-se pragmática, social e culturalmente, aceitar variedades e diversidade.

Para alguns autores, o foco central da comunicação em ILF é a inteligibilidade. Nelson[38] (1982 apud Pickering, 2006, p.221) afirma que "ser inteligível significa ser entendido por um interlocutor em certo momento e em certa situação"[39], enquanto Smith e

---

[37] MCARTHUR, T. Is it world or international or global English, and does it matter?. *English Today*, v. 29, n. 3, p. 3–15, 2004.

[38] Nelson, C. Intelligibility and nonnative varieties of English. In B. Kachru (Ed.). *The other tongue*: English across cultures. Urbana, IL.: University of Illinois Press, 1982, p. 58–73.

[39] Texto original: "being intelligible means being understood by an interlocutor at a given time in a given situation."

Nelson[40] (1985 apud Pickering, 2006, p.221) afirmam que "inteligibilidade não é centrada no falante ou ouvinte, e sim na interação entre os dois"[41].

Um exemplo de pesquisa de inteligibilidade em ILF é a de Jenkins (2000 apud SEIDLHOFER, 2004)[42]. A autora pesquisou a inteligibilidade na pronúncia de falantes de diferentes primeiras línguas para descobrir o que mais causava problemas de compreensão, e criou o que ela chamou de *Lingua Franca Core*, ou seja, classificou as diferenças de pronúncia entre centrais e não centrais para a comunicação internacional. Por exemplo, é comum que falantes de diversas línguas maternas substituam o "th" surdo e sonoro por /t/ e /s/ (no caso do surdo) e /d/ e /z/ (no caso do sonoro), o que, em geral, não interfere na comunicação (JENKINS, 2011).

De forma similar, o projeto Vienna-Oxford International Corpus of English (VOICE)[43], dirigido por Seidlhofer, buscou verificar o que seriam características linguísticas comuns do ILF, de forma a descrevê-lo, e compilou mais de 120 horas de fala natural e espontânea com aproximadamente 1250 falantes de mais de 50 línguas maternas diferentes. As características encontradas não se restringem à pronúncia: por exemplo, a nível lexicogramatical, encontra-se a transformação de substantivos incontáveis em contáveis (tais como as palavras *informations*, *feedbacks*, *softwares*), a criação de novos vocábulos através de morfemas (tais como *descriminization*, *levelize*), e a não marcação *–s* da terceira pessoa do singular.

Rajagopalan (2012b), entretanto, questiona essa proposta de inteligibilidade. Ele pergunta: inteligibilidade para quem? O autor defende que se encare a inteligibilidade não de forma binária, mas como uma escala, ou seja, em vez de se pensar se aquela fala, texto, pronúncia, é inteligível ou não, seria melhor se a contemplássemos em uma escala de "mais" ou "menos" (RAJAGOPALAN, 2009, p. 45).

De forma a sintetizar e simplificar essa discussão terminológica, elaborou-se um quadro que visa a reunir os conceitos e autores por trás de cada um dos termos que discute o inglês no mundo contemporâneo acima mencionados, a saber, inglês como língua franca, inglês como língua internacional, *World Englishes*, *World English* e *Global Englishes*:

---

[40] Smith, L., & Nelson, C. International intelligibility of English: Directions and resources. *World Englishes*, 4, p. 333–342, 1985.

[41] Texto original: "intelligibility is not speaker or listener-centered but is interactional between speaker and hearer."

[42] JENKINS, J. *The phonology of English as an international language:* new models, new norms, new goals. Oxford: Oxford University Press, 2000.

[43] Disponível em: <https://www.univie.ac.at/voice/>. Acesso em 23 maio 2016.

Quadro 1: Síntese terminológica

Termo	Autores que o utilizam	Conceito e/ou descrição de acordo com esses autores
Inglês como língua internacional (ILI)	• McKay & Bockhorst-Heng (2008); • Modiano (2009); • Sharifian (2009).	• Muda o paradigma de ensino devido à expansão do inglês; • Ressalta o fato de o inglês ser a língua para comunicação internacional e intercultural; • É um termo guarda-chuva que engloba qualquer falante.
Inglês como língua franca (ILF)	• Jenkins (2006; 2011); • Gimenez, Calvo & El Kadri (2011); • Pederson (2011); • Schmidtz (2012b) • Seidhlofer (2004); • Siqueira (2011, 2012b).	• É uma função da língua inglesa, e não uma variedade; • Questiona a norma hegemônica dos FNs; • Legitima a variação; • É o produto de todos que utilizam a língua em interações diárias; • Não está atrelado a uma cultura nacional e não possui FNs; • Engloba todos os falantes, nativos e não nativos.
World Englishes (WEs)	• Kachru (1985); • Couto (2012).	• Aceita as variedades locais e regionais como legítimas e institucionalizadas; • Defende que os desvios às normas do círculo interno não são erros; • Utiliza a palavra “ingleses”, no plural, como forma de mostrar a autonomia e pluralidade da língua.
World English (WE)	• Rajagopalan (2011, 2012a, 2012b)	• Utiliza a palavra “inglês”, no singular, para marcar como acontece a interação dos “ingleses” no mundo, e não para saber como divergem; • Não é a mesma língua que se aprende em diferentes contextos; • Não possui FNs; • É uma língua cultural e em formação.
Global Englishes (GE)	• Galloway (2013); • Galloway & Rose (2014, 2015)	• É a união de ILF e WEs; • Entende o inglês como plural e diversificado; • Questiona a supremacia do FN; • Incorpora questões políticas e ideológicas (globalização, imperialismo linguístico, políticas linguísticas, educação).

Fonte: Autora, 2016

É importante ressaltar que esse quadro não engloba todos os autores (e suas publicações) que utilizam esses termos, apenas os (mais) utilizados para fundamentar esta discussão terminológica e este trabalho. Além disso, ressalva-se que os próprios autores acima citados nem sempre utilizaram o mesmo termo ao longo de suas trajetórias acadêmicas. Por

exemplo, Jenkins publicou em 2000 o livro *The Phonology of English as an International Language*, usando o termo ILI, e não ILF. Outros termos também foram usados pela autora: em 2003, a autora publicou um livro chamado *World Englishes*, que recebeu o novo nome de *Global Englishes* em sua terceira edição (2014).

Fizemos também uma busca para comparar as ocorrências dos termos no Google e Google Acadêmico, de forma a saber qual dos termos é o mais utilizado. A busca foi feita com os termos entre aspas, e os resultados estão expressos na seguinte tabela:

Tabela 1: Número de ocorrência dos termos

Termo	**Ocorrências no Google**	**Ocorrências no Google Acadêmico**
English as an International Language	230.000	17.100
English as a Lingua Franca	207.000	13.800
World English	554.000	20.100
World Englishes	218.000	23.000
Global Englishes	29.300	2.270

Fonte: Autora, 2016

Percebe-se que, na ferramenta de buscas Google, o termo mais comum é *World English*. Imaginamos que isso aconteça porque, conforme mencionado anteriormente, *World English* é um termo antigo, com quase um século de uso, apesar de seu significado ser diferente hoje. Em relação às ocorrências no Google Acadêmico, nota-se que a ordem de frequência dos termos não é a mesma das ocorrências do Google. Ou seja, dentro da área dos estudos sobre a língua inglesa, o termo mais comum é *World Englishes*, no plural. Pode-se imaginar que isto acontece principalmente devido às diversas pesquisas relacionadas às diferentes variedades do inglês e ao já consagrado modelo de círculos concêntricos de Kachru (1985), que utiliza o termo WEs. Além disso, percebe-se que a diferença numérica entre um termo e o próximo mais frequente é de certa forma constante, sendo esta diferença de aproximadamente 3.000. A exceção é o termo *Global Englishes*, que apresenta um número de ocorrências consideravelmente inferior do que segundo menos frequente (ILF), e uma possível explicação para a baixa frequência seria o fato de ser um termo mais recente.

Sabemos que a busca de ocorrências é uma análise demasiadamente simples. Um termo ser mais frequente que outro não significa que ele seja mais apropriado, visto que buscas quantitativas não demonstram o contexto de uso, não apresentam transformações

semânticas que o termo possa ter sofrido, nem indicam se o termo é mais antigo que algum outro, e por isso teria sido mais utilizado. Entretanto, saber quais os termos mais ou menos frequentes pode auxiliar na observação de um panorama geral dessas questões.

A apresentação e a análise terminológica não têm como objetivo encerrar a discussão nos próprios termos. Entender o inglês de uma forma ou de outra (ou seja, como uma língua internacional, franca, estrangeira, etc) implica em consequências de nível prático também, e não apenas teórico. A próxima seção, portanto, apresentará as consequências pedagógicas relacionadas ao ensino do inglês tendo como base as novas formas de compreender esse inglês no cenário mundial atual.

2.3 CONSEQUÊNCIAS PARA A SALA DE AULA

Concordamos com Siqueira (2011, p. 97) quando diz que, apesar das discussões teóricas, terminológicas e acadêmicas, “muito pouco tem mudado no tocante à maneira como o inglês é ensinado mundo afora”. Em abordagens e metodologias de cursos de línguas, por exemplo a perspectiva que ainda mais prevalece é a de inglês como língua estrangeira. A mudança de paradigma acarreta também mudanças na sala de aula e na forma de enxergar o papel do professor e do ensino de inglês, e do próprio objetivo de muitos dos alunos em aprender essa língua. Entender o inglês como uma língua franca e não uma língua estrangeira, para El Kadri (2013), tem como principal implicação a descentralização do FN, bem como a escolha das variedades do inglês a serem ensinadas, o papel da cultura no ensino e aspectos de correção linguística.

Essa descentralização passa inclusive pelos critérios de contratação de professores. Schmitz (2012a) defende que a qualificação de um professor de inglês seja avaliada pela experiência e conhecimento do professor, e não apenas pelo seu país de origem. Assim, um professor que seja FNN, mas que tenha formação em ensino de línguas, é mais qualificado que um FN sem formação. O autor complementa, também, a probabilidade dos professores FNNs de terem maior capacidade de sensibilização com os problemas e dificuldades pelos quais os alunos estejam passando. No contexto brasileiro, esse movimento de descentralização do FN busca não apenas maior valorização do professor local pelo seu empregador, visto que as políticas de contratação de professores não dependeriam de o inglês ser ou não a língua materna do candidato à vaga, mas também que os próprios professores FNNs possam se considerar como falantes legítimos do inglês, visto que a perspectiva de ILE contribui para

que professores FNNs muitas vezes não se julguem competentes o suficiente para ensinar a língua simplesmente por não serem nativos.

Acreditamos que uma importante consequência que as discussões de ILF trazem para a sala de aula diz respeito às variedades linguísticas do inglês. A diminuição na ênfase das normas americanas e britânicas e a ampliação do leque das demais variedades (EL KADRI, 2013) permite que se quebre a errônea ideia de que a língua inglesa é dividida apenas em dois grandes guarda-chuvas. Além da problematização de que há outras variedades nativas do inglês que muitas vezes não são contempladas, a própria discussão da descentralização do FN hoje e da propriedade do inglês, e, por conseguinte, discussões sobre a aceitação sobre variedades dos círculos externo e em expansão também são de primordial importância para a formação de um usuário do inglês no cenário atual. Graddol (2006) sugere que se enfoque a inteligibilidade – e não vemos por que isso não poderia inclusive ser feito de forma crítica, conforme as questões levantadas por Rajagopalan acima. O próprio Rajagopalan (2009, p. 45), em resposta a uma pergunta de qual variedade deve ser prestigiada em sala de aula, diz:

> "Nenhuma", ou o que dá na mesma: "Todas". Explico. Como professores de inglês, é nosso dever preparar nossos alunos para serem cidadãos do mundo novo que se descortina diante dos nossos olhos e sobre o qual temos apenas uma ideia ainda muito vaga. Para atuar nesse admirável mundo novo, os nossos alunos têm de aprender a lidar com *todas* as formas de falar inglês. (RAJAGOPALAN, 2009, p. 45).

Isso não significa dizer que um professor de inglês deva apresentar, ensinar e trabalhar *todas* as variedades do inglês com seus alunos, pois não acreditamos que tal tarefa hercúlea seja viável, mas conscientizar o aluno das variedades nativas e não nativas, de forma que ele esteja preparado para comunicar-se com falantes que não sigam as normas americana e britânica. Uma das formas de fazer isso, explica Rajagopalan (2009), é através da exposição a diferentes variedades de ritmos e sotaques, sem a preocupação de serem nativos ou não nativos.

Felipe & Von Borstel (2011) dizem que, nessa corrente, muitas editoras vêm, aos poucos, adaptando seus livros didáticos para incluir outros falantes que não apenas nativos em seus exercícios de compreensão auditiva. Apesar de ainda haver muitos livros didáticos que se pautam exclusivamente no inglês britânico ou americano, muitos outros, mais novos, tentam abarcar as questões das variedades linguísticas de uma língua falada mundialmente. Como exemplo, as autoras citam o livro *Real Listening and Speaking*, da Editora Cambridge, que, surpreendentemente, apresenta diálogos com inadequações gramaticais, ou seja, mostrando

para aprendizes de inglês que a comunicação é possível mesmo que com algumas falhas estruturais ou sotaques "carregados" (FELIPE; VON BORSTEL, 2011, p. 9 - grifo nosso].

Isso relaciona-se com as questões de pragmática e normas socioculturais supracitadas, ou seja, aprender inglês vai além de ter contato com uma ou outra variedade da língua, pois um falante precisará de outros recursos que não apenas a influência da variedade britânica ou americana para desenvolver competência comunicativa (FELIPE; VON BORSTEL, 2011). Couto (2012) lembra que questões como interculturalidade, competência e inteligibilidade devem ser trabalhadas por professores juntamente dos livros didáticos.

Além das questões de variedades linguísticas, as autoras Gimenez, Calvo & El Kadri (2011) resumem outras implicações do ILF discutidas ao longo do livro que são organizadoras, tais como: ressignificação dos motivos e objetivos dos alunos ao aprender inglês (visto que o foco não é mais apenas comunicar-se com FNs); ampliação dos temas trabalhados em sala de aula; conscientização do papel das línguas nas sociedades; compreensão da expansão do inglês e sua vinculação com a globalização; maior criticidade ao associar a língua inglesa a americanos ou ingleses; e a criação de outros procedimentos interpretativos.

A desvinculação da língua inglesa à cultura americana e britânica (ou a qualquer país do círculo interno) é outra questão levantada pelos estudiosos de ILF. Se o inglês é a língua do mundo, não se pode relacioná-lo de forma simplista a costumes ou datas comemorativas de certos povos específicos, até porque, conforme Mckay[44] (2002 apud EL KADRI, 2013, p. 238), "uma das funções do inglês como língua internacional é habilitar os falantes a compartilhar suas ideias e culturas". Não é uma questão de se deixar de ensinar cultura em sala de aula, ou de se deixar de associar língua à cultura, mas que cultura seria escolhida? A cultura de quem? Pederson (2011) afirma que uma abordagem de ensino que compreenda as diferenças culturais em uma aula de ILF sem generalizar ou estereotipar demais ainda é um desafio, mas defende uma abordagem intercultural, ou seja: ao invés de se buscar aprender uma cultura-alvo, professor e alunos trabalhariam diversas culturas na própria sala de aula, tanto a nível local quanto internacional, usando a língua como forma de enxergar o mundo de diferentes maneiras. A autora explica que "para pensar interculturalmente, os alunos devem desenvolver a habilidade de comparar as suas culturas com outras culturas de forma crítica, e também de avaliar de forma crítica" (PEDERSON, 2011, p. 73). Essa abordagem auxiliaria no desenvolvimento de uma competência intercultural, principalmente porque, de acordo com

[44] MCKAY, S.L. *Teaching English as an International Language*: rethinking goals and approaches. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Siqueira (2012a, p. 205) citando Baumgardner[45] (2009), “a sala de aula é o lugar ideal para expansão cultural, e não supressão cultural”[46].

Leffa (2002) sugere inclusive que o ensino da língua seja associado à cultura do falante, e que a própria variedade do falante seja considerada (por exemplo, inglês brasileiro para alunos brasileiros). Na verdade, isso está relacionado à adaptação do ensino aos objetivos do próprio aluno ao aprender a língua. Por que meu aluno quer aprender inglês, qual o seu objetivo e quais os contextos nos quais o usará? O próprio papel desse aprendiz no cenário global da língua inglesa também deve ser discutido e debatido, e o currículo deve levar em consideração os conhecimentos dos aprendizes, buscando assim uma educação com fins emancipatórios e ensino reflexivo (RAJAGOPALAN, 2006).

Jenkins (2006) defende uma abordagem pluricêntrica da língua inglesa em sala de aula, com o intuito de conscientizar o aluno sobre a sua realidade sociolinguística e fazê-lo refletir sobre seu próprio uso da língua. Apesar de muitas vezes o aluno que aprende uma língua adicional em sala de aula não ter oportunidades de participar do grupo em que essa língua é falada cotidianamente, o professor pode discutir diferentes contextos e interações sociais, de forma a sensibilizar o aluno para os diferentes contextos na sua própria comunidade e em outras comunidades de fala (SARMENTO, 2004).

Percebe-se, assim, que o ensino de inglês como língua franca se propõe a ser crítico. Assim, crítica também deve ser a atitude do professor, e para isso é necessária uma formação de professores que permita que todas essas questões sejam estudadas. Um estudo de El Kadri (2013) com professores de inglês em formação mostrou que os indivíduos da pesquisa parecem estar em uma “zona de transição”, ou seja, ao mesmo tempo que entendem que o inglês é uma língua global e que outras normas que não apenas as dos FNs devem ser valorizadas, sentem-se ainda presos às normas do círculo interno, não sabendo bem como lidar com as questões do estatuto do inglês como língua franca em sala de aula. Em relação a como isso deve ser abordado em cursos de formação de professores, a pesquisadora afirma que:

> Ampliar o leque das variedades da língua inglesa diminuindo sua ênfase nos modelos dos Estados Unidos e Inglaterra, privilegiar conceitos interculturais e habilidades/conhecimentos necessários para negociar o significado nas interações que ocorram em inglês, aumentar a consciência de como essa língua é usada nos dias de hoje, incluir perspectivas críticas no seu aprendizado e o desenvolvimento de habilidades orais e escritas (GIMENEZ, 2009; SIQUEIRA, 2008) são alguns

[45] BAUMGARDER, R.J. Teaching World Englishes. In: KACHRU, B.B., KACHRU, Y., NELSON, C.L. (Eds.). *The Handbook of World Engishes*. Chichester, UK: Wiley-Blackwell, p. 661-679, 2009.
[46] Texto original: “the classroom is the ideal place for cultural expansion, not cultural supression”.

> primeiros passos a serem considerados nos cursos de formação para dar conta das implicações do estatuto que o inglês assume no mundo contemporâneo. (EL KADRI, 2013, p. 260).

É por isso que concordamos com El Kadri & Gimenez (2013) quando as autoras dizem que o ensino de ILF é mais complexo que o ensino de ILE. Visto que essas questões ainda são recentes nos estudos de Linguística Aplicada (e ainda mais recentes no Brasil), muitos dos professores em formação e em exercício tiveram como modelo um ensino baseado nas normas do círculo interno, e a perspectiva de ensinar ILF pode parecer desafiadora demais, pelo seu grau de complexidade.

Reforçamos aqui, então, que a diferença entre ensinar ILE e ensinar ILF é intrinsicamente relacionada à abordagem e posicionamento de professores e instituições educacionais. Isto é, ensinar ILF envolve discutir e apresentar diferentes variedades da língua (indo além da dicotomia inglês americano *versus* inglês britânico); preocupar-se com estratégias pragmáticas para comunicação mais efetiva em ambientes internacionais; legitimar variedades não nativas; conscientizar alunos sobre a sua própria variedade; discutir/apresentar os usos do inglês tanto local quanto globalmente; questionar o FN de inglês como único detentor do conhecimento linguístico; não restringir o ensino de cultura ao ensino de fatos sobre países do círculo interno, mas abordar também a cultura do aluno no ensino da língua; enfocar questões de inteligibilidade de forma crítica; entre outros. Isso não significa que se deve esquecer todas as práticas pedagógicas do ensino de ILE para ensinar ILF, visto que não há problema em ensinar e aprender *também* sobre a cultura americana (por exemplo), ou realizar exercícios de repetição de pronúncia. A diferença é que, no ILF, o ensino da língua inglesa vai além do que é ensinado em uma proposta de ILE, sendo assim um ensino mais inclusivo, pois inclui a perspectiva dos alunos e dos FNNs.

Este capítulo buscou discutir o *status* da língua inglesa no mundo contemporâneo, debater as questões terminológicas envolvendo as diferentes formas de se enxergar ou teorizar o inglês no mundo e apresentar as consequências pedagógicas do ensino de inglês nessas novas perspectivas de ensino da língua. O próximo capítulo estreitará a discussão ao levar estas questões ao contexto desta pesquisa, isto é, a academia.

3 O INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA EM CONTEXTOS ACADÊMICOS

Este capítulo localiza a discussão sobre o ILF no ambiente acadêmico. Primeiramente, serão apresentadas informações sobre o crescente uso da língua inglesa em universidades, e serão expostas também pesquisas, questionamentos e discussões relacionadas a esse crescimento e uso. Em seguida, essa discussão abordará especificamente o ILF na publicação acadêmica.

3.1 ILF E INTERNACIONALIZAÇÃO

Entre os diversos contextos nos quais o inglês ganhou força como língua franca, ou seja, a língua usada por falantes de diferentes línguas maternas de forma a participar de inúmeras práticas, pode-se citar a academia como um dos principais. Mauranen (2012) afirma que universidades são ambientes internacionais desde a Idade Média, visto que a mobilidade acadêmica entre professores e alunos já acontecia em diferentes universidades a partir do século XI, sendo a comunicação facilitada pelo uso do latim, então língua franca da ciência. Contudo, as proporções da internacionalização do ensino superior mudaram ao longo dos séculos – ao ponto de falarmos hoje de uma escala global –, explicando, assim, o porquê de a academia ser um dos maiores e principais contextos ou ambientes em que o inglês é (ou deveria ser) utilizado como língua franca.

Hoje, devido ao crescente interesse de diversos governos e instituições pela internacionalização[47] do ensino superior, o inglês está cada vez mais sendo a língua utilizada como meio de instrução em universidades pelo mundo, inclusive em países que não têm o inglês como língua nacional ou oficial (c.f. ALEXANDER, 2008; JENKINS, 2011; KNAPP, 2011; LJOSLAND, 2011; MAURANEN, 2012, entre outros). Com isso, emergiram pesquisas relacionadas ao uso do inglês como língua franca/internacional em contextos acadêmicos, ao papel que a língua tem, a como se relaciona com a língua local em caso de programas ministrados em inglês em países onde o inglês é uma língua adicional, entre outros.

[47] Knight (2008, p. 21) define internacionalização como "o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global ao propósito, funções ou práticas da educação superior em níveis institucionais ou nacionais". Texto original: "Internationalization at the national/sector/institutional levels is the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of higher education at the institutional and national levels."

Uma pesquisa extensa e notável sobre o ILF na academia é o projeto ELFA[48] (English as a Lingua Franca in Academic Settings), dirigido por Anna Mauranen na Universidade de Helsinki. O ELFA busca, de forma similar ao VOICE (apresentado no capítulo anterior), descrever o ILF, mas dessa vez dentro de ambientes acadêmicos formais. Uma subdivisão dessa pesquisa é o WrELFA, que compila e analisa textos acadêmicos escritos em ILF. Em 2003, quando o projeto ELFA ainda estava no início, Mauranen afirmou que os dados poderiam ajudar a distinguir o que seria universal do que seria cultural na comunicação, e que seria possível encontrar "manifestações de simplificação, evidências de características universalmente não marcadas, e universais de comunicação hipotéticos, bem como evidências de padronizações que se autorregulam"[49] (MAURANEN, 2003, p. 516). A autora (2009) constata que novas formas usadas pelos falantes de ILF não são aleatórias, isto é, existe um padrão emergente que é um demonstrativo da capacidade linguística e criatividade dos falantes, e que pode ser reconhecido por usuários de ILF de diferentes línguas maternas ou países. Ou seja, através dos dados, a pesquisa pode perceber características e estratégias comuns utilizadas por diversos falantes de ILF dentro de ambientes acadêmicos.

Um exemplo de uma construção linguística recorrente no corpus do ELFA é o uso de formas verbais com aspecto progressivo (*progressive aspect*) quando formas nativas usariam aspecto simples (*simple aspect* ou *zero aspect*): *are belonging* em vez de *belong*; *the air that we are breathing* em vez de *the air that we breathe*; entre outros (RANTA, 2006 apud JENKINS; COGO; DEWEY, 2011)[50]. Esta seria uma forma inovadora (no sentido de não ser comum em formas nativas, principalmente em contextos acadêmicos) de chamar a atenção do interlocutor.

O programa Ciência sem Fronteiras (CsF) é um exemplo concreto de uma ação que pode vir a ser um elemento impulsionador do ILF no Brasil. O CsF é um programa promovido pelo governo federal em parceria com universidades ao redor do mundo em que alunos de graduação e pós-graduação recebem bolsas de estudos para estudarem parcial ou integralmente nas universidades ou instituições parceiras. O programa promove mobilidade acadêmica para o exterior (no caso de alunos brasileiros) e para o Brasil (no caso de pesquisadores estrangeiros, professores visitantes e jovens talentos), buscando "promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da

---

[48] Disponível em: <http://www.helsinki.fi/englanti/elfa/index.html>. Acesso em: 04 fev. 2016.

[49] Texto original: "manifestations of simplification, evidence for universally unmarked features, and hypothesized universals of communication as well as evidence for self-regulative patterning".

[50] RANTA, E. The 'attractive' progressive – why use the *–ing* form in English as a Lingua Franca? *Nordic Journal of English Studies*, n. 5, v. 2, p. 95-116, 2006.

competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional" (BRASIL, 2016)[51].

Para o caso de intercâmbios para o exterior, o programa conta com a parceria de instituições de ensino e universidades em 29 países até o momento, sendo eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça e Ucrânia. Desses, na última chamada para mobilidade de alunos de graduação para o exterior, apesar de alguns exigirem que o candidato apresentasse proficiência na língua oficial do país de interesse (tais como Espanha, França e Itália, por exemplo, além dos países de língua inglesa), outros exigiam que o candidato provasse ter domínio da língua inglesa, língua esta que funciona como língua franca acadêmica no país destino, tais como Coreia do Sul, Noruega, Polônia, entre outros. Para isso, deveriam apresentar pontuações mínimas em testes de proficiências como IELTS e TOEFL[52].

Por serem exames que seguem o inglês padrão britânico e americano, respectivamente, Jenkins (2011) chama a atenção ao fato de alunos interessados em estudarem em universidades internacionais precisarem passar por provas de proficiência cuja variedade linguística é nacional, e cujos elaboradores da prova são FNs. A autora cita uma entrevista com o representante da prova Pearson Test of English Academic – mas cuja posição seria semelhante às dos organizadores do TOEFL ou IELTS – na qual o representante afirmou que o que se busca com a prova é avaliar se os candidatos conseguem ser bem compreendidos pelo FN, ou seja, excluindo situações em que FNs não estejam presentes (ou sejam a minoria) na interação, uma situação que é comum nas importantes universidades internacionais. Essa afirmação é corroborada pela página *online* do teste TOEFL iBT, que informa aos candidatos que a prova de compreensão auditiva inclui não só FNs da América do Norte, mas também do Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. A página informa que "[c]ontinuaremos incluindo novos itens com sotaques para garantir que o teste reflita a variedade de sotaques de falantes

[51] Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 04 fev. 2016.

[52] IELTS (International Language Testing System) e TOEFL (Test of English as a Foreign Language) são testes de proficiência em língua inglesa reconhecidos internacionalmente, que têm como objetivo avaliar o nível de inglês de interessados em estudar ou trabalhar em instituições cuja língua usada seja o inglês. O IELTS é produzido pelo British Council, IDP: IELTS Australia, e Cambridge English Language Assessment, enquanto o TOEFL é produzido pela Educational Testing Service (ETS). Os dois exames apresentam diferentes formatos/versões de prova, dependendo do objetivo do candidato e/ou das exigências da instituição ou país para onde o candidato deve enviar os resultados.

nativos do inglês que você pode ouvir enquanto estiver estudando no exterior" (ETS, 2016)[53]. Ressalta-se, portanto, a importância do uso do inglês para a comunicação com FNs do círculo interno, e não o uso do inglês para a comunicação internacional. Com isso, exclui-se a importância da preparação dos candidatos (e futuros alunos) para estratégias pragmáticas que diferem em interações onde o inglês é usado como língua franca daquelas onde o inglês é a língua materna de todos, exceto um, visto que, conforme apontam as pesquisas em ILF, "falantes nativos de inglês, particularmente a maioria monolíngue, são menos eficazes do que não nativos em comunicação internacional [...], são menos capazes de alternar códigos, piores em estratégias de acomodação, e menos livres e flexíveis no uso do inglês que não nativos."[54] (JENKINS, 2011, p. 934).

Isso indica que, para os candidatos do Ciência sem Fronteiras, ser testado tendo como parâmetro apenas as normas nativas não necessariamente os provará mais preparados para as interações em tais países, visto que a comunicação efetiva em ambientes internacionais ou onde há diversidade linguística não depende apenas da conformidade a regras gramaticais, mas sim da negociação de significado na interação (CANAGARAJAH, 2013b). Isto é, as exigências formais com relação à língua, por terem como base apenas normas nativas, podem não ser suficientes em um contexto de multiplicidade de variedades linguísticas se o candidato não tiver aprendido também a como interagir em situações onde seus interlocutores podem ser de qualquer lugar do mundo e falantes de qualquer língua materna. Negociação de significado e acomodação são as habilidades pragmáticas mais importantes e necessárias quando se fala em ILF (JENKINS, 2011), habilidades essas que são muito menos exploradas no ensino da língua que tenha uma abordagem puramente de Inglês como Língua Estrangeira (e não língua franca), em que desvios são vistos como erros e o que se almeja é a competência linguística tal e qual a de um FN idealizado. Isto é, o que a abordagem teórico-metodológica do ILF propõe não é a supressão ou reposição das práticas de ensino de inglês como língua estrangeira, mas uma forma de abordar o inglês e seu ensino que, somada às práticas já consolidadas do ILE, possa preparar os alunos para a comunicação internacional e incluir as perspectivas de outros falantes que, até então, eram vistas como periféricas e/ou menos importantes na hora de se pensar em ensino e avaliação de inglês para um contexto internacional (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011).

---

[53] Disponível em: <https://www.ets.org/pt/toefl/important_update/english_accents_added>. Acesso em: 17 jun. 2016.

[54] Texto original: "native English speakers, particularly the monolingual majority, are less effective than non-native speakers in international communication. Among the reasons that have been documented are that they are less likely to be able to code-switch, less good at making use of accommodation strategies, and less free and flexible in their use of English than non-native speakers".

De forma complementar, ainda que um aluno FNN de inglês esteja interessado em complementar seus estudos universitários em um país cuja língua oficial ou nacional é o inglês, dificilmente ele não se deparará nas universidades com uma grande variedade de ingleses não nativos ou multiplicidades de variantes. Isso ocorre, conforme supracitado, devido ao caráter inerentemente internacional das universidades, além da própria promoção da internacionalização de diversas instituições, que visam ao multiculturalismo. Entretanto, apesar de diversas universidades ditas internacionais almejarem o intercâmbio e o recebimento de alunos e pesquisadores estrangeiros, muitas ainda efetuam práticas de intolerância em relação a variedades do inglês e usos desviantes das normas britânicas e/ou americanas. Jenkins (2011, p. 927) problematiza a palavra internacional, visto que, em diversos contextos (tais como na avaliação de provas de proficiência), "internacional" parece indicar "a distribuição internacional do inglês nativo"[55] (JENKINS, 2011, p. 927). Para a pesquisadora:

> Uma abordagem acadêmica genuinamente internacional significaria acomodar (-se às) as diversas populações multilíngues e multiculturais que habitam universidades de língua inglesa em vez de esperar que essas populações acomodem a si mesmas aos estreitos modelos assimilacionistas de inglês. (JENKINS, 2011, p. 927).[56]

Em outras palavras, para que uma universidade usufrua, de fato, de seu caráter internacional, é preciso levar em consideração diferenças culturais, práticas e (no caso desta pesquisa e abordagem teórica) linguísticas de outros países que não somente aquele onde a instituição está situada. Ou seja, com a citação acima, Jenkins argumenta que a palavra "internacional" não pode significar ou se encerrar apenas na justaposição de sujeitos de diferentes países em um mesmo recinto, mas na verdadeira contemplação de tudo aquilo que esses sujeitos trazem consigo ao participarem de tal ambiente e contexto. Para isso, no caso do inglês, é preciso que as políticas linguísticas das universidades internacionais prevejam maneiras de incluir as formas linguísticas dos alunos, professores e/ou pesquisadores estrangeiros, visto que a aceitação da diversidade linguística, hoje, parte muito mais do posicionamento individual de professores universitários do que de alguma política institucional (JENKINS, 2011).

Essa maior ou menor aceitação das variedades linguísticas perpassam também questões de atitude e percepção dos sujeitos envolvidos. Uma pesquisa de Kang, Rubin &

---

[55] Texto original: "as the international distribution of native English".

[56] Texto original: "A genuinely international academic approach would mean accommodating (to) the diverse multilingual and multicultural populations that inhabit English-medium universities instead of expecting these populations themselves to accommodate (to) a narrow assimilationist model of English".

Lindemann (2015) envolvendo professores assistentes internacionais em uma universidade americana mostrou que, inicialmente, muitos alunos de graduação FNs do inglês avaliavam negativamente a competência linguística e didática desses professores, o que afetava a disposição dos alunos de se comunicarem e quererem aprender com esses profissionais por não reconhecerem a sua proficiência linguística. Os pesquisadores propuseram intervenções em que os alunos se engajaram em tarefas de resolução de problemas com os professores assistentes e tiveram como resultado uma mudança na percepção e atitude desses alunos em relação ao inglês e à competência dos professores FNNs. Os resultados mostraram, então, que a avaliação inicial negativa dos professores internacionais por parte dos alunos era muito mais relacionada a preconceitos e à ansiedade do que efetivamente a questões linguísticas.

Esta seção buscou apresentar discussões específicas sobre o ILF na academia. Por mais que o caminho para que universidades e contextos acadêmicos sejam efetivamente mais tolerantes com as variedades linguísticas ainda seja longo, "a aceitação do ILF na oralidade é uma questão menos controversa [...] que a aceitação do ILF na escrita acadêmica para artigos de periódicos, teses de doutorado, e similares"[57] (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011, p. 302). Sendo assim, a próxima seção versará sobre o ILF no contexto escrito da publicação acadêmica, visto é nesse campo de estudo que esta pesquisa se localiza academicamente.

3.2 O ILF NA PUBLICAÇÃO ACADÊMICA

O inglês ser a língua mais utilizada na academia tem relação com o forte desenvolvimento americano da ciência e tecnologia na segunda metade do século XX. Kaplan (2001) explica que, após a Segunda Guerra Mundial, as estruturas físicas de ciência e pesquisa europeias estavam destruídas, mas não as americanas, devido ao fato de a guerra não ter sido em solo estadunidense, o que permitiu que os Estados Unidos liderassem o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Assim, devido à forte ligação entre ciência e escrita (visto que os avanços científicos usam como fonte registros escritos de pesquisas anteriores e que as novas descobertas devem ser registradas para pesquisas futuras), o desenvolvimento científico e tecnológico das décadas de 1950 e 1960 eram escritos e publicados majoritariamente em inglês (KAPLAN, 2001).

Já em 1987, estudos apontavam que aproximadamente 50% das publicações acadêmicas no mundo eram escritas em inglês (SWALES, 1987, apud VENTOLA,

[57] Texto original: "the acceptance of spoken ELF is a less controversial issue […] than the acceptance of written academic ELF for journal articles, doctoral theses and the like".

MAURANEN, 1991, p. 457). Em 1996, o número era de 90,7% para as publicações na área de ciências naturais (AMMON, 1998, p. 152 apud LJOSLAND, 2011, p. 992)[58], e, em 2001, dados da Federação Internacional para Informação e Documentação (FID) mostravam que o inglês era a língua de aproximadamente 85% das informações científicas ou tecnológicas no mundo, seja na totalidade dos textos, seja no uso do inglês em resumos acadêmicos. (KAPLAN, 2001).

Já existe um termo para tratar sobre esse tema: inglês para fins de publicação de pesquisa[59] – *English for Research Publication Purposes* (ERPP), uma subdivisão do inglês para fins acadêmicos. De acordo com Flowerdew (2013), as subdivisões dessa área podem se referir, por exemplo, aos seguintes assuntos: publicação internacional em inglês, suas vantagens e desvantagens, ILF na academia e nas publicações, inglês da/na China, língua para publicação em áreas de ciências humanas e na Linguística Aplicada.

A globalização e mercantilização da academia (FLOWERDEW, 2008) fez com que, para muitos pesquisadores, em diferentes contextos e universidades pelo mundo, publicar em inglês em revistas internacionais se tornasse prática comum e obrigatória (FLOWERDEW, 2008), em uma política de "publish or perish" (DUSZAK; LEWKOWICZ, 2008; PAIVA; PAGANO, 2001) que consiste como critério quase exclusivo para promoção na carreira e recebimento de bolsas (CURRY; LILLIS, 2004; FLOWERDEW, 2013; MIN, 2014, entre outros). Em Taiwan, por exemplo, o governo tem estimulado a internacionalização das universidades desde 2005, o que resultou em uma maior pressão para que pesquisadores publicassem em periódicos internacionais de alto fator de impacto, algo que, se antes acontecia, era por pressões individuais e não nacionais (MIN, 2014). Hyland (2016) aponta que, entre 2005 e 2010, percebeu-se um aumento considerável no envio de textos para publicação por parte de acadêmicos provenientes de países que não são tradicionais na pesquisa acadêmica. Por exemplo, enquanto o aumento contabilizado pelo sistema de processamento de dados *ScholarOne* relacionado ao envio de manuscritos por autores americanos ou japoneses foi de 177% e 127%, respectivamente, para autores chineses, o aumento foi de 484%, para indianos, 443%, e autores iranianos e malaios apresentaram mais

[58] AMMON, Ulrich. *Ist Deutsch noch internationale Wissenschaftssprache?* Englisch auch für die Lehre an den deutschschprachigen Hochschulen. Berlin: Walter de Gruyter, 1998.

[59] O termo ainda não está consolidado em português, visto que não há resultados no Google ou Google Acadêmico para a tradução.

de 800% de aumento na submissão de manuscritos (THOMSON-REUTERS, 2012 apud HYLAND, 2016)[60].

No Brasil, por mais que haja também um estímulo à internacionalização do ensino superior, a publicação de acadêmicos brasileiros em periódicos do próprio país tem força e peso, visto que "por ter um grande corpo de periódicos, acadêmicos brasileiros têm meios suficientes de disseminar seu trabalho e uma audiência nacional suficiente para que estes trabalhos sejam lidos e referenciados"[61] (ALPERIN, 2013, p. 166). Alperin (2013) afirma ainda que, no Brasil, a pesquisa é muito mais voltada para o mercado do próprio país do que para o exterior. Ainda assim, diversos pesquisadores brasileiros são avaliados, pelas instituições as quais se afiliam, conforme suas publicações em revistas internacionais (PAIVA; PAGANO, 2001).

Em um estudo que entrevistou 161 pesquisadores de diversas nacionalidades que haviam submetido artigos em inglês para a revista luso-espanhola Ibérica (uma revista que aceita submissões em cinco línguas, mas cuja língua com mais submissões é o inglês, independentemente da nacionalidade ou língua materna do autor) entre 1996 e 2013, Bocanegra-Valle (2014) constatou que o maior motivo de os autores escolherem escrever o artigo em inglês é o maior alcance de leitura dos seus trabalhos, algo que não se pode negar devido ao inglês ser, de fato, a língua franca acadêmica. Entretanto, é preciso problematizar que escrever artigos em inglês para revistas internacionais, nos parâmetros de avaliação, revisão e editoração praticados pela maioria dos periódicos hoje, coloca os autores FNNs em desvantagem. Conforme explicam Duszak & Lewkowicz (2008):

> Restam poucas dúvidas de que o uso do inglês para a comunicação internacional pode facilitar o *networking* e a troca de ideias entre acadêmicos. Entretanto, a escolha da língua de publicação frequentemente não é uma escolha simples. Por um lado, publicar em inglês é uma forma de ganhar reconhecimento internacional. Por outro, falantes não nativos podem se deparar com inúmeras barreiras linguísticas, formais, organizacionais e ideológicas que podem influenciar as suas decisões de olhar para o mercado local em busca de oportunidades de publicação. (DUSZAK; LEWKOWICZ, 2008, p. 109).[62]

---

[60] THOMSON-REUTERS. Global publishing: Changes in submission trends and the impact on scholarly publishers. In *Thomson-Reuters White Paper*, 2012. Disponível em: <http://scholarone.com/media/pdf/GlobalPublishing_WP.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

[61] Texto original: "Having a large body of journals, Brazilian scholars have sufficient outlets for disseminating their work and enough of a national audience for that work to be read and built upon".

[62] Texto original: "There is little doubt that the use of English for international communication can facilitate networking and the exchange of ideas among academics. Yet, the choice of which language to publish in is often not a straightforward one. On one hand, publishing in English is a way to gain international recognition. On the other, non-native speakers may face numerous linguistic, formal, organizational and ideological barriers which may influence their decision to look to the local market for publishing opportunities".

Isso acontece, principalmente, porque muitos avaliadores e editores de revistas acadêmicas enxergam o inglês ainda como monolítico e singular, em que há apenas uma norma aceita (predominantemente nativa americana ou britânica), sem levar em consideração a pluralidade do inglês hoje. É comum que manuscritos sejam rejeitados por não estarem em conformidade com as formas nativas da língua (não se fala aqui do conteúdo, qualidade ou confiabilidade da pesquisa em si), apesar de não fugirem da linguagem acadêmica ou de expressarem suas ideias garantindo uma comunicação eficaz (OWEN, 2011). Owen (2011) explica que, apesar de ser comum na escrita acadêmica que haja um padrão de excelência elevado para que se mantenha o prestígio acadêmico, adotar normas padrão nativas traz à luz outras questões, como o fato de a pesquisa conduzida por uma minoria privilegiada ganhar mais acesso e divulgação que daqueles que são numericamente mais expressivos, mas que, por questões linguísticas, conduzem e difundem suas pesquisas com mais lentidão. Isso significa que as descobertas e contribuições que acadêmicos FNNs de inglês possam ter às suas áreas de pesquisa encontram mais dificuldades de serem expostas a colegas de outras partes do globo por questões linguísticas, fazendo com que o conhecimento mundial seja empobrecido e que tais pesquisadores sejam desconhecidos (FLOWERDEW, 2008).

Essa perspectiva não é unânime. Hyland (2016) questiona a ideia de que FNs de inglês estão em vantagem na publicação acadêmica ao lembrar que FNs também precisam aprender o inglês acadêmico, isto é, ser FN, por si só, não garante que seus manuscritos apresentem qualidade linguística visto que as vantagens de se ser nativo dizem mais respeito ao conhecimento fonológico e sintático que escrito, ou seja "não se aprende a escrever da mesma forma como se aprende a falar, mas sim através dos anos de escolarização"[63] (HYLAND, 2016, p. 61). O autor argumenta ainda que entrevistou acadêmicos em Hong Kong e muitos disseram ter mais facilidade para escrever artigos em inglês do que na sua língua materna, justamente por terem aprendido a escrever este gênero textual apenas em inglês. Entretanto, a afirmação de Jenkins (2011) de que é prática comum que periódicos solicitem que autores FNNs tenham seus textos revisados por FNs refuta o argumento de Hyland acima (2016), visto que essa exigência indica que tais periódicos consideram que FNs sejam mais competentes linguisticamente e, portanto, os mais indicados para revisarem os manuscritos de não nativos. A presente pesquisa insere-se nesse debate, visto que analisa as diretrizes para autores de periódicos internacionais de Linguística Aplicada. Os resultados e análises deste

[63] Texto original: "We don't learn to write in the same way that we learn to speak, but through years of schooling".

trabalho contribuirão para verificar se há aparentes desvantagens para FNs no que tange à publicação acadêmica.

Em relação à aceitação de variedades linguísticas em textos acadêmicos, Hartse & Kubota (2014, p. 73) discutem que, apesar de ser difícil saber exatamente que variações seriam aceitáveis ou não, "[...] é possível enxergar a aceitabilidade das variações como socialmente construída e altamente imprevisível"[64], até porque, por vezes, editores ou revisores fazem alterações que não são necessariamente para corrigir erros, mas que têm por base preferências pessoais de estilo.

Os autores (HARTSE; KUBOTA, 2014) explicam quatro abordagens de avaliação de textos escritos por FNNs de inglês no que concerne a desvios do inglês escrito padrão nativo: a abordagem baseada em erro, a abordagem dos *World Englishes*, a abordagem translíngue, e a abordagem do ILF. A primeira, como o próprio nome diz, enxerga os desvios como erros, e seria a abordagem mais tradicional, considerando apenas correto e aceito o inglês espelhado nas normas e práticas de escrita nativa. Aqui, só existe uma concepção do que é escrever bem.

A segunda, terceira e quarta abordagens não enxergam tais desvios como erros. A segunda se vale das discussões e pesquisas de WEs e considera como legítima as variações localizadas do inglês, buscando a aceitação dessas variações em publicações acadêmicas. Os autores citam Canagarajah (2006)[65], que defende a pluralização da escrita acadêmica inclusive em questões gramaticais – consideradas mais rígidas do que questões ortográficas ou fonéticas no que diz respeito a variedades – e Matsuda & Matsuda (2010)[66], que defendem o ensino de formas dominantes e não dominantes em sala de aula, de forma a se analisar e questionar como essas formas funcionariam em diferentes contextos.

A terceira abordagem busca nas diferenças um recurso para a produção de significado, ou seja, em vez de apenas aceitar as diferentes variedades, os autores que a propõem (HORNER et al., 2011)[67] também abarcam outras diferenças, tais como proficiência, registro e variações lexicogramaticais. Essa seria uma forma de "reconhecer a heterogeneidade linguística de todos os usuários da língua" (HARTSE; KUBOTA, 2014, p. 75), bem como de "confrontar expectativas monolíngues do inglês" (HARTSE; KUBOTA, 2014, p. 75).

---

[64] Texto original: "[...] is it possible to view the acceptability of variations as socially constructed and highly unpredictable".

[65] CANAGARAJAH, A.S. The place of world Englishes in composition: Pluralization continued. *College Composition and Communication*, v. 57, p. 586–619, 2006.

[66] MATSUDA, A.; MATSUDA, P. K. World Englishes and the teaching of writing. *TESOL Quarterly*, v. 44, p. 369–374, 2010.

[67] HORNER, B.; LU, M. Z.; ROYSTER, J. J.; TRIMBUR, J. Opinion: Language difference in writing: Toward a translingual approach. *College English*, v. 73, p. 303–321, 2011.

Por fim, a abordagem teórico-metodológica do ILF busca uma maior "tolerância pela variação linguística, paciência, humildade e estratégias de acomodação e negociação"[68] (HORNER, 2011, p. 302 apud HARTSE; KUBOTA, 2014, p. 75)[69], na qual textos acadêmicos não deveriam ser "melhorados" por FNs (JENKINS, 2011).

Os autores questionam que tanto a abordagem que enxerga desvios do padrão nativo como erros inaceitáveis quanto as abordagens que legitimam os desvios não condizem com a realidade sociolinguística das práticas vigentes na publicação de textos acadêmicos. Por um lado, a abordagem do erro não considera os diferentes contextos (sejam eles de base linguística ou social) em que os textos serão lidos ou escritos. Por outro, as outras três também não resolvem questões das demandas e exigências da escrita acadêmica formal, visto que as práticas dos editores e revisores não se baseiam nessas discussões. Ou seja: "é preciso negociar as expectativas realistas dos editores e da comunidade acadêmica"[70] (HARTSE; KUBOTA, 2014, p. 80).

As autoras Lillis & Curry (2015) identificaram três linhas de orientação que editores e/ou revisores de periódicos costumam tomar ao se depararem com textos que apresentem problemas linguísticos: na primeira, enxergam os problemas como erros, déficits que são responsabilidades do autor, e que os padrões estabelecidos devem ser mantidos. Na segunda orientação, apesar de compreenderem as dificuldades do autor, exigem a manutenção dos padrões estabelecidos, em uma postura que as autoras chamam de resignada. Na terceira orientação, chamada de intervencionista, entendem que o problema não é apenas do autor, mas também seu, ou seja, "o trabalho linguístico faz parte da construção da produção do conhecimento, e enxergam este trabalho como responsabilidade compartilhada"[71] (LILLY; CURRY, 2015).

Não existe consenso entre os pesquisadores em relação à correção de tais textos. O que se deve corrigir, com que critérios, com qual referência? Owen (2011) contesta a modificação de textos desnecessariamente, como fazem muitas revistas. Nas palavras do autor:

> Para muitos, o tom e a forma das versões modificadas podem parecer mais *adequados*, mais *acadêmicos*, mais *corretos*. O inglês, alguns podem dizer, está *apropriado*. Mas se nos perguntarmos se as versões originais são compreensíveis,

[68] Texto original: "tolerance for language variation, patience, humility, and strategies of accommodation and negotiation".
[69] Horner, B. Writing English as a lingua franca. In A. Archibald, A. Cogo, & J. Jenkins (Eds.), *Latest trends in ELF research*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Press. 2011, p. 299–311.
[70] Texto original: "it is necessary to negotiate realistic expectations from the publisher and academic community".
[71] Texto original: "language work to be done as part of the forging of knowledge production and see this work as a shared responsibility".

> amplamente representativas das expectativas lexicais daquela área em particular e suficientemente adequadas no tom para atender as exigências da língua escrita formal, a resposta – eu diria – com certeza deve ser 'sim'. O que me leva a sugerir [...] que insistir na conformidade completa com o inglês – nativo – padrão não necessariamente está relacionado a assegurar compreensibilidade, ou apropriação, ou adequação ao tom, visto que, claramente, estes aspectos podem ser administrados com sucesso por autores não nativos. (OWEN, 2011, p. 289)[72]

Se os motivos para que textos sejam alterados, então, não seriam justificados pela inadequação linguística de forma geral, um dos maiores motivos da manutenção de tais práticas de resistência seria a não aceitação dessa nova forma de enxergar o inglês como uma língua franca e não como propriedade de seus FNs. Entretanto, Owen (2011, p. 289) aponta uma contradição existente nesse pensamento, visto que FNs de inglês não poderiam se beneficiar da globalização da língua e resistir às transformações que a mesma globalização trouxe à língua. Ou seja, conforme já apontado no capítulo 2 deste trabalho, as mudanças e variações na língua inglesa foram o preço pago pelos FNs no momento em que essa língua passou a ser utilizada mundialmente como consequência da globalização, isto é, pelo fato de essa língua ser agora *do mundo*, as transformações linguísticas do inglês são parte das consequências da globalização da língua.

Além disso, Flowerdew (2008) lembra que questões de identidade dos falantes de inglês como língua adicional não podem ser suprimidas pela exigência de conformidade ao inglês nativo. Se o autor considera que certos trechos, expressões, variações fazem parte de sua identidade cultural, o revisor não poderia editá-los ou considerá-los incorretos ou inadequados simplesmente por não fazerem parte do repertório linguístico nativo.

De forma análoga ao questionamento de Jenkins (2011) sobre o que deveria ser uma universidade dita internacional, explicado na seção anterior, vemos como uma contradição, também, que revistas *internacionais*, que têm, consequentemente, um público *internacional*, estipulem regras baseadas em determinadas (predominantemente duas) variedades *locais*. Afinal, quem são os leitores dos artigos publicados em periódicos internacionais? Não são apenas os FNs – e conforme já discutido previamente, os FNs são numericamente minoria –,

---

[72] Texto original: "To many, the tone and form of the modified versions may appear more suitable, more academic, more correct. The English, some might say, is proper. But if we ask ourselves whether the original versions are comprehensible, broadly representative of the lexical expectations of their particular field and sufficiently adequate in tone to comply with the requirements of formal written language, the answer — I would say — must surely be 'yes'. Which brings me to suggest [...] that insistence on full linguistic compliance with standard — native — English may not always be primarily concerned with assuring comprehensibility, or suitability, or adequacy of tone, since clearly these aspects can usually be managed successfully by non-native authors."

então não se justificaria que todos os autores precisem sujeitar-se à totalidade das normas (e formas) nativas.

Novamente, as questões de inteligibilidade vêm à tona, e pesquisas como o projeto ELFA podem auxiliar na aceitabilidade de formas não padrão em publicações, pois se teria um norte, uma direção do que é mais comum, visto que essas novas formas não são isoladas ou individuais, o que contribui para a inteligibilidade. É importante ressaltar que não se trata de substituir a exigência à conformidade das formas padrão nativas pelos resultados de uma pesquisa como a realizada pelo projeto ELFA. Até porque, como lembra Jenkins (2011), o ILF não é o que a terminologia linguística tradicional chamaria de variedade, e o desafio é, justamente, aceitar o fato e buscar "novas formas de entender conceitos como variedade linguística e comunidade de fala de acordo com as mudanças que a globalização trouxe" (SEIDLHOFER, 2009, apud JENKINS, 2011, p. 930)[73]. Posto isso, não se advoga, aqui, trocar uma cartilha nativa por uma não nativa, mas utilizar tais pesquisas como forma de sensibilização e tolerância por parte daqueles responsáveis por avaliar textos acadêmicos escritos por FNNs de inglês.

Owen (2011), após reafirmar a necessidade de conscientização relativas às questões do ILF por parte de revisores e editores, sugere que uma das maneiras de começar essa conscientização seria enfatizando os aspectos positivos do ILF que desmitificam a ideia negativa que todas as formas linguísticas não nativas seriam pobres em relação às formas nativas. Em relação a isso, Flowerdew (2013) lembra que escrever em ILF não significa quebrar as regras gramaticas e utilizar apenas um inglês não padrão. Como exemplo, ele cita as pesquisadoras referência neste assunto: Jennifer Jenkins, falante nativa de inglês, Barbara Seidlhofer, falante nativa de alemão, e Anna Mauranen, falante nativa de finlandês. Em suas palavras, as três utilizam-se de um inglês padrão e adequam sua escrita aos seus leitores, um público escolarizado, mas ainda assim buscam que seus textos sejam compreensíveis para falantes de qualquer língua materna. Talvez possa ser contestado o fato de Jenkins, falante nativa, precisar adequar seus textos ao ILF, mas, conforme definições previamente debatidas neste trabalho, ILF não é exclusividade de FNNs. Assim, para exemplificar, Flowerdew (2013) aponta que Jenkins pode optar por não fazer uso de metáforas, expressões idiomáticas ou palavras que sejam muito característicos do inglês britânico e que talvez não fossem compreendidas por um público proveniente de outros países. Entretanto, o autor complementa que, por outro lado, pesquisadores da área de estudos de língua inglesa têm em geral um

[73] Texto original: "new ways of thinking about concepts such as language variety and speech community in line with the changes that globalisation has brought with it".

ótimo domínio da língua padrão, justamente por ser esse o seu objeto de estudo e área profissional.

Hartse & Kubota (2014) demonstraram que o que pode ser considerado aceitável ou não em textos escritos por FNNs não é uma decisão objetiva e simples. Os autores (HARTSE; KUBOTA, 2014) relataram casos em que mesmo quando o editor ou revisor tinham o objetivo de respeitar o máximo possível textos de FNNs de inglês, a decisão final sobre a aceitabilidade de certos usos linguísticos era feita por um FN, diversas vezes baseando-se apenas na sua intuição e não em critérios objetivos gramaticais, por exemplo.

Lillis & Curry (2015) lançam a pergunta: como resolver a questão da língua franca dentro do inglês acadêmico? Para as pesquisadoras (LILLIS; CURRY, 2015), é preciso que se debata sobre qual padrão (ou de quem) é usado como referência para que se possa chegar a alguma solução. Min (2014) pede que os responsáveis pela publicação de periódicos internacionais aceitem outras variedades e retóricas além daquelas consideradas padrão em países falantes de inglês, através de maior tolerância à diversidade das normas escritas em países centrais e periféricos, principalmente porque tanto autores quanto leitores não têm o inglês como língua materna. Uma sugestão para as práticas de sala de aula também é feita: que professores que ensinam inglês acadêmico discutam questões de variações linguísticas e diferenças interculturais em clareza textual na sala de aula, de forma a contribuir para que esses alunos tenham uma visão mais pluricêntrica do inglês e ajudem a disseminar outras formas de enxergar a língua (MIN, 2014).

Hartse & Kubota (2014) pedem que editores se perguntem sempre por que querem fazer certas alterações, visto que, apesar de muitas vezes o motivo ser relacionado a inteligibilidade ou gramática, pensar sobre o propósito dessas decisões pode ajudar na aceitação de uma escrita mais diversificada e, consequentemente, em uma maior tolerância. Os autores (HARTSE; KUBOTA, 2014) afirmam ainda que os pesquisadores que estudam essas questões precisam se posicionar e trabalhar pela modificação das políticas de submissão nas quais eles se envolvem, bem como por trazer as discussões aos profissionais envolvidos com publicações de outras áreas do conhecimento e inclusive para associações e grupos editoriais. Os pesquisadores (HARTSE; KUBOTA, 2014) também levantam perguntas que ainda precisariam ser pesquisadas e respondidas:

> Quem são os editores e revisores de textos acadêmicos de prestígio, e quais são as suas crenças sobre usos linguísticos aceitáveis? Editores não nativos competentes podem trabalhar (ou trabalham) para editoras? A edição de textos realmente perpetua a dominação do falante nativo? A edição de textos oferecida pela Springer ou por um serviço de edição nigeriano são qualitativamente diferentes? A edição de

> textos priva os autores não nativos de inglês da sua voz? Por outro lado, oferece aos autores não nativos de inglês maior capital linguístico e cultural que permita que naveguem no sistema institucional da publicação acadêmica?[74] (HARTSE; KUBOTA, 2014, p. 80).

Não temos como responder a tais perguntas e nem mesmo é o objetivo desta pesquisa, mas entendemos que uma urgente ampliação das discussões debatidas para além dos círculos acadêmicos de Linguística Aplicada é primordial para que possa haver uma maior paridade entre a publicação acadêmica escrita por FNs e FNNs de inglês. Visto que as discussões acerca do ILF ainda são recentes, é compreensível que as mudanças de paradigmas sejam lentas e estejam acontecendo de forma gradual. Ao mesmo tempo em que entendemos que, em ambientes acadêmicos, muitas das mudanças de práticas sejam resultados das mudanças teóricas, parte dos próprios teóricos e acadêmicos atualizar essas práticas para que o *status quo* possa ser modificado.

Assim sendo, a discussão aqui apresentada servirá de base para a análise dos resultados da presente pesquisa, cujos objetivos e procedimentos metodológicos serão explicitados no próximo capítulo.

---

[74] Texto original: "Who are the copyeditors and proofreaders of high-stakes academic texts, and what are their beliefs about acceptable language use? Can (or do) competent NNES copyeditors work for publishers? Does copyediting indeed perpetuate the dominance of the native speaker? Is the copyediting work provided by Springer and the Nigerian copyediting service qualitatively different? Does copyediting deprive NNES authors of their voice? Conversely, does it provide the NNES authors with greater cultural and linguistic capital that allows them to navigate the institutional system of academic publishing?"

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 OBJETIVOS, PERGUNTAS NORTEADORAS E NATUREZA DA PESQUISA

Visto que o inglês é a língua predominante nas publicações acadêmicas internacionais, conforme discutido no capítulo 3, retoma-se aqui o objetivo geral da pesquisa: **verificar qual o posicionamento de revistas científicas internacionais da área de Linguística Aplicada acerca das diretrizes para autores, sob a ótica do inglês como língua franca**. Entendemos que, idealmente, debates teóricos existem de forma a contribuir para a melhoria das práticas, portanto, a motivação desta pesquisa vem da vontade de saber se as teorias acerca do ILF estão atingindo ou influenciando práticas acadêmicas de escrita.

Este objetivo pode ser subdividido nos seguintes objetivos específicos:

a. Verificar se as regras de publicação dos periódicos analisados são condizentes com os discursos e debates atuais acerca do inglês como língua franca, de forma geral, ou seja, se os periódicos da área de linguística aplicada e áreas afins contemplam a aceitação de diferentes variedades linguísticas por parte dos autores (ou se priorizam conformidade das normas nativas) e se legitimam que tanto os autores nativos quanto os não nativos de inglês possam ter autoridade sobre a língua;
b. Analisar o conteúdo dos periódicos a fim de contrastar os textos publicados com as diretrizes para autores.

Para que os objetivos fossem alcançados, as seguintes perguntas nortearam esta pesquisa:

a. Existem regras/exigências linguísticas, mais precisamente com relação ao padrão nativo, nas diretrizes para autores dos periódicos analisados? Quais?
b. Os periódicos analisados publicaram textos relacionados ao inglês como língua franca nos últimos cinco anos?
c. Os periódicos analisados reconhecem que os acadêmicos interessados em ali publicar seus textos podem ser de diferentes países e falantes de diferentes línguas maternas?
d. Os periódicos reconhecem as diferentes variedades do inglês como aceitáveis para a escrita e publicação acadêmica internacional, mais especificamente, que as diferentes variedades possam ser usadas na escrita de textos por eles publicados?

e. Há discrepâncias entre as normas exigidas pelas revistas e o conteúdo dos textos por elas publicados?

Apesar de entendermos que o inglês é *a* língua oficial, ou pelo menos principal, de publicação em diversas (se não todas) áreas do conhecimento, escolhemos analisar apenas as diretrizes para autores das revistas que têm como escopo (principal ou secundário) a área de Linguística Aplicada ou ensino de línguas adicionais não por acharmos que a discussão não seja pertinente em outras áreas, mas justamente por esperarmos que, em periódicos que tratem da temática do ILF, o discurso esteja coerente com as práticas. Ou seja, pelo fato de essas mesmas revistas (provavelmente) publicarem artigos e textos que discorrem sobre a língua inglesa no cenário internacional atual, espera-se que as suas próprias práticas de uso da língua internacionalmente levem em consideração a multiplicidade linguística dos diversos acadêmicos e pesquisadores ao redor do mundo interessados em enviar manuscritos para publicação. É a partir das mudanças de paradigma nessa área que esperamos que a discussão avance até a aceitação das variedades por parte de periódicos de outras áreas do conhecimento.

Apesar de os critérios para classificar uma revista como internacional não serem estanques e serem passíveis de contestação, para fins desta pesquisa, utiliza-se aqui a referência de Lillis & Curry (2015, p. 132): revistas internacionais são "periódicos publicados em inglês, dos países centrais anglófonos, predominantemente o Reino Unido e Estados Unidos, e distribuídos mundialmente"[75]. Além disso, entendemos que tanto os autores quanto os leitores dos periódicos internacionais podem ser de qualquer país do mundo, ou seja, a diversidade cultural e linguística dos produtores e consumidores de conhecimento é enorme.

Quanto à natureza desta pesquisa, pode-se qualificá-la como documental, descritiva e qualitativa. É documental pois a fonte dos dados foi os *sites* dos periódicos; de acordo com Pimentel (2001, p. 179), a análise documental tem como *corpus* principal documentos e "extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta". Soares et al. (2011, p. 4) explicam que "o tratamento documental considera a extração científico-informativa, que se propõe a ser um reflexo objetivo da fonte original, identificando as novas mensagens subjacentes no documento". Entretanto, é importante ressaltar que uma das limitações da análise documental é nem sempre ter acesso a

[75] Texto original: "English medium journals from Anglophonecentre countries, predominantly the United Kingdom and the United States, and distributed worldwide".

todos os documentos [idem, ibidem], algo que aconteceu nesta pesquisa, conforme será explicitado mais adiante. Ademais, outra limitação desta pesquisa especificamente é o fato de os documentos aqui utilizados serem veiculados em meio eletrônico, e não impresso. *Websites*, por si só, são páginas que não possuem um conteúdo estanque e imóvel, podendo haver acréscimo, retirada ou alteração do seu conteúdo a qualquer momento, o que trouxe uma certa instabilidade a esta pesquisa. Na seção de análise de dados, será explicado que as informações contidas do *site* de serviços de ajuda a autores de um determinado grupo editorial foram alteradas após já terem sido registradas, o que fez com que percebêssemos que era necessário estar constantemente revisando o conteúdo analisado, caso houvesse novas mudanças.

Triviños (1987) diz que a análise documental pode ser uma forma de estudo descritivo, e que os estudos descritivos se propõem a descrever uma realidade. Na educação, o método descritivo já é amplamente utilizado para descrever a realidade das comunidades ou contextos de sala de aula. Nesse sentido, entendemos aqui que os *sites* dos periódicos podem ser considerados uma outra realidade a ser analisada.

Além disso, esta é uma pesquisa qualitativa, estudando um objeto natural, e não criado para fins de pesquisa (DE GRANDE, 2011). Diehl complementa ainda que,

> A pesquisa qualitativa, por sua vez, descrevem [sic] a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. (DIEHL, 2004 apud DALFOVO et al., 2008, p. 13)

Apesar de, em certos momentos, os resultados terem sido quantificados, a análise dos dados se deu de forma qualitativa, visto que a pesquisa quantitativa se usa de técnicas de mensuração e estatística até mesmo na coleta de dados, buscando sempre a segurança de uma técnica que previna distorções de análise [idem, ibidem].

4.2 O *CORPUS* DA PESQUISA E A GERAÇÃO DE DADOS

A seleção do *corpus* deste trabalho, ou seja, quais periódicos teriam seu conteúdo analisado, deu-se a partir de duas fontes de classificação de periódicos científicos: uma nacional (Plataforma Sucupira) e uma internacional (SCImago Journal & Country Rank).

Primeiramente, buscamos os periódicos internacionais (conforme explicado acima, aqueles cuja língua de publicação é o inglês e que sejam produzidos e/ou distribuídos em

países de língua inglesa, e que circulem mundialmente) de Qualis A1 e A2 que fossem relacionados às áreas de Linguística Aplicada e ensino de línguas adicionais na Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A CAPES é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) que tem como um dos objetivos acompanhar, consolidar e avaliar programas de pós-graduação no Brasil[76]. O Qualis, de acordo com o próprio *site* da CAPES, "é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação" (CAPES, 2012)[77] e classifica periódicos nacionais e internacionais nas seguintes categorias: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo A1 o estrato mais elevado (peso cem), e C, o menos elevado (peso zero)[78]. Cada área de atuação tem critérios de avaliação próprios, sendo parâmetros gerais da área de Letras e Linguística os seguintes:

> Política editorial claramente definida; editor responsável e/ou comissão editorial; conselho editorial com afiliação institucional de seus membros; ISSN; periodicidade regular e atualizada com, no mínimo, dois volumes anuais; afiliação institucional e titulação dos autores; resumo em Língua Portuguesa e em uma língua estrangeira, seguidos de palavras-chave; chamada aberta com divulgação on-line; especificação das normas de submissão e avaliação transparente pelos pares; número mínimo de 14 artigos por ano; disponibilidade em formato digital, com acesso on-line para toda a série e garantia de acesso e preservação de todos os números. (CAPES, 2013, p. 23)

Além disso, há critérios mínimos especificados que os periódicos precisam atender de forma a atingir cada um dos estratos. Esses critérios estão descritos no último Documento de Área – Letras e Linguística disponível, do ano de 2013[79]. Por exemplo, para que os periódicos atinjam o estrato A1, é necessário: que o periódico tenha publicado ininterruptamente nos últimos oito anos; que os 80% dos artigos sejam de autores filiados a ao menos cinco instituições diferentes da que edita o periódico; que o conselho editorial seja atuante, e que contemple pesquisadores nacionais e internacionais; que os textos sejam preferencialmente escritos por autores doutores, e que sejam de qualidade e relevância científico-acadêmica; que o periódico seja indexado no Brasil e no exterior; e que o periódico seja referência

---

[76] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>. Acesso em: 03 nov. 2015.

[77] Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>. Acesso em: 03 nov. 2015.

[78] A lista de periódicos e suas classificações correspondentes encontram-se em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf#>. Acesso em: 08 jun. 2016.

[79] Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Letras_Linguistica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

internacional para a determinada área de atuação. Já no caso das revistas de estrato A2, que também foram analisadas nesta pesquisa, há algumas exigências a menos: o periódico precisa ter publicado ininterruptamente nos últimos sete anos (e não oito, como nas revistas A1); 80% dos artigos precisam ser escritos por autores filiados a ao menos quatro instituições diferentes da que edita o periódico (ao contrário da exigência de cinco instituições no estrato A1); e não é necessário que a revista seja referência internacional para a sua área. Por outro lado, as seguintes exigências permanecem iguais às do estrato A1: que o conselho editorial seja atuante, contemplando pesquisadores nacionais e internacionais; que os textos sejam preferencialmente escritos por autores doutores, e que sejam de qualidade e relevância científico-acadêmica; e que o periódico seja indexado no Brasil e no exterior.

Essa avaliação de periódicos é feita anualmente, informação relevante para esta pesquisa uma vez que, durante a geração de dados, o *website* foi atualizado e alguns periódicos não constavam mais na lista mais recente[80]. Inclusive, o próprio nome do portal de busca dos periódicos foi alterado: até setembro de 2015, chamava-se WebQualis; depois, passou a ser parte integrante da Plataforma Sucupira, sem nome próprio. Desta forma, devido às alterações no *website* do Qualis CAPES, decidiu-se por consultar os periódicos listados nas classificações de 2012, 2013 e 2014. Nesta pesquisa, vinte periódicos foram selecionados para serem objeto de estudo desta pesquisa, sendo nove deles classificados como A1 e onze classificados como A2.

Após essa seleção, percebeu-se que diversos periódicos de renome em Linguística Aplicada não estavam listados na classificação da CAPES. Assim, buscou-se uma segunda fonte de classificação de periódicos, dessa vez internacional, de forma que as duas "listas" se complementassem. A fonte escolhida foi o SCImago Journal & Country Rank:

> O SCImago Journal & Country Rank é um portal que inclui indicadores específicos de periódicos e países, desenvolvidos a partir de informações contidas no banco de dados Scopus® (Elsevier B.V.). Estes indicadores podem ser utilizados para avaliar e analisar domínios científicos. (SCIMAGO, 2015). [81]

[80] De acordo com a CAPES, os motivos para um periódico não constar na lista Qualis pode ser porque não foi indicado por nenhum programa de pós-graduação ou porque não atingiu os critérios de avaliação da área. Informação disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>. Acesso em: 08 jun. 2016.

[81] Disponível em: <http://www.scimagojr.com/aboutus.php>. Acesso em: 26 dez. 2015. Texto original: "The SCImago Journal & Country Rank is a portal that includes the journals and country scientific indicators developed from the information contained in the Scopus® database (Elsevier B.V.). These indicators can be used to assess and analyze scientific domains".

Nesse portal, é possível buscar a classificação dos periódicos por área do conhecimento, região, e ano da classificação. Escolhemos as opções de periódicos de "Língua e Linguística", de qualquer região do mundo, e da classificação de 2014, a mais recente disponível no momento desta pesquisa[82]. O total de periódicos listados neste *ranking* foi 584, ordenados a partir de uma classificação própria do grupo SCImago, desenvolvida utilizando o algoritmo do *GooglePageRank*™. Dessa lista de 584 periódicos, foi feita uma busca entre os 100 primeiros do *ranking* para selecionar aqueles que publicam artigos e textos sobre Linguística Aplicada. Desses, foram identificados 15 novos periódicos para integrarem o *corpus* deste trabalho, visto que algumas das revistas que preenchiam os critérios já haviam sido listadas na Plataforma Sucupira. Portanto, o total de periódicos analisados nesta pesquisa foi 35 (20 selecionados na Plataforma Sucupira e 15 selecionados no SCImago), sendo eles, em ordem alfabética:

1) AILA Review
2) Annual Review of Applied Linguistics
3) Applied Linguistics
4) Australian Review of Applied Linguistics
5) Canadian Journal of Linguistics
6) English for Specific Purposes
7) English Language Teaching Journal
8) English Today
9) English World-Wide
10) Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education
11) International Journal of Applied Linguistics
12) Journal of English for Academic Purposes
13) Journal of English Linguistics
14) Journal of Pragmatics
15) Journal of Second Language Writing
16) Journal of Sociolinguistics
17) Language and Communication
18) Language and Education

[82] Disponível em: <http://www.scimagojr.com/journalrank.php?area=0&category=1203&country=all&year=2014&order=sjr&min=0&min_type=cd>. Acesso em: 03 nov. 2015.

19) Language Assessment Quarterly
20) Language Awareness
21) Language in Society
22) Language Learning
23) Language Learning and Technology
24) Language Policy
25) Language Teaching
26) Language Teaching Research
27) Language Variation and Change
28) Lingua
29) Lodz Studies in Language
30) Modern Language Journal
31) Research in the Teaching of English
32) TESOL Quarterly
33) Toronto Working Papers in Linguistics
34) Word
35) World Englishes

Após a seleção dos periódicos integrantes desta pesquisa, verificaram-se as suas diretrizes de publicação para autores, que foram copiadas para um quadro (disponível na seção Anexos) para posterior consulta e análise. Em seguida, verificou-se se os periódicos em questão haviam publicado textos acadêmicos relativos aos temas “inglês como língua franca”, “inglês como língua internacional”, “world English”, “world Englishes”, “global English” e “global Englishes” nos últimos cinco anos (2011, 2012, 2013, 2014, 2015). A lista de textos publicados também foi incluída no quadro.

A escolha de verificar o conteúdo das revistas se deu por entendermos que aquelas que se propõem a publicar artigos e textos relativos à temática aqui estudada são revistas cujo corpo editorial é ciente da relevância de se debater o papel do inglês no cenário atual; consequentemente, espera-se que também as suas políticas editoriais contemplem as questões de inglês como uma língua franca. É importante ressaltar que as revistas *English World-Wide* e *World Englishes* são exclusivas para a publicação de textos desta temática, portanto, a lista de textos desses periódicos não foi incluída no quadro, por serem todos sobre esse tema.

O grupo editorial ou nome de quem publicou a revista também foi incluído no quadro. A inclusão dessa informação se deu ao longo da geração de dados, visto que diversas revistas são publicadas pelo mesmo grupo editorial, que às vezes apresenta as mesmas diretrizes para todas as revistas do grupo enquanto em outras vezes as diretrizes são específicas para determinada revista. As 35 revistas são publicadas pelas seguintes universidades/grupos editoriais:

1) Cambridge University Press
2) Elsevier
3) Global Journals
4) John Benjamins Publishing Company
5) John Wiley & Sons Ltd
6) Linguistics Graduate Course Union at the University of Toronto
7) National Council of Teachers of English
8) National Foreign Language Resource Center at the University of Hawai'i
9) National Library of Australia
10) Oxford University Press
11) Peter Lang
12) SAGE Journals
13) Springer
14) Taylor & Francis
15) University of Toronto Press

É importante ressaltar que a revista *Australian Review of Applied Linguistics* possuía, até o momento da geração de dados deste trabalho, hospedagem em dois *websites*: o primeiro pertencente a National Library of Australia[83], um *site* vinculado ao governo australiano, e o segundo pertencente ao grupo editorial John Benjamins Publishing Company. No *site* da National Library of Australia, a revista era de acesso livre e gratuito, com publicações até 2015. Entretanto, o volume 39, de 2016, foi publicado apenas pela John Benjamins, deixando de ser livre e gratuito e alterando as políticas de publicação e diretrizes para autores. Para fins desta pesquisa, a revista *Australian Review of Applied Linguistics* foi considerada como pertencente a National Library of Australia, e este foi o *website* analisado. Essa escolha foi feita levando em consideração que a geração de dados aconteceu no ano de 2015 e que o

[83] Disponível em: <http://www.nla.gov.au/ojs/index.php/aral/index> ; <https://benjamins.com/#catalog/journals/aral/main>. Acesso em: 15 out. 2015.

conteúdo analisado dizia respeito aos anos de 2011 a 2015, ou seja, anos em que a revista era disponibilizada no site da National Library of Australia. Todavia, destacamos que, ao término desta pesquisa (junho/2016), esse *website* já havia sido desativado, restando apenas o pertencente ao grupo editorial John Benjamins Publishing Company.

Ademais, existe uma trigésima sexta revista que não constava na lista de nenhuma das duas fontes consultadas, mas cuja relevância para esta pesquisa é alta: *Journal of English as a Lingua Franca*, publicada por De Gruyter Mouton. Assim, em caráter extraordinário, as diretrizes para autores desse periódico também foram analisadas.

Destarte, de forma a responder as quatro primeiras perguntas deste trabalho (i.e., se existem regras/exigências linguísticas relativas ao padrão nativo nas diretrizes dos periódicos analisados, e quais; se os periódicos analisados publicaram textos relacionados ao inglês como língua franca nos últimos cinco anos; se os periódicos analisados reconhecem que os acadêmicos interessados em ali publicar seus textos podem ser de diferentes países e falantes de diferentes línguas maternas; se os periódicos reconhecem as diferentes variedades do inglês como aceitáveis para a escrita e publicação acadêmica internacional), foi analisado o conteúdo dos quadros *Informações sobre os periódicos analisados* (Anexo A) e *Diretrizes para autores* (Anexo B), disponíveis na seção Anexos deste trabalho. O quadro *Informações sobre os periódicos analisados* reúne as seguintes informações: nome do periódico; *website* onde é hospedado; grupo editorial/universidade que publica o periódico; ISSN; Qualis (caso se aplique); lista de artigos publicados sobre ILF/ILI/WE(s)/GE entre 2011 e 2015; e ano em que a revista atingiu o Qualis (caso se aplique). A análise das informações desse quadro permitiu responder se a revista apresenta ou não diretrizes linguísticas relacionadas ao padrão nativo e se os periódicos publicaram textos sobre a temática desta pesquisa nos últimos cinco anos.

No quadro *Diretrizes para autores*, foram listadas as revistas e suas respectivas diretrizes para autores retiradas dos *websites* indicados no quadro anterior. Os dados desse quadro puderam responder quais as diretrizes linguísticas existentes nos periódicos analisados, se os periódicos reconhecem que os autores podem ser de diferentes países e falantes de diferentes línguas maternas e se os periódicos reconhecem as diferentes variedades do inglês como aceitáveis para a escrita acadêmica internacional.

Para que houvesse a análise das diretrizes, primeiramente foi feita uma divisão das revistas em grupos: a) revistas que apresentam diretrizes próprias; b) revistas que não apresentam diretrizes, mas direcionam o internauta a um site do grupo editorial que aborde questões linguísticas; c) revistas que apresentam diretrizes referentes a todo o grupo editorial;

d) revistas que não apresentam diretrizes linguísticas. A seguir, identificou-se três normas linguísticas principais (língua de publicação; ortografia; revisão externa) e foi feita uma análise comparando como os periódicos em cada um dos grupos abordam essas diretrizes. Mais detalhes sobre como análise serão apresentados no próximo capítulo, seção 5.1 e suas subseções.

Por fim, de forma a responder a quinta e última pergunta desta pesquisa (i.e., se há discrepâncias entre as diretrizes linguísticas dos periódicos analisados e o conteúdo publicado nos mesmos periódicos entre 2011 e 2015), primeiramente foram selecionados os periódicos que publicaram textos sobre a temática ILI/ILF/WE(s)/GE. A seguir, analisamos o conteúdo desses textos (já previamente listados no quadro *Informações sobre os periódicos analisados*), com atenção especial aos resumos acadêmicos e seções de objetivos, resultados, discussões e conclusões (quando os textos apresentavam seções definidas). De forma a comparar o conteúdo dos textos com as diretrizes das revistas, verificamos se os textos apresentavam posicionamento de acordo, contrário, ou neutro em relação ao ILF e aceitação das variedades linguísticas do inglês. Com essas informações, foi criado um novo quadro, *Síntese e posicionamento dos textos* (Anexo C), que reúne as seguintes informações: agrupamento das revistas de acordo com as suas diretrizes; nome do periódico; grupo editorial/universidade que publica o periódico; autor, título e síntese de cada um dos textos; e o posicionamento do texto em relação ao ILF e aceitação das variedades do inglês. Assim, com o quadro pronto, foi possível visualizar e comparar o posicionamento dos textos com as diretrizes para autores das revistas onde foram publicados. Mais detalhes sobre essa análise serão apresentados na seção 5.2 deste trabalho.

Este capítulo teve por objetivo explicitar os objetivos deste trabalho e os procedimentos metodológicos seguidos a fim de atingir estes objetivos. No próximo capítulo, apresentaremos os resultados e análises obtidos a partir dos procedimentos metodológicos acima explicitados.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

Neste capítulo, serão apresentados os dados encontrados através da análise de conteúdo dos *sites* dos 36 periódicos citados no capítulo anterior. Em um primeiro momento, será realizada uma análise das diretrizes linguísticas dos periódicos; feito isso, será feita uma análise dos textos publicados pelas revistas nos últimos cinco anos (2011 a 2015).

5.1 ANÁLISE DAS DIRETRIZES LINGUÍSTICAS

Primeiramente foi feita uma contagem de quantas revistas do *corpus* desta pesquisa possuem diretrizes linguísticas acerca das questões aqui estudadas, quais sejam, se exigem normas linguísticas relativas ao padrão nativo da língua, se os periódicos abordam a aceitabilidade ou não das variedades linguísticas do inglês, se há o reconhecimento de que os autores interessados na publicação podem ser oriundos de diferentes países e línguas nativas.

Dentro dessa análise de diretrizes linguísticas, as revistas foram subdivididas em quatro categorias. A primeira categoria (Grupo 1) contém as que possuem diretrizes próprias, ou seja, revistas que citam, em seu próprio site, regras de publicação sobre as normas linguísticas esperadas. Nesse grupo encontram-se 27 das 36 revistas analisadas, pertencentes a 13 dos 16 grupos editoriais/universidades. As demais nove revistas dividem-se em: seis que não possuem qualquer informação ou direcionamento sobre normas linguísticas (Grupo 2); duas revistas que não apresentam diretrizes próprias sobre língua, mas oferecem *links* que direcionam a uma página externa, pertencente ao grupo editorial, que oferece serviços e assistência a autores, onde essas questões são abordadas (Grupo 3); e uma revista que apresenta diretrizes referentes a todo o grupo editorial (Grupo 4). Abaixo, segue um quadro resumo das informações acima:

Quadro 2: Categorias de divisão das revistas quanto à normas linguísticas

Grupo	Característica	Número de Revistas
1	Apresentam diretrizes próprias	27
2	Não apresentam informações relativas a normas linguísticas	6
3	Não apresentam diretrizes próprias, mas indicam direcionamento a páginas de edição e assessoria do grupo editorial aos autores	2
4	Seguem as diretrizes do grupo editorial	1

Fonte: Autora, 2016

A seguir, apresentamos um quadro expandido contendo as revistas que fazem parte de cada grupo:

Quadro 3: Revistas que apresentam diretrizes quanto às normas linguísticas

Categoria	Nome das Revistas	Publicada por
Revistas que apresentam diretrizes próprias (Grupo 1)	AILA Review	John Benjamins Publishing Company
	Applied Linguistics	Oxford
	Canadian Journal of Linguistics	University of Toronto Press
	English for Specific Purposes	Elsevier
	English Language Teaching Journal	Oxford
	English Today	Cambridge
	Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education	Global Journals
	International Journal of Applied Linguistics	John Wiley & Sons Ltd
	Journal of English as a Lingua Franca	De Gruyer Mouton
	Journal of English for Academic Purposes	Elsevier
	Journal of English Linguistics	SAGE Journals
	Journal of Pragmatics	Elsevier
	Journal of Second Language Writing	Elsevier

	Journal of Sociolinguistics	John Wiley & Sons Ltd
	Language and Communication	Elsevier
	Language and Education	Taylor & Francis
	Language Awareness	Taylor & Francis
	Language in Society	Cambridge
	Language Learning and Technology	National Foreign Language Resource Center at the University of Hawai'i
	Language Policy	Springer
	Language Teaching	Cambridge
	Language Teaching Research	SAGE Journals
	Language Variation and Change	Cambridge
	Lingua	Elsevier
	Modern Language Journal	John Wiley & Sons Ltd
	Toronto Working Papers in Linguistics	Linguistics Graduate Course Union at the University of Toronto
	Word	Taylor & Francis
Revistas que não apresentam informações relativas a normas linguísticas (Grupo 2)	Annual Review of Applied Linguistics	Cambridge
	Australian Review of Applied Linguistic	National Library of Australia
	English World-Wide	John Benjamins Publishing Company
	Research in the Teaching of English	National Council of Teachers of English
	TESOL Quarterly	John Wiley & Sons Ltd
	World Englishes	John Wiley & Sons Ltd
Revistas que não apresentam diretrizes próprias, mas indicam direcionamento a páginas de edição e assessoria do grupo editorial aos autores (Grupo 3)	Language Assessment Quarterly	Taylor & Francis
	Language Learning	John Wiley & Sons Ltd
Revista que segue as diretrizes do grupo editorial (Grupo 4)	Lodz Studies in Language	Peter Lang

Fonte: Autora, 2016

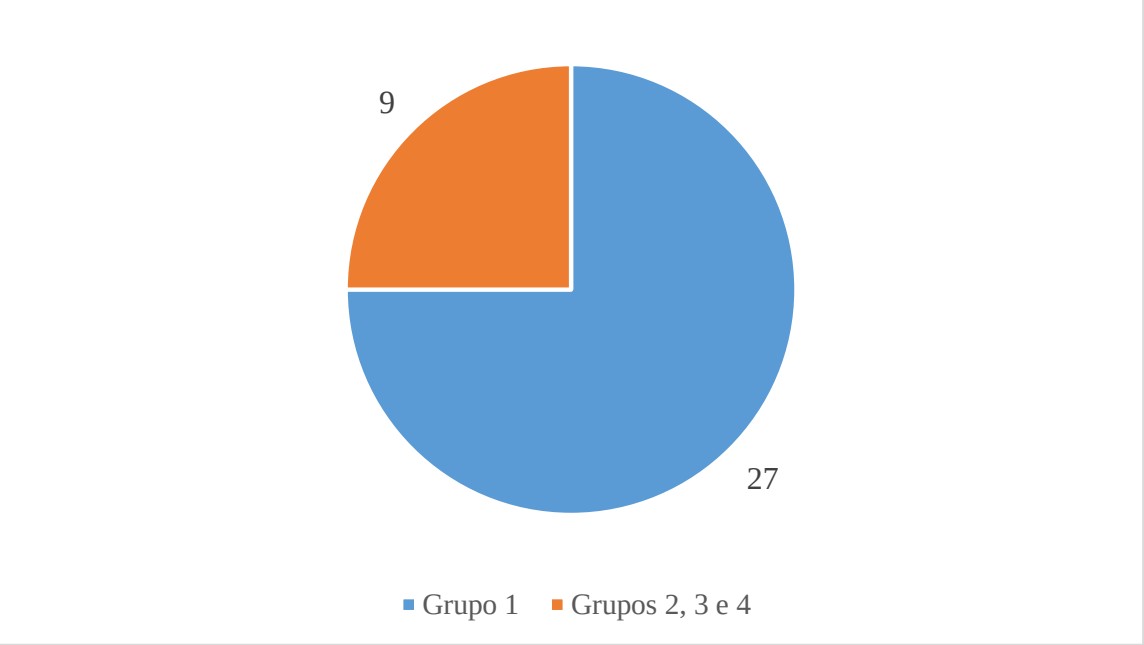
Ao analisarmos as diretrizes linguísticas dos periódicos e grupos editoriais acima, foram encontradas três principais diretrizes quanto a normas linguísticas: a primeira é relativa

à língua de publicação; a segunda diz respeito à ortografia utilizada; e a terceira menciona a edição ou revisão do manuscrito por outra pessoa que não o autor. A seguir, será feita uma análise detalhada de como tais diretrizes são abordadas em cada um dos quatro grupos de revistas, com exceção do Grupo 2, que não apresenta diretrizes quanto a normas linguísticas. Assim, as próximas três subseções deste trabalho (5.1.1 a 5.1.3) dizem respeito aos Grupos 1, 3 e 4, respectivamente, e terão como objeto de estudo apenas os periódicos pertencentes a cada grupo. Por fim, na seção 5.1.4 desta pesquisa, será feita uma análise global das diretrizes linguísticas encontradas, levando em consideração o somatório das análises individuais dos grupos.

5.1.1 Análise das diretrizes das revistas do Grupo 1

O Grupo 1 é composto pelos periódicos que apresentam diretrizes linguísticas próprias, e contém 27 das 36 revistas analisadas, conforme o gráfico ilustrativo abaixo:

Gráfico 1: Número de revistas do Grupo 1 em relação ao total de revistas

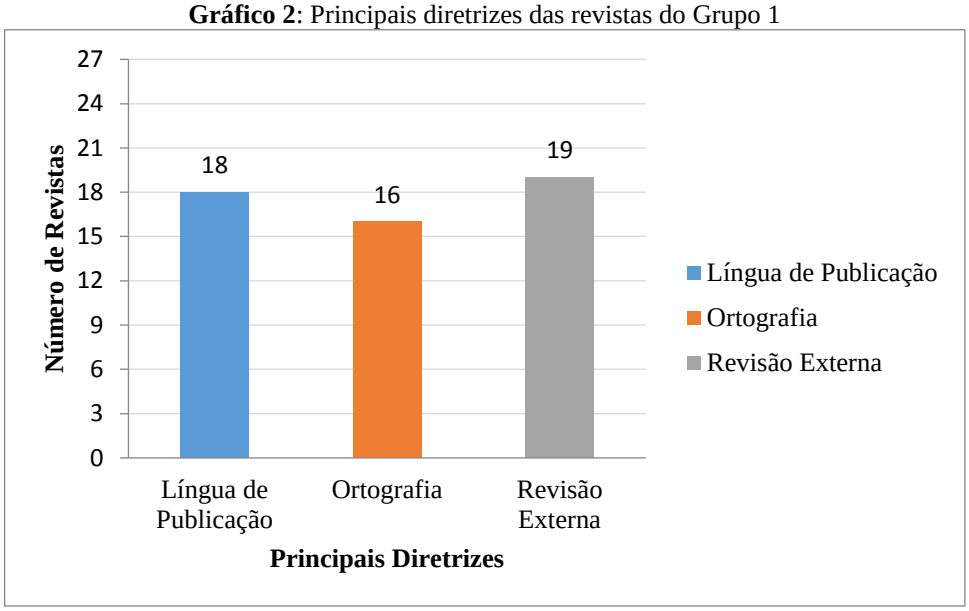


Fonte: Autora, 2016

Esta seção do trabalho apresenta os resultados do Grupo 1. Sendo assim, todas as análises desta seção terão como universo total um conjunto de 27 revistas, e não 36, pois as nove revistas restantes serão apresentadas nas seções subsequentes.

Conforme informado acima, foram encontradas três diretrizes linguísticas principais: língua de publicação, ortografia e revisão externa. Considerando o universo de 27 revistas do Grupo 1, informamos abaixo o número de revistas que abordam cada uma dessas três diretrizes. Cada uma das revistas pode abordar uma, duas ou três dessas diretrizes:

Gráfico 2: Principais diretrizes das revistas do Grupo 1



Fonte: Autora, 2016

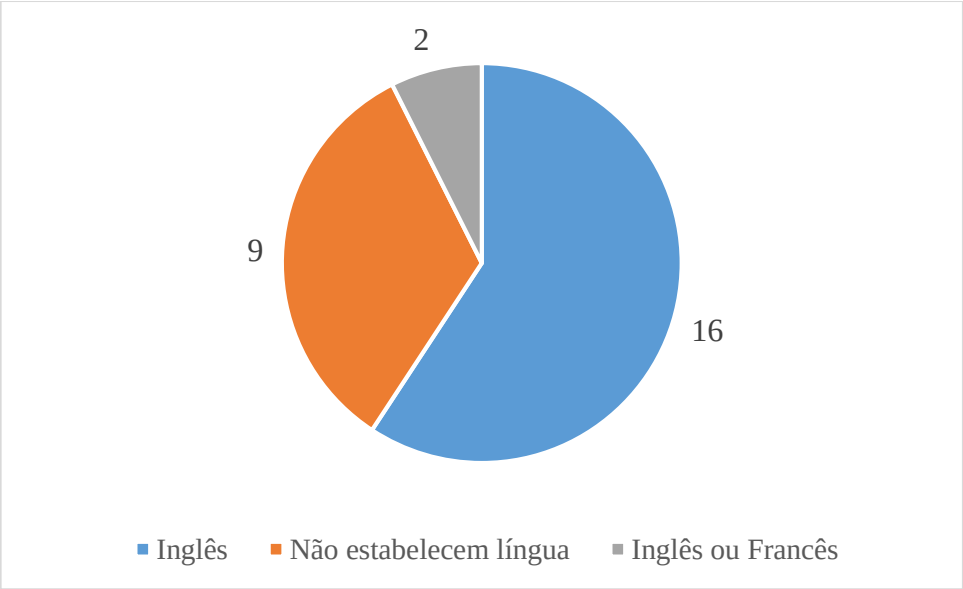
Em relação à língua, 16 periódicos estabelecem que a língua de publicação é o inglês, sendo eles: *AILA Review*, *Applied Linguistics*, *English for Specific Purposes*, *Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education*, *International Journal of Applied Linguistics*, *Journal of English as a Lingua Franca*, *Journal of English for Academic Purposes*, *Journal of Pragmatics*, *Journal of Second Language Writing*, *Journal of Sociolinguistics*, *Language and Communication*, *Language and Education*, *Language in Society*, *Lingua*, *Modern Language Journal* e *Word*. Além disso, dois periódicos aceitam também publicações em francês: *Language Awareness* e *Language Variation and Change*, atingindo o total de 18 periódicos que esclarecem em que língua é esperado que os autores enviem os seus textos. Para as outras nove revistas, fica subentendido que a língua de publicação é o inglês devido ao fato de o conteúdo do *site* ser em inglês e também a outras informações relativas à língua inglesa presente nas diretrizes, tais como ortografia, que serão apresentadas em seguida.

Ressalta-se as normas das revistas do grupo Elsevier (*English for Specific Purposes*, *Journal of English for Academic Purposes*, *Journal of Pragmatics*, *Journal of Second Language Writing*, *Language and Communication* e *Lingua*) de os manuscritos serem escritos

em “good English”[84], explicitamente nas variedades americanas ou britânicas, e da revista *Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education*, que exige o uso do inglês britânico. Destaca-se, também, as instruções da *Journal of English as a Lingua Franca*, que espera que os autores escrevam em um inglês inteligível para leitores de qualquer lugar do mundo. Essa diretriz, que condiz com os debates acerca das discussões da aceitação das variedades linguísticas (até por ser uma revista temática sobre ILF), será retomada adiante.

As orientações das revistas do Grupo 1 que estabelecem a sua língua de publicação podem ser visualizadas no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Exigência das revistas do Grupo 1 quanto à língua de publicação



Fonte: Autora, 2016

A segunda diretriz apresentada no gráfico de barras acima (Gráfico 2) diz respeito à variedade ortográfica que as diretrizes pedem que o texto seja escrito. Entre os periódicos, 12 dos 16 que fazem referência à *spelling* pedem que a regra ortográfica seja consistente, ou seja, que não haja uma mistura da ortografia britânica com a americana, por exemplo. São elas: *Applied Linguistics*, *English for Specific Purposes*, *Journal of English for Academic Purposes*, *Journal of Pragmatics*, *Journal of Second Language Writing*, *Journal of Sociolinguistics*, *Language and Communication*, *Language and Education*, *Language and Technology*, *Language in Society*, *Lingua* e *Toronto Working Papers in Linguistics*, A revista *Language and Technology*, apesar de não ser explícita como as demais quanto à consistência

[84] Tradução: “bom inglês”. Por serem o objeto de análise desta pesquisa, optou-se por não traduzir citações diretas das diretrizes das revistas estudadas no corpo do texto. Entendemos que a escolha de palavras no texto original por vezes indica a orientação linguística do periódico e uma tradução das diretrizes para o português pode influenciar na análise linguística dos dados. Entretanto, de forma a ampliar a acessibilidade deste trabalho, as traduções para o português das diretrizes apresentadas ao longo do texto serão incluídas em nota de rodapé.

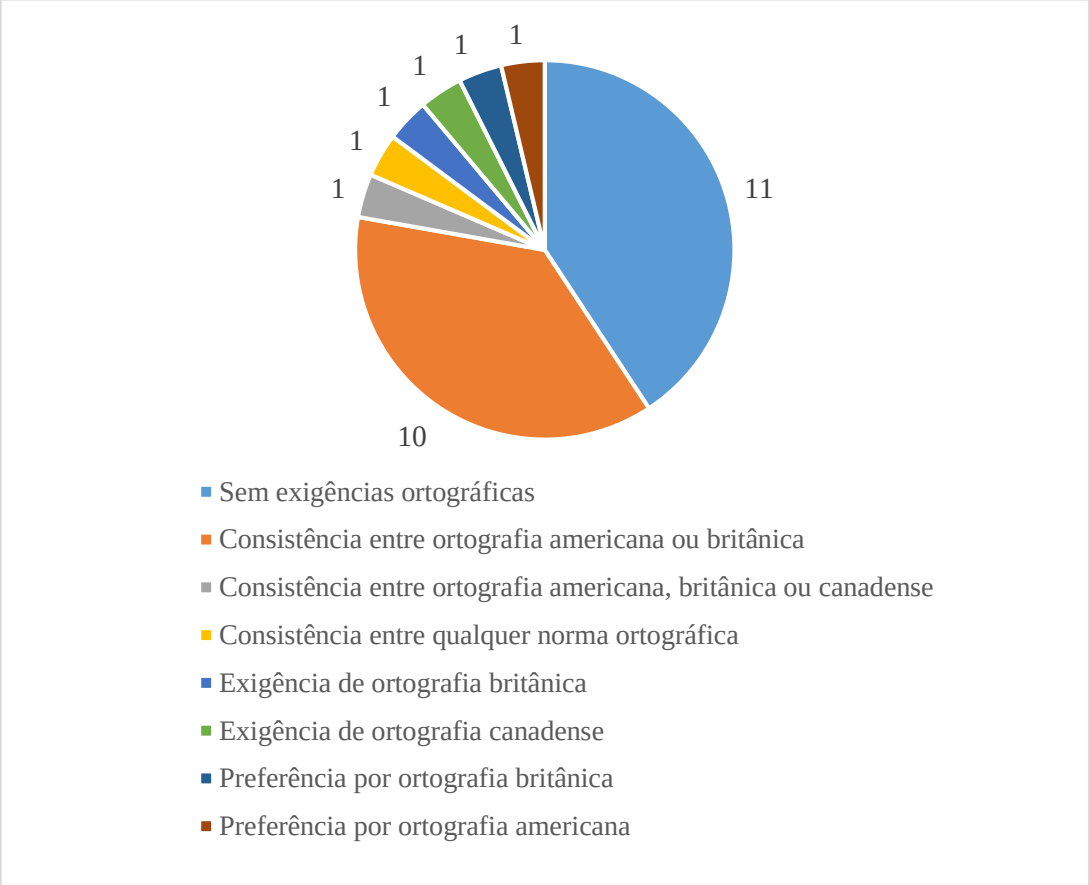
da variedade escolhida, informa que tanto a ortografia do inglês britânico quanto a do americano são aceitas, o que indica que o autor deve escolher uma e ser consistente na sua escolha.

Entre as revistas citadas acima, as únicas que fogem à dicotomia inglês britânico *versus* inglês americano são as revistas *Language and Education*, que aceita qualquer variedade de ortografia e pontuação, desde que consistente (ou seja, que não haja o uso ou mistura de mais de uma variedade no mesmo texto), e a revista *Toronto Working Papers in Linguistics*, que pede que os autores escolham entre a ortografia do inglês canadense, britânico ou americano. As quatro revistas restantes dividem-se entre preferir ou exigir uma ou outra variedade ortográfica. Por exemplo, a *English Language Teaching* exige que o autor use a ortografia britânica e a *Canadian Journal of Linguistics* pede que os autores sigam a ortografia do Canadian Oxford Dictionary, enquanto a *Word* tem preferência pela ortografia americana e a *Language Awareness*, pela britânica.

Percebe-se, pois, uma retomada da ideia de que as únicas normas linguísticas da língua inglesa consideradas válidas são primordialmente as dos Estados Unidos e Inglaterra, com exceção das revistas canadenses, que reconhecem e incentivam o uso da variante de seu país. Ou seja, nem mesmo as demais variedades nativas, como por exemplo a neozelandesa, jamaicana ou sul-africana, são aceitas como próprias de serem utilizadas em uma revista internacional – sendo assim, se um falante nativo sul-africano, por exemplo, desejar publicar em uma dessas revistas, ele precisará, de acordo com as normas da revista, fazer adaptações em seu texto para que esteja em conformidade com as normas britânicas ou americanas. Assim, percebe-se nessas diretrizes uma validação da crítica apontada por Jenkins (2011) de que a internacionalização do inglês é vista por muitos como a distribuição dessas duas variedades de inglês ao redor do mundo, ou seja, como se utilizar essas variedades locais em diversos pontos do globo seria o suficiente para que a língua fosse considerada internacional, sem levar em consideração os infinitos contextos sociolinguísticos.

As orientações das 27 revistas do Grupo 1 que se posicionam quanto às normas ortográficas a serem usadas podem ser resumidas numericamente no gráfico abaixo:

Gráfico 4: Diretrizes das revistas do Grupo 1 quanto à ortografia



Fonte: Autora, 2016

Por fim, a diretriz mais comum, presente em 19 dos 27 periódicos analisados no Grupo 1, diz respeito ao autor solicitar revisão ou edição linguística a um terceiro. Nesse caso, há divergências entre as recomendações dos periódicos em relação a quem precisaria solicitar tal revisão ou quem seria o melhor candidato a fazê-la. Foram encontrados três posicionamentos principais dos periódicos em relação a essa diretriz: o primeiro, de que FNNs do inglês tenham seus textos revisados por FNs; o segundo, de que FNNs tenham seus textos revisados, sem estabelecer quem seria esse revisor; e o terceiro, de que qualquer autor que achar necessário tenha seus textos revisados por um terceiro, sem menção a língua materna do autor ou revisor.

Em relação ao primeiro posicionamento, seis revistas sugerem que autores não nativos de inglês tenham seus textos revisados ou editados por um falante nativo. É o caso dos periódicos *AILA Review*, *English Today*, *Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education*, *Language in Society*, *Language Policy* e *Language Variation and Change*. Entre essas, cinco utilizam-se de recursos linguísticos tais como o uso de verbos modais *may* e *might* de forma a suavizar a sugestão, entendida como não obrigatória, mas

recomendada. É o caso por exemplo, das revistas *English Today* e *Language in Society*, revistas do grupo editorial Cambridge cujas recomendações são idênticas quanto a esse aspecto:

> Authors, particularly those whose first language is not English, may wish to have their English-language manuscripts checked by a native speaker before submission. This is optional, but may help to ensure that the academic content of the paper is fully understood by the editor and any reviewers. We list a number of third-party services specialising in language editing and/or translation, and suggest that authors contact as appropriate: http://journals.cambridge.org/action/stream?pageId=8728&level=2&menu=Authors &pageId=3608 (CAMBRIGE, 2016).[85]

Percebe-se que o motivo dado para que haja a revisão feita por um falante nativo é relacionado à inteligibilidade. Entretanto, os estudos em ILF defendem que a inteligibilidade não está relacionada à conformidade a normas nativas, e não precisaria passar pela "legitimação" do falante nativo.

A revista *Language Policy*, publicada pela Springer, apresenta diretrizes parecidas:

> Manuscripts that are accepted for publication will be checked by our copyeditors for spelling and formal style. This may not be sufficient if English is not your native language and substantial editing would be required. In that case, you may want to have your manuscript edited by a native speaker prior to submission. A clear and concise language will help editors and reviewers concentrate on the scientific content of your paper and thus smooth the peer review process. The following editing service provides language editing for scientific articles in all areas Springer publishes in: https://www.edanzediting.com/springer. (SPRINGER, 2016).[86]

A entrega de um texto cuja linguagem não é concisa, clara e formal de fato pode prejudicar a avaliação do conteúdo científico por parte de editores e pareceristas. Entretanto, tratando-se o artigo acadêmico como um gênero com características próprias, autores de

---

[85]Tradução: "Os autores, particularmente aqueles cuja primeira língua não é o inglês, podem desejar que seus manuscritos em inglês sejam revisados por um falante native antes da submissão. Isso é opcional, mas pode ajudar a garantir que o conteúdo acadêmico do artigo seja completamente entendido pelo editor e revisores. Listamos alguns serviços terceirizados especializados em edição linguística e/ou tradução, e sugerimos que os autores os contatem conforme apropriado". Disponível em: <http://assets.cambridge.org/ENG/ENG_ifc.pdf> ;<http://assets.cambridge.org/LSY/LSY_ifc.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

[86] Tradução: "A ortografia e o estilo formal dos manuscritos aceitos para publicação serão revisados pelos nossos editores. Isso pode não ser o suficiente se o inglês não for a sua língua nativa, e uma considerável edição seria necessária. Nesse caso, o seu manuscrito pode ser editado por um falante nativo antes da submissão. Uma linguagem clara e concisa ajudará os editores e revisores a se concentrarem no conteúdo científico do seu artigo e, portanto, facilitar o processo de revisão por pares. O seguinte serviço de edição oferece edição linguística para artigos científicos em todas as áreas que a Springer publica". Disponível em: <http://www.springer.com/education+%26+language/linguistics/journal/10993?detailsPage=pltci_2329322>. Acesso em: 31 jan. 2016.

diferentes línguas maternas precisariam passar pelo processo de familiarização e prática da escrita acadêmica.

Ambas diretrizes supracitadas oferecem um *link* de assessoria linguística a autores. No caso das diretrizes das revistas do grupo Cambridge, o *link* direciona a uma segunda página da Cambridge, onde há a recomendação de que falantes nativos de inglês revisem os manuscritos a fim de que esses sejam julgados apenas pelos seus méritos acadêmicos. Nessa página, há uma lista de empresas terceirizadas que oferecem tais serviços. O link oferecido nas diretrizes da revista *Language Policy*, por sua vez, direciona a uma página da empresa Edanz, que oferece serviços de edição e assessoria linguística do inglês.

Ressaltam-se as diretrizes do periódico *Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education*: ao contrário da abordagem das outras cinco revistas que sugerem a revisão por um falante nativo, esse periódico é enfático na obrigatoriedade dessa revisão. Após a informação de que a língua de publicação é o inglês britânico, as diretrizes informam que "[a]uthors, for whom English is a second language, must have their manuscript efficiently edited by an English speaking person before submission to make sure that, [sic] the English is of high excellence" (GLOBAL JOURNALS, 2015)[87]. Ou seja, o uso do verbo modal *must* indica obrigatoriedade da edição por terceiros. Além disso, a recomendação de que tal edição deva ser feita por uma *"English speaking person"* causa duplicidade de interpretações. Por um lado, pode-se entender que qualquer pessoa que fale inglês e tenha os conhecimentos específicos poderia revisar e editar o texto. Neste caso, a revista não se enquadraria nessa categoria de exigência ou recomendação de revisão feita por falante nativo. Entretanto, devido à expressão de obrigatoriedade de o texto ser editado por um terceiro através do modal *must*, entendemos que as diretrizes parecem considerar os falantes de ISL como "não falantes de inglês", ou falantes de um inglês não legítimo. Neste caso, apenas falantes nativos seriam os reais donos da língua e poderiam dar a palavra final quanto à qualidade linguística do texto.

O segundo posicionamento encontrado em relação à revisão externa diz respeito a também haver recomendações a autores não nativos de inglês de que seus textos sejam revisados, mas sem indicar que esta revisão deva ser feita por falantes nativos. É o caso das revistas *English Language Teaching*, *Language Teaching*, *Language Teaching Research* e *Modern Language Journal*.

---

[87] Tradução: "[a]utores para quem o inglês seja uma segunda língua devem ter o seu manuscrito eficientemente editado por um falante de inglês antes da submissão para garantir que, [sic] o inglês seja de alta excelência". Disponível em: <https://globaljournals.org/guidelines-tips-gjhss/author-guidelines-gjhss>. Acesso em: 02 fev. 2015.

O periódico *Language Teaching*, por exemplo, pede que "[p]lease arrange for satisfactory proof-reading of your draft manuscript if your first language is not English" (CAMBRIDGE, 2016)[88]. O uso do modo imperativo demonstra que a revisão de textos por terceiros não é uma opção, mas obrigatória para esses autores. A revista, publicada pela Cambridge, afirma ainda que manuscritos com problemas linguísticos serão devolvidos aos autores, e apresenta o mesmo *link* citado nas diretrizes das revistas *English Today* e *Language in Society*, remetendo o internauta à página da Cambridge que lista empresas de assessoria linguística. Se, por um lado, o periódico sugere que seja feita uma revisão satisfatória, pode-se entender que essa revisão deve ser feita por alguém competente e conhecedor do gênero e regras linguísticas da língua, seja essa pessoa falante nativa ou não. Por outro, o fato de haver nas diretrizes um direcionamento à página do grupo editorial em que está expressa a sugestão de revisão por falantes nativos pode indicar que, para essa revista, uma revisão satisfatória só poderia ser feita por falantes nativos.

Diretrizes similares foram encontradas no *site* da revista *Language Teaching Research*, publicada pela SAGE Journals: "Non-English speaking authors who would like to refine their use of language in their manuscripts might consider using a professional editing service" (SAGE, 2016)[89]. Entretanto, o uso do verbo modal *might* indica que é do autor a decisão final de contratar ou não serviços de revisão textual. Por outro lado, a revista apresenta um *link* que direciona a uma página própria da SAGE Journals de serviços de edição e formatação de texto. Nessa página, há a informação de que todos os revisores são falantes nativos de inglês, doutores ou pós-doutores em universidades renomadas americanas[90]. Novamente, nos perguntamos se um "serviço de edição profissional", para ser considerado de qualidade, precisa ser feito por um falante nativo de inglês.

Por outro lado, o periódico *Modern Language Journal* utiliza outro critério de legitimação e sugestão de quem deveria ser o revisor do texto: competência linguística, e não língua materna. As diretrizes dizem que "All authors, especially those whose native language is not English, are encouraged to have colleagues with a very high level of proficiency in English read their manuscripts and suggest adjustments for language and style" (WILEY,

---

[88] Tradução: "[p]or favor garanta uma revisão satisfatória do seu manuscrito se a sua primeira língua não for o inglês". Disponível em: <http://assets.cambridge.org/LTA/LTA_ifc.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

[89] Tradução: "Os autores não falantes de inglês que gostariam de refinar o uso da língua em seus manuscritos podem considerar a contratação de um serviço de edição profissional". Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/language-teaching-research/journal201815#submission-guidelines>. Acesso em: 03 fev. 2016.

[90] Disponível em: <http://languageservices.sagepub.com/en/faq/>. Acesso em: 03 fev. 2016.

2016)[91]. Essas diretrizes, portanto, dialogam com os debates de inglês como língua franca, visto que solicitar que os periódicos sejam revisados por alguém com alta proficiência em inglês não atribui mais autoridade linguística a falantes de uma certa variedade da língua, e sim a falantes que tenham mais conhecimento linguístico, independente do seu local de nascimento ou idade com que a língua foi aprendida.

Uma terceira abordagem de sugestão de revisão textual foi também encontrada nos *sites* dos periódicos analisados: a sugestão de que qualquer autor que julgue necessário tenha seus textos revisados por terceiros, sem especificações da língua materna do autor ou do revisor. É o caso das revistas do grupo Elsevier (*English for Specific Purposes*, *Journal of English for Academic Purposes*, *Journal of Pragmatics*, *Journal of Second Language Writing*, *Language and Communication* e *Lingua*) e das revistas *Journal of English Linguistics* e *Language Learning and Technology*.

As diretrizes das revistas do grupo Elsevier orientam que:

> Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their English language manuscript may require editing to eliminate possible grammatical or spelling errors and to conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) or visit our customer support site (http://support.elsevier.com) for more information. (ELSEVIER, 2016)[92]

Diretrizes como essa indicam que dificuldades linguísticas e não familiaridade com a escrita acadêmica ou científica não é exclusividade de autores não nativos de inglês. Esta sugestão pode ser comparada a serviços de revisão e edição textual oferecidos no Brasil a

---

[91] Tradução: “Todos os autores, especialmente aqueles cuja língua nativa não seja o inglês, são encorajados a buscar colegas com alto nível de proficiência em inglês para ler os seus manuscritos e sugerir ajustes de língua e estilo”. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1540-4781/homepage/ForAuthors.html>. Acesso em 03 fev 2016.

[92] Tradução: “Por favor escreva o seu texto em um bom inglês (variedades americana ou britânica são aceitas, mas não uma mistura das duas). Os autores que sentem que o seu manuscrito em inglês pode precisar de edição para eliminar possíveis erros gramaticais ou ortográficos e para estarem em conformidade com o inglês científico correto podem desejar usar o serviço de Edição Linguística do Inglês disponível em Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) ou visitar o nosso *site* de suporte ao cliente (http://support.elsevier.com) para mais informações”. Citação das diretrizes de todas as revistas do grupo Elsevier. Disponível nos seguintes endereços eletrônicos:
<https://www.elsevier.com/wps/find/journaldescription.cws_home/682?generatepdf=true>;
<https://www.elsevier.com/journals/journal-of-english-for-academic-purposes/1475-1585?generatepdf=true>;
<https://www.elsevier.com/journals/journal-of-pragmatics/0378-2166?generatepdf=true>;
<https://www.elsevier.com/wps/find/journaldescription.cws_home/620372?generatepdf=true>;
<https://www.elsevier.com/journals/language-and-communication/0271-5309?generatepdf=true>;
<https://www.elsevier.com/wps/find/journaldescription.cws_home/505590?generatepdf=true>. Acesso em: 04 fev. 2016.

acadêmicos que desejam se certificar que seus textos estão condizentes com as normas e padrões esperados na academia. É comum encontrar, por exemplo, ofertas de revisão de "ABNT"[93] ou revisão de português junto a universidades ou instituições acadêmicas, havendo como público-alvo acadêmicos brasileiros, falantes nativos de português. Isso não significa, em nenhum momento, um descrédito ou deslegitimação do português falado ou escrito por tais pesquisadores, alunos ou professores, mas o reconhecimento de que a escrita acadêmica exige normas que, por vezes, pode não lhes ser familiar.

Entretanto, a página de auxílio a autores indicada nas diretrizes novamente oferece serviços de edição linguística feita apenas por falantes nativos de inglês, igualmente aos serviços oferecidos pelos grupos editoriais supracitados.

O periódico *Journal of English Linguistics*, publicado pela SAGE Journals, informa que

> Authors who would like to refine the use of English in their manuscripts might consider using the services of a professional English-language editing company. We highlight some of these companies at http://www.sagepub.com/journalgateway/engLang.htm. Please be aware that SAGE has no affiliation with these companies and makes no endorsement of them. An author's use of these services in no way guarantees that his or her submission will ultimately be accepted. Any arrangement an author enters into will be exclusively between the author and the particular company, and any costs incurred are the sole responsibility of the author. (SAGE, 2016)[94]

Percebe-se uma diferença de abordagem entre esse periódico e o periódico *Language Teaching Research*, também publicado pela SAGE e cujas diretrizes foram apresentadas anteriormente. Enquanto o *Language Teaching Research* enfatiza que autores não nativos podem precisar de edição linguística, o *Journal of English Linguistics* estende a recomendação a qualquer autor que julgue necessário que seu texto seja revisado e editado. Além disso, a revista reforça a não afiliação do grupo editorial com as empresas que prestam tais serviços. Contudo, imagina-se que o *site* das diretrizes deste periódico esteja desatualizado, visto que o *link* disponível nas diretrizes não direciona a uma lista de empresas

---

[93] Forma popular de referir-se a normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que regem da escrita acadêmica no Brasil no que diz respeito a formatação e referências. Por exemplo, algumas das normas em vigor atualmente são NBR 6023:2002 (referências) e NBR 10520:2002 (citações).

[94] Tradução: "Os autores que desejarem refinar o uso do inglês em seus manuscritos podem considerar a contratação de serviços de uma empresa profissional de edição linguística do inglês. Destacamos algumas dessas empresas em http://www.sagepub.com/journalgateway/engLang.htm. Por favor saiba que a SAGE não tem afiliação com essas empresas e não as endossa. O uso desses serviços por parte de um autor de forma alguma garante que a sua submissão será aceita de forma definitiva. Qualquer negociação será exclusivamente entre o autor e a empresa, e quaisquer despesas são de responsabilidade única do autor". Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/sam/journal-of-english-linguistics/journal200779#submission-guidelines>. Acesso em: 04 fev. 2016.

terceirizadas, e sim à página de serviços linguísticos próprios da SAGE Journals, já apresentado na explicação das diretrizes da revista *Language Teaching Research*.

A revista *Language Learning and Technology*, não afiliada a um grupo editorial, mas a três centros de línguas universitários[95], orienta que "[a]uthors are strongly encouraged to have their manuscripts proofread by an editor familiar with English academic prose and APA guidelines" (LANGUAGE…, 2016)[96]. Nesse caso, além de haver uma preocupação pela qualidade textual de qualquer autor, a indicação do revisor novamente diz respeito a alguém familiarizado com a escrita acadêmica e com a formatação e normas utilizadas pela revista, de forma similar às diretrizes utilizadas pela *Modern Language Journal*.

Por fim, a última revista que faz menção a revisores externos é a *Journal of English as a Lingua Franca*. Todavia, na contramão de muitas das diretrizes acima expostas, os editores desse periódico enfatizam a *não* necessidade de um falante nativo revisar os textos:

> Authors should follow the De Gruyter Mouton style sheet but with one change: While the standard style sheet stipulates, under 'Special attention', that authors should have their "contribution carefully checked by a native speaker", the editors of JELF simply expect authors to submit manuscripts written in an English which is intelligible to a wide international academic audience, but it need not conform to native English norms. (DE GRUYTER, 2016)[97].

Observa-se uma preocupação do corpo editorial em romper com as exigências comumente estabelecidas por grupos editoriais de enxergar o falante nativo de inglês como única autoridade e de conceber a escrita dos falantes não nativos como falha e imperfeita (independentemente do nível de proficiência linguística do autor ou familiaridade com a escrita acadêmica) – até porque, a manutenção de tais práticas, em uma revista cujo tema central é inglês como língua franca, seria contraditória. Para essa revista, são legítimas tanto as variedades nativas quanto não nativas. A ênfase na inteligibilidade dos textos em vez de na conformidade com as normas nativas permite que autores de qualquer lugar do mundo, desde que familiarizados com a escrita acadêmica em inglês, tenham mais igualdade de publicação.

---

[95] A saber, National Foreign Language Resource Center (University of Hawai'I); University of Hawai'i Center for Language and Technology; e Center for Language Education, and Research (Michigan State University).

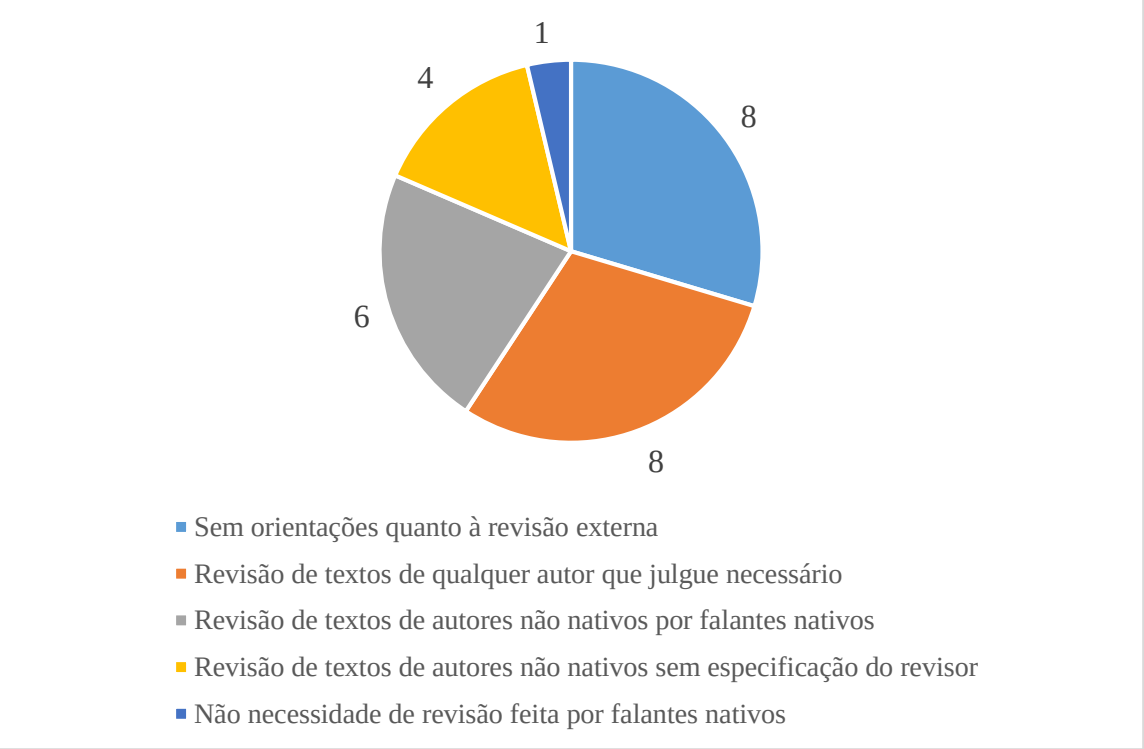
[96] Tradução: "os autores são extremamente encorajados a terem seus manuscritos revisados por um editor familiarizado com a prosa acadêmica do inglês e com as diretrizes da APA". Disponível em: <http://llt.msu.edu/guidelines/index.html>. Acesso em: 04 fev. 2016.

[97] Tradução: "Os autores devem seguir o guia de estilo da De Gruyter Mouton, mas com uma alteração: embora o guia de estilo estipule, no item Atenção Especial, que os autores devam ter as suas 'contribuições cuidadosamente revisadas por um falante nativo', os editors do JEFL esperam apenas que os autores submetam os manuscritos em um inglês que seja inteligível a uma ampla audiência acadêmica internacional, mas sem a necessidade de estar em conformidade com as normas nativas". Disponível em: <http://www.degruyter.com/view/j/jelf>. Acesso em: 04 fev. 2016.

Ademais, percebe-se que a diretriz por si só – e a ênfase concedida à não expectativa de conformidade às normas nativas – já indicam uma crítica às políticas de publicação de grupos editoriais (ou, ao menos do grupo editorial por onde o periódico é veiculado).

Assim, em relação a diretrizes relacionadas à revisão externa, podem-se dividir as 27 revistas do Grupo 1 conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 5: Diretrizes das revistas do Grupo 1 quanto a revisão por terceiros



Fonte: Autora, 2016

Ressalta-se que o gráfico não contempla as subjetividades de cada abordagem, como por exemplo as revistas que sugerem uma revisão satisfatória sem especificação do revisor, mas que apresentam serviços terceirizados cujos revisores são todos nativos de inglês.

Como o Grupo 2 é composto de seis revistas que não apresentam quaisquer diretrizes quanto a normas linguísticas, serão apresentados na próxima seção os resultados obtidos dos conteúdos das diretrizes do Grupo 3.

5.1.2 Análise das diretrizes das revistas do Grupo 3

As revistas do Grupo 3 são aquelas que não possuem diretrizes próprias, mas que indicam, em seu *site*, um link para uma página externa, do próprio grupo editorial, onde o

autor pode encontrar informações sobre normas linguísticas. Duas revistas compõem esse grupo, sendo elas: *Language Assessment Quarterly*, publicada pela Taylor & Francis e *Language Learning*, publicada pela John Wiley & Sons. Como não existem diretrizes próprias a serem analisadas, será feita uma análise do conteúdo disponível em cada uma das páginas referidas nas diretrizes das revistas, pois se entende que o corpo editorial de cada revista endossa as orientações do grupo pelo qual é publicada. Descarta-se a possibilidade de as revistas não terem liberdade para criar ou editar diretrizes próprias visto que foram encontradas revistas dos dois grupos editoriais no Grupo 1 desta pesquisa[98].

O *link* da revista *Language Assessment Quarterly* remete à página *Author Services*[99], do grupo Taylor & Francis. O *site* apresenta informações sobre a escrita acadêmica, e não regras de publicação específicas. É explicado como escrever um artigo acadêmico e enviá-lo para publicação, como escolher o melhor periódico para o artigo, como funciona a avaliação por pares, apresenta vídeos sobre a publicação acadêmica, entre outros. Percebe-se, então, que esse não é um *site* de contratação de serviços de edição de textos, mas uma plataforma com dicas para os autores interessados em publicar manuscritos em revistas do grupo. Existe, contudo, um *link* que direciona a uma página externa de contratação de serviços de edição textual, também da Taylor & Francis, mas essa página não faz parte do *Author Services*.

No *Author Services*, dentro das seções de como escrever um artigo, há uma página chamada *Putting your article together: the essentials*. Esse foi o único lugar do *site* onde foram encontradas informações relativas a normas linguísticas da língua inglesa: "Check your spelling and grammar, and pay special attention to whether the journal you are writing for asks for American or English spelling (specified in the instructions for authors)" (TAYLOR & FRANCIS, 2016) [100]. Entende-se, então, que esse grupo editorial espera que seus periódicos se posicionem em relação a preferirem uma destas duas variedades da língua.

De forma a melhor verificar como tal expectativa se confirma nas revistas participantes do *corpus* desta pesquisa, comparamos as diretrizes das quatro revistas da Taylor & Francis aqui analisadas: *Language and Education*, *Language Assessment Quarterly*, *Language Awareness* e *Word*. Exceto a *Language Assessment Quarterly*, que faz parte do Grupo 3, as demais revistas apresentam diretrizes próprias (fazendo assim parte do Grupo 1).

---

[98] A saber: *Language and Education*, *Language Awareness* e *Word* (grupo Taylor & Francis); e *International Journal of Applied Linguistics*, *Journal of Sociolinguistics* e *Modern Language Journal* (grupo John Wiley & Sons).

[99] Disponível em: <http://authorservices.taylorandfrancis.com/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

[100] Tradução: "Revise a ortografia e gramática, e principalmente preste atenção se o jornal para o qual você está escrevendo exige a ortografia americana ou britânica (especificada nas instruções para autores)". Disponível em: <http://authorservices.taylorandfrancis.com/putting-your-article-together-the-essentials/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Conforme já discutido na seção anterior deste trabalho, essas três revistas se posicionam em relação a normas ortográficas: a revista *Language and Education* afirma que aceita trabalhos escritos em qualquer norma, desde que consistente, a revista *Language Awareness* tem preferência pela ortografia britânica e a revista *Word*, pela americana. Desta forma, ao mesmo tempo em que se verifica que nem todas as revistas da Taylor & Francis optam pela variedade britânica ou americana, visto que a revista *Language and Education* aceita qualquer norma consistente, perguntamo-nos até que ponto a aceitação de "qualquer" norma não seria a aceitação da britânica ou americana exclusivamente, apesar de ficar à escolha do autor.

Em relação à revisão textual, o *site Author Services* faz menção a revisão por terceiros em um *link* que apresenta uma lista de itens que o autor deveria verificar antes de submeter seu artigo a uma revista. O primeiro item desta lista refere-se à clareza, acessibilidade e concisão textual, e a sugestão para que o autor "[g]et a "critical friend" to read through it, and suggest any changes to spelling, grammar, or word use" (TAYLOR & FRANCIS, 2016)[101] . Depreende-se que não existe a obrigatoriedade da contratação de serviços profissionais de edição textual e nem a sugestão de que falantes nativos revisem o texto. Assim, a pessoa indicada para revisar um manuscrito seria alguém com senso crítico linguístico, ou seja, alguém familiarizado com a escrita acadêmica e normas padrão da língua inglesa (possivelmente as normas americana ou britânica, visto que essa informação consta na página previamente citada).

É importante citar que o *site* sofreu profundas modificações durante a escrita deste trabalho, tanto no conteúdo quanto no *layout*. O próprio endereço eletrônico também mudou e atualmente, ao digitar o endereço antigo (TAYLOR & FRANCIS, 2015)[102], o internauta é redirecionado ao *site* novo. Em agosto e setembro de 2015[103], quando a geração de dados desta pesquisa começou, apesar de também ser um *site* contendo dicas sobre a escrita acadêmica e não apenas regras de publicação, as informações contidas em relação a língua eram diferentes. Primeiramente, havia a oferta de auxílio gramatical a autores:

> Have you got a question about English grammar? Are you unsure whether to write "who" or "whom"? Do you confuse "lie" and "lay"? Do you struggle with reflexive verbs or English tenses? Please send your questions to us and we will answer them

[101] Tradução: "peça para um 'amigo crítico' ler e sugerir quaisquer mudanças ortográficas, gramaticais ou lexicais". Disponível em: <http://authorservices.taylorandfrancis.com/ready-to-submit-heres-your-checklist/>. Acesso em: 11 fev. 2016.

[102] Disponível em: <http://journalauthors.tandf.co.uk/preparation/writing.asp>. Acesso em: 10 set. 2015.

[103] Uma publicação no perfil da Taylor & Francis Author Services na rede social Twitter indica que o novo site inaugurou no final de setembro de 2015. A publicação mais antiga com esta divulgação data de 22 de setembro de 2015: <https://twitter.com/tandfauthorserv/status/646299622407806976?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2016.

> on this page. Please put "Grammar" in the subject line and send your question to authorqueries@tandf.co.uk. (TAYLOR & FRANCIS, 2015)[104].

Além disso, havia uma página intitulada *Language*, na qual editores de quatro periódicos de diferentes áreas publicados pela Taylor & Francis davam sugestões linguísticas. Duas dessas haviam chamado a atenção por trazerem abordagens diferentes:

> 1) Advice from Professor Douglas Allford, an Editor of the Language Learning Journal:
> "The language in which the piece is written has to be clear and to an acceptable standard, so it's always advisable to get a colleague to read through your final draft, or your first draft that you submit. This is particularly important if the prospective author is not a native English speaker - get a native English speaker to read through your draft." (TAYLOR & FRANCIS, 2015 - aspas no original)[105]

Essa sugestão segue uma visão tradicional de autores não nativos terem o inglês como língua estrangeira, em que o objetivo é imitar normas e padrões linguísticos nativos, e onde o falante nativo é autoridade máxima na língua. Entretanto, tal visão difere bastante da abordagem da segunda sugestão que o *site* apresentava:

> 2) Advice from Professor Peter Jarvis, Co-editor of the International Journal of Lifelong Education:
> "We've got an international audience and it would take a long time to proofread everything when we're getting scripts in third and fourth languages as we frequently are, while we do try to tidy the English up. I'm not going to say that everything is the Queen's English and I'm not saying I want it to be the Queen's English because more people in this world speak English as a second language every day than speak English as a first language. So consequently, you know, why should we expect the first language to be the more accurate one all the time? So I'm not that concerned with it. I am concerned that the meaning is what's transmitted and if our reviewers, or when I read the text, I don't feel the meaning is right then that's a different matter. If the English is not quite right I don't worry as much." (TAYLOR & FRANCIS, 2016 - aspas no original).[106]

---

[104] Tradução: "Você tem alguma dúvida sobre a gramática do inglês? Não sabe se deve escrever 'who' ou 'whom'? Você confunde 'lie' e 'lay'? Você tem dificuldades com verbos reflexivos ou com os tempos verbais do inglês? Envie-nos as suas perguntas e iremos responde-las nesta página. Escreva 'Gramática' no campo assunto e envie a sua pergunta para authorqueries@tandf.co.uk".

[105] Tradução: "Conselho do Professor Douglas Allford, um dos editores do Language Learning Journal: A linguagem na qual o texto é escrito deve ser clara e de um padrão aceitável, então recomenda-se pedir que um colega leia a sua última versão, ou a primeira versão que você submeter. Isso é importante principalmente se o possível autor não for um falante nativo do inglês – peça para um falante nativo do inglês ler o seu rascunho".

[106] Tradução: "Conselho do Professor Peter Jarvis, coeditor do International Journal of Lifelong Education: Temos um público internacional e demoraria muito tempo para revisar tudo quando recebemos artigos escritos em uma terceira ou quarta língua, como frequentemente acontece, enquanto tentamos polir o inglês. Não vou dizer que tudo é no inglês da rainha, e não estou dizendo que quero que seja no inglês da rainha, porque há mais pessoas no mundo que falam inglês diariamente como uma segunda língua do que como primeira língua. Então, consequentemente, por que devemos esperar que a primeira língua seja a mais correta o tempo todo? Não me preocupo muito com isso. Estou preocupado com o significado ser aquilo que está sendo transmitido, e se os

Esta fala contradiz a fala anterior por apresentar uma abordagem coerente com as discussões do inglês como língua franca e aceitação das variedades linguísticas. Para esse coeditor, inteligibilidade, clareza e coerência textual são os elementos linguísticos mais relevantes e aos quais o corpo editorial prestará mais atenção. É importante salientar que esse coeditor reconhece que o inglês é hoje mais falado por não nativos do que por nativos e se posiciona de forma a não marginalizar essa maioria. Ressalta-se, também, que o responsável pela fala acima respondia pela revista *International Journal of Lifelong Education*, que não necessariamente faz parte do campo de Linguística Aplicada. É essa a abordagem que muitos dos pesquisadores que estudam as implicações de o inglês ser a língua franca mundial gostariam que editores de diversas áreas acadêmicas também seguissem – ou seja, que as discussões acerca do ILF cheguem a profissionais e acadêmicos de outras áreas de forma que a aceitação das variedades não se restrinja àqueles inseridos no círculo da Linguística Aplicada, exatamente como se pode ver na fala acima, feita por um professor coeditor de uma revista de educação. Sabemos que, dependendo da universidade ou país do mundo, os departamentos de educação e Linguística Aplicada têm uma relação mais estreita do que aquela encontrada em muitos dos cursos de Pedagogia e Letras no Brasil, e que a Linguística Aplicada pode inclusive ser uma sub-área dos departamentos de educação. Ainda assim, mesmo que o professor coeditor da revista *International Journal of Lifelong Education* possa ser afiliado à Linguística Aplicada, entendemos que a sua fala atinge profissionais e acadêmicos não envolvidos com o ensino da língua inglesa, o que contribui para a disseminação da abordagem do ILF.

As duas falas supracitadas estavam presentes na mesma página da Taylor & Francis, ou seja, o grupo editorial colocou-as lado a lado de forma que futuros autores vissem que não existia apenas uma visão quanto a quais são as normas linguísticas aceitas pelos periódicos do grupo. Os conselhos desses dois editores foram copiados por terem chamado atenção justamente por suas abordagens opostas. Infelizmente, não sabíamos que a página *online* passaria por reformulação e que não teríamos mais acesso ao conteúdo primeiramente encontrado. Assim, os conselhos dos editores das duas outras revistas não foram copiados a tempo e, com as modificações do *site*, não sabemos o seu conteúdo. Não sabemos, tampouco, por que essas informações foram excluídas da nova página, mas pode-se imaginar que a divergência de opiniões quanto a expectativas linguísticas pudesse causar incertezas em

---

nossos revisores, ou eu, ao ler o texto, não achar que o significado esteja correto, essa é uma outra questão. Se o inglês não está tão correto, não me preocupo tanto".

autores interessados em publicar em periódicos do grupo Taylor & Francis. Por outro lado, entendemos que o posicionamento atual da empresa de certa forma avançou sob a ótica dos debates acerca do ILF ao sugerir que a revisão do texto seja feita por alguém competente linguisticamente, em vez de ser feita por um falante nativo, como foi aconselhado por um dos editores da página antiga.

A segunda e última revista do Grupo 3 é a *Language and Learning*, do grupo editorial John Wiley & Sons. A revista não apresenta diretrizes próprias acerca de normas linguísticas, mas oferece *links* que direcionam a uma página onde é possível encontrar o guia de estilo da John Wiley & Sons[107]. Dois guias de estilo estão disponíveis: um internacional e um americano. Como a revista é vinculada a University of Michigan, analisamos aqui o guia americano.

O guia de estilo tem 60 páginas e é voltado não apenas a autores, mas também a editores e revisores, buscando atingir consistência e sintonia entre os envolvidos na publicação de um periódico da John Wiley & Sons. O guia abarca temas como gramática, pontuação, uso de nomes próprios, sistemas de medidas, tabelas e figuras, referências, entre outros, e não se destina exclusivamente a falantes nativos ou a falantes não nativos de inglês. Referências a normas linguísticas relacionadas a alguma variedade do inglês foram encontradas para os seguintes itens: consistência linguística, uso de artigos definidos e indefinidos, ortografia, pontuação, uso de aspas, e expressão de data.

Na primeira seção já foram encontradas diretrizes que dizem respeito a esta pesquisa no que tange consistência:

> The following should all be used consistently: US/UK spellings, alternative spellings, grammar, punctuation, italics, Greek letters, diacritics, hyphenation, capitalization, abbreviations, and contractions. References and their citations should be consistent and complete. Make sure that all figures and tables are present and match their legends, and that they are cited in order. (WILEY-BLACKWELL, 2007, p. 5)[108].

Essa divisão ou ênfase nas diferenças entre as variedades americana e britânica também ocorre em alguns dos recursos linguísticos supramencionados, como por exemplo ortografia ou pontuação. Para a ortografia, o guia pede consistência de grafia e apresenta uma

---

[107] Disponível em: <https://authorservices.wiley.com/bauthor/house_style_guide_row4520101451415.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

[108] Tradução: “Os items a seguir devem ser usados com consistência: ortografia americana/britânica, ortografias alternativas, gramática, pontuação, itálico, letras gregas, diacríticos, hifens, letras maiúsculas, abreviações e contrações. As referências e citações devem ser consistentes e completas. Certifique-se de que todas as figuras e tabelas estão presentes e correspondem às suas legendas, e que são citadas em ordem”.

lista de palavras com grafias diferentes em inglês britânico e americano. Para a pontuação, são mostrados exemplos do diferente uso de vírgulas e dois-pontos nas duas variedades. A expressão de datas também enfatizou a diferença de se indicar primeiramente o dia ou o mês em cada uma das variedades. A única menção a uma variedade linguística que não fosse britânica ou americana ocorreu na explicação do uso de aspas, quando é mencionada a variedade australiana:

> It is **US style** to use "double" quotation marks, with closing punctuation (except colons and semicolons) inside marks, and 'single' marks for quotes within quotes.
> It is **UK and Australian style** to use 'single' quotation marks, with closing punctuation outside marks (unless it belongs to the quoted material), and "double" marks for quotes within quotes. (WILEY-BLACKWELL, 2007, p. 22 - grifo do autor)[109].

Além disso, o guia refere-se explicitamente a dificuldades que falantes não nativos possam ter com a língua inglesa ao abordar o uso de artigos definidos e indefinidos:

> Many non-native English-speaking authors have some confusion about when to use the definite (the) and indefinite (a and an) articles.
> "... to determine effect of the salinity on grain yield of wheat"
> "... to determine the effect of salinity on the grain yield of wheat"
> Also be aware that use of definite and indefinite articles in titles can differ from that in ordinary text: "Effect of Salinity on Grain Yield of Wheat"
> See the recommended usage guides for guidance on the use of the indefinite article with words beginning with "h" (e.g., a hotel; an hour). (WILEY-BLACKWELL, 2007, p. 7)[110].

Acreditamos que essa ênfase especial tenha sido dada ao uso de artigos por ser comum que falantes não nativos de inglês inovem e fujam das regras padrão ao (não) os utilizarem (DEWEY, 2007). Dewey (idem) explica que, em interações onde o inglês é a língua franca, é comum que o uso de artigos definidos ou não (*zero article*) não seja baseado na ideia de especificidade ou generalização de um dado substantivo ou sintagma nominal, como seria condizente com as normas nativas, mas relativo à importância dada ao substantivo no discurso. Ou seja, é o contexto quem determina se o substantivo receberá uma marcação de ênfase, e não a natureza de tal substantivo.

---

[109] Tradução: "O **estilo americano** usa aspas "duplas", com o ponto final (com exceção dos dois pontos e ponto e vírgula) dentro das aspas, e aspas 'simples' para citações dentro de citações. O **estilo britânico e australiano** usa aspas 'simples', com o ponto final fora das aulas (exceto se percenter ao material citado), e aspas "duplas" para citações dentro de citações".

[110] Tradução parcial: "Muitos autores não nativos do inglês se confundem quanto ao uso dos artigos definidos (the) e indefinidos (a e an)." Optou-se por não traduzir essa nota na sua integralidade visto que ela traz uma explicação do uso dos artigos definidos e indefinidos em inglês, que é diferente do uso em língua portuguesa.

Sabe-se que, em contextos de ILF, há outros recursos linguísticos que também comumente fogem às regras nativas, tais como a transformação de substantivos incontáveis em contáveis. Entretanto, o guia de estilo da John Wiley & Sons chama atenção de falantes não nativos apenas para o caso do uso de artigos. Não sabemos se atenção dada ao uso desse recurso linguístico em especial acontece devido a problemas de inteligibilidade (isto é, se esse uso inovador de artigos estava causando problemas de interpretação) ou se devido a necessidade de manutenção da uniformidade e das formas nativas.

Lembrando que esta pesquisa encontrou três diretrizes principais presentes nas diretrizes para autores (língua de publicação, ortografia e revisão externa), pode-se resumir as informações encontradas nos *links* com informações para autores disponíveis nos periódicos do Grupo 3 da seguinte forma: em relação à língua de publicação, nenhum dos *sites* disponibilizados nos periódicos menciona explicitamente o fato de o inglês ser a língua de publicação; essa é uma informação subentendida. Quanto à ortografia, os *sites* pedem que os autores sejam consistentes e coerentes no uso das variedades, a saber, britânica e americana. Por fim, apenas um dos dois *sites* com informações para autores faz menção à revisão externa, sugerindo que os autores peçam que alguém com olhar crítico revise o manuscrito.

A seguir, serão analisadas as diretrizes da revista do Grupo 4 (grupo com a característica de não apresentar diretrizes próprias, mas de todo o grupo editorial).

5.1.3 Análise das Diretrizes da Revista do Grupo 4

Por fim, o último grupo analisado contém uma revista que não apresenta diretrizes linguísticas próprias, mas de todo o grupo editorial. Essa revista é a *Lodz Studies in Language*, publicada pelo grupo editorial Peter Lang.

As diretrizes e informações para autores dependem do país por onde o periódico é publicado: Alemanha; Suíça; Reino Unido e Irlanda; Estados Unidos; e Bélgica. Para cada uma dessas opções, há diretrizes diferentes. Consequentemente, como a revista *Lodz Studies in Language* é publicada na Alemanha, foram estas as diretrizes analisadas.

O *link*[111] das diretrizes das revistas publicadas na Alemanha apresenta diferentes arquivos de orientações, sendo eles relativos a preparação e envio do manuscrito, a como incluir figuras, a como citar e inserir referências, entre outros. Orientações linguísticas foram encontradas principalmente no arquivo *Information regarding the preparation of your*

[111] Disponível em: <http://www.peterlang.com/index.cfm?cid=615>. Acesso em: 15 fev. 2016.

manuscript and the production of your work[112]. Apesar de todas as instruções serem em inglês, não há informações quanto à língua de publicação do artigo, apenas do resumo acadêmico (*abstract*), que deve ser escrito em inglês. Ademais, nesse arquivo, além de os autores serem lembrados de utilizarem um estilo consistente (e, por estilo, entendemos também questões de variedade linguística), a seguinte informação foi encontrada:

> As corrections after formatting cause both delays and additional costs, it is extremely important to make sure your manuscript has been checked in terms of both content and orthography before you submit it. Bear in mind: It is very easy to overlook even the most obvious typo or error in a text that you have already edited repeatedly. You might therefore want to consider either asking an impartial third party to read it, or outputting the manuscript in a different form. If you have been working mainly with a word processing programme so far, it might well be worth performing the final check on a printed hard copy or PDF file, for example. (PETER LANG, 2016)

Percebe-se que há uma preocupação da Peter Lang em lembrar ao autor que equívocos acontecem e que, por isso, é importante revisar o próprio texto e solicitar também a revisão de um terceiro. Diferentemente de diretrizes de outras revistas previamente analisadas nesta pesquisa, os possíveis erros, mesmo quando linguísticos (no caso da ortografia), não necessariamente precisariam vir de falantes não nativos de inglês, assim como a revisão não precisaria ser feita por um falante nativo.

A princípio, perguntamo-nos se o fato de as diretrizes serem alemãs interferem no posicionamento da Peter Lang em relação a normas linguísticas. É possível que os responsáveis pela elaboração das diretrizes também tenham o inglês como língua adicional e não língua materna e, por isso, as diretrizes não legitimam o falante nativo de inglês como única autoridade ou dono da língua. Além disso, imagina-se que os mesmos motivos possam indicar a falta de filiação das diretrizes a uma ou outra variedade específica da língua, visto que as diretrizes pedem consistência de estilo, mas não mencionam, por exemplo, que as normas padrão britânica ou americana devem ser seguidas, ou que uma delas é preferida pelo grupo editorial. De forma análoga, no arquivo *Guidelines for proofing the formatted data for your work*[113], em que são dadas instruções para revisão do manuscrito, é pedido que "[p]lease be sure to use correct grammar and punctuation in your corrections" (PETER LANG,

---

[112]Disponível em: < http://www.peterlang.com/catpdf/downloads_authors_germany/Peter-Lang_Information_regarding_the_preparation_of_your_manuscript_and_the_production_of_your_work_V_2015.2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

[113] Disponível em: <http://www.peterlang.com/catpdf/downloads_authors_germany/Peter_Lang_Guidelines_for_proofing_the_formatted_data_for_your_work_V_2015.2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

2016)[114], sem que seja especificado qual a referência gramatical ou de pontuação do considerado "correto".

Poder-se-ia imaginar, portanto, que revistas que fogem do eixo Estados Unidos-Inglaterra apresentariam menor ênfase nas normas linguísticas americanas ou britânicas. Entretanto, a hipótese não se confirma. A sede do grupo editorial John Benjamins Publishing Company, por exemplo, é localizada em Amsterdã, Holanda, e mesmo assim, as diretrizes da *AILA Review*, por eles publicadas, pedem que falantes nativos revisem manuscritos de não nativos. O grupo Elsevier também é de origem holandesa, enfatiza o uso da ortografia americana ou britânica. O fato de a revista *Language Policy* ser publicada pelo grupo Springer, que é alemão, também não impediu que maior autoridade fosse dada a falantes nativos nas diretrizes da revista. Por outro lado, o grupo editorial John Wiley & Sons tem origem americana, e mesmo assim a revista *Modern Language Journal* sugere que os autores peçam a colegas com alta proficiência linguística revisar seus textos, e não necessariamente falantes nativos. Assim sendo, percebe-se que a origem do grupo editorial, por si só, não traduz o posicionamento das revistas em relação às questões aqui estudadas.

Em resumo, as diretrizes que norteiam a revista do Grupo 4 não estabelecem língua de publicação (apenas do resumo acadêmico), indicam que é necessária consistência no estilo e uso de gramática e pontuação corretas (sem indicar o que entendem por padrão de estilo ou gramatical), e por fim pedem que os manuscritos sejam revisados, sugerindo que uma terceira pessoa, imparcial, faça esta revisão.

A seguir, será apresentada uma análise geral das diretrizes das revistas, levando em consideração o que foi discutido nas seções 5.1.1 (Grupo 1), 5.1.2 (Grupo 2) e 5.1.3 (Grupo 3).

5.1.4 Análise Geral Das Diretrizes Das Revistas

Esta seção tem o objetivo de resumir e discutir de forma mais abrangente as diretrizes para autores das 36 revistas analisadas nesta pesquisa. Primeiramente, serão levantadas considerações metodológicas acerca da divisão dos 36 periódicos em quatro grupos. Em seguida, serão resumidas e discutidas as diretrizes para autores dos Grupos 1, 2, 3 e 4, havendo assim uma análise global do encontrado nas diretrizes das 36 revistas.

---

[114] Tradução: "certifique-se de utilizar gramática e pontuação corretas nas suas correções".

No momento da divisão das revistas nos quatro grupos (conforme explicitado nos Quadros 2 e 3), notamos que, por vezes, o mesmo grupo editorial publicou mais de uma das revistas analisadas. Entre esses grupos editoriais, percebeu-se que a maioria apresenta diferenças totais ou parciais entre as diretrizes das diferentes revistas do mesmo grupo editorial. Como exemplo, podemos citar os periódicos, *Language Assessment Quarterly*, *Language Awareness* e *Word*, os três publicados pelo grupo Taylor & Francis, mas com diretrizes diferentes quanto à língua de publicação, sendo que o primeiro faz parte do Grupo 3 e não apresenta diretrizes linguísticas próprias.

Presume-se[115], pois, que cada periódico possui liberdade para estabelecer ou editar suas próprias diretrizes. Apenas as revistas do grupo Elsevier apresentam constância nas diretrizes, ou seja, as diretrizes para autores são as mesmas para todas as seis revistas desse grupo editorial. Sendo assim, tais revistas poderiam estar classificadas como pertencentes ao Grupo 4 (revistas que seguem as diretrizes do grupo editorial, e não próprias), por haver uma aparente falta de liberdade por parte do corpo editorial de cada periódico em definir que orientações desejam que seus autores sigam. Entretanto, isto só pode ser observado devido à comparação das diretrizes, em outras palavras, não está explícito nos *sites* que as diretrizes são do grupo editorial e não do periódico – diferentemente da abordagem da revista *Lodz Studies in Language* (Grupo 4) onde fica claro que as diretrizes expressas não pertencem apenas à revista, mas a todas as revistas publicadas por aquela divisão do grupo Peter Lang. Por isso, optou-se por manter as seis revistas do grupo Elsevier na categoria do Grupo 1 (apresentação de diretrizes próprias), visto que é desta forma que são apresentadas aos interessados em submeter seus textos a elas.

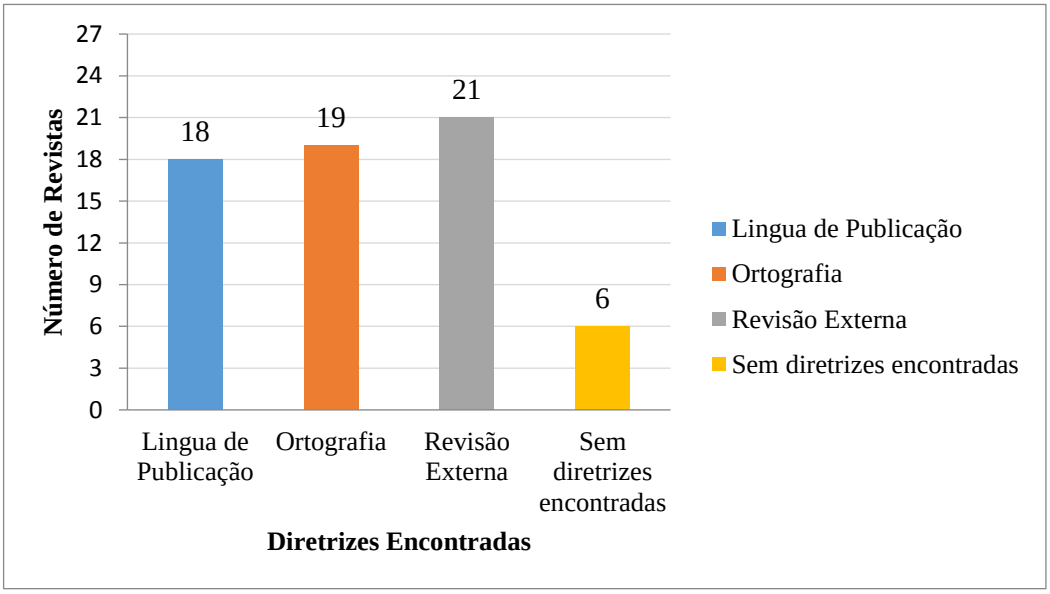
É importante também salientar que revistas do Grupo 1 por vezes citam a página de serviços a autores do grupo editorial. Entretanto, entende-se este direcionamento como opcional no que tange questões linguísticas, visto que a revista já apresenta suas próprias expectativas textuais.

Partindo para a análise geral das diretrizes em si, dentre as 36 revistas analisadas, 30 apresentam diretrizes em relação a normas linguísticas esperadas (visto que as demais seis não apresentam nenhuma diretriz quanto a isto e pertencem ao Grupo 2). Dessas, foram encontradas três principais diretrizes linguísticas: língua de publicação, ortografia e revisão externa. Apresenta-se abaixo o gráfico que compreende o número de revistas que apresenta

[115] Utilizamos o verbo presumir, pois, visto que o conteúdo analisado diz respeito apenas a questões linguísticas, não sabemos se essas diferenças acontecem em outros itens de conteúdo nas diretrizes para autores. Além disso, não sabemos quais as recomendações e/ou regras que os grupos editoriais informam ou estabelecem aos periódicos quando da criação ou modificação das diretrizes para autores.

cada uma das diretrizes. Neste trabalho, cada uma das 36 revistas pode apresentar zero, uma, duas ou três dessas diretrizes. A título de ilustração, as revistas que apresentam zero diretrizes também foram incluídas no gráfico abaixo:

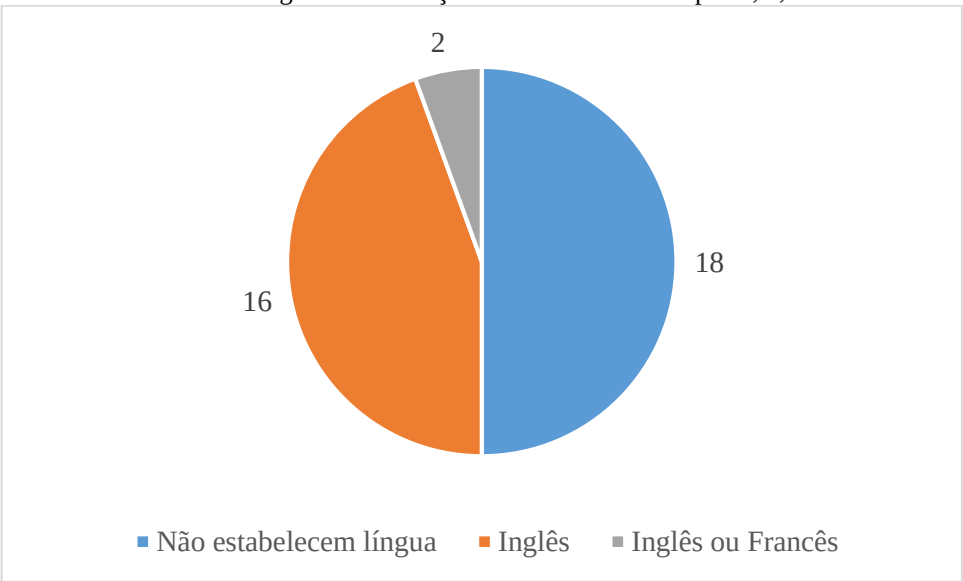
Gráfico 6: Principais diretrizes encontradas nas revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4



Fonte: Autora, 2016

Dezoito revistas informam ao leitor sobre a língua de publicação em que o texto deve ser escrito: 16 em inglês e duas em francês. Essas 18 revistas são as mesmas apresentadas no gráfico e análise das diretrizes do Grupo 1, visto que as revistas dos Grupos 3 e 4 não apresentam informações quanto à língua de publicação. As demais 18 revistas pertencentes ao total de 36 revistas analisadas neste trabalho não apresentam diretrizes quanto à língua de publicação. Essas informações podem ser ilustradas no gráfico abaixo:

Gráfico 7: Língua de Publicação das revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4



Fonte: Autora, 2016

A segunda diretriz encontrada diz respeito a normas ortográficas, e 19 dos 36 periódicos apresentam informações aos autores quanto a essa diretriz. Além dos 16 periódicos presentes no gráfico do Grupo 1 (Figura 2), foram contabilizados também os dois *sites* externos com diretrizes para as revistas do Grupo 3, que mencionam tanto a escolha da ortografia americana ou britânica, quanto o uso de uma ortografia consistente. Além disso, a revista do Grupo 4 pede que o autor se certifique de revisar a ortografia (além do conteúdo do artigo, gramática e pontuação), sem especificar alguma norma linguística como o padrão a ser seguido. O gráfico abaixo apresenta as exigências quanto a ortografia requerida pelas diretrizes das 36 revistas deste *corpus*:

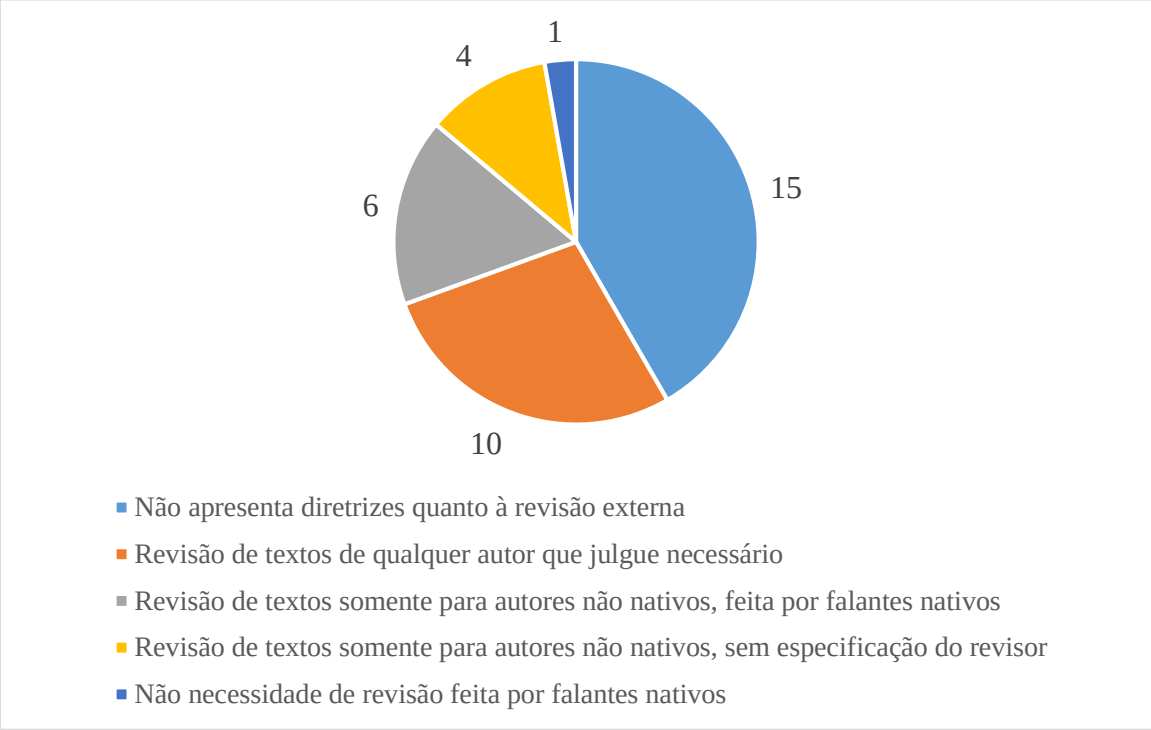
Gráfico 8: Diretrizes das revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4 quanto à ortografia

Fonte: Autora, 2016

Percebe-se que a diretriz mais frequente quanto às normas ortográficas a serem utilizada diz respeito às normas americanas e britânicas. Destaca-se que a ênfase dada às diferentes variedades do inglês é relativa apenas à ortografia, e não a outras questões linguísticas que poderiam também ser diferentes dependendo da variedade, tais como sintaxe e vocabulário, por exemplo. Perguntamo-nos, então, o que aconteceria se um autor submetesse um artigo escrito utilizando as normas ortográficas pedidas, mas que inovasse em outros recursos linguísticos, distanciando-se de normas americanas e britânicas, mas não da sua ortografia. Teoricamente, esse autor estaria cumprindo as exigências pedidas pelo periódico. Entretanto, imaginamos que ainda assim o manuscrito poderia ainda ser rejeitado por não seguir as normas nativas ou não "soar" como um texto nativo, mesmo que essas normas não sejam explicitadas nas diretrizes e que essas falem apenas em ortografia.

Por fim, a terceira diretriz mais comum diz respeito ao manuscrito ser revisado por um terceiro, 21 periódicos apresentam esta diretriz, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 9: Diretrizes das revistas dos Grupos 1, 2, 3 e 4 quanto a revisão por terceiros



Fonte: Autora, 2016

Nesse quesito, verifica-se que dez das 36 revistas não fazem distinção quanto à língua nativa do autor ou revisor. Entendemos que essa orientação é condizente com os debates de inglês como língua franca, visto que não há, para a maioria das revistas analisadas, a superioridade do FN sobre o FNN. A revisão deve ser feita por alguém competente e fluente em inglês, ou por vezes por um colega que possa também revisar o conteúdo do manuscrito. Por outro lado, ressaltamos novamente que o gráfico não contempla aqueles periódicos cujos *links* para *sites* de revisão destacam o fato de seus revisores serem nativos.

Ao mesmo tempo, dez revistas sugerem a autores não nativos de inglês que seus textos sejam revisados por um terceiro (podendo ele ser nativo ou não, conforme o gráfico acima e discussões anteriores). Essa diretriz implica despesas adicionais aos autores não pertencentes ao círculo interno de Kachru (1985), o que pode limitar a entrada desses autores em contextos acadêmicos internacionais. No momento em que autores não nativos precisam gastar com tradução ou revisão de seus textos, independentemente da sua competência linguística em escrita acadêmica, cria-se uma barreira que faz com que seja mais difícil a participação desses autores em contextos acadêmicos. Além de o processo de aceitação e publicação textual tornar-se mais lento, a decisão de publicar ou não em uma revista internacional pode ser influenciada por maiores despesas e tempo dispendido. Ademais, diversos grupos editoriais

sugerem que os autores não nativos contratem os seus serviços de revisão a fim de publicarem em suas revistas, o que pode indicar que essa diretriz seja mantida por motivos comerciais e não apenas linguísticos.

A seção 5.1 e suas subseções buscou analisar e discutir as diretrizes para autores presentes nas 36 revistas desta pesquisa. A seguir, na seção 5.2, o conteúdo dos últimos cinco anos das 36 revistas será analisado a fim de se verificar se houve publicação de textos relativos às temáticas aqui estudadas e se há coerência entre as exigências das diretrizes para autores e o conteúdo publicado.

5.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS REVISTAS

O conteúdo dos volumes disponíveis nos *sites* das revistas desta pesquisa foi analisado de forma a verificar se houve publicação ou veiculação de textos relativos às temáticas aqui estudadas, ou seja, textos que contemplem a temática do inglês como língua franca e variedades linguísticas do inglês, e se há coerência entre as exigências das diretrizes para autores e o conteúdo publicado. Em outras palavras, um periódico que peça, por exemplo, para que autores FNNs de inglês tenham seus manuscritos revisados por FNs, mas que ao mesmo tempo publique textos acadêmicos sobre a aceitação das variedades não nativas, em princípio, não apresenta coerência entre discurso e prática. O mesmo vale para os autores de tais textos: será que as discussões acerca do ILF estão contribuindo para uma mudança de paradigma se os próprios defensores de tais ideias, para que possam publicar em periódicos internacionais, se sujeitam a práticas que mantêm o *status quo* de valorização apenas das normas nativas americanas e britânicas? O que defendemos aqui é que, se as discussões sobre ILF não encontram respaldo entre as regras de publicação daqueles veículos com textos que o promovem, a própria promoção do ILF torna-se paradoxal, pois os sujeitos que praticam/defendem uma abordagem teórico-metodológica do ILF estariam excluídos das práticas de publicação sobre o próprio assunto. Assim, a presente seção busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: há discrepâncias entre as normas exigidas pelas revistas e o conteúdo dos textos por elas publicados? Além disso, a análise do conteúdo dos textos também possibilita verificar qual a orientação da área de Linguística Aplicada em relação às discussões sobre ILF – se a favor ou contra essa abordagem teórico-metodológica.

Para tal, foi feito um levantamento dos textos disponíveis nos *sites* dos periódicos que tivessem sido publicados entre os anos 2011 e 2015 relacionados aos temas e palavras-chave

“English as a lingua franca”, “English as an international language”, “world English”, “world Englishes”, “global English” e “global Englishes”. Ressalta-se que nem todos os textos compilados são pertencentes ao gênero “artigo acadêmico”, ou seja, ao analisarmos o conteúdo publicado pelas revistas, não houve restrição quanto ao gênero do texto: apesar de muitos serem artigos, outros textos como resenhas de livros, resposta a artigos, fóruns, discursos publicados, comentários e demais textos acadêmicos disponíveis também foram considerados como dados a serem analisados. Por “conteúdo publicado”, consideramos tanto os textos integrantes de algum número do periódico quanto textos que estão disponíveis *online* no prelo, isto é, textos que já foram aceitos para publicação e que ainda não foram designados a algum número ou volume específico da revista, mas que mesmo assim estão disponíveis para leitura. Estamos cientes de que os artigos e textos no prelo, quando vinculados a um número, terão data de publicação posterior a 2015, ultrapassando assim o período estabelecido na metodologia desta pesquisa para análise de conteúdo. Entretanto, decidiu-se por considerá-los como parte integrante do *corpus* pois a sua veiculação e disponibilização *online* se deu dentro do período de análise estabelecido.

Para esta análise, as revistas foram primeiramente categorizadas em três grupos: o primeiro (Grupo A) contém as revistas *English World-Wide*, *Journal of English as a Lingua Franca* e *World Englishes*, que, conforme informado no capítulo 4, não tiveram seu conteúdo analisado, visto que essas revistas são temáticas sobre inglês como língua franca e variedades mundiais do inglês e, consequentemente, todos os textos acadêmicos por elas publicados preenchem os critérios de análise. O segundo grupo (Grupo B) contém as revistas que não publicaram nenhum texto sobre as temáticas supracitadas nos últimos cinco anos. Decidiu-se que o conteúdo das revistas desse grupo também não seria analisado visto que os textos por elas publicados não são relevantes a esta pesquisa. Por fim, o terceiro grupo (Grupo C) contém as revistas que publicaram textos sobre ILF/WEs[116], e a análise de conteúdo desta seção será dedicada ao encontrado nas publicações deste grupo. Resume-se estas informações no quadro abaixo:

[116] Visto que o debate terminológico relacionado a essas questões é extenso (conforme discussão apresentada no capítulo 2), e visto que citar todos os termos pesquisados/utilizados nos textos a todo momento poderia dificultar a leitura, escolhemos, nesta seção, utilizar os termos “ILF” e “WEs” como representantes da temática de conteúdo investigada, de forma a simplificar a discussão e texto.

Quadro 4: Categorias de divisão das revistas quanto ao conteúdo publicado

Grupo	Característica	Número de Revistas
A	Revistas temáticas sobre ILF e WEs	3
B	Revistas que não publicaram textos sobre ILF/WEs	6
C	Revistas que publicaram textos sobre ILF/WEs	27

Fonte: Autora, 2016

Percebe-se, então, que a maioria dos periódicos do *corpus* deste trabalho publicou textos sobre ILF/WEs, o que sinaliza a importância desta área de pesquisa. O quadro abaixo informa quais revistas fazem parte dos Grupos A, B e C.

Quadro 5: Classificação das revistas quanto à publicação de textos

Categoria	Nome das Revistas	Publicada por
Revistas temáticas cujo conteúdo publicado é integralmente relacionado a esta pesquisa (Grupo A)	English World-Wide	John Benjamins Publishing Company
	Journal of English as a Lingua Franca	De Gruyer Mouton
	World Englishes	John Wiley & Sons Ltd
Revistas sem publicação de textos relacionados às temáticas desta pesquisa (Grupo B)	Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education	Global Journals
	Language and Communication	Elsevier
	Language Variation and Change	Cambridge
	Lingua	Elsevier
	Toronto Working Papers in Linguistics	Linguistics Graduate Course Union at the University of Toronto
	Word	Taylor & Francis
Revistas com publicação de textos relacionados às temáticas desta pesquisa (Grupo C)	AILA Review	John Benjamins Publishing Company
	Annual Review of Applied Linguistics	Cambridge
	Applied Linguistics	Oxford
	Australian Review of Applied Linguistics	National Library of Australia
	Canadian Journal of Linguistics	University of Toronto Press
	English for Specific Purposes	Elsevier
	English Language Teaching Journal	Oxford

	English Today	Cambridge
	International Journal of Applied Linguistics	John Wiley & Sons Ltd
	Journal of English for Academic Purposes	Elsevier
	Journal of English Linguistics	SAGE Journals
	Journal of Pragmatics	Elsevier
	Journal of Second Language Writing	Elsevier
	Journal of Sociolinguistics	John Wiley & Sons Ltd
	Language and Education	Taylor & Francis
	Language Assessment Quarterly	Taylor & Francis
	Language Awareness	Taylor & Francis
	Language in Society	Cambridge
	Language Learning	John Wiley & Sons Ltd
	Language Learning and Technology	National Foreign Language Resource Center at the University of Hawai'i
	Language Policy	Springer
	Language Teaching	Cambridge
	Language Teaching Research	SAGE Journals
	Lodz Studies in Language	Peter Lang
	Modern Language Journal	John Wiley & Sons Ltd
	Research in the Teaching of English	National Council of Teachers of English
	TESOL Quarterly	John Wiley & Sons Ltd

Fonte: Autora, 2016

Na próxima seção, será discutida a análise de conteúdo do Grupo C, levando em consideração os resultados analisados nas diretrizes para autores na seção 5.1.

5.2.1 Análise Do Conteúdo Das Revistas Do Grupo C

O Grupo C é composto por 27 revistas que publicaram textos relacionados a ILF e/ou WEs nos últimos cinco anos (2011-2015). São elas: *AILA Review, Annual Review of Applied Linguistics, Applied Linguistics, Australian Review of Applied Linguistic, Canadian Journal of Linguistics, English for Specific Purposes, English Language Teaching Journal, English Today, International Journal of Applied Linguistics, Journal of English for Academic Purposes, Journal of English Linguistics, Journal of Pragmatics, Journal of Second Language Writing, Journal of Sociolinguistics, Language and Education, Language*

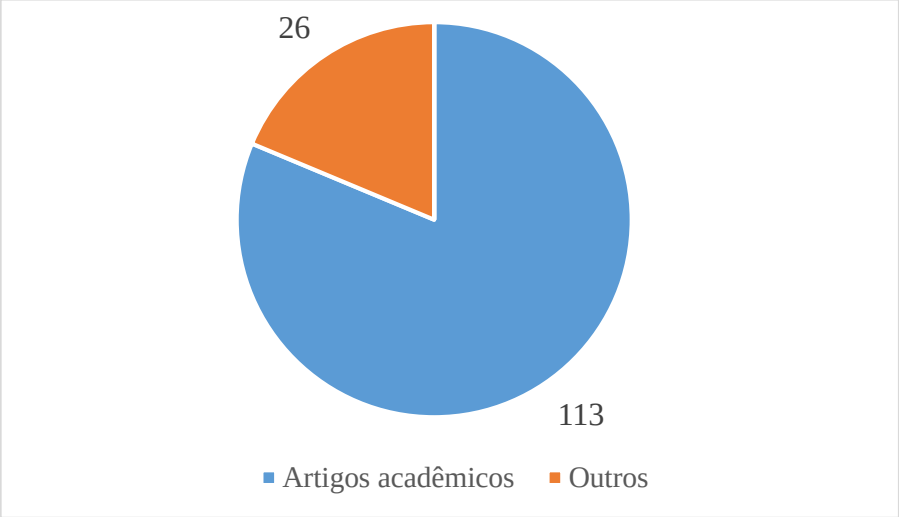
Assessment Quarterly, Language Awareness, Language in Society, Language Learning, Language Learning and Technology, Language Policy, Language Teaching, Language Teaching Research, Lodz Studies in Language, Modern Language Journal, Research in the Teaching of English e *TESOL Quarterly.*

Dentre esses 27 periódicos, foram encontrados ao todo 202 textos relativos a ILF/WEs. Na análise de conteúdo, encontramos dentre os textos publicados principalmente textos pertencentes aos gêneros artigo acadêmico (113 textos) e resenha de livro (63 textos). Além disso, foram encontrados também outros textos como publicação de simpósios e palestras, comentários, resposta a artigos anteriores, introduções do editor, explicação de conceito chave, comentários, fóruns, e outros textos que por vezes faziam parte de seções especiais das revistas, tais como divulgação de eventos e linha do tempo acadêmica (26 textos).

Decidiu-se por excluir as resenhas da presente análise por entendermos que esse gênero textual acadêmico, apesar de relevante, não apresenta uma produção nova de conteúdo, e sim uma divulgação ou opinião crítica de conteúdos já previamente publicados. Destarte, o número de revistas analisadas no Grupo C reduziu de 27 para 24, visto que três revistas (*Canadian Journal of Linguistics*, *Language in Society* e *Language Policy*) apresentam publicação apenas de resenhas acadêmicas.

Ao excluirmos as resenhas, o número total de textos avaliados resultou em 139, sendo eles: 113 textos categorizados como artigos acadêmicos e 26 textos categorizados como “outros”, categoria esta que engloba os demais gêneros textuais supramencionados. Essa divisão pode ser melhor visualizada no gráfico abaixo:

Gráfico 10: Gêneros dos textos publicados pelas revistas do Grupo C nos últimos cinco anos



Fonte: Autora, 2016.

Entendemos que o fato de a maioria dos textos pertencer ao gênero artigo acadêmico indica que os autores estão produzindo conhecimento e debates quanto à (não) aceitabilidade e diferenças das variedades do inglês e quanto à complexidade e pluralidade da língua no mundo hoje. Ou seja, há, entre os acadêmicos que publicam nessas revistas, um engajamento ativo com a temática. Por outro lado, sabemos que estar ativamente engajado com a temática e publicar textos sobre ela não significa concordar com o movimento acadêmico do ILF. É possível, por exemplo, que pesquisadores publiquem artigos contrários aos debates da pluralidade do inglês e favoráveis à manutenção de normas nativas. Nesse caso, os textos estariam em concordância com as diretrizes para autores que privilegiam ou fomentam a revisão textual feita por falantes nativos.

De forma a verificar se há ou não discrepância entre os textos publicados e as diretrizes para autores das revistas do Grupo C, foi feita uma análise de conteúdo dos textos, em que se buscou identificar o posicionamento dos seus autores, e uma posterior comparação deste conteúdo com as normas estabelecidas ou seguidas pelas revistas. Para tal, foi montado um quadro (*Síntese e posicionamento dos textos*, Anexo C deste trabalho) que apresenta os periódicos agrupados por normas, sínteses dos 139 textos e qual o posicionamento de cada texto. É com base neste quadro que serão feitas as análises da presente seção 5.2.1.

As sínteses dos 139 textos incluídas no quadro foram escritas tendo como base os próprios *abstracts* dos textos, bem como a partir de uma leitura rápida do conteúdo dos textos, com maior atenção às seções de objetivos, resultados, discussões e conclusões (nos casos de

textos que apresentavam seções definidas). Um panorama geral do posicionamento dos autores será apresentado a seguir.

De forma geral, dentre os 139 textos analisados, observou-se quatro tipos de posicionamento dos autores:

(i) Concordância e contribuição com as pesquisas sobre ILF ou variedades do inglês – os autores defendem a aceitação das variedades e foco na inteligibilidade, criticam normas monolíngues e manutenção de normas de FN, expõem dificuldades de autores ou FNN de inglês em contextos internacionais, pesquisam atitudes de alunos em relação a sotaques ou nacionalidade de professores, entre outros. Dos 139 textos, 99 se encaixam nesse posicionamento. Alguns dos textos que serviram de fundamentação teórica para este trabalho estão incluídos nesta lista, tais como Hartse & Kubota (2014); Jenkins (2011); Lillis & Curry (2014); Min (2014); entre outros.

(ii) Discordância das pesquisas sobre ILF ou variedades do inglês – os autores criticam os pesquisadores do ILF, defendem a manutenção das normas de FN, e apresentam questionamentos teóricos e situações práticas onde explicam que a abordagem do inglês como uma língua franca e plural e aceitação das variedades não são adequados, ou apresentam inconsistências e falhas de tal abordagem. Dez textos apresentam esse posicionamento. Pode-se citar como exemplo o texto de Groom (2012), que discorda da proposta de Seidlhofer (2002)[117] sobre o uso de ILF como língua de instrução em escolas na Europa por avaliar que isso não condiz com os objetivos linguísticos de aprendizes de inglês, visto que a meta desses alunos é falar inglês com sotaque e competência nativa. Esse texto, portanto, discorda com o posicionamento teórico-metodológico do ILF.

(iii) Aparente neutralidade em relação às discussões teóricas ou ideológicas relacionadas ao ILF ou às variedades de FN – não manifestação do autor quanto ao seu posicionamento. Vinte e sete textos pertencem a esse (não) posicionamento. Ou seja, os autores tomam como fato o inglês ser a língua franca ou haver variedades da língua, mas as discussões não dialogam nem com o movimento/debate sobre ILF/WEs, nem com a defesa da manutenção das normas de FN. Alguns exemplos desses textos são relatos de situações em

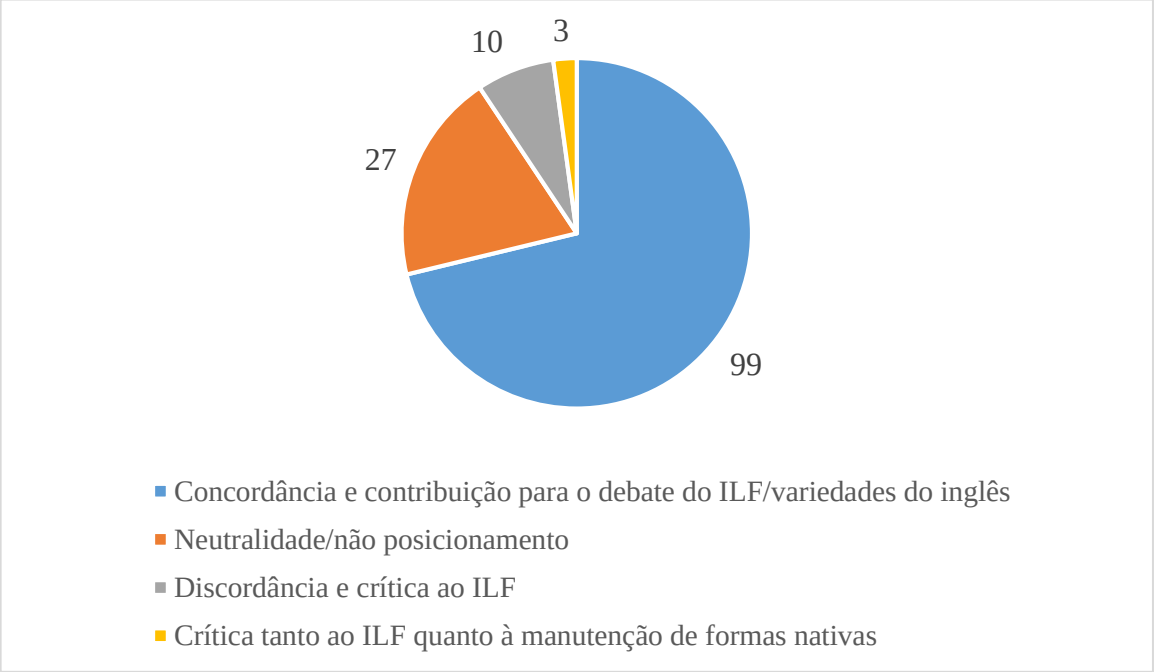
[117] SEIDLHOFER, B. *A Concept of International English and Related Issues:* from ‘Real English’ to ‘Realistic English’? Strasbourg: Council of Europe. 2002.

que o inglês é a língua em comum entre falantes de diferentes línguas maternas em um contexto específico ou o estudo da variação gramatical ou lexical do inglês falado em determinado país. O texto de Handford & Matous (2015), por exemplo, aborda como japoneses e coreanos integrantes de um projeto internacional de construção em Hong Kong resolvem problemas a partir do uso do inglês. Os autores analisam as formas linguísticas usadas pelos participantes a nível lexical e sintático e as comparam com as formas nativas, mas sem que haja uma discussão acerca da legitimação dessas formas pelo fato de o inglês não pertencer mais aos FNs, por exemplo, e nem argumentos condenatórios de que as formas inovadoras utilizadas pelos participantes são equívocos por desviarem das formas nativas. Pode-se dizer que os autores, aqui, utilizam o termo "língua franca" na sua concepção mais simples, ou seja, a língua de interação entre pessoas de diferentes línguas maternas. Por esse motivo, o artigo foi categorizado como neutro ou sem posicionamento.

(iv) Crítica tanto ao ILF quanto à supremacia do FN (e variedades americana/britânica) – os autores argumentam e apresentam vantagens e desvantagens dos dois modelos teóricos, buscando contribuir para uma nova forma de enxergar o inglês hoje. Autores de três textos demonstram esse posicionamento. Sewell (2013), por exemplo, argumenta que a complexidade do inglês no mundo globalizado não é contemplada nem pela discussão teórico-metodológica do ILF e nem pelas ideias que se opõem a essa discussão. Para o autor, ainda há contradições na concepção do ILF, além de muitas vezes os seus defensores acabarem por exagerar as diferenças entre as variedades do inglês. Por outro lado, o autor também não concorda com as ideias conservadoras do ensino do inglês e defende que haja uma maior conscientização sobre as variedades linguísticas em sala de aula. Esses argumentos apresentam críticas aos dois polos da discussão, havendo assim a identificação deste quarto posicionamento – o de não ser nem a favor do ILF/WEs e nem a favor da manutenção das formas nativas.

Esses resultados podem ser mais bem ilustrados com o auxílio do gráfico a seguir:

Gráfico 11: Posicionamento dos autores dos textos publicados pelas revistas do Grupo C



Fonte: Autora, 2016

Percebe-se, então, que a maioria (99 de 139, ou 71%) dos textos está de acordo com os debates sobre o ILF e o movimento de aceitação das variedades linguísticas do inglês e quebra de paradigmas quanto à supremacia do FN. Isso indica que existe, entre os autores, uma preocupação com essas questões e uma crítica às formas dominantes de se enxergar o inglês como monolítico e pertencente apenas aos FNs provenientes de países do círculo central, principalmente do eixo Inglaterra-Estados Unidos.

De forma a compararmos esses quatro posicionamentos com as normas de publicação que guiam os periódicos analisados (sejam elas próprias ou do grupo editorial) no que concerne a variedade linguística utilizada ou revisão textual, foi necessário primeiramente agrupar todos os periódicos que apresentam textos sobre ILF/WEs de acordo com as suas diretrizes. Isso permitiu uma melhor visualização das diretrizes que o autor de cada texto precisou seguir para que seu manuscrito fosse aceito. Conforme indicado acima, essas informações estão disponíveis no quadro *Síntese e posicionamento dos textos* (Anexo C deste trabalho), que permite a comparação lado a lado das diretrizes de cada revista e do posicionamento dos textos publicados sob essas diretrizes.

Assim, foram encontradas cinco divisões/categorias de normas para autores: 1) revistas que exigem o uso de uma ortografia específica, a saber, americana ou britânica; 2) revistas que exigem ou sugerem que autores não nativos tenham seus textos revisados por nativos; 3) revistas que sugerem ou exigem que autores não nativos tenham seus textos

revisados, sem especificar que o revisor tenha que ser nativo; 4) revistas que indicam a revisão para qualquer autor; e 5) revistas que não trazem normas ou não apresentam exigências quanto à variedade do inglês ou revisão (entra neste grupo também a revista *Language Awareness*, que indica preferência por ortografia britânica, pois entendemos que indicação de preferência, por não ser uma exigência, ainda concede liberdade ao autor quando à ortografia utilizada). O agrupamento das revistas e suas diretrizes pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 6: Diretrizes das revistas do Grupo C

Normas com relação a variedade e revisão	**Revistas**	**Número total de textos**
Ortografia americana ou britânica	Applied Linguistics	64
	English for Specific Purposes	
	English Language Teaching Journal	
	Journal of English for Academic Purposes	
	Journal of Pragmatics	
	Journal of Second Language Writing	
	Journal of Sociolinguistics	
	Language Assessment Quarterly	
	Language Learning	
	Language Learning and Technology	
Revisão de falantes nativos para autores não nativos	AILA Review	13
	English Today	
Revisão externa para falantes não nativos	Language Teaching	41
	Language Teaching Research	
	English Language Teaching Journal	
	Modern Language Journal	
Revisão para qualquer autor	Journal of English Linguistics	4
	Lodz Studies in Language	
Sem exigências quanto a variedade ou revisão	Annual Review of Applied Linguistics	40
	Australian Review of Applied Linguistics	
	International Journal of Applied Linguistics	
	Language and Education	
	Language Awareness	
	Research in the Teaching of English	
	TESOL Quarterly	

Fonte: Autora, 2016

É importante ressaltar que a revista *English Language Teaching Journal* é a única que se encaixa em mais de uma categoria, apresentando diretrizes tanto em relação à variedade

utilizada quanto à revisão textual por um terceiro. Assim, optou-se por incluir a revista *English Language Teaching Journal* nas duas categorias de normas que o periódico exige ("ortografia americana ou britânica" e "revisão externa para falantes não nativos"), visto que essas eram as duas normas que seus autores tiveram que seguir para submeterem os textos à revista. Se tivéssemos optado por incluir essa revista em apenas uma das categorias, os resultados poderiam ser parciais e/ou tendenciosos (pois teríamos que optar por uma das categorias de diretrizes, podendo assim influenciar o resultado relacionado àquela norma). Entretanto, essa escolha teve como consequência a soma dos textos do quadro acima ultrapassar o número total de 139 textos publicados e analisados, pois os textos da revista *English Language Teaching Journal* foram, portanto, contabilizados duas vezes.

Entre os 64 textos publicados nas revistas que exigem que o autor siga a ortografia americana ou britânica, identificou-se que: 43 textos estão de acordo/reiteram as discussões do ILF, aceitação das variedades e crítica à supremacia do falante nativo; cinco textos são contrários a esse movimento e argumentação; quinze são neutros ou não se posicionam quanto a essa discussão; e um critica tanto os debates sobre o ILF quanto a manutenção das formas nativas. Percebe-se, portanto, que há discrepâncias entre as normas e o posicionamento majoritário dos textos publicados. Mesmo entendendo que apenas a ortografia não é representante de uma variedade linguística na sua totalidade, a exigência de que a ortografia seja necessariamente americana ou britânica não dialoga com os 43 textos que buscam maior aceitação das variedades linguísticas do inglês e questionam a quem a língua pertence.

Avançando para as duas revistas que exigem ou sugerem que autores FNNs tenham seus textos revisados por FNs, dentre os treze textos por elas publicados, onze caracterizam-se por concordarem com o debate sobre ILF/WEs, e dois são contrários a essas ideias. Enfatiza-se, aqui, o fato de uma dessas revistas ser publicada pela AILA, a maior associação de linguística aplicada no mundo, um órgão de referência mundial aos pesquisadores da área. Porém, essa revista publicou apenas um dos treze textos, os outros doze pertencem à revista *English Today*, que apresenta textos escritos por autores renomados na área de pesquisa sobre ILF e WEs. Ao contrário das diretrizes do grupo anterior, que mencionava apenas a ortografia a ser seguida, essas duas revistas expressamente apresentam diretrizes contrárias às críticas quanto a supremacia do FN, e também contrárias ao argumentado em onze dos textos publicados. Isso indica uma contradição entre o discurso apresentado pelos pesquisadores e as normas as quais se submetem para terem seus manuscritos aceitos. Indica, também, que os próprios editores e membros do corpo editorial das revistas, apesar de lerem e aceitarem os textos para publicação, parecem não estar refletindo sobre as suas próprias práticas ao julgar a

qualidade de um texto baseando-se na língua nativa do autor, indo de encontro ao que dizem os textos que eles mesmos avaliam.

As revistas que sugerem ou exigem que autores FNNs tenham seus textos revisados por um terceiro sem que esse revisor tenha que ser FN publicaram 41 textos, sendo eles 28 coerentes com o debate sobre ILF/WEs, sete neutros, quatro contrários às ideias defendidas pelos pesquisadores do ILF/WEs e dois que criticam tanto o ILF quanto a ideia de que o inglês é propriedade de FNs e as suas normas são as únicas aceitas. Ressaltamos que desses 41 textos, quatro foram publicados pela revista *Modern Language Journal*, cujas normas sugerem que o revisor do manuscrito seja alguém competente e proficiente no inglês, ou seja, para essa revista, o conhecimento linguístico é mais importante que a idade com que o revisor adquiriu a língua. As demais revistas não apresentam informações quanto a quem deve ser o revisor. Ao contrastarmos o posicionamento dos textos com as diretrizes para autores, pode-se argumentar que seria discrepante entender que apenas autores FNNs possam precisar de revisão. Apesar de entendermos que as revistas não têm como saber o nível de proficiência linguística e familiaridade com a escrita acadêmica dos autores interessados em submeter seus textos, e que essa seria uma forma de assegurar que aqueles não tão confortáveis no uso do inglês peçam ajuda linguística externa, entendemos que dificuldades linguísticas não são exclusividade de FNNs. Portanto, partir do pressuposto de que apenas os autores não nativos do inglês possam necessitar de uma revisão externa não deixa de ser uma forma sutil de apresentar discrepância entre o conteúdo dos 28 textos a favor das ideias do ILF/WEs e as diretrizes da revista.

A penúltima norma comparada com os textos publicados diz respeito a sugerir que qualquer autor tenha de ter seu texto revisado. Sob essas normas foram publicados quatro textos, dos quais um está de acordo com as pesquisas sobre ILF/WEs e três são neutros. Entendemos que, se possível, seria ideal que um revisor externo lesse os manuscritos antes de serem enviados à publicação, visto que um olhar de outrem pode auxiliar a reescrever partes confusas, enxergar ambiguidades, dar ideias ou sugestões. Essa revisão seria benéfica a qualquer autor, independentemente de sua língua materna, principalmente se ela não estiver atrelada a contratação de serviços específicos externos (como é o caso da revista *Lodz Studies in Language*), visto que isso poderia ser um empecilho para autores menos favorecidos financeiramente. Por isso, percebe-se aqui coerência entre as diretrizes e o conteúdo dos textos publicados.

Por fim, 40 textos foram publicados sem que o autor tivesse que atender a qualquer exigência quanto a revisão ou variedade do inglês. Desses, 32 propagam as ideias defensoras

do ILF como movimento dentro da Linguística Aplicada, dois são contrários a essa ideia, cinco são neutros e um é crítico em relação às duas abordagens (aceitação das variedades/foco na inteligibilidade *versus* manutenção de formas nativas e crítica ao ILF). Neste caso, visto que as revistas ou grupos editoriais não se manifestam em relação às questões aqui avaliadas, entende-se que permitem que os autores tenham liberdade para escolherem a variedade/ortografia utilizada, bem como o revisor do texto. Não sabemos dizer se manuscritos que fogem às regras tradicionais da língua inglesa acadêmica americana/britânica seriam aceitos, pois esta pesquisa não buscou fazer uma análise das variedades realmente aceitas e publicadas, apenas do discurso em relação a elas. Todavia, partimos do pressuposto de que, uma vez que não existam normas exigindo uma variedade, os manuscritos não poderiam ser rejeitados com a alegação de não seguirem as normas linguísticas indicadas.

Essa análise pode ser resumida na seguinte tabela:

Tabela 2: Comparação das diretrizes com o conteúdo dos textos publicados

Normas com relação a variedade e revisão	**Total de textos**	**Total de textos favoráveis ao ILF/WEs**	**Total de textos contrários ao ILF/WEs**	**Total de textos neutros/sem posicionamento**	**Total de textos críticos ao ILF/WEs e à manutenção de formas nativas**
Ortografia americana ou britânica	64	43	5	15	1
Revisão de FN para autores FNNs	13	11	2	0	0
Revisão externa para FNNs	41	28	4	7	2
Revisão para qualquer autor	4	1	0	3	0
Sem exigências quanto a variedade ou revisão	40	32	2	5	1

Fonte: Autora, 2016

Em resumo, esta seção teve por objetivo responder a seguinte pergunta de pesquisa: há discrepância entre as diretrizes para autores das revistas que publicaram textos relacionados à temática do ILF/WEs e o conteúdo dos textos por elas publicados nos últimos cinco anos? Com os resultados e discussão acima, pudemos ver a orientação dos autores de Linguística Aplicada em relação à temática do ILF/WEs, bem como analisar como essa orientação se relaciona com as diretrizes para autores encontradas nos periódicos internacionais de Linguística Aplicada integrantes do *corpus* deste trabalho.

As implicações para tais resultados, suas consequências, discussões finais e sugestões de solução serão apresentadas no próximo e último capítulo deste trabalho.

6 CONCLUSÕES

Este capítulo busca apresentar as considerações finais deste trabalho. Na primeira seção, será feita a retomada dos objetivos e perguntas norteadoras. Na segunda seção, será feito um fechamento do trabalho, bem como expostas as limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

6.1 RETOMADA DOS OBJETIVOS E PERGUNTAS NORTEADORAS DE PESQUISA

Esta pesquisa teve como objetivo geral verificar o posicionamento de periódicos acadêmicos internacionais da área de Linguística Aplicada acerca das diretrizes para autores, sob a ótica do inglês como língua franca. Os objetivos específicos, conforme apresentados no capítulo 4, eram: verificar se as regras de publicação dos periódicos analisados são condizentes com os discursos e debates atuais acerca do ILF, ou seja, se os periódicos da área de linguística aplicada e áreas afins contemplam a aceitação de diferentes variedades linguísticas por parte dos autores (ou se priorizam conformidade das normas nativas) e se legitimam que tanto os autores nativos quanto os não nativos de inglês possam ter autoridade sobre a língua; e analisar o conteúdo dos periódicos a fim de contrastar os textos publicados com as diretrizes para autores. De forma a alcançar esses objetivos, cinco perguntas de pesquisa nortearam esta investigação. Elas serão retomadas e respondidas a seguir.

Pergunta 1: Existem regras/exigências linguísticas, mais precisamente com relação ao padrão nativo, nas diretrizes para autores dos periódicos analisados? Quais?

Constatamos com este trabalho que 30 das 36 revistas analisadas (o equivalente a 83%) apresentam regras ou exigências linguísticas, sendo que dessas, 29 (aproximadamente 80%) trazem diretrizes que se relacionam ao padrão nativo e/ou a (não) aceitação das variedades do inglês. As demais seis não informam ao autor sobre a existência de normas linguísticas esperadas. Observamos que, no caso das 30 revistas que apresentam exigências linguísticas, as normas podem ser: específicas ou próprias do periódico, ou seja, estão disponibilizadas no *site* da própria revista (27 revistas); não próprias da revista, mas vinculadas a um *site* de edição e assessoria ao autor do grupo editorial que publica o periódico (seis revistas); ou específicas do grupo editorial (uma revista). Entendemos que essa distinção se fazia importante pois inferia-se que o corpo editorial dos periódicos que apresentassem diretrizes próprias tivessem mais liberdade na definição das normas exigidas aos autores. Visto que os membros do corpo editorial são acadêmicos vinculados à área de pesquisa do

periódico e, por consequência, mais a par das discussões acerca do ILF e variedades do inglês, partimos do pressuposto de que essas revistas teriam mais chances de apresentar regras que condizem com essas discussões. Por outro lado, é importante lembrar que, para o autor, não é relevante saber "de onde" as diretrizes partem. Ou seja, um autor interessado em publicar seu manuscrito em um periódico internacional precisará seguir as exigências impostas, independentemente de essas diretrizes serem próprias do periódico ou vinculadas ao grupo editorial.

Em relação à segunda parte da primeira pergunta (quais são as exigências linguísticas), identificamos três normas linguísticas principais: a primeira diz respeito à língua de publicação; a segunda refere-se à variedade ortográfica; e a terceira relaciona-se à revisão do manuscrito por outra pessoa que não o autor. A informação de que a língua do manuscrito é o inglês está presente em 16 revistas (44% do total). Duas aceitam textos em inglês ou francês, e as demais não apresentam indicação de qual a língua de publicação, mas subentende-se ser o inglês. Em relação à norma relacionada à ortografia, 19 periódicos (aproximadamente 53% do total apresentam diretrizes quanto à variedade ortográfica, sendo a mais comum (presente em 11 dos 19 periódicos) a solicitação que o autor utilize, de forma consistente, a variedade americana ou britânica. A segunda norma mais frequente (presente em três revistas) solicita que o autor utilize qualquer ortografia, sem especificar qual, desde que de forma consistente, isto é, sem haver uma mistura de variedades ortográficas no mesmo texto. As demais cinco revistas apresentam diretrizes utilizadas apenas por elas mesmas (ou seja, presentes em 1 dos 19 periódicos), sendo elas: solicitação de ortografia americana, britânica ou canadense; exigência de ortografia britânica; exigência de ortografia canadense; preferência por ortografia britânica; e preferência por ortografia americana.

Por fim, quanto à diretriz relacionada ao autor ter seu manuscrito revisado por um terceiro, observamos que 21 revistas (58%) apresentam alguma variação dessa norma. Para 10 revistas, a sugestão ou exigência de uma revisão externa não está relacionada à língua nativa do autor ou revisor, enquanto, para outras 10, a sugestão ou exigência é feita somente para autores FNNs de inglês. Dessas, seis pedem que o revisor seja FN. A última revista enfatiza, especificamente, que não é necessário que o autor FNN tenha seu texto revisado por um FN, visto que o importante é a inteligibilidade do texto no cenário acadêmico internacional.

Pergunta 2: Os periódicos analisados publicaram textos relacionados ao inglês como língua franca nos últimos cinco anos?

Foi constatado que 30 (83%) dos 36 periódicos analisados publicaram textos relacionados ao ILF entre 2011 e 2015[118]. Conforme discutido no capítulo 5, seção 5.2, isso indica que a questão do *status* e papel da língua inglesa no mundo hoje é assunto relevante para a área de Linguística Aplicada. Ressalta-se que três dessas revistas (*English World-Wide*, *Journal of English as a Lingua Franca* e *World Englishes*) são temáticas da área, publicando exclusivamente textos relacionados ao ILF/ILI/WE(s)/GE. Nas demais 27 revistas foram encontrados 202 textos, sendo eles: 113 pertencentes ao gênero artigo acadêmico, 63 pertencentes ao gênero resenha e 26 pertencentes a algum outro gênero acadêmico tal como resposta a artigo, publicação de simpósio, fórum, divulgação de eventos, ou alguma outra divisão específica criada pelo periódico em questão.

Pergunta 3: Os periódicos analisados reconhecem que os acadêmicos interessados em ali publicar seus textos podem ser de diferentes países e falantes de diferentes línguas maternas?

Conforme relatado na resposta da Pergunta 1, em 11 dos periódicos o reconhecimento de que os autores podem ser falantes de outras línguas que não o inglês é demonstrado através de diretrizes que mencionam especificamente autores FNNs. Ou seja, 11 periódicos dirigem um trecho das suas diretrizes aos FNNs de inglês. Trazemos aqui três exemplos que indicam diferentes abordagem desse reconhecimento: a revista *AILA Review* reconhece a possibilidade de os autores serem FNNs ao exigir que "[i]f not written by a native speaker, it is advisable to have the paper checked by a native speaker" (JOHN BENJAMINS, 2016)[119]. Isto é, o periódico está ciente do fato de haver autores FNNs interessados em enviar seus manuscritos, mas coloca esses autores como periféricos linguisticamente, ou seja, entende-se que o FN é considerado o falante ideal, aquele que é o dono da língua.

O segundo exemplo escolhido é da revista *Modern Language Journal*, que reconhece a possibilidade de os autores serem FNNs em uma seção de perguntas frequentes (FAQs):

> I am not a native speaker of English. Is it acceptable scholarship to have a native speaker review and correct my manuscript?

[118] Apesar dos números que respondem a segunda pergunta serem os mesmos números que respondem a primeira pergunta, as seis revistas que não publicaram textos sobre o ILF nos últimos cinco anos não são as mesmas seis que não apresentam exigência linguísticas.

[119] Tradução: "se não escrito por um falante native, recomenda-se que o artigo seja revisado por um falante nativo". Disponível em <http://www.aila.info/en/publications/aila-review/guidelines-for-contributors.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

> All authors, especially those whose native language is not English, are encouraged to have colleagues with a very high level of proficiency in English read their manuscripts and suggest adjustments for language and style. (WILEY, 2016)[120]

Nesse caso, o revisor ideal é aquele que detém um alto conhecimento linguístico do inglês a ponto de identificar e sugerir melhorias relacionadas ao inglês do autor.

Por fim, o terceiro exemplo de abordagem vem da revista *Journal of English as a Lingua Franca*. Esta revista, justamente por ser temática sobre o ILF, informa que os autores precisam escrever em um inglês inteligível para a comunidade internacional, mas não necessariamente de acordo com as normas dos FN, especificando que não concordam com a norma do grupo editorial de que FNs devem revisar os textos de autores FNNs[121]. Com isso, o corpo editorial dessa revista busca não fazer distinção nem de prestígio e nem linguística entre os autores.

Ademais, uma outra diretriz que aponta o reconhecimento do caráter internacional dos autores foi encontrada no periódico *Language in Society*: "Language in Society welcomes original research reports from all countries" (CAMBRIDGE, 2016)[122]. Apesar de essa afirmação não necessariamente indicar que os autores sejam FNNs (visto que FNs podem conduzir pesquisas em países que não sejam a sua terra natal), subentende-se que autores de qualquer país, contexto ou língua materna podem enviar manuscritos à revista, o que também responderia de forma afirmativa a terceira pergunta desta pesquisa.

Pergunta 4: Os periódicos reconhecem as diferentes variedades do inglês como aceitáveis para a escrita e publicação acadêmica internacional, mais especificamente, que as diferentes variedades possam ser usadas na escrita de textos por eles publicados?

Observou-se que a abordagem dada pelas revistas analisadas quanto às variedades do inglês diz respeito especificamente à ortografia. Não foram encontradas diretrizes que mencionassem as diferentes variedades em relação à gramática ou léxico, por exemplo. Dentro do escopo das variedades ortográficas, conforme apontado na Pergunta 1, a diretriz mais comum é a solicitação da escrita do texto na variedade americana ou britânica.

---

[120] Tradução: "Não sou falante nativo de inglês. É uma prática acadêmica adequada que um falante nativo revise e corrija o meu manuscrito? Todos os autores, especialmente aqueles cuja língua nativa não seja o inglês, são encorajados a buscar colegas com alto nível de proficiência em inglês para ler os seus manuscritos e sugerir ajustes de língua e estilo". Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1540-4781/homepage/ForAuthors.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

[121] Trecho das diretrizes: "Authors should follow the De Gruyter Mouton style sheet but with one change: While the standard style sheet stipulates, under 'Special attention', that authors should have their "contribution carefully checked by a native speaker", the editors of JELF simply expect authors to submit manuscripts written in an English which is intelligible to a wide international academic audience, but it need not conform to native English norms". Disponível em <http://www.degruyter.com/view/j/jelf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

[122] Tradução: "Language in Society aceita relatos de pesquisa originais de todos os países". Disponível em <http://assets.cambridge.org/LSY/LSY_ifc.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Somando-se todas as revistas que limitam que seus autores utilizem apenas uma dessas duas variedades (ora deixando esta escolha a critério do autor, ora exigindo ou preferindo o uso de uma variedade específica), identificamos que essa diretriz está presente em 14 periódicos (aproximadamente 39%). As alternativas a essas duas variedades são dadas por duas revistas que incluem o inglês canadense no rol de opções/exigência e por três revistas que deixam a escolha da variedade ortográfica a cargo do autor.

Percebemos então que, entre as revistas que abordam a questão das variedades do inglês, o reconhecimento das diferentes variedades como aceitáveis para a escrita e publicação acadêmica internacional ainda é extremamente limitado e vinculado ao eixo Inglaterra-Estados Unidos. Devido a isso, não identificamos a aceitação das diferentes variedades da língua por parte dos periódicos, pois entendemos e demonstramos, nos capítulos 2 e 3, que a língua inglesa não é propriedade apenas dos FNs desses dois países. É importante ressaltar que esta pesquisa não teve como objetivo verificar se essa (não) aceitação acontece de fato. Em outras palavras, não sabemos se autores que utilizem variedades além da americana e britânica realmente teriam os manuscritos rejeitados, sejam esses autores FNs de outras variedades do inglês ou FNNs.

Pergunta 5: Há discrepâncias entre as normas exigidas pelas revistas e o conteúdo dos textos por elas publicados?

De forma a responder essa pergunta, fizemos uma análise do conteúdo das revistas, excluindo da análise tanto o conteúdo das revistas cuja temática é exclusiva sobre ILF/WEs e os textos pertencentes ao gênero resenha. Assim, analisamos 139 textos publicados em 24 revistas. Para descobrirmos se havia discrepâncias entre as diretrizes das revistas e o conteúdo dos textos, buscamos identificar o posicionamento de cada texto – se a favor ou contra a discussão acadêmica presente na abordagem do ILF/WEs (a saber, aceitação e legitimação das variedades do inglês; questionamento da supremacia do FN como o dono da língua; entendimento da inteligibilidade como mais importante que desvios de normas de FNs do círculo interno; questionamento de esses desvios serem considerados erros; exposição de dificuldades que FNNs possam ter em práticas sociais apenas pelo fato de serem FNNs, entre outros).

Em síntese, 99 textos (71%) apresentam um posicionamento a favor do ILF/WEs e das questões contidas nessa discussão (a). Os demais 40 textos dividem-se em: 10 textos (aproximadamente 7%) que apresentam posicionamento contrário ao debate sobre ILF/WEs, ou seja, defendem a manutenção das normas dos FNs ou discordam dessa abordagem teórica; 27 (aproximadamente 20%) que apresentam aparente neutralidade, ou seja, apesar de serem

sobre situações em que o inglês é usado em uma situação internacional, não se manifestam em relação ao debate; e três textos (2%) que criticam tanto a abordagem do ILF/WEs quanto a abordagem de manutenção de formas de FN, isto é, não concordando com a centralização do FN, mas também criticando as discussões do ILF por não darem conta do inglês no mundo hoje.

Os resultados demonstraram que, de forma geral, o conteúdo publicado pelas revistas se preocupa com a temática do ILF, aceitação das variedades linguísticas, defesa do foco na inteligibilidade, desenvolvimento de estratégias pragmáticas para a comunicação internacional e crítica à supremacia do falante nativo e manutenção de formas nativas. Ao compararmos as normas que guiaram a publicação de tais textos, percebemos que, na maioria dos casos, houve contradições em maior ou menor grau entre o posicionamento dos autores e o posicionamento das diretrizes em relação às temáticas aqui debatidas. Dentre os 99 textos que reiteram as discussões do ILF/WEs, 66 (66,6%) tiveram que seguir alguma norma que não condiz com o posicionamento expresso no próprio texto, seja por precisarem necessariamente utilizar a variedade americana ou britânica, seja pela sugestão ou exigência feita apenas aos FNNs de terem seus textos revisados por um terceiro (podendo haver a especificidade do revisor ser FN ou não). Os demais 33 textos (33,3%) foram publicados em revistas que ou não especificavam normas relacionadas à revisão/variedade, ou em revistas que sugeriam que qualquer autor que sentisse necessidade enviasse o manuscrito a um revisor.

Apesar de sabermos que os periódicos não precisam concordar com o conteúdo publicado nas revistas, causa estranheza o fato de eles ainda apresentarem diretrizes que reiteram o FN como o dono da língua e as variedades americana e britânica como as únicas aceitáveis, visto que 71% dos textos publicados sobre a temática do ILF/WEs são a favor de debates que questionam essas práticas. Ou seja, a área, em geral, demonstra uma orientação que podemos chamar de “pró-ILF”, mas a maioria dos periódicos dessa mesma área onde esses textos são veiculados, não.

Esta seção buscou responder individualmente às perguntas de pesquisa a partir dos resultados encontrados neste trabalho. A próxima e última seção trará as considerações finais desta dissertação.

6.2 ÚLTIMAS PALAVRAS

Para finalizar, trazemos para este trabalho uma discussão levantada por Moita Lopes (2006) sobre a importância do diálogo entre a pesquisa em Linguística Aplicada e a

comunidade. O autor enfatiza a necessidade de pesquisas que tenham relevância social, ou seja, que haja "teorizações que dialoguem com o mundo contemporâneo, com as práticas sociais que as pessoas vivem" (MOITA LOPES, 2006, p. 23). Isso significa que as pesquisas em Linguística Aplicada não devem ser feitas apenas para os colegas linguistas aplicados, mas, também (ou principalmente), para aqueles que estão "no contexto da aplicação" (MOITA LOPES, 2006, p. 23). Escolhemos trazer essa questão para as considerações finais desta dissertação pois, ao longo de sua escrita, questionamo-nos algumas vezes as seguintes perguntas: para que as discussões acerca do ILF estão servindo? A serviço de que(m)?

Não há dúvidas de que as discussões são importantes e, de certa forma, ambiciosas por buscar a quebra de paradigmas (e preconceitos, por que não) já há muito consolidados na área de pesquisas sobre o uso, ensino e contextos sociais do inglês. Em relação ao ensino, é inegável que entender o inglês como essa língua *do* mundo e *para* o mundo abriu espaço para um discurso menos rígido, mais inclusivo, buscando-se maior diversidade e aceitação das diferenças.

A discussão sobre o ILF apresenta um discurso a serviço dos professores FNNs, por exemplo, ao contemplar as suas competências como diferentes das de um professor FN, mas não necessariamente inferiores apenas por terem crescido falando uma outra língua como a materna. A discussão não busca excluir FNs, mas apenas equilibrar a balança. Essa discussão contribui para fortalecer a confiança dos próprios professores FNNs, visto que, muitas vezes, sentem-se impotentes e impostores na sua profissão (BERNAT, 2008) por nunca alcançarem o mesmo nível de proficiência linguística ou conhecerem a língua tal qual o FN, apesar de muitas vezes esse FN ser aquele idealizado pelas teorias de aquisição (JORDÃO, 2014). O mesmo é válido para os alunos aprendizes de inglês, que muitas vezes se sentem "envergonhados da sua própria condição linguística" (RAJAGOPALAN, 2003, p. 68).

A discussão também almeja abrir o leque da diversidade cultural e linguística ao buscar expor os alunos de inglês a outros contextos que não apenas os vinculados à cultura, sotaques e variedades linguísticas dos Estados Unidos e Inglaterra. Para tal, é preciso que professores e materiais didáticos contemplem o inglês como plural, vinculado também à cultura do aluno.

Chegando ao âmbito desta pesquisa, a discussão busca uma maior equidade de oportunidades para autores FNNs publicarem em revistas internacionais, visto que pesquisas (c.f. FLOWERDEW, 2008; JENKINS, 2011; JENKINS; COGO; DEWEY, 2011; OWEN, 2011) apontam que autores FNNs estão em desvantagem quando em comparação a FNs. Entretanto, conforme vimos nesta pesquisa, essa equidade ainda não foi atingida, ou seja, o

discurso teórico-metodológico relacionado ao ILF nem sempre consegue atingir seus objetivos.

No capítulo 3, trouxemos o argumento de Hyland (2016) como contraponto à ideia de que FNs usufruem de vantagens na publicação acadêmica. Para o autor, essa vantagem não se confirma, uma vez que a linguagem da escrita acadêmica também deve ser aprendida por FNs, e visto que muitos autores FNNs têm mais prática/experiência na escrita acadêmica em inglês do que na própria língua materna. Entretanto, sendo assim, por que ainda há revistas da área de Linguística Aplicada que exigem que especificamente FNNs tenham seus textos revisados por um terceiro? Não seria o caso de todos os periódicos exigirem que os autores que tenham dificuldades ou inseguranças na escrita acadêmica em inglês busquem uma revisão externa de alguém com proficiência e experiência neste gênero textual, independentemente da língua materna do autor e revisor (como acontece em dez das revistas analisadas)? O que enxergamos, em algumas diretrizes para autores, é a implicação de que apenas autores FNNs de inglês teriam dificuldades na escrita, contradizendo as afirmações de Hyland acima.

Constatamos que algumas diretrizes encontradas nos resultados desta pesquisa ainda enxergam o FNN como periférico e o FN como central linguisticamente. Além do fato de que, para dez revistas, apenas o FNN precisaria passar por uma revisão de texto (e, dessas dez, seis indicarem que o revisor seja FN), a própria falta de aceitação das variedades para além da americana e britânica indica a centralidade não apenas do FN, mas do FN de apenas essas duas regiões geográficas. Portanto, quando mencionamos, na introdução deste trabalho, que muitos alunos e/ou professores imaginam que precisem se “afiliar” a uma das duas variedades, eles na verdade estão sendo coerentes com as práticas ainda difundidas. Isto é, não seria produtivo ou favorável se a realidade mostrar um cenário em que, por um lado, professores de inglês (e de escrita acadêmica em inglês) consigam abrir horizontes de pensamento aos seus alunos em questões de aceitação da própria variedade e não necessidade de conformidade às normas nativas, mas que, por outro lado, estes alunos não consigam acesso a práticas acadêmicas porque os demais profissionais não enxergam seus textos ou sua fala como legítimos e aceitáveis.

Isso se relaciona à afirmação de Jenkins, Cogo & Dewey (2011) de que, por mais que a abordagem teórico-metodológica do ILF apresente vantagens comunicativas (por buscar o reconhecimento da perspectiva de participantes/falantes vistos como periféricos na abordagem

do ILE, e a diminuição de preconceitos e estigmas[123], por exemplo), é preciso que essas vantagens sejam reconhecidas também por aqueles que não são pesquisadores da área. Contudo, se nem mesmo membros de corpos editoriais da área de Linguística Aplicada estão em consenso no que diz respeito à descentralização do FN e aceitação das variedades, quão difícil é fazer com que a discussão (e a modificação das práticas decorrente dessa discussão) chegue a outros integrantes do contexto de atuação, tais como elaboradores de políticas linguísticas, membros de corpos editoriais de outras áreas de pesquisa, empregadores em diversos setores/contextos, entre outros? Retomando Moita Lopes (2006), o autor cita Bygate (2004)[124] ao afirmar que "É preciso que aqueles que vivem as práticas sociais sejam chamados a opinar sobre os resultados de nossas pesquisas, como também a identificar nossas questões de pesquisa como sendo válidas de seus pontos de vista: uma dimensão essencial em áreas aplicadas" (BYGATE, 2004 apud MOITA LOPES, 2003, p. 23).

Por outro lado, acreditamos também que a preocupação "pró-ILF" existente na maioria dos textos analisados poderá, pouco a pouco, atingir esses outros integrantes do contexto de atuação. Conforme argumentamos no capítulo 3, estamos cientes de que as discussões acerca do ILF são relativamente recentes, e que tais mudanças podem vir a acontece partindo primeiramente daqueles que estão envolvidos pessoalmente com a questão. É o que vimos, por exemplo, nas instruções para autores do periódico *Journal of English as a Lingua Franca*. Por ser uma revista que trata especificamente do assunto ILF, vemos a preocupação da revista em frisar que o esperado é que textos sejam inteligíveis em âmbito internacional. Não por acaso, alguns dos integrantes do corpo editorial do periódico são autores que fundamentaram este trabalho[125].

Conforme já discutido anteriormente, essa abordagem também leva a outros questionamentos, tais como o que seria inteligível e aceitável como inglês acadêmico tendo em vista este panorama de ILF. Para resolver essa questão, Flowerdew (2008) sugere que pesquisas de *corpus* que identifiquem as formas mais aceitas em textos escritos por autores FNNs de diversas áreas do conhecimento (como por exemplo o projeto ELFA, ou WrELFA) sejam tomadas como base para o que é considerado inteligível ou não. Assim, "os editores seriam então capazes de aceitar a escrita de acordo com padrões que verdadeiramente

---

[123] C.f. Flowerdew (2008).
[124] BYGATE, M. Some Current Trends in Applied Linguistics: Towards a Generic View. *AILA Review*, v. 17, p. 6-22, 2004.
[125] Disponível em <http://www.degruyter.com/view/j/jelf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

pertencem à comunidade acadêmica internacional, e não apenas aos FNs”[126] (FLOWERDEW, 2008, p. 84). O autor imagina que, no fim, seria possível chegar a um inglês denominador comum que não pertence a nenhum grupo específico, mas que contempla variedades internacionais inteligíveis. Flowerdew conclui que “isto pode ser utópico, mas com certeza merece ao menos a nossa consideração”[127] (FLOWERDEW, 2008, p. 84).

Pelo fato de enxergarmos o ILF mais como uma função da língua no contexto internacional e não como uma variedade específica, não sabemos até que ponto esta busca por uma identificação/criação de uma variedade internacional seria benéfica, visto que poderia trazer o efeito reverso de excluir as formas linguísticas que não entraram no *corpus*. Ou seja, seria preciso muito cuidado para que não virasse uma nova régua excludente (principalmente se não fosse atualizada constantemente). Entretanto, entendemos que propostas como essa, se postas em prática, podem sim contribuir para uma maior sensibilização e aceitação das diferentes variedades linguísticas do inglês usadas na escrita acadêmica, como discutido no capítulo 3.

Para concluir, serão apresentadas as limitações deste trabalho e sugestões de pesquisas futuras. Uma limitação desta pesquisa é o fato de termos analisado apenas as diretrizes para autores no seu discurso, e não se os textos publicados efetivamente a seguiram. Pode ser, por exemplo, que um texto que fuja às variedades americana e/ou britânica nas revistas que apresentam essa exigência tenha sido aceito para publicação, o que indicaria maior tolerância nas práticas dos editores e revisores quando comparadas às regras preconizadas. Por outro lado, pode ser que aquelas revistas que não apresentam nenhuma exigência quanto à variedade do inglês utilizada ou revisão externa rejeitem um manuscrito por ele não estar de acordo com as normas ortográficas americanas e/ou britânicas, ou que devolvam o manuscrito ao autor FNN solicitando que o texto passe pelo olhar crítico de um FN. Essas práticas hipotéticas, se confirmadas, trariam um resultado diferente à forma como as revistas se posicionam em relação às discussões do ILF. Apesar de ser uma limitação deste trabalho, entendemos que essa análise seria importante para uma maior compreensão das práticas realizadas por periódicos internacionais. Nesse sentido, consideramos a verificação do cumprimento das diretrizes como sugestão de pesquisa futura. Uma outra sugestão de pesquisa seria a análise de pareceres de textos aceitos para publicação com revisões maiores

[126] Trecho original: “Editors would then be able to accept writing according to standards which truly belong to the international academic community rather than just to NESs.”
[127] Trecho original: “This may be utopian, but it is surely worth at least our consideration”.

ou menores, ou mesmo de textos rejeitados, para verificar se os motivos de revisão e/ou rejeição são relacionados às variedades do inglês e ao FN[128].

Acreditamos ter contribuído para preencher em certa medida a carência de pesquisas sobre o ILF na publicação acadêmica, como apontado por Mauranen (2012). Entendemos também que pudemos auxiliar professores e formadores de professores de inglês a melhor entender as questões do ILF e variedades linguísticas dentro e fora da sala de aula, contribuindo para a reflexão sobre o assunto e os levando a pensar em como as mudanças de práticas que entendemos ser necessárias podem ser incluídas em suas salas de aula. Por fim, acreditamos e esperamos também ter contribuído principalmente para a reflexão das práticas dos profissionais envolvidos com o inglês acadêmico, especificamente editores, revisores e pareceristas de periódicos. Desta forma, confiamos que os questionamentos, discussões e problematizações por nós levantados possam contribuir para que o inglês seja considerado, em formas práticas (e não apenas teóricas), a língua *do* mundo, *para* o mundo.

[128] Tal pesquisa, entretanto, requer que autores que tenham tido seus textos rejeitados compartilhem as informações, o que pode dificultar o acesso a esses dados.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Richard. ‘International’ programmes in the German-speaking world and englishization: A critical analysis. In: WILKINSON, Robert; ZEGERS, Vera (Ed.). *Realizing Content and Language Integration in Higher Education*. Maastricht, Netherlands: Maastricht University Language Centre, 2008, p. 77-95.

ANCHIMBE, Eric A. Revisiting the notion of maturation in new Englishes. *World Englishes*, v. 28, n. 3, 2009, p. 336-351. 2009.

ANDARAB, Mehdi Solhi. Calling for English for Specific Cultures-based Coursebooks in English as an International Language Era. *International Journal of English Language Education*, v. 2, n. 2, p. 279-294, 2014.

ALPERIN, Juan Pablo. Brazil’s exception to the world-class university movement. *Quality in Higher Education*, v. 19, n. 2, p. 158-172, 2013.

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia de. Como ser feliz no meio de anglicismos: processos transglóssicos e transculturais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 47, n. 2, p. 323-340, 2008.

BERNAT, Eva. Towards a pedagogy of empowerment: The case of ‘impostor syndrome’ among pre-service non-native speaker teachers in TESOL. *English Language Teacher Education and Development*, v. 11, p. 1-8, 2008.

BOCANEGRA-VALLE, Ana. ‘English is my default academic language’: Voices from LSP scholars publishing in a multilingual journal. *Journal of English for Academic Purposes*, v. 13, p. 65–77, 2014.

BORDINI, Marcella; GIMENEZ, Telma. Estudos sobre Inglês como Língua Franca no Brasil (2005-2012): uma metassíntese qualitativa. *SIGNUM:* Estudos da Linguagem. n. 17/1, p. 10-43, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para Ensino Médio*. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias/Secretaria da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006.

CANAGARAJAH, A. Suresh (Ed.). *Literacy as Translingual Practice*: Between Communities and Classrooms. New York and London: Routledge, 2013a.

_____. Negotiating Translingual Literacy: An Enactment. *Research in the Teaching of English*, v. 48, n. 1, p. 40-67, 2013b.

CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michele Salles. Mapeamento de estudos nacionais sobre inglês como língua franca: lacunas e avanços. In: GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michelle Salles (Orgs.). *Inglês como Língua Franca:* Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, vol. 14, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 17-44.

CAPES. *Avaliação Trienal 2013*: Documento de Área 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Letras_Linguistica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

COUTO, Lêda Regina de Jesus. *O livro didático de língua inglesa sob a perspectiva do* world Englishes. 2012, 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2012.

CRYSTAL, David. *English as a Global Language.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003a.

_____. *The Cambridge Encyclopedia of the English Language – Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.

CURRY, Mary Jane; LILLIS, Theresa. Multilingual Scholars and the Imperative to Publish in English: Negotiating Interests, Demands, and Rewards. *TESOL QUARTERLY*, v. 38, n. 4, p. 663-688, 2004.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 2, n .4, p. 01- 13, Sem II, Julho. 2008.

DE BARTOLO, Anna Maria. Pragmatic strategies and negotiation of meaning in ELF talk. *EL.LE*, v. 3, n. 3, p. 453-464, 2014.

DE GRANDE, Paula Baracat. O pesquisador interpretativo e a postura ética em pesquisas em Linguística Aplicada. *Eletras*, v. 23, n. 23, p. 11-25, 2011.

DEWEY, Martin. English as a lingua franca and globalization: an interconnected perspective. *International Journal of Applied Linguistics*, v. 17, n. 3, p. 332-354, 2007.

DUSZAK, Anna; LEWKOWICZ, Jo. Publishing academic texts in English: A Polish perspective. *Journal of English for Academic Purposes*, v. 7, p. 108-120, 2008.

EL KADRI, Michele Salles. Atitudes de futuros professores em relação ao estatuto do inglês como língua franca. In: CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michele Salles; ORTENZI, Denise Ismênia Bossa Grassano; SILVA, Kleber Aparecido da (Orgs.). *Reflexões sobre ensino de línguas e formação de professores no Brasil*: Uma homenagem à professora Telma Gimenez. Coleção: Educação & Linguagem, vol. 5, Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 229-264.

FELIPE, Taís; VON BORSTEL, Clarice Nadir. American English or British English do livro didático público: discussões sobre o ensino de inglês como língua franca. *Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano,* 1/ *Seminário Nacional de Literatura, História e Memória*, 10, Cascavel, PR: Unioeste, 2011.

FERNÁNDEZ, Paula González. Linguistic Imperialism: a critical study. *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, v. 18, p. 85-110, 2005.

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. Aquisição e aprendizagem de segunda língua. *Signótica*, v. 7, p. 39-57, 1995.

FLOWERDEW, John. English for Research Publication Purposes. In: PALTRIDGE, Brian; STARFIELD, Sue (Eds.). *The Handbook of English for Specific Purposes*, Chichester, UK: John Wiley & Sons, Inc, 2013 p. 301-321.

_____. Scholarly writers who use English as an Additional Language: What can Goffman's "Stigma" tell us?. *Journal of English for Academic Purposes*, v. 7, n. 2, p. 77-86, 2008.

FRIEDRICH, Patricia; MATSUDA, Aya. When Five Words Are Not Enough: a conceptual and terminological discussion of English as a lingua Franca. *International Multilingual Research Journal*, v.4, n.1, p. 20-30, 2010.

GALLOWAY, Nicola. Global Englishes and English Language Teaching (ELT) - Bridging the gap between theory and practice in a Japanese context. *System*, v. 41, p. 786-803, 2013.

GALLOWAY, Nicola; ROSE, Heath. Using listening journals to raise awareness of Global Englishes. *ELT Journal*, v. 68, n. 4, p. 386-396, 2014.

_____. *Introducing Global Englishes*. London and New York: Routledge, 2015.

GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michelle Salles (Orgs.). *Inglês como Língua Franca:* Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, v. 14, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

GRADDOL, David. *English Next*. British Council: 2006.

GROOM, Chloe. Non-native attitudes towards teaching English as a lingua franca in Europe. *English Today*, v. 28, n. 1, p. 50-57, 2012.

HANDFORD, Michael; MATOUS, Petr. Problem-solving discourse on an international construction site: Patterns and practices. *English for Specific Purposes*, v. 38, p. 85-98, 2015.

HARTSE, Joel Heng; KUBOTA, Ryuko. Pluralizing English? Variation in high-stakes academic texts and challenges of copyediting. *Journal of Second Language Writing*, v. 24, p. 71–82, 2014.

HIGGINS, Christina. "Ownership" of English in the outer circle: an alternative to the NS-NNS dichotomy. *TESOL QUARTERLY*, v. 37, n. 4, p. 615-644, 2003.

HYLAND, Ken. Academic publishing and the myth of linguistic injustice. *Journal of Second Language Writing*, v. 31, p. 58-69, 2016.

JENKINS, Jennifer. Accommodating (to) ELF in the international university. *Journal of Pragmatics*, v. 43, p. 926-936, 2011.

_____. Current Perspectives on Teaching World Englishes and English as a Lingua Franca. *TESOL QUARTERLY*, v. 40, n. 1, p. 157-181, 2006.

_____. English as a lingua franca: interpretations and attitudes. *World Englishes*, v. 28, n. 2, p. 200-207, 2009.

JENKINS, Jennifer; COGO, Alessia; DEWEY, Martin. Review of developments in research into English as a Lingua Franca. *Language Teaching*, v. 44, n. 3, p. 281-315, 2011.

JORDÃO, Clarissa. ILA – ILF – ILE – ILG: Quem dá conta? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 14, n. 1, p.13-40, 2014.

KACHRU, Braj B. Standards, codification and sociolinguistic realism: the English language in the outer circle. In: QUIRK, R.; WIDDOWSON, H. *English in the world:* Teaching and learning and literatures. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 11-30.

KAPLAN, Robert B. English – the Accidental Language of Science?. In: AMMON, Ulrich (Ed.) *The dominance of English as a language of science*: Effects in other languages and language communities. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001, p. 3-26.

KANG, Okim; RUBIN, Donald; LINDEMANN, Stephanie. Mitigating U.S. Undergraduates' Attitudes Toward International Teaching Assistants. *TESOL Quarterly*, v. 49, n. 4, p. 681-706, 2015.

KNAPP, Annelie. Using English as a lingua franca for (mis-)managing conflict in an international university context: An example from a course in engineering. *Journal of Pragmatics*, v. 43, p. 978-990, 2011.

KNIGHT, Jane. *Higher Education in Turmoil*: The Changing World of Internationalization. Coleção: Global Perspectives in Higher Education, v. 13, Rotterdam, The Netherlands: Sense Publication, 2008.

KUMARADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 129-148.

LEFFA, Vilson J. Teaching English as a Multinational Language. *The Linguistic Association of Korea Journal*, Seul, v. 10, n. 1, p. 29-53, 2002.

LILLIS, Theresa; CURRY, Mary Jane. The politics of English, language and uptake: The case of international academic journal article reviews. *AILA Review*, v. 28, p. 127-150, 2015.

LINCK BERTO, Patrícia. English language teaching in Brazil: pursuing a pluricentric approach. In: GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michelle Salles (Orgs.). *Inglês como Língua Franca*: Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, vol. 14, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 139-162.

LJOSLAND, Ragnhild. English as an Academic Lingua Franca: Language policies and multilingual practices in a Norwegian university. *Journal of Pragmatics*, v. 43, p. 991-1004, 2011.

MAURANEN, Anna. Chunking in ELF: expressions for managing interaction. *Intercultural Pragmatics*, v. 6, n. 2, p. 217–233, 2009.

_____. *Exploring ELF:* Academic English shaped by non-native speakers. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____. The Corpus of English as Lingua Franca in Academic Settings. *TESOL Quarterly*, v. 37, n. 3, p. 513-327, 2003.

McCRUM, Robert. Globish: *How English Became the World's Language*. New York: Norton, 2010.

McKAY, Sandra Lee. *Teaching English as an International Language*. Oxford: OUP, 2002

MEYERHOFF, Miriam. *Introducing sociolinguistics*. 2. ed. London/New York: Routledge, 2011.

MIN, Hui-Tsu. Participating in International AcademicPublishing: A Taiwan Perspective. *TESOL Quarterly*, v. 48, n. 1, p. 188-200, 2014.

MODIANO, Marko. EIL, Native-speakerism and the Failure of European ELT. In: SHARIFIAN, Farzad (Ed.). *English as an International Language*: Perspectives and Pedagogical Issues. Bristol: Multilingual Matters, 2009, p. 58-77.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-44.

NAULT, Derrick. Going global: Rethinking culture teaching in ELT context. *Language, Culture and Curriculum*, v. 19, n. 3, p. 314-328, 2006.

NELSON, Cecil L. *Inteligibility in world Englishes:* theory and application. New York: Routledge, 2011.

NORTON, Bonny. Language, identity and the ownership of English. *TESOL Quarterly*, v. 31, p. 585-593, 1997

OLIVEIRA, Gilvan Muller. Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico. *Revista Linguasagem*, ed. 11, 2009.

OWEN, David. "Native here and to the manner born": Academic publishing and 'proper' *English. English Text Construction*, v. 4, n. 2, p. 279-302, 2011.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e; PAGANO, Adriana Silvina Pagano. English in Brazil with an Outlook on its Function as a Language of Science. In: AMMON, Ulrich (Ed.) *The dominance of English as a language of science*: Effects in other languages and language communities. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001, p. 425-445.

PEDERSON, Margaret. English as a lingua franca, world Englishes and cultural awareness in the classroom: a North American perspective. In: GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana

Cabrini Simões; EL KADRI, Michelle Salles (Orgs.). *Inglês como Língua Franca:* Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, vol. 14, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 59-86.

PENNYCOOK, Alastair. Beyond Homogeny and Heterogeny: English as a Global and Worldly Language. In: MAIR, Christian (Ed.). *The Politics of English as a World Language*: New Horizons in Postcolonial Cultural Studies. Amsterdam: Rodopi, 2003. p. 3-17.

PICKERING, Lucy. Current Research on Intelligibility in English as a Lingua Franca. *Annual Review of Applied Linguistics*, v. 26, p. 219-233, 2006.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. For the umpteenth time, the "native speaker": or, why the term signifies less and less in the case of English as it spreads more and more throughout the world. In: LIMA, Diógenes Cândido de (Ed.). *Language and its cultural substrate*: Perspectives for a globalized world. Coleleção: Novas Perspectivas em Línguística Aplicada, vol. 21, Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a. p. 37-58.

_____. Maria Nilva Pereira pergunta/Kanavillil Rajagopalan responde: o inglês como língua internacional na prática docente. In: LIMA, Diógenes Cândido de. *Ensino e aprendizagem de língua inglesa*: conversa com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 39- 46, 2009.

_____. O papel iminentemente político dos materiais didáticos de inglês como língua estrangeira. In: SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio (Orgs.). *Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições*. Salvador: EDUFBA, 2012b. p. 57-84.

_____. O "World English" – Um Fenômeno Muito Mal Compreendido. In: GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michelle Salles (Orgs.). *Inglês como Língua Franca*: Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, vol. 14, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 45-58.

_____. *Por uma linguística crítica*: linguagem, identidade e a questão ética. Coleção: Lingua[gem], n. 5, São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 149-168.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Estado da Educação, Departamento Pedagógico. *Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Porto Alegre: SE/DP, 2009.

SARMENTO, Simone. Ensino de cultura na aula de língua estrangeira. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, v. 2, n. 2, p. 1-22, 2004.

SCHMITZ, John Robert. Dimensions of teaching English in a globalized world: the case of English, with implications for the construction of a foreign language policy in Brazil. In: CÂNDIDO DE LIMA, Diógenes (Org.). *Language and its cultural substrate:* perspectives for a globalized world. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, vol. 21, Campinas, SP: Pontes Editora, 2012a. p.59-82.

_____. Looking under Kachru's (1982, 1985) Three Circles Model of World Englishes: The Hidden Reality and Current Challenges. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 14, n. 1, p. 373-411, 2014.

_____. On the notions "native"/"nonnative": a dangerous dichotomy for World Englishes? *Signótica*, v. 21, n. 2, p. 341-363, 2009.

_____. "To ELF or not to ELF?" (English as a lingua franca): That's the question for Applied Linguistics in a globalized world. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 12, n. 2, p. 249-284, 2012b.

SCHNEIDER, Edgar W. The Dynamics of New Englishes: From Identity Construction to Dialect Birth. *Language*, v. 79, n. 1, p. 233-281, 2003.

SEIDLHOFER, Barbara. Common ground and different realities: world Englishes and English as a lingua franca. *World Englishes*, v. 28, n. 2, p. 236-245, 2009.

_____. Research perspective on teaching English as a lingua franca. *Annual Review of Applied Linguistics*, v. 24, p. 209-239, 2004.

SEWELL, Andrew. English as a lingua franca: ontology and ideology. *English Language Teaching Journal*, v. 67, n. 1, p. 3-10, 2013.

SHARIFIAN, Farzad. English as an International Language: an overview. In: SHARIFIAN, Farzad (Ed.). *English as an International Language:* Perspectives and Pedagogical Issues. Bristol: Multilingual Matters, 2009. p. 1-18.

SIGNORINI, Inês. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada Contemporânea. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 169-190.

SINGH, Rajendra. New/nonnative Englishes revisited: a reply to my colleagues. *Journal of Pragmatics*, v. 24, p. 323-333, 1995.

SIQUEIRA, Domingos Sávio Pimentel. English for language teaching and the place of culture: for a critical intercultural approach. In: LIMA, Diógenes Cândido de (Org.). *Language and its cultural substrate:* perspectives for a globalized world. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, vol. 21, Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a. p. 193-216.

SIQUEIRA, Sávio. Inglês como língua franca: o desafio de ensinar um idioma desterritorializado. In: GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michelle Salles (Orgs.). *Inglês como Língua Franca:* Ensino-Aprendizagem e Formação de

Professores. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, vol. 14, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 87-116.

_____. Se o inglês está no mundo, onde está o mundo nos materiais didáticos de inglês? In: SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio (Orgs.). *Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições*. Salvador: EDUFBA, 2012b, p. 311-354.

SOARES, Érica Beranger Silva; PEREIRA, Alana Deusilan Sester; SUZUKI, Jaqueline Akemi; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Análises de Dados Qualitativos: Intersecções e Diferenças em Pesquisas Sobre Administração Pública. In: III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade/EnEPQ, 2011, João Pessoa. *ANAIS DO III EnEPQ/ANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. vol. 1. p. 1-16.

SUNG, Chit Cheung Matthew. Implementing a Global Englishes component in a university English course in Hong Kong. *English Today*, v. 31, p. 42-49, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:* a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.

VENTOLA, Eija; MAURANEN, Anna. Non-native writing and native revising of scientific articles. In: VENTOLA, Eija (Ed.) *Functional and Systemic Linguistics:* Approaches and Uses. Coleção: Trends in Linguistics: Studies and Monographs, vol. 55. Berlin: Walter de Gruyter, 1991, p. 457-492.

WATTERSON, Matthew. Revisiting CEWIGs: A reflection on the usage of collocations of ‘English’ with ‘world’, ‘international’ and ‘global’. *English Today*, v. 27, n. 1, p. 42-51, 2011.

WIDDOWSON, H.G. The ownership of English. *TESOL QUARTERLY*, v. 28, n. 2, p. 377-389, 1994.

WILEY-BLACKWELL. *House Style Guide.* Huddersfield, UK: John Wiley & Sons Ltd, 2007.

ANEXO A - INFORMAÇÕES SOBRE OS PERIÓDICOS ANALISADOS

Número	Nome da revista	Site	Grupo editorial/ Publicado por	ISSN	Apresenta diretrizes relativas à língua?	Artigos sobre ILF/ILI/World English/World Englishes/Global English/Global Englishes publicados entre 2011 e 2015	Qualis	Ano em que a revista atingiu esse Qualis
1	AILA Review	http://www.aila.info/en/publications/aila-review.html	John Benjamins Publishing Company	1461-0213	Sim	**1)** LILLIS, T.; CURRY, M. J. *The politics of English, language and uptake*: The case of international academic journal article review. V.28, 2015.	A1	2012
2	Annual Review of Applied Linguistics	http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=APL	Cambridge	2671905	Não	**1)** GUNNARSOON, B. *Multilingualism in the Workplace*. V.33, 2013. **2)** FLOWERDEW, J.; WANG, S. *Identity in Academic Discourse*. V.35, 2015.	não consta	não se aplica
3	Applied Linguistics	http://applij.oxfordjournals.org/	Oxford	0142-6001	Sim	**1)** BAKER, W.; JENKINS, J.; BAIRD, R. *ELF researchers take issue with 'English as a lingua franca: an immanent critique'*. V 36, 2015. (resposta) **2)** O'REGAN, J.P. *English as a Lingua Franca: An Immanent Critique*. V.35, n.5, 2014. **3)** YOO, I.W. *Nonnative Teachers in the Expanding Circle and the Ownership of English.* V.35, n.1, 2014. (forum) **4)** JENKS, C.J. *Doing Being Reprehensive: Some Interactional Features of English as a Lingua Franca in a Chat Room.* V.33, n.4, 2012. **5)** BJØRGE, A.K. *Expressing Disagreement in ELF Business Negotiations*: Theory and Practice. V.33, n.4, 2012. **6)** LI, X. P. Seargeant (ed.): *English in Japan in the Era of Globalization*. V.35, n.1, 2014 (resenha); **7)** FERGUSON, G. Barbara Seidlhofer: *Understanding English as a Lingua Franca.* Oxford University Press, 2011. V.33, n.4, 2012 (resenha) **8)** SELVI, A.F.; YAZAN, B. George Braine: *Nonnative Speaker English Teachers:* Research, Pedagogy, and Professional Growth. V.32, n.4, 2012. (resenha).	A1	2012
4	Australian Review of Applied Linguistics	http://www.nla.gov.au/openpublish/index.php/aral	National Library of Australia	0155-0640	Não	**1)** ALPTEKIN, C. *Beyond ENL norms in elf use: a cognitive perspective on ELFoutput*. V.34, n.2, 2011. **2)** LINEBAUGH, G.; ROCHE, T. *Learning to hear by learning to speak:* the effect of articulatory training on Arab learners' English phonemic discrimination. V.36, n.2, 2013. **3)** ROBERTSON, S. A. Fitzpatrick (ed.) *The Routledge Handbook of World Englishes*, v.34, n. 2, 2011 (resenha).	A2	2012
5	Canadian Journal of Linguistics	http://www.utpjournals.com/canadian-journal-of-linguistics.html	University of Toronto Press	0008-4131	Sim	**1)** PLOQUIN, M. *World Englishes: The study of new linguistic varieties*. V. 56, n. 1, 2011 (resenha).	A1	2012
6	English for Specific Purposes	http://www.journals.elsevier.com/english-for-specific-purposes/	Elsevier	08894906	Sim	**1)** LLANTADA et al. *"You don't say what you know, only what you can"*: The perceptions and practices of senior Spanish academics regarding research dissemination in English. V.30, n.1, 2011. **2)** FERNÁNDEZ-POLO, F. *The role of I mean in conference presentations by ELF speakers*. V.34, 2014. **3)** MORELL, T. I*nternational conference paper presentations*: A multimodal analysis to determine effectiveness. V.35, 2015. **4)** HANDFORD, M.; MATOUS, P. *Problem-solving discourse on an international construction site:* Patterns and practices. V.38, 2015. **5)** HANDFORD, M; MATOUS, P. *Lexicogrammar in the international construction industry:* A corpus-based case study of Japanese–Hong-Kongese on-site interactions in English. V.30, n.2, 2011. **6)** ZHAO, R. Diane Belcher, Gayle Nelson (Eds.). *Critical and Corpus-based*	não consta	não se aplica

						Approaches to Intercultural Rhetoric, V.33, 2014 (resenha). **7)** PECORARI, Diane. *Multilingual Higher Education: Beyond English Medium Orientations*. V.40, 2015 (resenha).		
7	English Language Teaching Journal	http://www.oxfordjournals.org/our_journals/eltj/about.html	Oxford	1477-4526	Sim	**1)** JENKINS, J. *English as a Lingua Franca from the classroom to the classroom.* V.66, n.4, 2012. **2)** MURRAY, N. *English as a lingua franca and the development of pragmatic competence*. V.66, n.3, 2012. **3)** COGO, A. *English as a Lingua Franca:* concepts, use, and implications. V.66, n.1, 2012. (resposta) **4)** SOWDEN, C. *ELF on a mushroom:* the overnight growth in English as a Lingua Franca. V.66, n.1, 2012. **5)** SEWEL, A. English as a lingua franca: ontology and ideology. V.67, n.1, 2013. **6)** SUNG, C.C.M. *English as a Lingua Franca and English language teaching*: a way forward. V.67, n.3, 2013. (resposta) **7)** GALLOWAY, N.; ROSE, H. *Using listening journals to raise awareness of Global Englishes in ELT.* V.68, n.4, 2014. **8)** BAKER, W. *From cultural awareness to intercultural awareness:*culture in ELT. V.66, n.1, 2012. **9)** ECONOMIDOU-KOGETSIDIS, M. *Teaching email politeness in the EFL/ESL classroom.* V.69, n.4, 2015. **10)** GUTH, S. HELM. F. *Developing multiliteracies in ELT through telecollaboration*. V. 6, n.1, 2012. **11)** ILLÉS, E. *Learner autonomy revisited*. V. 66, n.4, 2012. **12)** BAIRD, R. et al. *Correspondence*. V.66, n.2, 2012 (resposta) **13)** BAKER, W.; HUTTNER, J. *Some 'friendly' confusion:* SCOTS and ELF. V. 65, n. 2, 2011. **14)** HALL, G. *'Key Concepts in ELT':* taking stock. V.66, n.4, 2012. **15)** SUZUKI, A. *Introducing diversity of English into ELT:* student teachers' responses. V.65, n.2, 2011.**16)** YAZAN, B. *Intelligibility.* V.69, n.2, 2015 (key concept). **17)** TRIBBLE, C. *Writing academic English further along the road.* What is happening now in EAP writing instruction? V.69, n.4, 2015. **18)** BAKER, D. *Changing English:* Tag questions. V.69, n.3, 2015. **19)** SUNG, C.C.M. *Exposing learners to Global Englishes in ELT:* some suggestions. V.69, n.2, 2015 (resposta) **20)** SIEGEL, A. *What should we talk about?* The authenticity of textbook topics. V.68, n.4, 2014. **21)** HALL, C. *Moving beyond accuracy:* from tests of English to tests of 'Englishing'. V.68, n.4, 2014. **22)** ANDERSON, J. *Initial teacher training courses and non-native speaker teachers*. 2015. **23)** YUEN, K. *The representation of foreign cultures in English textbooks*. V.65, n.4, 2011. **24**) MURATA, K. *English as a Lingua Franca in the International University*: The Politics of Academic English Language Policy. V.68, n.2, 2014 (resenha). **25**) KAUR, J. *Misunderstandings in English as a Lingua Franca*. An Analysis of ELF Interactions in South-East Asia English as an Academic Lingua Franca: An Investigation of Form and Communicative Effectiveness. V.68, n.4, 2014. (resenha) **26)** ALPTEKIN, C. *Understanding English as a Lingua Franca*. V.66, n.2, 2012 (resenha). **27)** VETTOREL, P. *Different From Oneself and Similar to Others*. L2, Imagination and	não consta	não se aplica

8	English Today	http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=ENG	Cambridge	0266-0784	Sim	**1)** RÜDIGER, S. *The nativization of English in the Korean context:* Uncharted territory for World Englishes. V.30, n.4, 2014. **2)** TANGHE, S. *Integrating World Englishes into a university conversation class in South Korea*. V.30, n.2, 2014. **3)** CHANG, Y. *Learning English today:* what can World Englishes teach college students in Taiwan? V.30, n.1, 2014. **4)** TAKAHASHI, R. *An analysis of ELF-oriented features in ELT coursebooks.* V.30, n.1, 2014. **5)** LEIMBRUBER, J.R.E. *The trouble with World Englishes.* V.29, n.3, 2013. **6)** SCHNEIDER, E.W. *Leisure-activity ESP as a special case of ELF:* the example of scuba diving English. V.29, n.3, 2013. **7)** GROOM, C. N*on-native attitudes towards teaching English as a lingua franca in Europe.* V.28,n.1, 2012. **8)** RAJAGOPALAN, K. *The 'Outer Circle' as a role model for the 'Expanding Circle'.*V.27, n.4, 2011. **9)** WATTERSON, M. *Revisiting CEWIGs*: A reflection on the usage of collocations of 'English' with 'world', 'international' and 'global'. V.27, n.1, 2011. **10)** SUNG, C.C.M. *Implementing a Global Englishes component in a university English course in Hong Kong.* V.31, n.4, 2015. **11)** SALAKHYAN. E. *The attitude of Slavic speakers toward English(es).* The attitude of Slavic speakers toward English(es).V.31, n.3, 2015. *12)* INAGAWA, M. *Creative and Innovative Uses of English in Contemporary Japan:* A localised taste of the global in manners posters and advertising texts. V.31, n.3, 2015. **12**) FENNEL, E. *Placing the English Language on the World Map.* V. 31, n.1, 2015 (resenha). **13**) COWIE, C. *Authenticity versus autonomy: the synthesis of World Englishes as a discipline*. V.30, n. 2014 (resenha). **14)** FERGUSON, G. *Contacts and encounters in English as a Lingua Franca*. V.29, issue 4, 2013 (resenha).	A2	2012 e 2014
9	English World-Wide	https://benjamins.com/#catalog/journals/eww/main	John Benjamins Publishing Company	1728865	Não	Todos. Revista sobre esta temática.	não consta	não se aplica
10	Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education	https://globaljournals.org/journals/human-social-science/g-linguistics-education	Global Journals	0975-587X	Sim	Nenhum.	A2	2013

11	International Journal of Applied Linguistics	http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1473-4192	John Wiley & Sons Ltd	0802-6106	Sim	**1)** ALBL-MIKASA, M. *The imaginary invalid*. Conference interpreters and English as a lingua franca. V. 24, n. 3, 2014. **2)** CHAN, J. Y. H. *Exposure to accents and pronunciationmodelling*: A case study of a secondaryschool in Hong Kong. V. 24, n. 3, 2014. **3)** COGO, A.; PITZL, M. *Recent and upcoming events in AILA ReN English as a Lingua Franca* (seção "research networks"). V.24, n.1 2014. (repetido em v.23, n.3, 201, vol 22, n 2, 2012. **4)** BUCKINGHAM, L. *Attitudes to English teachers' accents in the Gulf*. V. 24, issue 1, 2014. **5)** GAZZOLA, M.; GRIN, F. *Is ELF more effective and fair than translation? An evaluation of the EU's multilingual regime*. V.23, n.1, 2013. **6)** KOSKINEN, K. *Social media and the institutional illusionsof EU communication*. V. 23, n. 1, 2013.**7)** RAJAGOPALAN, K. '*World English' or 'World Englishes'? Does it make any difference?*V. 22, n.3, 2012. **8)** DE COSTA, P. I. *Constructing SLA differently*: the value of ELF and language ideology in an ASEAN case study. V. 22, n. 2, 2012. **9)** BURIPAKDI, A. *On professional writing:* Thai writers' views on their English. V. 22, n.2, 2012. **10)** REED, B.S. *A conversation analytic perspective on teaching English pronunciation:* The case of speech rhythm. V.22, n.1, 2012. **11)** BOYLE, R. *Patterns of change in English as a lingua franca in the UAE*. V.21, n. 2, 2011. **12)** KOPPEROINEN, A. *Accents of English as a lingua franca:* a study of Finnish textbooks. V.21, n.1, 2011. **13)** LITZENBERG, J. *Pre-service teacher perspectives towards pedagogical uses of non-native and native speech samples* 2014. **14)** MCKENZIE, R. M.; GILMORE, A."*The people who are out of 'right' English":* Japanese university students' social evaluations of English language diversity and the internationalisation of Japanese higher education. 2015. **15)** EARL, C. W. *When English just is not enough:* 'Multilingualism with English' in contemporary European higher education. 2015. **16)** HALL, C. J.; WICAKSONO, R. *Exploring teachers' ontologies of English*: Monolithic conceptions of grammar in agroup of Chinese teachers. 2015. **17)** HAHL, K; JÄRVINEN, H.; JUUTI, K. *Accommodating to English-medium instruction in teacher education in Finland.* 2014. **18)** JORDAO, C.M. *Tradition and difference:* can mainstream academic discourse in Applied Linguistics ever change? 2014. **19)** LANVERS, U. *On the predicaments of the English L1 language learner:* a conceptual article. 2014. **20)** BORGHETTI, C.; BEAVEN, A. *Lingua francas and learning mobility*: reflections on students' attitudes and beliefs towards language learning and use. 2015. **21)** JUN ZHANG, Lawrence; RUBDY, Rani; ALSAGOFF, Lubna (eds.), 2012, *Asian Englishes: Changing Perspectives in a Globalised World*. . 23, n. 2, 2013 (resenha). **23)** BAKER, Will. Seidlhofer, B. *Understanding English as a Lingua Franca*. V. 22, n.1, 2012 (resenha).	A2	2014 como A2, 2012 como B2
12	Journal of English as a Lingua Franca	http://www.degruyter.com/view/j/jelf	De Gruyer Mouton	2191-933X	Sim	Todos. Revista sobre esta temática.	não consta	não se aplica
13	Journal of English for Academic Purposes	http://www.journals.elsevier.com/journal-of-english-for-academic-purposes/	Elsevier	1475-1585	Sim	**1)** GU, L.; SO, Y. *Voices from stakeholders:* What makes an academic English test 'international'?. V.18, 2015. **2)** HARRINGTON, M.; ROCHE, T. *Identifying academically at-risk students in an English-as-a-Lingua-Franca university setting.* V.15, 2014.	não consta	não se aplica

14	Journal of English Linguistics	http://eng.sagepub.com/	SAGE Journals	754242	Sim	**1)** NOEL, D. et al. *Diachronic Approaches to Modality in World Englishes:* Introduction to the Special Issue. V.42, n.2, 2014. **2)** SUAREZ-GOMEZ, C. *Relative Clauses in Southeast Asian Englishes.* V.43, n.2, 2014. **3)** EVANS, Stephen. Testing the Dynamic Model: The Evolution of the Hong Kong English Lexicon (1858-2012). V.43, n.3, 2015.	não consta	não se aplica
15	Journal of Pragmatics	http://www.journals.elsevier.com/journal-of-pragmatics/	Elsevier	0378-2166	Sim	**1)** KONAKAHARA, M. *An analysis overlapping questions in casual ELF conversation:* Cooperative or competitive contribution. V. 84, 2015. **2)** BJÖRKMAN, B. *An analysis of polyadic English as a lingua franca (ELF) speech:* A communicative strategies framework. V. 66, 2014. **3)** TSUCHIYA, K. *A corpus-driven analysis of repair in a professional ELF meeting:* Not 'letting it pass'. V. 64, 2014.**4)** HOUSE, J. *Developing pragmatic competence in English as a lingua franca:* Using discourse markers to express (inter)subjectivity and connectivity. V. 59 part A, 2013. **5)** KAUR, J. *Raising explicitness through self-repair in English as a lingua franca*. V. 43, issue 11, 2011. **6)** BJÖRKMAN, B. *The pragmatics of English as a lingua franca in the international university*: Introduction . V. 43, n.4, 2011. **7)** JENKINS, Jennifer. Accommodating (to) ELF in the international university. V. 43, n. 4, 2011. **8)** HABERLAND, H. *Ownership and maintenance of a language in transnational use:* Should we leave our lingua franca alone? V. 43, n.4, 2011. **9)** BJÖRKMAN, B. *Pragmatic strategies in English as an academic lingua franca:* Ways of achieving communicative effectiveness? V. 43, n.4, 2011. **10)** HYNNINEN, N. *The practice of 'mediation' in English as a lingua franca interaction*. V.43, n.4, 2011. **11)** KNAPP, A. *Using English as a lingua franca for (mis-)managing conflict in an international university context*: An example from a course in engineering. V.43, n.4, 2011. **12)** LJOSLAND, R. *English as an Academic Lingua Franca:* Language policies and multilingual practices in a Norwegian university. V.43, n.4, 2011. **13)** O´NEIL, G. *Segmental repair and interactional intelligibility:* The relationship between consonant deletion, consonant insertion, and pronunciation intelligibility in English as a Lingua Franca in Japan. V. 85, 2015. **14**) ZHANG, J: *Academic Discourse:* English in a Global Context: Ken Hyland, Continuum, London, 2009. V.43, n.14, 2011 (resenha).	A1	2012
16	Journal of Second Language Writing	http://www.journals.elsevier.com/journal-of-second-language-writing/	Elsevier	1060-3743	Sim	**1)** HARTSE, J.H.; KUBOTA, R. *Pluralizing English? Variation in high-stakes academic texts and challenges of copyediting*. V.24, 2014. **2)** KUBOTA, R. *Dislimiting second language writing*. V.22, n.4, 2013 (Disciplinary Dialogues). **3)** ENGLANDER, K. *Scientific Discourse and the Rhetoric of Globalization*: The Impact of Culture and Language, C. Pérez-Llantada. V.22, n.3, 2013 (resenha).	não consta	não se aplica
17	Journal of Sociolinguistics	http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1467-9841	John Wiley & Sons Ltd	1360-6441	Sim	**1)** EVANS, S. *The evolutionary dynamics of postcolonial Englishes:* A Hong Kong case study. V.18, n.5, 2014. **2)** SHARMA, B.K. *Beyond social networking: Performing global Englishes in Facebook by college youth in Nepal*. V.16, n.4, 2012.; **3)** KANG, Y. *Singlish or Globish:* Multiple language ideologies and global identities among Korean educational migrants in Singapore. V.16, n.2, 2012. **4)** WESTON, D. The lesser of two evils: Atypical trajectories in English dialect evolution. V. 19, n.5, 2015. **5)** CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual Practice:* Global Englishes and Cosmopolitan Relations. V.19, n.1, 2015 (resenha) **6)** RAYMOND, H. (ed.). *Standards of English*: Codified Varieties around the World. V.18, n.5, 2014 (resenha). **7)** HOFFMANN, T.; SIEBERS, L. (Ed.) *World Englishes – Problems, Properties and Prospects*. V.15, n.4, 2011 (resenha). **8)** RAMANATHAN, V. Thomas Ricento (ed.). *Language Policy and Political Economy: English in a Global Context.* V.19, n.5, 2015 (resenha) **. 9)** HOFFMAN, S. Sarah Buschfeld, Thomas Hoffmann, Magnus Huber and Alexander	A1	2012

						Kautzsch (eds.). *The Evolution of Englishes*: The Dynamic Model and Beyond (Varieties of English Around the World G49). V.19, n.4, 2015. (resenha)		
18	Language and Communication	http://www.journals.elsevier.com/language-and-communication	Elsevier	0271-5309	Sim	Nenhum.	A2	2014
19	Language and Education	http://www.tandfonline.com/loi/rlae20#.VdD8J_lViko	Taylor & Francis	0950-0782	Sim	**1)** MOON, S. *Expectation and reality:* Korean sojourner families in the UK. V. 25, n.2, 2011. **2)** CAVAZOS, A.G. *Multilingual faculty across academic disciplines: language difference in scholarship*. V.29, n 4, 2015. **3)** SUNG, C.M.C; ZHANG, K. *English as an international language in Asia:* Implications for language education. V. 27, n.6, 2013. (resenha) **4)** DETERDING, D. *A Review of "Analysing English as a lingua franca: a corpus-driven investigation*. V.27, n.3, 2013 (resenha). **5)** DETERDING, D. A *Review of "Intelligibility in world Englishes: theory and applications*. V.27, n.1, 2013 (resenha). **6)** RUDBY, RANI. *A Review of "Contenting with globalization in World Englishes"*. V.25, n. 5, 2011. (resenha).	A1	2012
20	Language Assessment Quarterly	http://www.tandfonline.com/toc/hlaq20/current	Taylor & Francis	1543-4311	Sim	**1)** BROWN, A. *Multicompetence and Second Language Assessment.* V.10, n.2, 2013 (comment). **2)** SEWELL, A. *Language Testing and International Intelligibility:* A Hong Kong Case Study. V.10, n.4, 2013. **3)** BROWN, J.D. *The Future of World Englishes in Language Testing*. V.11, n.1, 2014. **4)** MCNAMARA, T. 30 *Years on—Evolution or Revolution?*. V.11, n.2, 2014. **5)** DAVIES, A. *Does Language Testing Need the Native Speaker?*. V.8, n.3, 2011 (comment). **6)** WEI, J.; LLOSA, L. I*nvestigating Differences Between American and Indian Raters in Assessing TOEFL iBT Speaking Tasks*. V.12, n.3, 2015. **7)** KANG, O. *Impact of Rater Characteristics and Prosodic Features of Speaker Accentedness on Ratings of International Teaching Assistants' Oral Performance*. V.9, n.3, 2012.	não consta	não se aplica
21	Language Awareness	http://www.tandfonline.com/action/journalInformation?show=aimsScope&journalCode=rmla20	Taylor & Francis	1747-7565	Sim	**1)** SUBTIRELU, N. *What (do) learners want (?):* a re-examination of the issue of learner preferences regarding the use of 'native' speaker norms in English language teaching. V.22, n.3, 2013. **2)** EVANS, B.E.; IMAI, T. *'If we say English, that means America':* Japanese students' perceptions of varieties of English. V.20, n.4, 2011**. 3)** GLOMBITZA, A.; DOMAGALA, D.M.; *A Review of "Lingua franca English: the role of simplification and transfer".* V.21, n.4, 2012 (resenha).	não consta	não se aplica
22	Language in Society	http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=LSY	Cambridge	0047-4045	Sim	**1**) SUNG, C.C.M. Heiko Motschenbacher, *New perspectives on English as a European lingua franca*. V.44, n. 4, 2015 (resenha). **2)** DURHAM, M. *The acquisition of sociolinguistic competence in a lingua franca context*. V. 44, n.4, 2015 (resenha). **3)** HONG, Z. Mukul Saxena & Tope Omoniyi (eds.), *Contending with globalization in World Englishes*. Bristol: Multilingual Matters, 2010. V.42, n.5, 2013 (book note)**. 4)** KIM, E. Roberto Cagliero & Jennifer Jenkins (eds.), *Discourses, communities, and Global Englishes*. V.42, n.2, 2013 (resenha). **5)** SUNG, C.C.M. Alasdair Archibald, Alessia Cogo, & Jennifer Jenkins (eds.), *Latest trends in ELF research*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Press, 2011. (resenha). V.42, n.2, 2013. **6)** SARNOU, D. Ahmad Al-Issa & Laila S. Dahan (eds.), *Global English and Arabic*: Issues of language, culture, and identity. (book note). V.41, n.5, 2012. **7)** LEE, J.S. Nikolas Coupland (ed.), *The handbook of language and globalization.* Chichester: Wiley-Blackwell, 2010. (resenha). V. 41, n.5, 2012.	A2	2012
23	Language Learning	http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1467-9922	John Wiley & Sons Ltd	1467-9922	Sim	**1)** XI, X.; MOLLUN, P. Using Raters From India to Score a Large-Scale Speaking Test. V.61, n.4, 2011.	não consta	não se aplica

24	Language Learning and Technology	http://llt.msu.edu/	National Foreign Language Resource Center at the University of Hawai'i	1094-3501	Sim	**1)** HELM, F. *The practices and challenges of telecollaboration in Higher Education in Europe.*V. 19, n.2, 2015. **2)** CHEN, J.J; YANG, S.C. Fostering foreign language learning through technology-enhanced intercultural projects. V.18, n.1, 2014.	A2	2012
25	Language Policy	http://link.springer.com/journal/10993	Springer	1568-4555	Sim	**1)** RICENTO, T. (ed): *Language Policy and Political Economy:* English in a Global Context. 2015 (resenha). **2)** JENKINS, J.: *English as a Lingua Franca in the International University:* The Politics of Academic English Language Policy. 2014, (resenha) **3)** OSTLER, N.: *The Last Lingua Franca. English Until the Return of Babel*, v. 11, n.2, 2012, resenha. **4)** BASTARDAS-BOADA, A.: *Language and Identity Policies in the 'Glocal' Age:* New Processes, Effects, and Principles of Organization. V. 14, n.3, 2015 (resenha). **5)** VAN PARIJS, P.: *Linguistic Justice for Europe and for the World*, V. 13, n.4, 2014, (resenha).	A2	2012
26	Language Teaching	http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=LTA	Cambridge	0261-4448	Sim	**1)** NICKERSON, C. *The death of the non-native speaker? English as a lingua franca in business communication:* A research agenda. V.48, n.3, 2015. **2)** BAKER, W. *Research into Practice:* Cultural and intercultural awareness. V.48, n.1, 2015. **3)** HOUSE, J. *English as a global lingua franca:* A threat to multilingual communication and translation? V.47, n.3, 2014. **4)** CHEN, Y. *Symposium: The contextualization of teaching and learning English as an international language.*V.45, n.4, 2012. **5)** JENKINS, J.; COGO, A.; DEWEY, M. *Review of developments in research into English as a lingua franca*. V.44, n.3, 2011. **6)** KIRKPATRICK, A. *English as an Asian lingua franca and the multilingual model of ELT.*V.44, n.2, 2011. (plenary speech) **7)** MUNRO, M.J.; DERWING, T.M. *The foundations of accent and intelligibility in pronunciation research* . V.44, n. 3, 2011 (research timeline). **8)** JAWORSKA, S. *Review of recent research (1998–2012) in German for Academic Purposes (GAP) in comparison with English for Academic Purposes (EAP)*: cross-influences, synergies and implications for further research. V. 48, n.2, 2015. **9)** Seção "A Passage in Time". V.47, n.3, 2014. **10)** NICKERSON, C. *Unity in diversity:* The view from the (UAE) classroom. V.48, n.2, 2015. **11)** MCNAMARA, Tim. *Managing learning:* Authority and language assessment. V.44, n.4, 2011 (plenary speech).	A1	2013 e 2014
27	Language Teaching Research	http://ltr.sagepub.com/	SAGE Journals	13621688	Sim	**1)** SAMPSON, R. *The language-learning self, self-enhancement activities, and self perceptual change*. V.16, n.3, 2012. **2)** GU, M.; BENSON, P. *The formation of English teacher identities:* A crosscultural investigation. V.19, n.2, 2015. **3)** BUSS, L. Beliefs and practices of Brazilian EFL teachers regarding pronunciation. 2015. **4)** WOLFF, D. De Houwer, A. & Wilton, A. (Eds.) (2011). English in Europe today: Sociocultural and educational perspectives. V.16, n.4, 2012 (resenha). **5)** YAZAN, B; SELVI, A.F. Mahboob, A. (2010). *The NNEST lens: Non native English speakers in TESOL*. V. 16, n.3, 2012 (resenha).	não consta	não se aplica
28	Language Variation and Change	http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=LVC	Cambridge	9543945	Sim	Nenhum.	A1	2012, 2013 e 2014
29	Lingua	http://www.journals.elsevier.com/lingua	Elsevier	0024-3841	Sim	Não.	A1	2012

30	Lodz Studies in Language	http://www.peterlang.com/index.cfm?event=cmp.ccc.seitenstruktur.detailseiten&seitentyp=series&pk=899	Peter Lang	1437-5281	Sim	**1)** REIS, D.S. *English as an international language and linguistic legitimacy:* Empowering ESL speakers' identities. V. 23, 2011.	A2	2012
31	Modern Language Journal	http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1540-4781	John Wiley & Sons Ltd	15404781	Sim	**1)** LO BIANCO, J. *Domesticating the Foreign:* Globalization's Effects on the Place/s of Languages. V.98, n.1, 2014. **2)** MATSUMOTO, Y. *Successful ELF Communications and Implications for ELT:* Sequential Analysis of ELF Pronunciation Negotiation Strategies. V.95, n.1, 2011. **3)** DIPPOLD, D. *"That's Wrong":* Repair and Rapport in Culturally Diverse Higher Education Classrooms. V.98, n.1, 2014. **4)** SAMIMY, K. et al. *A Participative Inquiry in a TESOL Program:* Development of Three NNES Graduate Students' Legitimate Peripheral Participation to Fuller Participation. V.95, n.4, 2011. **5)** RODINA, H. Canagarajah, Suresh. *Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. V.98, n.3, 2014 (resenha). **6)** KOHN, J. Cogo, Alessia, & Martin Dewey. *Analysing English as a Lingua Franca: A Corpus-Driven Investigation*..V.98, n.2, 2014 (resenha). **7)** SMITH, P. ENGLISH DENISE E. MURRAY, & CHRISTISON. MARYANN W*hat English Language Teachers Need to Know, Volumes 1 and 2*. V.96, n.4, 2012 (resenha).	não consta	não se aplica
32	Research in the Teaching of English	http://www.ncte.org/journals/rte	National Council of Teachers of English	0034527X	Não	**1)** CUSHMAN, E.; JUZWIK, M.M. *Developing the International Presence of Research in the Teaching of English*. V.49, n.1, 2014. (Editor's Introduction). **2)** CUSHMAN, E. et al. D*ecolonizing Research in the Teaching of English(es).* V. 49, n.4, 2015 (Editor's Introduction). **3)** DE COSTA, P. *Reconceptualizing Cosmopolitanism in Language and Literacy Education:* Insights from a Singapore School. V. 49, n.1, 2014.	não consta	não se aplica
33	TESOL Quarterly	http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1545-7249/homepage/ProductInformation.html	John Wiley & Sons Ltd	1545-7249	Não	**1)** CHAN, J. *A Multi-perspective Investigation of Attitudes Towards English Accents in Hong Kong:* Implications for Pronunciation Teaching. 2015. **2)** HULT, F. *English as a Transcultural Language in Swedish Policy and Practice.* V.46, n.2, 2012. **3)** MIN, H. *Participating in International Academic Publishing:* A Taiwan Perspective. V.48, n.1, 2014. **4)** KANG, O. et al. *Mitigating U.S. Undergraduates' Attitudes Toward International Teaching Assistants.* V.49, n.4, 2015. **5)** SAITO, K; SHINTANI, N. Do *Native Speakers of North American and Singapore English Differentially Perceive Comprehensibility in Second Language Speech?*2015. **6)** MA, L.P.F. *Advantages and Disadvantages of Native- and Nonnative-English-speaking Teachers:*Student Perceptions in Hong Kong. V.26, n.2, 2012. **7)** KANG, O., MORAN, M. *Functional Loads of Pronunciation Features in Nonnative Speakers' Oral Assessment*. V.48, n.1, 2014. **8)** SAITO, K. *Effects of Instruction on L2 Pronunciation Development:* A Synthesis of 15 Quasi-Experimental Intervention Studies. V.46, n.4, 2012. **9)** PARK, G. *"I Am Never Afraid of Being Recognized as an NNES":* One Teacher's Journey in Claiming and Embracing Her Nonnative-Speaker Identity. V.46, n.1, 2012. **10)** SHAW, P. *New Directions in English for Specific Purposes Research*. Diane Belcher, Ann M. Johns, and Brian Paltridge.V.46, n.4, 2012 (resenha). **11)** PHILLIPSON, R. *English and Development: Policy, Pedagogy and Globalization*. Elizabeth J. Erling and Philip Seargeant (Eds.). V.48,n4, 2014. (resenha) **12)** FENG, H. *Identity and Language Learning:* Extending the Conversation (2nd ed.) Bonny Norton. V.48, n.4, 2014. (resenha). **13)** FERGUSON, Gibson. *Exploring ELF: Academic English Shaped by Non-native Speakers* Anna Mauranen. V.47, n.2, 2013 (resenha). **14)** JAIN, R. *Translingual Practice*: Global Englishes and Cosmopolitan Relations. Suresh	não consta	não se aplica

						Canagarajah. V. 47, n.3, 2013 (resenha). **15)** WEE, L. *Principles and Practices for Teaching English as an International Language*. V.47, n.1, 2013 (resenha). **16)** SAYER, P. *English Language Teachers on the Discursive Faultlines: Identities, Ideologies and Pedagogies*. Julia Menard-Warwick. V.49, n.4, 2015 (resenha). **17)** IRVINE, A. *Principles and Practices of Teaching English as an International Language.* Aya Matsuda(Ed.). V.47, n.1, 2013 (resenha).		
34	Toronto Working Papers in Linguistics	http://twpl.library.utoronto.ca/index.php/twpl	Linguistics Graduate Course Union at the University of Toronto	1718-3510	Sim	Nenhum. O último volume é de 2010.	A2	2012
35	Word	http://www.tandfonline.com/loi/rwrd20#.ViVjyn6rTIV	Taylor & Francis	0043-7956	Sim	Nenhum. Não houve publicação entre os anos 2010 e 2014, e não há nenhum artigo sobre a temática nos 2 volumes de 2015.	A2	2012
36	World Englishes	http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1467-971X	John Wiley & Sons Ltd	8832919	Não	Todos. Revista sobre esta temática.	não consta	não se aplica

ANEXO B - DIRETRIZES PARA AUTORES

Número	Nome	Diretrizes para autores	Diretrizes para autores (continuação)
1	AILA Review	Contributions should be in English. If not written by a native speaker, it is advisable to have the paper checked by a native speaker.	
2	Annual Review of Applied Linguistics	Sem diretrizes linguísticas disponíveis, visto que os autores precisam ser convidados a enviar seus textos.	
3	Applied Linguistics	Manuscripts should be written in English and must be submitted online through our Online Submission Website. For full Instructions click here. Once you have prepared your manuscript according to the instructions please visit the online submission website. [...] Spelling: British or American English: author should state which. Check for consistency. 'Sociolinguistics', 'sociolinguists', 'psycholinguistics', etc.: no hyphen. Endings: use -ize endings where allowed, even in British English.	
4	Australian Review of Applied Linguistics	Sem diretrizes linguísticas.	
5	Canadian Journal of Linguistics	For texts in English, the Canadian Journal of Linguistics/Revue canadienne de linguistique generally follows the spellings of the Canadian Oxford Dictionary: Barber, Katherine. 2004. Canadian Oxford Dictionary. 2nd ed. Toronto: Oxford University Press.	
6	English for Specific Purposes	Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their English language manuscript may require editing to eliminate possible grammatical or spelling errors and to conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) or visit our customer support site (http://support.elsevier.com) for more information.	
7	English Language Teaching Journal	Please use standard British English spelling of words such as ‘centre’ or ‘colour’. Where British English has alternative spellings of words such as ‘recognize’/‘recognise’, please use the ‘z’ form, e.g. ‘summarize’. But note that in British English ‘analyse’ is spelt with ‘s’. Please use ‘for example’ in the text and ‘e.g.’ in lists of tables/figures. There should be no comma after ‘e.g.’ or ‘i.e.’.	If your first language is not English, to ensure that the academic content of your paper is fully understood by journal editors and reviewers is optional. Language editing does not guarantee that your manuscript will be accepted for publication. For further information on this service, please click here. Several specialist language editing companies offer similar services and you can also use any of these. Authors are liable for all costs associated with such services.
8	English Today	Authors, particularly those whose first language is not English, may wish to have their English-language manuscripts checked by a native speaker before submission. This is optional, but may help to ensure that the academic content of the paper is fully understood by the editor and any reviewers. We list a number of third-party services specialising in language editing and/or translation, and suggest that authors contact as appropriate: http://journals.cambridge.org/action/stream?pageId=8728&level=2&menu=Authors&pageId=3608	

9	English World-Wide	Sem diretrizes linguísticas.	
10	Global Journal of Human-Social Science: Linguistics & Education	Language: The language of publication is UK English. Authors, for whom English is a second language, must have their manuscript efficiently edited by an English speaking person before submission to make sure that, the English is of high excellence. It is preferable, that manuscripts should be professionally edited.	
11	International Journal of Applied Linguistics	The working language of the journal is English. InJAL publishes original articles and solicited reviews of current books (including books written in languages other than English), as well as notes and comments on points arising out of recently-published articles. All submissions will be refereed by at least two appropriate members of the applied linguistics community.	
12	Journal of English as a Lingua Franca	Authors should follow the De Gruyter Mouton style sheet but with one change: While the standard style sheet stipulates, under 'Special attention', that authors should have their "contribution carefully checked by a native speaker", the editors of JELF simply expect authors to submit manuscripts written in an English which is intelligible to a wide international academic audience, but it need not conform to native English norms.	
13	Journal of English for Academic Purposes	Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their English language manuscript may require editing to eliminate possible grammatical or spelling errors and to conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) or visit our customer support site (http://support.elsevier.com) for more information.	
14	Journal of English Linguistics	Authors who would like to refine the use of English in their manuscripts might consider using the services of a professional English-language editing company. We highlight some of these companies at http://www.sagepub.com/journalgateway/engLang.htm. Please be aware that SAGE has no affiliation with these companies and makes no endorsement of them. An author's use of these services in no way guarantees that his or her submission will ultimately be accepted. Any arrangement an author enters into will be exclusively between the author and the particular company, and any costs incurred are the sole responsibility of the author.	
15	Journal of Pragmatics	Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their English language manuscript may require editing to eliminate possible grammatical or spelling errors and to conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) or visit our customer support site (http://support.elsevier.com) for more information.	
16	Journal of Second Language Writing	Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their English language manuscript may require editing to eliminate possible grammatical or spelling errors and to conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) or visit our customer support site (http://support.elsevier.com) for more information.	

17	Journal of Sociolinguistics	The Journal's language of publication is English, but we encourage inclusion of an other-language abstract. (...) Either British or American spelling and punctuation conventions may be used, but they should be applied consistently throughout the paper.	
18	Language and Communication	Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their English language manuscript may require editing to eliminate possible grammatical or spelling errors and to conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) or visit our customer support site (http://support.elsevier.com) for more information.	
19	Language and Education	Manuscripts are accepted in English. Any consistent spelling and punctuation styles may be used. Please use single quotation marks, except where 'a quotation is "within" a quotation'. Long quotations of 40 words or more should be indented without quotation marks.	No *site* de Author Services: Check your spelling and grammar, and pay special attention to whether the journal you are writing for asks for American or English spelling (specified in the instructions for authors). http://authorservices.taylorandfrancis.com/putting-your-article-together-the-essentials/
20	Language Assessment Quarterly	Não há nada nas diretrizes da própria revista, mas há *links* de *author services*. Vide ao lado.	No *site* de Author Services: Check your spelling and grammar, and pay special attention to whether the journal you are writing for asks for American or English spelling (specified in the instructions for authors). http://authorservices.taylorandfrancis.com/putting-your-article-together-the-essentials/
21	Language Awareness	Manuscripts are accepted in English, French. British English spelling and punctuation are preferred. Please use single quotation marks, except where 'a quotation is "within" a quotation'. Long quotations of 40 words or more should be indented with quotation marks.	
22	Language in Society	Language in Society welcomes original research reports from all countries. (...) All contributions should be written in English. Authors, particularly those whose first language is not English, may wish to have their English language manuscripts checked by a native speaker before submission. This is optional, but may help to ensure that the academic content of the paper is fully understood by the editor and any reviewers. We list a number of third-party services specializing in language editing and/or translation, and suggest that authors contact as appropriate: http://journals.cambridge.org/action/stream?pageId=8728&level=2&menu=Authors&pageId=3608	Spelling may follow either British or American conventions, but please be consistent.
23	Language Learning	Não há nada nas diretrizes próprias da própria revista, mas há *links* de *author services* e guias de estilo (um "internacional" e um "americano").	No guia de estilo da Wiley, a única informação sobre diferentes variedades do inglês diz respeito à ortografia: "Spelling should be consistent within an article.When two or more spellings of a word are given in a dictionary,the first listed is generally the one preferred." O guia traz exemplos de ortografia americana e britânica, e depois dá sugestões de dicionários americano, britânico e australiano. Além disso, o guia faz referência a sistemas de expressão de tempo e medidas diferentes em inglês americano e britânico.
24	Language Learning and Technology	Authors are strongly encouraged to have their manuscripts proofread by an editor familiar with English academic prose and APA guidelines. Both American and British English spelling conventions are acceptable. Authors are responsible for the accuracy of all references and citations.	

25	Language Policy	Manuscripts that are accepted for publication will be checked by our copyeditors for spelling and formal style. This may not be sufficient if English is not your native language and substantial editing would be required. In that case, you may want to have your manuscript edited by a native speaker prior to submission. A clear and concise language will help editors and reviewers concentrate on the scientific content of your paper and thus smooth the peer review process.The following editing service provides language editing for scientific articles in all areas Springerpublishes in: Edanz (http://www.edanzediting.com/springer_welcome?utm_source=springer&utm_medium=partner_link&utm_content=recommendation_page&utm_campaign=springer_general)	
26	Language Teaching	Please arrange for satisfactory proof-reading of your draft manuscript if your first language is not English. Manuscripts are sent back to the author(s) where serious language deficiencies remain in the text. We list a number of third-party services specialising in language editing and/or translation, and suggest that authors contact as appropriate: http://journals.cambridge.org/action/stream?pageId=8728≤vel=2&menu=Authors&pageId=3608	Ao clicar neste *link*, aparece a seguinte mensagem: "Cambridge recommends that authors have their manuscripts checked by an English language native speaker before submission; this will ensure that submissions are judged at peer review exclusively on academic merit. We list below a number of third-party services specialising in language editing and / or translation, and suggest that authors contact as appropriate."Em seguida, há uma lista de parceiros para serviços de edição linguística.
27	Language Teaching Research	Non-English speaking authors who would like to refine their use of language in their manuscripts might consider using a professional editing service. Visit English Language Editing Services on our Journal Author Gateway for further information.	
28	Language Variation and Change	The usual language of publication is English, although articles in French are also welcome. All submissions should be submitted electronically and by postal mail. Authors, particularly those whose first language is not English, may wish to have their English-language manuscripts checked by a native speaker before submission. This is optional, but may help to ensure that the academic content of the paper is fully understood by the editor and any reviewers. We list a number of thirdparty services specializing in language editing and/or translation, and suggest that authors contact as appropriate: http://journals.cambridge.org/action/stream?pageId=8728≤vel=2&menu=Authors&pageId=3608	
29	Lingua	Please write your text in good English (American or British usage is accepted, but not a mixture of these). Authors who feel their English language manuscript may require editing to eliminate possible grammatical or spelling errors and to conform to correct scientific English may wish to use the English Language Editing service available from Elsevier's WebShop (http://webshop.elsevier.com/languageediting/) or visit our customer support site (http://support.elsevier.com) for more information.	
30	Lodz Studies in Language	Não existem diretrizes específicas para essa revista, e sim para o grupo editorial Peter Lang. Mesmo assim, elas mudam dependendo do país. Como esta revista é publicada pelo grupo da Alemanha, seguem ao lado as diretrizes específicas para este país.	As corrections after formatting incur both delays and additional costs, it is extremely important to make sure your manuscript has been checked in terms of both content and orthography before you submit it. Please make sure your footnotes and comments are uniform in appearance. It is very easy to overlook even the most obvious typo or error in a text that you have already edited repeatedly. You might therefore want to consider either asking an impartial third party to read it, or outputting the manuscript in a different form. If you have been working mainly with a word processing programme so far, it might well be worth performing the final check on a printed hard copy or PDF file, for example.

31	Modern Language Journal	FAQ: I am not a native speaker of English. Is it acceptable scholarship to have a native speaker review and correct my manuscript? All authors, especially those whose native language is not English, are encouraged to have colleagues with a very high level of proficiency in English read their manuscripts and suggest adjustments for language and style.	Language of Publication: English.
32	Research in the Teaching of English	Sem diretrizes linguísticas.	
33	TESOL Quarterly	Sem diretrizes linguísticas.	
34	Toronto Working Papers in Linguistics	Spelling: Canadian, American, and British spellings are all acceptable, as long as you are consistent. For instance, if you spell ‘flavour’ with a ‘u’ in your submission you should do the same with ‘behaviour’ and ‘colour’.	
35	Word	Manuscripts are accepted in English. American English spelling and punctuation are preferred.	
36	World Englishes	Sem diretrizes linguísticas.	

ANEXO C - SÍNTESE E POSICIONAMENTO DOS TEXTOS

Normas	Nome Revista	Publicada por	Síntese dos textos	Posicionamento
Ortografia americana ou britânica	Applied Linguistics	Oxford	BAKER et al, 2014. *ELF researchers take issue with 'English as a lingua franca: na immanent critique'* (forum). Resposta ao artigo de O'Regan (2014), que critica a abordagem/visão do ILF. Os autores abordam 2 interpretações equivocadas do artigo de O'Regan: a de que ILF é um campo homogêneo e estático, e de que seus pesquisadores não se preocupam com questões ideológicas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BJORGE, 2012. *Expressing Disagreement in ELF Business Negotiations: Theory and Practice*. Análise das formas de expressar discordância apresentadas em 13 LDs de inglês para negócios de nível pós-intermediário/avançado, e comparação com o uso dessas formas em situação de ILF entre alunos de administração com o mesmo nível de proficiência. O estudo mostrou que as formas propostas nos livros não são compatíveis com as usadas na realidade, mas as estratégias propostas nos LDs e no uso do ILF, são.	neutro/sem posicionamento
			JENKS, 2012. *Doing Being Reprehensive: Some Interactional Features of English as a Lingua Franca in a Chat Room*. Análise da interação entre participantes de uma sala de bate papo em que o inglês é a língua franca. Ao contrário de muitas pesquisas (principalmente em ambientes acadêmicos e profissionais), houve diversas ocorrências em que os participantes não se ajudam mutuamente em questões linguísticas e inclusive riem ou debocham de problemas de comunicação. Importância do contexto comunicativo, e não apenas se a situação é de ILF.	neutro/sem posicionamento
			O'REGAN, 2014. *English as a Lingua Franca: An Immanent Critique*. Crítica imanente ao movimento ILF sob a perspectiva do marxismo, da globalização e do pós-estruturalismo. Aponta que o movimento ILF seria estável, idealista, conservador e inconsistente nos argumentos, além de não haver teorização o suficiente.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			YOO, 2013. *Nonnative Teachers in the Expanding Circle and the Ownership of English* (fórum). Crítica à ideia de que o inglês pertence a todos que o falam. O autor rejeita que falantes do círculo em expansão sejam donos do inglês, visto que não existe uma variedade local nestes países e que o inglês não seria falado no dia a dia. Sendo assim, variedades do círculo em expansão seriam um inglês falho, "quebrado", portanto, não existem essas variedades. Professores do círculo em expansão devem ser respeitados por serem o professor ideal de ILE, que já passaram pelo aprendizado de uma língua, mas nao por serem donos do inglês.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
Ortografia americana ou britânica	English for Specific Purposes	Elsevier	FERNÁNDEZ-POLO, 2014. *The role of* I mean *in conference presentations by ELF speakers*. Apresenta uma descrição das funções de "I mean" no contexto de palestras dadas por falantes de ILF. Os resultados indicam o que o marcador discursivo é usado para indicar, entre outros, correção, clareza, explicitação, conectar o palestante com a plateia. Muitas das funções podem ser observadas como tendência natural de falantes de ILF de evitar problemas e se prontificar a correções. Por outro lado, alguns usos problemáticos foram encontrados, como correção lexico-gramatical e disfunções da fala, visto que palestras são preparadas previamente, o que interfere nas apresentações.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			HANDFORD, MATOUS, 2011. *Lexicogrammar in the international construction industry: A corpus-based case study of Japanese–Hong-Kongese on-site interactions in English*. Identifica e interpreta itens lexicogramaticais significativos usados na comunicação oral em uma indústria internacional de construção em contexto de ILI, com trabalhadores de várias nacionalidades e L1. Os resultados mostram que vários itens são significativos, como exemplo, a modalidade deôntica e o pronome "we", além da comunicação não verbal para os engenheiros com baixa proficiência no inglês, como o uso de fotos, diagramas, gráficos.	neutro/sem posicionamento
			HANDFORD, MATOUS, 2015. *Problem-solving discourse on an international construction site: Patterns and practices*. Analisa a resolução de problemas em um projeto internacional de construção em Hong Kong, especificamente as interações em ILF e japoneses e coreanos. No nível lexical, as palavras usadas são as mesmas usadas por falantes nativos, e também foi observado o uso de metáforas. No nível sintático, por outro lado, muitas das formas seriam anômalas se comparadas às formas nativas.	neutro/sem posicionamento

			LLANTADA et al, 2011. *"You don't say what you know, only what you can": The perceptions and practices of senior Spanish academics regarding research dissemination in English*. Busca entender como acadêmicos espanhois lidam com os desafios de disseminar sua pesquisa em inglês, em relação a empecilhos por não serem nativos. Os resultados mostram que, mais do que na publicação acadêmica, a principal sensação de desvantagem vem de falas em conferências, quando são avaliados injustamente, não pelo teor da fala, mas por questões linguísticas (como pronúncia).	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MORELL, 2015. *International conference paper presentations: A multimodal analysis to determine effectiveness*.Explora o discurso oral multimodal em apresentações orais, incluindo linguagem corporal, informações não verbais ou escritas, e apresenta um framework para melhorar a comunicação oral em ILF em conferências. Os resultados mostram que houve maior conscientização e uso das modalidades e que os palestrantes mais eficazes são os que combinam e fazem uso de diversas modalidades.	neutro/sem posicionamento
Ortografia americana ou britânica	Journal of English for Academic Purposes	Elsevier	GU, SO, 2015. *Voices from stakeholders: what makes na academic English test 'international'?* Investiga que características um teste para inglês acadêmico global deve ter, levando em consideração a perspectiva de professores, candidatos, stakeholders, usuários das notas, entre outros. Demonstrou que há vontade de aceitar a diversidade, mas dificuldade na acomodação das diferenças. Importância de escutar diversas vozes ao criar/reformular testes internacionais de inglês acadêmico.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			HARRINGTON, ROCHE, 2014. *Identifying academically at-risk students in an English-as-a-Lingua-Franca university setting.* Examina a relação entre a proficiência em inglês e o desempenho acadêmico de alunos em um ambiente de ILF em uma universidade de Omã que tem um programa de EMI. Não foi provada a relação.	neutro/sem posicionamento
Ortografia americana ou britânica	Journal of Pragmatics	Elsevier	BJORKMAN, 2011a. *The pragmatics of English as a lingua franca in the international university: Introduction*. Introdução ao número especial. Fala sobre o crescimento nas pesquisas sobre ILF. O objetivo do volume é unir as pesquisas recentes e relevantes e apresentar uma visão geral do assunto.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BJORKMAN, 2011b. *Pragmatic strategies in English as an academic lingua franca: Ways of achieving communicative effectiveness?* Pesquisa interações de ILF falado no ensino superior na Suécia. Estuda estratégias pragmáticas para a comunicação efetiva do ILF, comparando as estratégias usadas em palestras e em alunos que trabalham em grupo. Mostrou que há menor uso de estratégias pragmáticas em contexto de ILF nas palestras, o que pode dificultar a comunicação.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BJORKMAN, 2014. *An analysis of polyadic English as a lingua franca (ELF) speech: A communicative strategies framework*. Estuda estratégias de comunicação em usuários de ILF em contexto acadêmico oral, em 15 grupos de trabalho de estudantes. Foram encontradas duas categorias de estratégias: iniciadas pelo falante ou pelo interlocutor. Interações em ILF são de natureza cooperativa, e as estratégias mais comuns são confirmação do informado e pedidos de esclarecimento (pelo interlocutor, 55%) e cofirmação da compreensão (pelo falante, 45%).	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			HABERLAND, 2011. *Ownership and maintenance of a language in transnational use: Should we leave our lingua franca alone?*. Necessidade de distinguir os discursos de "pertencimento" e de "manutenção" da língua. Explicação histórica das línguas francas, necessidade de empoderamento dos FNNs.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			HOUSE, 2013. *Developing pragmatic competence in English as a lingua franca: Using discourse markers to express (inter)subjectivity and connectivity*.Investiga como falantes de ILF em uma universidade melhoram/aprendem competência pragmática através do uso de marcadores discursivos como "ok", "yeah", "so". Os falantes demonstraram desenvolver intersubjetividade e conectividade ao reinterpretar a alta frequência dos marcadores, de forma a colaborar com a comunicação.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			HYNNINEN, 2011. *The practice of 'mediation' in English as a lingua franca interaction.* Investiga os mecanismos de mediação em uma disciplina em EMI, em que os participantes não têm a mesma L1. A mediação se mostrou uma estratégia cooperativa que auxilia na compreensão e desenrolar da interação, e é uma estratégia valiosa para o ILF.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			JENKINS, 2011. *Accommodating (to) ELF in the international university.* Analisa as implicações do inglês ser considerada a língua acadêmica internacional. Observa que apesar dos participantes em universidades serem internacionais, ainda há a manutenção de práticas nacionais americanas e britânicas. Discute as questões do ILF na publicação acadêmica e também implicações para os pesquisadores e acadêmicos falantes nativos.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			KAUR, 2011. *Raising explicitness through self-repair in English as a lingua franca.* Estuda práticas de autocorreção de falantes em interação de ILF em contexto universitário. Os dados mostram que a tendência dessas correções é de especificar (do genérico para o específico) ou explicitar (do vago para o explícito) o que havia sido dito, de forma a deixar mais claro para o interlocutor. A negociação de sentido acontece mesmo quando não há o feedback do interlocutor.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KNAPP, 2011. *Using English as a lingua franca for (mis-)managing conflict in na international university context: An example froma course in engineering.*Estuda problemas de comunicação/ensino/aprendizagem em uma universidade alemã que tem o inglês como língua franca. Discute como aumentar a coscientização das diferenças culturais para os alunos e professores. Os resultados mostram que os problemas de comunicação são de nível pragmático, e não por desvio às normas nativas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KONAKAHARA, 2015. *An analysis overlapping questions in casual ELF conversation: Cooperative or competitive contribution.*Estuda como alunos internacionais em uma universidade britânica, com diferentes origens culturais e linguísticas, se utilizam de perguntas sobrepostas para contribuir para a interação. Apesar de serem vistas como problemáticas em questões de tomada de fala, não são vistas como interrupções.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			LJOSLAND, 2011. *English as an Academic Lingua Franca: Language policies and multilingual practices in a Norwegian university.*Apresenta um estudo de caso de um programa em EMI em uma universidade norueguesa, buscando entender qual o papel e relação do ILF naquele contexto e como interage com outras línguas. Percebeu-se que há questões de instrumentalização (inglês) e identidade (norueguês). Além disso, o fato de o inglês ser a língua de instrução não impede que outras línguas sejam utilizadas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			O'NEAL, 2015. *Segmental repair and interactional intelligibility: The relationship between consonant deletion, consonant insertion, and pronunciation intelligibility in English as a Lingua Franca in Japan.* Estudo sobre apagamento e inserção de consoantes na fala e estratégias pragmáticas para a inteligibilidade em ILF no Japão. Os resultados mostram que o apagamento consonantal prejudica a inteligibilidade, enquanto a inserção consonantal pode restaura-la. Não há relação entre inteligibilidade e conformidade/aproximação à pronúncia nativa.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			TSUCHIYA, HANDFORD, 2014. *A corpus-driven analysis of repair in a professional ELF meeting: Not 'letting it pass'.* Examina a tomada de turno em uma reunião profissional em ILF, com diversos grupos instituicionais presentes. Observou-se que a estratégia de "não deixar passar" aconteceu, ao contrário do conceito de Firth (1996). As interações de reparo/correção foram observadas principalmente em membros de diferentes instituições e nacionalidades, e as interações de reformuçaões foram observadas principalmente entre membros do mesmo grupo.	neutro/sem posicionamento
Ortografia americana ou britânica	Journal of Second Language Writing	Elsevier	HARTSE, KUBOTA, 2014. *Pluralizing English? Variation in high-stakes academic texts and challenges of copyediting.* Análise da revisão de textos escritos por autores NN para publicação. Revisores demonstram simpatia por uma abordagem plurilíngue, mas as suas práticas são de valorização da intuição do FN, e apresentam idiosincrasias.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KUBOTA, 2013. *Dislimiting second language writing* (Disciplinary Dialogues). O autor busca dizer o que "escrita em segunda língua" é ao não limita-la, ou seja, lembra que o termo "segunda" língua pode, muitas vezes, ser errôneo ou limitador em contextos multilíngues e globais, pois pode-se estar falando de uma língua adicional, franca. Questiona o uso da palavra "língua", pois muitas vezes essa língua para publicação escrita é apenas o inglês, o que necessita de reflexão crítica, e questiona também o uso da palavra "escrita", visto que há desigualdades para autores não nativos e minorias.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Ortografia americana ou britânica	Journal of Sociolinguistics	John Wiley & Sons Ltd	EVANS, 2014. *The evolutionary dynamics of postcolonial Englishes: A Hong Kong case study*. Estudo de caso empírico sobre a evolução do inglês de Hong Kong, diacrônico, ao longo de 170 anos, usando o Modelo Dinâmico de Schneider (2007). Foi possível identificar as fases do uso do inglês na sociedade e em comunidades de fala. Lança dúvida quanto à aplicabilidade do Modelo Dinâmico para contextos de países do Círculo Externo.	neutro/sem posicionamento
			KANG, 2012. *Singlish or Globish: Multiple language ideologies and global identities among Korean educational migrants in Singapore*. Explora como sul-coreanos em Singapura passam por processos de assumir uma identidade "asiática", principalmente através das 3 línguas mais faladas: Mandarim, Inglês e Singlish. Mandarim e inglês vistos como a língua base comum, singlish visto como uma língua mais simples, da solidariedade e amizade, mas não querem se afinar com os estereótipos dos falantes de singlish, que seriam menos refinados e sofisticados.	neutro/sem posicionamento

			SHARMA, 2012, *Beyond social networking: Performing global Englishes in Facebook by college youth in Nepal*. Estudo etnográfico de páginas do Facebook de 3 alunos de graduação no Nepal. Estuda como o Facebook influencia o uso do inglês e como isso afeta e constroi identidades locais e cosmopolitas. A mistura do inglês com o nepali fomenta uma identidade bilíngue, que recontextualiza textos locais e globais.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			WESTON, 2015. *The lesser of two evils: Atypical trajectories in English dialect evolution.* O artigo tem como base o Modelo Dinâmico do Desenvolvimento do Inglês Pós-Colonial, de Scheiner (2007), para apresentar a trajetória de desenvolvimento dos dialetos do inglês de Hong Kong e Gibraltar, apontando diferenças entre o que aconteceu nesses locais e o modelo de Schneider. Explora a influência dos países vizinhos na identidade local de um território e na variedade do inglês.	neutro/sem posicionamento
Ortografia americana ou britânica	Language Assessment Quarterly	Taylor & Francis	BROWN, A. 2013. *Multicompetence and Second Language Assessment (Comentário)*. Discute as implicações da "multicompetência" na avaliação linguística. Revisa/rebate a ideia do FN como referência na aprendizagem e modelo de avaliação. Faz sugestões para métodos padrão de avaliação, trazendo implicações para os estudos de ILF e Wes.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BROWN, J. 2014. *The Future of World Englishes in Language Testing*. Como testes podem incluir as variedades do inglês, ao debater o que os criadores dos exames precisam saber sobre WEs e como os exames estão contribuindo para a discussão de WEs. Sugestões de como haver a intersecção entre avaliação linguística e WEs.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			DAVIES, 2011. *Does Language Testing Need the Native Speaker?* (Comentário). O texto aborda a questão do FN em testes de proficiência, e discute, através de diferentes teorias, o que é ser falante nativo. Também mostra que WEs, ILF e ideologias desafiam o status do FN. Conclui que ser FN é diferente de ser "o FN idealizado" em provas de proficiência, visto que muitos FN não são C2, ao contrário de muitos FNN.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KANG, 2012. *Impact of Rater Characteristics and Prosodic Features of Speaker Accentedness on Ratings of International Teaching Assistants' Oral Performance*. Estuda como características pessoais de avaliadores de habilidade oral interfere na avaliação. Alunos americanos FN e FNN avaliaram as habilidades orais e didáticas de international teaching assistants, e havia a expectativa de que FNN ou pessoas com mais conhecimento/exposição de WEs fossem mais tolerantes, mas o contrário se mostrou correto. Além disso, experiências e características pessoais prévias interferem na avaliação.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MCNAMARA, 2014. *30 Years on—Evolution or Revolution?* (Epílogo). Texto que fecha o volume que reflete sobre a pergunta posta por Morrow (1979) em relação à avaliação linguística comunicativa. O autor defende que há muitos desafios hoje em dia, principalmente em relação ao avanço da tecnologia e da necessidade de trazer para a avaliação a realidade do ILF.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SEWELL, 2013. *Language Testing and International Intelligibility: A Hong Kong Case Study*. Aborda a necessidade de conciliar o inglês padrão com normas e traços locais. Compara sessões de avaliação em Hong Kong com critérios de inteligibilidade internacional. No geral, os avaliadores estão de acordo com as discussões quanto a inteligibilidade.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			WEI, LLOSA, 2015. *Investigating Differences Between American and Indian Raters in Assessing TOEFL iBT Speaking Tasks.* Avalia o quanto o background linguístico de avaliadores de habilidade oral do TOEFL iBT interfere na avaliação, comparando avaliadores americanos e indianos em candidatos indianos. Apesar de os indianos entenderem melhor as respostas dos candidatos, não houve diferença significativa na pontuação. Maior inteligibilidade não significa maior pontuação, e vantagens de compreensão não se limitam à familiaridade com sotaque.	neutro/sem posicionamento
Ortografia Americana ou britânica	Language Learning	John Wiley & Sons Ltd	XI, MOLLAUN, 2011. *Using Raters from India to score a large-scale speaking test.*Estudo sobre avaliadores indianos do speaking do TOEFL IBT na Índia, para ver se um treinamento especial auxilia na redução de inconsistências avaliativas causadas pela familiaridade do avaliador com a L1 do candidato. Comparação com a avaliação feita por avaliadores da ETS (nativos americanos).	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Ortografia americana ou britânica	Language Learning and Technology	National Foreign Language Resource Center at the	HELM, 2015. *The practices and challenges of telecollaboration in higher education in Europe*. Levantamento das práticas atuais de telecolaboração em universidades europeias. Relaciona-se com ILF ao mostrar que há emergência de trocas em uma língua franca, uma conexão entre o uso de língua franca e projetos multilaterais, bem como um crescente interesse em ILF e seus discursos de rejeição do FN como o ideal inalcançável/privilegiado.	neutro/sem posicionamento

		University of Hawai'i	YANG, CHANG, 2014. *Fostering Foreign Language Learning Through Technology-Enhanced Intercultural Projects.* Relata projetos colaborativos interculturais em aula de inglês de uma turma de 7ª série em Taiwan, abordando tecnologias na sala de aula. Fundamenta-se nas teorias de ILI para justificar o uso do inglês para comunicação internacional e o afastamento da abordagem de cultura em aula de inglês como aquelas de países anglófonos, como comumente apresentado nos livros didáticos em Taiwan.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Ortografia britânica, contratação de revisor externo caso o autor não seja nativo é opcional	English Language Teaching Journal	Oxford	ANDERSON, 2015. *Initial teacher training courses and non-native speaker teachers*. Apresenta um estudo que contrasta 41 FN e 38 FNN de inglês de dois cursos de formação inicial de professor de inglês. O autor constata que os FNN têm mais probabilidade de já terem qualificações e experiências prévias com ensino. Também conclui que esses cursos não são os mais indicados para os FNN, que têm necessidades diferentes dos FN.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BAIRD et al, 2012. *Correspondence*. Resposta ao artigo de Sybing (2011) , principalmente no que diz respeito ao ensino de cultura em aula de inglês. Os autores rebatem a ideia de que cultura deve ser relacionada aos países anglófonos, e pedem que haja uma desvinculação dos velhos estereótipos e noções de o que são culturas nacionais, ao abordar múltiplas realidades e culturas em sala de aula.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BAKER, HÜTTNER, 2011. *Some 'friendly' confusion: SCOTS and ELF*. Resposta ao artigo de Anderson e Corbett (2010) por ter representado de forma errônea as pesquisas em ILF. Os autores rebatem as ideias do texto original de que o ILF é descritivista, que busca promover uma nova variedade internacional padrão, de que o SCOTS compete com o corpus VOICE, e que o SCOTS é um corpus mais "amigável".	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BAKER, 2012. *From cultural awareness to intercultural awareness: culturein ELT*. O autor discute conceitos de consciência cultural e intercultural, relacionando-os com práticas de ensino de inglês e as questões de ILF.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BAKER, D. 2015. *Tag questions (Changing English)*. Esta seção da revista visa a mostrar como estão acontecendo variações linguísticas do inglês em aspectos específicos. Neste texto, o autor explora as "tag questions", trazendo uma pesquisa anterior que comparou seu uso em variedades americana e britânica (as canônicas e não canônicas) e também discute as variações quando se fundem a vocabulários de falantes de inglês como L2 em países como Singapura, Malásia. Traz as implicações de se focar apenas nas canônicas, no ensino, e também as implicações no ILF.	neutro/sem posicionamento
			COGO, 2012. *English as a Lingua Franca: concepts, use, and implications*. Resposta a um artigo de Sowden que critica o ILF por ser uma forma de comunicação simplificada e culturalmente neutra. A autora esclarece termos que Sowden confundiu, contra-argumenta a ideia de que a pesquisa em ILF é para codificar uma variedade do inglês ou relatar suas características em comum, e explica mais sobre o ILF e implicações para a sala de aula.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			ECONOMIDOU-KOGETSIDIS, 2015. *Teaching email politeness in the EFL/ESL classroom.* Discute a necessidade de explícitas instruções de escrita de e-mails formais em ILE/ISL ao examinar como e-mails autênticos de alunos universitários gregos são percebidos por professores universitários britânicos. Argumenta que as escolhas pragmáticas dos alunos podem causar falhas em interação FN-FNN, pois por mais que sejam aceitáveis em ILF, atrapalham na interação com nativos.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			GALLOWAY, ROSE, 2014. *Using listening journals to raisemawareness of Global Englishes in ELT*. Relata o uso de "listening journals" de forma a expor alunos aos ingleses globais. Uma tarefa pedagógica e instrumento de pesquisa, que demonstrou os benefícios dos diários para a conscientização das variedades, tais como a reflexão das interaçõs em ILF. Também traz limitações, tais como questões de estereótipos e preconceitos que surgiram.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			GUTH, HELM, 2012. *Developing multiliteracies in ELT through telecollaboration*. Estuda como o desenvolvimento de multiletramentos pode ser usado em aula de ILE através da telecolaboração. É ilustrado um exemplo em que alunos e professores italianos e alemães interagem em inglês pelo Skype, utilizando assim o inglês como língua franca.	neutro/sem posicionamento
			HALL, 2012. *'Key Concepts in ELT': taking stock*. Estuda a seção "Key Concept in ELT", da revista, desde a sua criação, identificando os temas que surgiram ao longo do tempo. O autor percebeu uma mudança de foco de temais como "ensino", "língua" e "aprendizado" para temas que incluíssem os sujeitos (professor e aluno) e o contexto social. Questões como o uso da tecnologia e as implicações da globalização no inglês estão entre os mais recentes, passando por questões de poder, identidade, políticas e economia. Também houve uma mudança de abordagem de questões genéricas (aplicáveis a qualquer contexto) para mais individuais (diferenças, atitudes).	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			HALL, 2014. *Moving beyond accuracy: from tests of English to tests of 'Englishing'*. Pesquisa como é o conceito de inglês em testes, principalmente conceitos como "inglês padrão" e "inglês nativo" vinculados à "língua em si". Argumenta que essa visão é inconsistente com a diversidade e usos nativos e não nativos, e defende uma orientação pluricêntrica, avaliando o que as pessoas conseguem fazer com a língua, e não como usam uma suposta língua fixa e imutável.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			ILLÉS, 2012. *Learner autonomy revisited*. Estuda se a percepção da autonomia do aprendiz é adequada para preparar os alunos para os usos mais atuais do inglês, tais como ILF e comunicação mediada por computador. A autora argumenta que a definição de autonomia linguística deve incluir os processos de uso da língua, para que o aprendiz possa atender as demandas do século XXI.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			JENKINS, 2012. *English as a Lingua Franca from the classroom to the classroom.* Explora o desenvolvimento da pesquisa em ILF, retoma algumas concepções equivocadas e argumenta que não é papel do pesquisador dizer ao professor o que fazer em sala de aula, mas que os próprios envolvidos com o ensino de inglês(professores e alunos) decidam, dependendo do que for relevante no seu contexto. Também traz a questão que o ILF na sala de aula é tema do congresso ELF 5, mostrando a importância do tema.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MURRAY, 2012. *English as a lingua franca and the development of pragmatic competence*. Estuda as implicações pedagógicas das pesquisas sobre interação em ILF, principalmente relacionadas ao desenvolvimento de pragmáticas pedagógicas. Propõe três estratégias que auxiliam professores e autores de materiais didáticos a desenvolver a competência pragmática dos alunos de forma a prepará-los para a comunicação em contextos de ILF, sem impor uma visão monolítica do inglês.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SEWELL, 2013. *English as a lingua franca: ontology and ideology*. Examina aspectos do debate sobre o ILF argumentando que nem o ILF e nem ideias opostas conseguem abarcar as complexidades do inglês no mundo globalizado. Se, por um lado, os defensores do ILF acabam por exagerar as diferenças entre as variedades, por outro, as ideias conservadoras provam que há como (e é necessário) aumentar a conscientização das variedades linguísticas em sala de aula.	crítico das ideias sobre ILF/WEs e das que defendem a manutenção de formas nativas
			SIEGEL. *What should we talk about? The authenticity of textbook topics*. Investiga a autenticidade de tópicos de LDs de inglês, através da coleta de conversas em ILF de alunos japoneses e não japoneses em um dormitório universitário no Japão. Os resultados mostram que há grande discrepância entre os tópicos que os alunos aprendem nos LDs e os tópicos autênticos de interação.	neutro/sem posicionamento
			SOWDEN, 2012. *ELF on a mushroom: the overnight growth in English as a Lingua Franca*. Levanta preocupações sobre a abordagem do ILF. Defende que o modelo do FN tem um papel importante, pois nem o Word English e nem variedades locais têm legitimidade plena. O autor entende que os pesquisadores pró-ILF buscam codificar a língua e que professores trocariam o "modelo nativo" pelo "modelo ILF", o que pode não ser suficiente para atender todas as demandas dos alunos. Defende uma mudança de perspectiva, em que professores NN locais sejam reconhecidos e valorizados, mas em que o modelo de língua nativo não seja substituído pelo ILF.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			SUNG, 2013. *English as a Lingua Franca and English language teaching: a way forward*. Resposta ao artigo de Sewell (2013), buscando complementar a discussão em relação à importância de reconhecer as escolhas dos alunos e a relevância dos resultados de pesquisa do ILF para práticas de sala de aula. O autor argumenta que a busca da conscientização das variedades não pode ser simplesmente a apresentação de diferentes modelos de língua, mas encontrar formas de atender as necessidades dos alunos e desenvolver estratégias pragmáticas. Além disso, os alunos têm que ter voz nas escolhas, pois dependendo dos seus objetivos, pode ser que precisem de um modelo definido.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SUNG, 2015. *Exposing learners to Global Englishes in ELT: some suggestions*. Resposta ao artigo de Galloway e Rose (2014) . Ao mesmo tempo em que considera a atividade pedagógica proposta pelos autores relevante para expor aos alunos a diversidade do inglês, nem sempre essa simples exposição de sotaques é benéfica, dependendo do contexto e necessidades. Argumenta sobre a importância de conhecer a perspectiva dos alunos.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			SUZUKI, 2011. *Introducing diversity of English into ELT: student teachers' responses*. Discute como professores em formação no Japão trabalharam em um programa de formação de reconhece a diversidade do inglês. A autora discute que é de extrema importância que haja instuções sobre a diversidade, que isso pode afetar e mudar as visões dos alunos, mas que isso dependerá das suas experiências sociais e educacionais prévias, pois apenas entender a importância da diversidade não significa que estejam dispostos a incluir as variedades nas suas práticas futuras. A autora discute sobre a inclusão do tópico de diversidade em todos os componentes do currículo de formação de forma a mudar a ideia já consolidada de que as únicas variedades legítimas são as nativas (americana e britânica).	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			TRIBBLE, 2015. *Writing academic English further along the road. What is happening now in EAP writing instruction?* Retoma uma análise feita anteriormente sobre instruções de materiais de escrita de inglês para fins acadêmicos, discutindo se a perspectiva do ILFA deve ser incluída na avaliação desses materiais. O autor argumenta que, até o momento, nem as pesquisas de letramentos acadêmicos ou ILFA trazem propostas pedagógicas concretas de escrita acadêmica, e que o modelo Intelecutal/Retórico ainda predomina. Ele não está convencido de que o paradigma do ILFA traga mudanças que ajudem os alunos a superar desafios, e aponta a necessidade de abordar e desenvolver mais gêneros acadêmicos (além do ensaio) nesses materiais.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			YAZAN, 2015. *Intelligibility (Key Concept)*. Discute o conceito de inteligibilidade de acordo com diferentes autores em relação ao ILF.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			YUEN, 2011. *The representation of foreign cultures in English textbooks.*Estudo de caso das culturas estrangeiras representadas em dois LDs de inglês usados em escolas em Hong Kong, de forma a avaliar se refletem o status do inglês como língua internacional. Os resultados mostram que, além do conteúdo cultural ser fragmentado e estereotipado, ele favorece as culturas dos países nativos do inglês e subrepresenta as culturas africanas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Preferência por ortografia britânica	Language Awareness	Taylor & Francis	SUBTIRELU, 2013. *What (do) learners want (?): a reexamination of the issue of learner preferences regarding the use of 'native' speaker norms in English language teaching*. Busca examinar a premissa de que alunos de inglês têm preferências por normas nativas da língua em um programa de ensino intensivo em uma universidade americana. O estudo longitudinal indica a não estabilidade das preferências, contradições de respostas dos participantes, e a não confirmação da premissa, que precisaria de mais pesquisas para se confirmar ou descartar.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			EVANS, IMAI, 2011. *'If we say English, that means America': Japanese students' perceptions of varieties of English*. Pesquisa com estudantes universitários japoneses sobre a sua percepção quanto às diferentes variedades do inglês. Resultados mostram principalmente a perpepção dos alunos quanto aos ingleses dos países do círculo interno, no qual o britânico é considerado mais atrativo e correto.	neutro/sem posicionamento
Qualquer ortografia	Language and Education	Taylor & Francis	CAVAZOS, 2015. *Multilingual faculty across academic disciplines: language difference in scholarship*. Explora a percepção de participantes quanto à dominação do inglês no meio acadêmico e como manter práticas multilíngues. Acadêmicos multilíngues encontram resistência do monolinguismo em inglês na universidade e publicações, mas buscam estratégias de multilinguismo nas suas pesquisas ou disciplinas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MOON, 2011. *Expectation and reality: Korean sojourner families in the UK*. Estuda 10 família coreanas que se mudaram para o Reino Unido, particularmente questões de motivação para a mudança, que indicaram dissatisfação das famílias com o ensino coreano e com o ensino de inglês. Em relação ao último, pais pensam em consonância com modelos de reforço das normas e falantes nativos de autenticidade da língua.	neutro/sem posicionamento
Revisão de falantes nativos para autores não nativos	AILA Review	John Benjamins Publishing Company	LILLIS, CURRY, 2014. *The politics of English, Language and Uptake.* Análise de ideologias linguísticas em revisores e editores de periódicos internacionais, no parecer de textos escritos por autores multilíngues. Problematização da ideia do inglês como singular e estável, em que o FN tem mais privilégio de avaliação.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

	English Today	Cambridge	CHANG, 2014. *Learning English today: what can World Englishes teach college students in Taiwan?* Estuda como as discussões de poder, política e inglês no mundo influencia a percepção dos alunos de inglês. Discussões foram trazidas para uma sala de aula de um curso de World Englishes em Taiwan, e o trabalho escrito dos alunos foi avaliado. A autora reforça a importância de trazer WE para o currículo, tanto em discussões como em atividades práticas, como a exposição a diferentes variedades desde níveis iniciantes.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			GROOM, 2012. *Non-native attitudes towards teaching English as a lingua franca in Europe*. Analisa se as propostas de Seidlhofer acerca da instrução em ILF está de acordo com os objetivos linguísticos de aprendizes e falantes de inglês como L2 na Europa. Os resultados mostram que a meta desses falantes é as normas nativas, ou seja, há uma preferência por sotaque nativo e competência nativa. Os participantes também não se mostraram favoráveis a uma troca de abordagem nas escolas, de inglês como língua estrangeira para língua franca. A autora desafia os teóricos de ILF a reposicionar o usuário de inglês como segunda língua no centro das discussões, pois eles não estão de acordo com os debates /propostas acerca do ILF.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			INAGAWA, 2015. *Creative and Innovative Uses of English in Contemporary Japan*. Estudo dos mecanismos e efeitos da fusão do "global English" e cultura local, que cria formas locais do global. Exemplos do uso do inglês em contextos locais no Japão de forma criativa, tais como em textos publicitários.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			LEIMGRUBER, 2013. *The trouble with World Englishes.*Problematiza as análises de variedades locais do inglês, pois muitas vezes as variedades são faladas em locais em que o uso de outras línguas coexiste, sem haver uma correspondência simétrica entre os uso das línguas, mas isso não é levado em consideração. Por exemplo, apesar de haver alternância de código entre línguas, muitas vezes as análises se focam no uso monolíngue do inglês local. O autor questiona o uso do termo "variedade" ao falar de World Englishes, e que é preciso compilar corpus não monolíngues para compreender como a variação linguística acontece em ambientes multilíngues.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			RAJAGOPALAN, 2011. *The 'Outer Circle' as a role model for the 'Expanding Circle'*. Traz discussões sobreo World English ser um fenômeno linguístico, e fala sobre a importância dos países do círculo em expansão olharem para a experiência dos países do círculo externo como modelo de políticas linguísticas, no sentido de compreender que cabe a elas decidir se querem dominar o inglês ou serem dominadas por ele.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			RÜDIGER, 2014. *The nativization of English in the Korean context: Uncharted territory for World Englishes.* Apresenta a situação sociolinguística da Coreia do Sul, especialmente o inglês, bem como um estudo sobre características do inglês na Coreia, em que existe a influência do coreano no inglês. Contribuição para os estudos de WEs ao apresentar uma pesquisa sobre o inglês na Coreia, apesar de ainda incipiente.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SALAKHYAN, 2015. *The attitude of Slavic speakers toward English(es)*.Estuda a atitude de alunos eslavos quanto ao uso do inglês em contextos interculturais, analisando percepções de sotaque, nativo ou não nativo, preferências, atitudes quanto ao ILF e vantages e desvantagens de comunicação em ILF. Resultados mostraram que os alunos preferem as variedades a qual estão mais acostumados (americana), e que apesar de demonstrarem uma atitude positiva em relação ao ILF, não consideram que variedades não nativas possam ser o modelo. Variedades nativas foram preferidas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SCHNEIDER, 2013. *Leisure-activity ESP as a special case of ELF: the example of scuba diving English*.Apresenta a insuficiência de debates sobre ILF em ESP. Demonstra como há uma sobreposição de domínios/recorrências/áreas em comum entre ILF e ESP. Mostra um estudo de caso sobre o inglês para mergulho/mergulhadores, e como é "ELFSP".	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SUNG, 2015. *Implementing a Global Englishes component in a university English course in Hong Kong.* Mostra um estudo feito em um curso universitário em Hong Kong sobre variedades do inglês, buscando saber as visões dos alunos sobre Global Englishes. Os alunos, que desconheciam os debates, acharam interessante e importante, demonstrando que agora se expressam com mais confiança em seu sotaque. Por outro lado, ainda mantiveram visões de supremacia das variedades nativas. O autor propõe mudanças e o que pode ser feito em cursos como esse.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			TAKAHASHI, 2014. *An analysis of ELF-oriented features in ELT coursebooks.* Investiga características da abordagem do ILF em livros didáticos escolares usados no Japão. Esta abordagem foi encontrada nos LDs analisados de diferentes formas. A autora discute que usar tais materiais depende dos objetivos do ensino de inglês em diferentes contextos, e sugere que professores discturam quando/como é melhor utilizar tais materiais.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			TANGHE, 2014. *Integrating World Englishes into a university conversation class in South Korea.*A autora relata a criação e implementação de um curso para integrar o assunto de World Englishes em uma aula de conversação de inglês em uma universidade coreana. São apresentados o conteúdo das aulas e também a reação/percepção dos alunos e da professora após o término do curso.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			WATTERSON, 2011. *Revisiting CEWIGs: A reection on the usage of collocations of 'English' with 'world', 'international' and 'global'.*Discute a colocação da palavra "English" com as palavras "world", "international" e "global". Apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre o uso dos termos e apresenta uma linha do tempo sobre quando cada termo começou a ser usado, e o que significava.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Revisão externa para falantes não nativos	Language Teaching	Cambridge	*A Passage in Time*, 2014. Apresenta um trecho de texto publicado 24 anos antes: "From *Learner language* by Carl James (1990, Volume 23.4, 205–213)." Neste recho, James relata que por mais que muitos não nativos de inglês estejam usando a língua como dialetos não padrão pode levar à deteriorização da inteligibilidade global e do propósito do inglês ser a língua internacional	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			BAKER, 2015. *Research into Practice: Cultural and intercultural awareness*. Estuda o papel da consciência cultural e intercultural em práticas e teorias de sala de aula. Fala sobre a importância da inclusão de culturas/comunidades diversas no ensino de inglês, dependendo da relevância para aquele contexto. A cultura anglófona deve ser abordada com a mesma complexidade e criticidade que outras culturas, e não de forma estereotipada.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			CHEN, 2012. *Symposium: The contexualization of teaching and learning English as an international language.* Mostra a mudança de paradigma (ILF) ao apresentar pesquisas com falantes de inglês nativos de chinês em termos de fonologia, sintaxe, léxico e pragmática. Explora as variações aceitáveis e passíveis de serem ensinadas, com a premissa de que inteligibilidade é o objetivo na comunicação em ILF.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			HOUSE, 2014. *English as a global lingua franca: A threat to multilingual communication and translation?* Avalia se o inglês ser a língua franca é uma ameaça a outras línguas, à comunicação multicultural e à profissão de tradutor/intérprete. Adota uma posição de que não é correto demonizar o inglês, mas também é importante que não haja apenas uma aceitação sem críticas.	crítico das ideias sobre ILF/WEs e das que defendem a manutenção de formas nativas
			JAWORSKA, 2015. *Review of recent research (1998–2012) in German for Academic Purposes (GAP) in comparison with English for Academic Purposes (EAP): cross-influences, synergies and implications for further research.* Compara pesquisas sobre o inglês e o alemão para fins acadêmicos de 1998 a 2012, levando em consideração o status do alemão na academia quando o inglês é a principal língua franca acadêmica. Mostra que apesar da menor importância do alemão na academia, essa área de estudo se fortaleceu e inclusive deu espaço para a língua falada acadêmica. É mostrado como que o estudo do EAP pode auxiliar nas pesquisas/práticas de GAP, e vice-versa.	neutro/sem posicionamento
			JENKINS et al, 2015. *Review of developments in research into English as a lingua franca.*Artigo sobre o estado da arte do ILF: suas origens, onde se localiza, dificuldades de definição. Examina os 2 domínios onde o ILF é mais predominante: inglês para negócios e inglês acadêmico. Explora implicações para a pesquisa e os desafios de trazer os examinadores e stakeholders para a discussão.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KIRKPATRICK, 2011. *English as an Asian lingua franca and the multilingual model of ELT.*Plenária que apresenta a história de línguas francas na Ásia para mostrar os diferentes caminhos de desenvolvimento, quando comparadas ao inglês como língua franca. Considera o papel do ILF na Ásia, constrastando suas características linguísticas com as de variedades vernáculas e de WEs, e o ILF europeu. Traz implicações para o ensino e sugestões.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MCNAMARA, 2011. *Managing learning: Authority and language assessment*. Plenária. Debate o uso de frameworks e políticas governamentais para a avaliação linguística internacional, particularmente o CEFR. Argumenta que esta adoção traz inflexibilidade, estuda o caso de avaliar a competência em ILF no caso da aviação civil.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MUNRO, DERWING, 2011. *The foundations of accent and intelligibility in pronunciation research (Research timeline).* Traças as bases empíricas das abordagens de ensino de pronúnica em L2, principalmente sobre sotaque e inteligibilidade. Interesses teóricos não necessariamente estão de acordo com os pedagógicos.	neutro/sem posicionamento
			NICKERSON, 2015a. *The death of the non-native speaker? English as a lingua franca in business communication: A research agenda*. Propõe uma agenda para o ILF na comunicação para negócios, tanto para acadêmicos quando para os envolvidos na prática. Sugere tarefas para ajudar a pesquisa na área. BELF (Business English as a Lingua Franca).	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			NICKERSON, 2015b. *Unity in diversity: The view from the (UAE) classroom*. Fala sobre como encontrar unidade na diversidade, tendo como foco professores de BELF na Ásia e Oriente Médio. Discute a importância de buscar nas evidências empíricas a base do ensino e material didático, de saber o papel do inglês para negócios na comunicação, e também discute um projeto de ensino de BELF e propõe um instrumento de avaliação que avalie não apenas a competência linguística, mas também a competência comunicativa.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
	Language Teaching Research	SAGE Journals	SAMPSON, 2012. *The language-learning self, self-enhancement activities, and self perceptual change*. Estudo em turma de inglês como língua estrangeira com alunos universitários sobre o relacionamento entre autoimagem individual ou socialmente construída e motivação para aprender a língua. Os autores fazem referência ao ILF ao abordar teoricamente a possibilidade de motivação dos alunos, que deve ser repensada em tempos atuais. Resultados mostram a importância de needs analysis para saber o que motiva ou como motivar os alunos.	neutro/sem posicionamento
			GU, BANSON, 2012. *The formation of English teacher identities: A crosscultural investigation*. Estuda professores em pré-serviço e como a identidade do professor é construída discursivamente durante sua formação. Relata como os professores enxergam os falantes nativos e seu próprio inglês como em desvantagem ou não. Sugere que professores em formação sejam críticos quando aos discursos do prevalescimento do inglês padrão e sejam abertos às variedades.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BUSS, 2015. *Beliefs and practices of Brazilian EFL teachers regarding pronunciation.*Estudo de crenças e práticas de professores brasileiros em relação ao ensino de pronúncia. Demonstrou que os participantes não acreditam que o falante nativo é o mais indicado para ensinar pronúncia, e acreditam que inteligibilidade é mais importante que ensino de redução de sotaque. Muitos professores acham importante reforçar o som do -th, e não ensinam tanto entonação, contrariando a dificuldade apontada pelos aprendizes da língua.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Revisão para autores não nativos feita por alguém competente e proficiente	Modern Language Journal	John Wiley & Sons Ltd	BIANCO, 2014. *Domesticating the Foreign: Globalization's Effects on the Place/s of Language.* Estudo da globalização contemporânea e dos efeitos no ensino/visão de línguas nacionais e estrangeiras. Abordagem do inglês global, necessidade de diálogo entre professores de inglês e línguas estrangeiras/locais.	neutro/sem posicionamento
			DIPPOLD, 2014. *"That's Wrong": Repair and Rapport in Culturally Diverse Higher Education Classrooms* .Comparação de feedback corretivo e *rapport* em alunos universitários de uma turma de EAP com professor nativo e de Contabilidade com professor não nativo, os dois em contexto de ILF. O autor reforça que é importante que não apenas os alunos estrangeiros tenham que aprender a se adequar ao inglês acadêmico, mas que em uma sala de aula internacional, alunos nativos, estrangeiros e professores precisam aprender competências internacionais de sala de aula.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MATSUMOTO, 2011. *Successful ELF Communications and Implications for ELT: Sequential Analysis of ELF Pronunciation Negotiation Strategies*. Analisa a interação de alunos FNN em um dormitório acadêmico onde o inglês é a língua franca, e as estratégias de negociação de significado relacionadas à pronúncia na comunicação internacional. A negociação depende do interlocutor e pode ser atingida com esforço conjunto dos falantes. Há um desenvolvimento da habilidade da compreensão de diferentes pronúncias nos FNN que interagem e negociam significado com outros FNN de diferentes sotaques.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SAMIMY et al, 2011. *A Participative Inquiry in a TESOL Program: Development of Three NNES Graduate Students' Legitimate Peripheral Participation to Fuller Participation*. Acompanhou 3 falantes NN em um curso de TESOL por 3 anos, e observou a transição dos alunos de uma posição de participação periférica no programa até um empoderamento e participação mais central, devido à exposição de discursos de inclusão, tais como WEs e ILI.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Sugestão de revisão para qualquer autor	Journal of English Linguistics	SAGE Journals	NÖEL et al, 2013. *Diachronic Approaches to Modality in World Englishes: Introduction to the Special Issue.* Os autores explicam que, neste volume, será abordada as mudanças diacrônicas do uso dos verbos modais em 4 variedades do inglês: 2 nativas (inglês australiano e sul-africano branco) e 2 não nativas (inglês filipino e sul-africano negro). A disposição dos artigos se deu do círculo interno para o externo.	neutro/sem posicionamento
			SUÁREZ-GÓMEZ, 2014. *Relative Clauses in Southeast Asian Englishes*. Estuda palavras relativas no inglês oral da Índia, Cingapura e Hong Kong. Há bastante similaridade na forma de usar pronomes relativos no inglês de Cingapura e Hong Kong, mas não tanto no inglês indiano.	neutro/sem posicionamento
			EVANS, 2015. *Testing the Dynamic Model: The Evolution of the Hong Kong English Lexicon (1858-2012*). Estuda a evolução do léxico do inglês de Hong Kong através do Modelo Dinâmico. Identifica fases de evolução do léxico e traz evidências de que o inglês de Hong Kong está em desenvolvimento como variedade.	neutro/sem posicionamento

	Lodz Studies in Language	Peter Lang	REIS, 2011. *English as an International Language and linguistic legitimacy: empowering ESL speakers' identities*.Relato de experiência com grupo de alunos de diferentes nacionalidades em uma universidade americana que leram e debateram sobre discursos ideológicos dominantes que minimizam ou descartam o seu inglês (por exemplo, a supremacia do FN). Através de atividades, leituras e discussões, os alunos puderam refletir, entender e se posicionar em relação a essas questões.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Sem normas	Annual Review of Applied Linguistics	Cambridge	FLOWERDEW, WONG, 2015. *Identity in Academic Discourse.* Trata sobre a construção da identidade no discurso acadêmico em artigos em monografias. O artigo explora a questão da identidade em diversos tópicos, entre eles, ILF, em que há uma potencial estigmatização de autores NN por parte dos gatekeepers. Necessidade de entendimento de que línguas mudam com o tempo, e que o uso global do inglês enfraqueceu os laços com países do círculo central.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			GUNNARSSON, 2013. *Multilingualism in the workplace.*Estuda o multilinguismo no ambiente de trabalho em diferentes regiões, discutindo tanto questões positivas quanto problemáticas. Apresenta um modelo que busca ententer a relação entre os discursos no trabalho e os diferentes contextos. Traz estudos que têm foco nos três círculos do inglês, em empresas transnacionais, e em regiões multilíngues e onde se usa ILFna Europa. Aborda a diversidade da mão de obra, e se as línguas que falam influenciam a sua posição na empresa.	neutro/sem posicionamento
Sem normas	Australian Review of Applied Linguistics	National Library of Australia	ALPTEKIN, 2011. *BEYOND ENL NORMS IN ELF USE: A COGNITIVE PERSPECTIVE ON ELF OUTPUT*. Estudo cognitivo das diferenças qualitativas de usuários de inglês como língua nativa ou língua franca. Os resultados mostram que, apesar das semelhanças, os processos cognitivos são diferentes e não devem ser comparados, um não sendo melhor que o outro. Usos de ILF não são necessariamente formas variantes de usos nativos, e nem são incorretos quando em comparação.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			LINEBAUGH, ROCHE, 2013. *LEARNING TO HEAR BY LEARNING TO SPEAK: THE EFFECT OF ARTICULATORY TRAINING ON ARAB LEARNERS' ENGLISH PHONEMIC DISCRIMINATION*. Estudo sobre o ensino de pronúncia dentro do escopo de ILI para falantes de árabe. Foco e treino nos 2 fonemas /p/ e /b/, que são difíceis para esses falantes e podem comprometer a comunicação. Treino articulatório auxilia na percepção dos sons conflitantes, algo que não acontece apenas com maior exposição (listening). Dentro de uma perspectiva de ILI, professores devem se concentrar em questões que possam comprometer a inteligibilidade de seus alunos, adaptando essas questões ao contexto.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Sem normas	International Journal of Applied Linguistics	John Wiley & Sons Ltd	ALBL-MIKASA. 2014. *The imaginary invalid. Conference interpreters and English as a lingua franca*. Detalha a experiência de intérprete de conferências em comunicações em ILF mediadas por intérpretes. O estudo aborda que muitos intérpretes enxergam o inglês NN como problemático/disruptivo, e não eficaz na comunicação, visto que não existe o espaço para negociação de sentido e co-construção da interação. Esse posicionamento não pode ser descartado em pesquisas sobre ILF, que precisam também se voltar para esse uso do ILF e profissionais que o usam em conferências. Suas considerações ajudariam a criar uma perspectiva/modelo equilibrado de ILF.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			REED, 2012. *A conversation analytic perspective on teaching English pronunciation: The case of speech rhythm*. Propõe uma terceira alternativa aos polos "acurácia em nível de FN x inteligibilidade internacional", que inicia com a perspectiva interacional em fonética e prosódia, para depois se focar na relevância interacional de características individuais de pronúncia e também analisando como os FNN se beneficiariam dessa aquisição. O exemplo de ritmo de fala foi usado para reforçar a ideia de ensino de pronúncia baseado em interação.	crítico das ideias sobre ILF/WEs e das que defendem a manutenção de formas nativas
			BORGHETTI, BEAVEN, 2015. *Lingua francas and learning mobility: reflections on students' attitudes and beliefs towards language learning and use*. Estuda crenças e atitudes de alunos de graduação sobre aprendizado e uso de língua em contexto de mobilidade acadêmica na Itália. Os resultados mostram que os participantes dão importância à comunicação com FN para melhorarem a língua, mas por outro lado, FNN apresentam um comportamento mais cooperativo na comunicação, enquanto FN são vistos como apresentando menos estratégias de negociação/comunicação. Existe uma contradição entre a prática e as crenças dos participantes. Discute-se também o escolha do inglês como a língua franca dependendo do destino, e que a língua parece estar deslocada da cultura local. O inglês não é a única língua franca europeia, e muitas vezes os alunos desejam usar a língua local como língua franca para comunicação com outros FNN.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			BOYLE, 2011. *Patterns of change in English as a lingua franca in the UAE*. Estudo de corpus escrito em inglês nos Emirados Árabes Unidos, país onde 90% da classe trabalhadora é estrangeira e usa ILF. Comparando os resultados com o Longman Spoken and Written English Corpus, percebe-se que algumas mudanças sistemáticas estão acontendo, tais como na transitividade dos verbos e nas "non-finite complement clauses". Quando existe uma opção de padronização, as formas usadas em ILF parecem estar sendo escolhidas como padrão.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BUCKINGHAM, 2014. *Attitudes to English teachers' accents in the Gulf*. Investiga se o professor ser FN ou FNN afeta a confiança dos alunos em relação aos professores, em Omã. Revelou que os alunos preferem sotaques e falantes do Reino Unidos, mas são também favoráeis a nativos de Árabe. São receptivos a outros sotaques e apreciam professores altamente proficientes.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			BURIPAKDI, 2012. *On professional writing: Thai writers' views on their English.* Descreve a perspectiva de escritores profissionais tailandeses em relação ao inglês tailandês. Resultados mostram que a maioria utiliza/usa normas em conformidade com o inglês padrão e não reconhece o inglês tailandês como uma variedade de World Englishes.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			CHAN, 2014. *Exposure to accents and pronunciation modelling: A case study of a secondary school in Hong Kong*. Explora modelos de pronúncia no ensino médio de Hong Kong associado às políticas de língua de instrução. Os resultados mostram que a principal fonte de exposição do inglês é a pronúncia dos professores tanto de inglês quanto de conteúdo, que compartilham traços de Hong Kong English. Ao estabelecer que existe uma variedade local, compartilhada por pessoas de diversas áreas e que promove a inteligibilidade, é possível adotar um modelo endonormativo que permita a comunicação internacional.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			COGO et al, 2014. *Research Networks*. Seção da revista que promove pesquisas e disseminação de resultados, bem como chamadas para submissão. Divulga os eventos e encontros tanto sobre ILF isoladamente ou dentro de outros eventos, como o AILA Congress 2014.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			COSTA, 2012. *Constructing SLA differently: the value of ELF and language ideology in an ASEAN case study*. Estuda como uma estudante da Indonésia usa o ILF com professorese colegas em Singapura. Ao longo de um ano, as ideologias linguísticas da participante foram se modificando, isto é, se no começo ela valorizada apenas a variedade padrão, com o tempo ela passou a incorporar o Singlish no seu repertório oral, bem como a alternar entre o inglês padrão e o Singlish, o que contribuiu para a sua aquisição do inglês. O estudo se coloca como aditivo às pesquisas de ILF e de língua como prática local.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			EARLS, 2015. *When English just is not enough: 'Multilingualism with English' in contemporary European higher education*. Explora as experiências de estudantes e palestrantes em programas de EMI na Alemanha, bem como suas práticas de multilinguismo além da L1 e ILF. Percebeu-se que as outras línguas utilizadas são as majoritárias na UE, e não as pequenas, regionais e minoritárias. Isso indica que as políticas linguísticas reforçam a dominância dessas línguas na UE, beneficiando o inglês pelo seu status de língua franca e também línguas como espanhol, alemão, francês e russo. Assim, priorizar o inglês não impacta negativamente nessas línguas majoritárias.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			GAZZOLA, GRIN, 2013. *Is ELF more effective and fair than translation? An evaluation of the EU's multilingual regime*. Question a relevância do conceito de ILF sob uma perspectiva de política linguística, demonstrando que as implicações socioeconômicas de se usar ILF não diferem das de se usar apenas inglês. Examina os custos, mostrando que reduzir os custos do multilinguismo europeu na verdade é transferir os custos para os cidadãos cuja língua materna não é o inglês, e que chamá-lo de ILF não traz mudanças. Os autores defendem o uso de traduções e interpretações como medidas mais eficazes que a política de apenas inglês, que por sua vez privilegia os FN.	contrário às ideias sobre ILF/WEs
			HAHL et al, 2014. *Accommodating to English-medium instruction in teacher education in Finland*. Estuda a percepção de formadores de professores e professores em formação sobre situações de ensino e aprendizagem em contexto de ILF na Finlândia, a saber, um programa de formação de professores em EMI. Os resultados mostram que há uma inversão parcial dos papeis dos professores e alunos em determinadas situações, que os professores refletem sobre o uso de estratégias pragmáticas em contexto de ILF para engajamento dos alunos, que a falta de fluência em inglês por vezes frustra os alunos e impacta negativamente na sensação que os professores têm de serem formadores.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			HAHL et al, 2015. *Exploring teachers' ontologies of English: Monolithic conceptions of grammar in a group of Chinese teachers*. Investiga como um grupo de professores universitários de inglês chineses se orientam em relação à língua. Entrevistas sugerem que eles apresentam tanto uma visão monolítica quanto "plurilítica", sendo a monolítica relacionada à sala de aula e gramática, e a plurilítica para quando há foco no uso e concepções de léxico e pronúncia. Os autores propõem uma abordagem gramatical baseada no uso para conciliar as duas visões.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			JORDÃO, 2015. *Tradition and difference: can mainstream academic discourse in Applied Linguistics ever change?* Uma resposta a periódicos internacionais da área de ensino de inglês que rejeitam submissões devido a um uso particular do discurso acadêmico. A autora relata que, por vezes, seus textos são rejeitados por serem "muito emotivos" ou não respeitarem o discurso acadêmico conforme as "normas anglófonas", e questiona o que seria emoção ou neutralidade na língua, e também a manutenção das práticas pelos próprios revisores e editores.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KOPPEROINEN, 2011. *Accents of English as a lingua franca: a study of Finnish textbooks*. Estuda duas séries didáticas usadas no ensino médio na Finlândia para avaliar se elas expõem os alunos a sotaques não nativos de inglês. Os resultados mostram que a maioria dos materiais de áudio apresentam sotaques nativos, enquanto apenas 1¨% em uma série e 3% na outra série apresenta sotaques não nativos.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KOSKINEN, 2013. *Social media and the institutional illusions of EU communication*. O artigo revê os conceitos de igualdade e equivalência em traduções da UE, sob um ponto de vista contemporâneo, incluindo línguas que foram introduzidas como oficiais mais recentemente, contextos virtuais como blogs e redes sociais, e práticas e políticas linguísticas. Percebeu-se uma mudança de políticas de multilinguismo para política linguística de dominação hegemônica do inglês.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			LANVERS, 2014. *On the predicaments of the English L1 language learner: a conceptual article*. Investigao decréscimo de FN de inglês que aprendem outras línguas, sob a ótima dos sistemas dinâmicos e multilinguismo. Os resultados mostram que esses falantes têm muitas desvantagens, principalmente entre os menos privilegiados, e que é preciso haver mais suporte pedagógico de forma a formentar o aprendizado de outras línguas, inclusive para contrabalançar a hegemonia do inglês e da forma "natural" e elitizada que se aprende inglês nos países anglófonos, e também para fomentar o desenvolvimento econômico nesses países.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			LITZENBERG, 2014. *Pre-service teacher perspectives towards pedagogical uses of non-native and native speech samples.*Investiga as atitudes de professores de inglês em pré-serviço nos EUA em relação a variedades nativas e não nativas em interação. Os resultados demonstram disposição do professor em usar variedades não nativas como modelo, para certas habilidades, e maior inclinação às perspectivas de ILF e não consideração das variedades como erradas ou defeituosas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MCKENZIE, 2015. *"The people who are out of 'right' English": Japanese university students' social evaluations of English language diversity and the internationalisation of Japanese higher education*.Avaliou a atitude de estudantes universitários japoneses em relação à fala de diferentes variedades do inglês, nativas e não nativas. Os resultados indicam que os participantes consideram as variedades americana e britânica as mais corretas, e demonstram solidariedade com o inglês dos japoneses. Os resultados são discutidos à luz da internacionalização.	neutro/sem posicionamento
			RAJAGOPALAN, 2012. *'World English' or 'World Englishes'? Does it make any difference?*. Discute questões terminológicas do status atual do inglês global. O autor defendo o uso do termo "World English", no singular, por indicar a unidade da língua, dá ênfase na colaboração para que a comunicação aconteça entre países, e não dá a ideia de que o inglês está fadado ao mesmo destino que o latim, como acontece com o termo "World Englishes".	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
Sem normas	Research in the Teaching of English	National Council of Teachers of English	CUSHMAN et al, 2014. *Decolonizing Research in the Teaching of English(es)*. (Editors' Introduction) Os editores, ao introduzirem o volume, falam sobre a importância de se perguntar "por que o inglês?", "por que apenas o inglês?", "por que não ingleses?" Trazem a tentativa de descolonizar a pesquisa em ensino de inglês, e o projeto de descentralizar o dominante inglês americano.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			CUSHMAN, JUZWIK, 2014. *Developing the International Presence of Research in the Teaching of English*. (Editors' Introduction) Introdução ao volume com ênfase em ILF e nas questões globais de aprendizado de inglês. Objetivo de internacionalizar o escopo do periódico. Introdução da prática de incluir abstract em outras línguas.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			DE COSTA, 2014. *Reconceptualizing Cosmopolitanism in Language and Literacy Education: Insights from a Singapore School*. Pesquisa como uma aluna vietnamita usa o inglês para se comunicar com colegas em uma escola em Singapura	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs

			com inglês como meio de instrução. O autor se fundamenta no cosmopolitanismo e ILF.	
Sem normas	TESOL Quarterly	John Wiley & Sons Ltd	CHAN, 2015. *A Multi-perspective Investigation of Attitudes Towards English Accents in Hong Kong: Implications for Pronunciation Teaching*. Apresenta um estudo que examinou a atitude de alunos de Hong Kong em relação a sotaques do inglês, comparando percepções dos alunos em diferentes etapas escolares. A habilidade de reconhecer os sotaques e exposição a uma maior variedade (alunos de graduação) não indicou maior aceitação das variedades. Os resultados mostram que os sotaques do inglês como L1 foram melhor avaliados que os como L2, e que quanto maior a escolarização do participante, maior as atitudes anglocêntricas e rejeição das pronúncias locais.	neutro/sem posicionamento
			HULT, 2012. *English as a Transcultural Language in Swedish Policy and Practice*. Estudo da abordagem dos discursos sobre inglês e multilinguismo nas políticas educacionais na Suécia, e como os educadores entendem esses discursos. Os resultados mostram que há negociação sobre o status do inglês na Suécia, podendo ser global ou local, e que há tensões.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KANG, MORAN, 2014. *Functional Loads of Pronunciation Features in Nonnative Speakers' Oral Assessment*.Estuda as variedades nativas sendo usadas como normas em avaliações orais de inglês para falantes não nativos. Os autores debatem que alunos podem alcançar pontuações altas independente da conformidade com normas nativas, e que alguns desvios causam sotaque, mas não necessariamente ininteligibilidade.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			KANG et al, 2015. *Mitigating U.S. Undergraduates' Attitudes Toward International Teaching Assistants.* Relata uma intervenção feita com FNs (alunos de graduação) que reduz suas atitudes linguísticas em relação à fala do FNN (professores assistentes internacionais). Atividades de resolução de problemas em grupo fez com que os FN avaliassem os FNNs melhor, e em algum grau, as críticas sobre a fala do FNN não tem a ver com proficiência linguística, mas preconceito e ansiedade.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MA, 2012. *Advantages and Disadvantages of Native- and Nonnative-English-speaking Teachers: Student Perceptions in Hong Kong*. Estudo que analisa a percepção de alunos sobre vantagens e desvantagens de aprender inglês com FN ou professor local em Hong Kong. As vantagens dos professores locais são: proficiência na L1 do aluno, saber as diciduldades, facilidade de compreensão e comunicação. As vantages do professor FN são: proficiência e habilidade de facilitar o aprendizado/motivação. As desvantagens de um grupo são as vantagens do outro e vice-versa.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			MIN, 2014. *Participating in International Academic Publishing: A Taiwan Perspective*. Sobre desafios para autores NN publicarem em jornais internacionais de referência. Identificação de 2 principais desvantagens: insofisticação linguística e isolamento geográfico. Sugestão de que governos reexaminem os sistemas de avaliação das universidades; que equipes editoriais de periódicos aceitem variedades retóricas e linguísticas além das normas anglófinas, havendo assim uma atitude de inclusão; que os acadêmicos NN que estão nas equipes editoriais liderem essas práticas; que professores de inglês para fins acadêmicos incorporem essas discussões.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			PARK, 2012. *"I Am Never Afraid of Being Recognized as an NNES": One Teacher's Journey in Claiming and Embracing Her Nonnative-Speaker Identity.* Examina as experiências de cinco mulheres do oeste asiático antes e depois de sua formação como professoras. Dá ênfase às experiências de uma delas, que comparou sua vivência na China com o que aprendeu no curso e em uma experiência de ensino de inglês com monitoramento.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs
			SAITO, SHINTANI, 2015. *Do Native Speakers of North American and Singapore English Differentially Perceive Comprehensibility in Second Language Speech?* Análise da fala de japoneses falando inglês por parte de dois grupos de FN, canadenses e cingaleses, de forma a comparar como cada grupo avalia a compreensibilidade dos japoneses. Os cingaleses avaliaram os falantes com mais leniência, devido ao seu maior contato com outras línguas (ou com uma segunda língua no dia a dia). Os canadenses, por sua vez, avaliaram principalmente questões de acurácia fonológica e fluência.	a favor das ideias das pesquisas sobre ILF/WEs